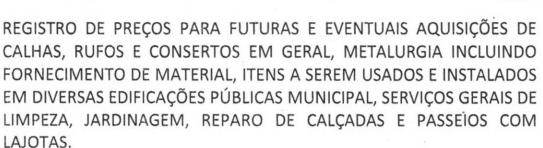


MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA

PREGÃO ELETRÔNICO № 09/2023 PROCESSO LICITATÓRIO № 12/2023



DATA: 19.01.23 ABERTURA: 03.02.23

PROPOSTA ATÉ: 08:00HS

DISPUTA: 10:00HS

| | - | | ÷ | |
|--|-------|---|----|--|
| | | | | |
| | | * | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | į. | |

Protocolo Interno n. 09 12023
Em 181 Januar de 2023
Sandra





MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA - ESTADO DO PARANÁ

TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO

Considerando o contido no Termo de Referência e demais documentos em anexo e tendo em vista a justificada necessidade do objeto abaixo descrito, *autorizo* o início do procedimento licitatório e determino a abertura do processo correspondente.

Do Objeto:

Implantação de Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de calhas, rufos e consertos em geral, metalurgia incluindo fornecimento de material, itens a serem usados e instalados em diversas edificações públicas municipal, serviços gerais de limpeza, jardinagem, reparo de calçadas e passeios com lajotas.

Justificativa:

Devido às inúmeras necessidades de serviços de pequenos reparos, manutenção e conservação dos diversos locais públicos de nosso município, se faz necessária a contratação de mão de obra especializada, uma vez que o município não possui em seu quadro, funcionários em números suficientes para atender a demanda das solicitações.

Assim sendo, os serviços solicitados, e não atendidos pela falta de efetivo, acabam acumulando e em inúmeros casos o que seria um simples serviço de manutenção preventiva, acaba tornando-se com o tempo, objeto de obras de reforma, elevando assim o custo dos mesmos, além dos transtornos causados pelo não saneamento do problema.

Justifica-se a abertura de um novo processo, pois no Pregão 67/2022, o saldo dos itens foi utilizado em sua totalidade, devido uma demanda maior que a programada.

Do valor:

O custo total estimado da presente contratação é de R\$ 1.728.151,00 (um milhão setecentos e vinte e oito mil, cento e cinquenta e um reais).

Dotação orçamentária: Conforme Princípio do Planejamento Integrado.

Assim, encaminha-se a Comissão de Licitação / o Oficial responsável pelo processo, para que adote as providências cabíveis, de acordo com as normas em vigor.

Coronel Vivida, 07 de dezembro de 2022.





TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto:

1.1. Implantação de Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de calhas, rufos e consertos em geral, metalurgia incluindo fornecimento de material, itens a serem usados e instalados em diversas edificações públicas municipal, serviços gerais de limpeza, jardinagem, reparo de calçadas e passeios com lajotas, conforme especificações e quantidades estabelecidas abaixo:

| LOTE | ITEM | QTD | UN | COD. PMCV | DESCRIÇÃO | VALOR UNIT R\$ | TOTAL R\$ |
|------|------|-----------|----|--------------|---|-------------------|--------------|
| 1 | 1 | 1.200,00 | МТ | 19012 | CALHA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO NUMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 33 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL, INSTALADA | 56,33 | 67.596,00 |
| 1 | 2 | 1.200,00 | MT | 19067 | CALHA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO NUMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 50 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL, INSTALADA | 89,53 | 107.436,00 |
| 1 | 3 | 1.200,00 | MT | 19068 | CALHA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO NUMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 100 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL, INSTALADA | 191,29 | 229.548,00 |
| 1 | 4 | 2.000,00 | MT | 19069 | RUFO EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO NUMERO 24, CORTE DE 25 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL, INSTALADA | 46,90 | 93.800,00 |
| 2 | 1 | 2.000,00 | M² | 17372 | MAO DE OBRA PARA SERVICO DE PLANTIO DE GRAMA EM LEIVA OU MUDAS | 6,10 | 12.200,00 |
| 2 | 2 | 500,00 | UN | 10313 | MAO DE OBRA PARA SERVICO DE PLANTIO DE ARBUSTOS ALTURA ATE 2 MTS | 7,25 | 3.625,00 |
| 2 | 3 | 20.000,00 | M² | 10315 | MAO DE OBRA PARA SERVICO DE CORTE DE GRAMA | 2,18 | 43.600,00 |
| 2 | 4 | 1.000,00 | M² | 1510 | MAO DE OBRA PARA SERVICOS DE ESPALHAR TERRA E ADUBAR | 3,37 | 3.370,00 |
| 2 | 5 | 3.000,00 | M² | 1514 | MAO DE OBRA PARA SERVICOS DE CAPINAGEM EM TERRENOS PUBLICOS | 3,27 | 9.810,00 |
| 2 | 6 | 30.000,00 | M² | 17087 | MAO DE OBRA PARA SERVICOS DE ROCADA | 1,25 | 37.500,00 |
| 3 | 1 | 1.000,00 | M² | 1507 | MAO DE OBRA PARA REPAROS DE CALCADAS E PASSEIOS | 31,33 | 31.330,00 |
| 3 | 2 | 800,00 | M² | 10322 | MAO DE OBRA PARA ASSENTAMENTO DE LAJOTAS DE CONCRETO | A 16,67 | 13.336,00 |

Carlos Lopes Secretário de Administração

Mauro Busanello

Secretário de Obras, Viação e

Urbanismo

Fatima Vogel da Silva Secretária de Assistência Social

Assioli Jacsel dos Santos Secretário de Desenvolvimento

Vinicius Vourinho Secretário de Saúde

Lindones Antonio Colter Secretário de Industria comércio e Turismo

Elizangela Veis Secretária de Educação. Rural Cultura e Desporto





| VALOR | TOTAL I | OOS ITENS | CTE | | | | 1.728.151,00 |
|-------|---------|-----------|-----|-------|--|--------|------------------|
| 4 | 1 | 5.000,00 | HR | 19070 | SERVICO DE METALURGIA (INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAL) | 215,00 | 1.075.000,0 0 |

(um milhão e setecentos e vinte e oito mil, cento e cinquenta e um reais) (*Requisição de Necessidades nº 43/2033 do LC)

2. Justificativa:

- 2.1. Devido às inúmeras necessidades de serviços de pequenos reparos, manutenção e conservação dos diversos locais públicos de nosso município, se faz necessária a contratação de mão de obra especializada, uma vez que o município não possui em seu quadro, funcionários em números suficientes para atender a demanda das solicitações.
- 2.2. Assim sendo, os serviços solicitados, e não atendidos pela falta de efetivo, acabam acumulando e em inúmeros casos o que seria um simples serviço de manutenção preventiva, acaba tornando-se com o tempo, objeto de obras de reforma, elevando assim o custo dos mesmos, além dos transtornos causados pelo não saneamento do problema.
- 2.3. Justifica-se a abertura de um novo processo, pois no Pregão 67/2022, o saldo dos itens foi utilizado em sua totalidade, devido uma demanda maior que a programada.

3. Justificativa da quantidade estimada:

- 3.1. O quantitativo está baseado em relatório de utilização dos produtos, referente a anos anteriores. As quantidades são estimadas, serão utilizadas de acordo com a necessidade e interesse das Secretarias solicitantes.
- 3.2. Neste sentido, cabe destacar que, quando a administração precisa licitar o primordial é planejar, o que expressa o Art. § 7º, inciso II, da Lei 8.666/93:

"A definição das unidades e das quantidades a serem adquiridas em função do **consumo** e **utilização prováveis**, cuja estimativa será obtida, sempre que possível, mediante adequadas **técnicas quantitativas de estimação**."

3.3. Conclui-se que as quantidades são necessárias e suficientes para atendimento pelo período de 12 meses.

4. Avaliação do Custo:

- 4.1. O custo total estimado deste termo de Referência é de R\$ 1.728.151,00 (um milhão setecentos e vinte e oito mil, cento e cinquenta e um reais), conforme mapa comparativo em anexo.
- 4.2. A metodologia de preços foi embasada no Decreto Municipal nº 6.529/2019, houve diversificação da base de pesquisa, certificando-se de que os preços obtidos correspondem aos praticados no mercado.

4.3. Para a ponderação dos custos foram realizadas pesquisas diretamente com empresas do ramo.

Carlos Lopes Secretário de Administração

Mauro Busánello Secretário de Obras, Viação e Urbanismo Fatima Vogel da Silva Secretária de Assistência Social

Assioli Jacsel dos Santos Secretário de Desenvolvimento Rural Vinicius Tourinho Secretário de Saúde

Elizangela Veis Sponholz Secretária de Educação, Cultura e Desporto

Página 2 de 11

Lindones Antonio

ecretário de Indústria, comércio e Turismo





- 4.4. Houve diversificação da base de pesquisa, certificando-se de que os preços obtidos correspondem aos praticados no mercado.
- 4.5. Toda a atividade de pesquisa, desde a seleção de parâmetros, cotação de preços nos parâmetros escolhidos ao juízo crítico sobre os valores encontrados, tem como objetivo final a confecção do mapa comparativo de preços, tratando-se de percentuais apenas para se estimar o custo de uma unidade, sendo assim desconsideramos valores muito acima ou muito abaixo dos demais para que não obtivéssemos valores equivocados dentro do processo, tanto sobre preços como inexequíveis.

5. Dos critérios:

- 5.1. Da modalidade: Pregão
- 5.2. Licitação do Tipo: Menor Preço.
- 5.3. **Critério de Julgamento:** Para fins de julgamento das propostas, será adotado o critério "MENOR PREÇO POR LOTE", observado as condições definidas no Edital e seus anexos.

6. Licitação para ME/EPP e Ampla Concorrência:

- 6.1. O processo contem lotes de participação exclusiva para e empresas de pequeno porte e lotes para ampla concorrência de empresas em geral, em atendimento a Lei Complementar nº123/2006, com alterações promovidas pela Lei Complementar nº 147/2014, nos seguintes termos:
- 6.2. <u>Lotes 01</u>; 02 e 04, para os referidos lotes, neste certame não será aplicável, a exclusividade, benefício ME, EPP, art. 48 da Lei, inciso III: quando o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a Administração Pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.
- 6.2.1. A segunda hipótese do art. 49, prevista no inciso III visa proteger a Supremacia do Interesse Público, eis que não aplicará a contratação diferenciada quando gerar efeitos negativos tornando-a lesiva para a Administração Pública. Dentre a lesividade vislumbra-se a onerosidade excessiva da licitação ou então prejuízo ao conjunto do objeto licitado, como por exemplo, a divisão de cotas em objeto divisível que resulte em prejuízo ou subcontratação que desnature a identidade e funcionalidade do objeto.
- 6.3. Lotes 03, destinado a participação exclusiva de empresas enquadradas como Microempresas ME e Empresas de Pequeno Porte EPP, sediadas em âmbito regional conforme dispõe o Art. 2º, §3º, inciso II, "b" do Decreto Municipal nº 7643 de 03 de maio de 2021, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo a inovação tecnológica, fomentando a relação comercial entre o Poder Público e as MPE, como estratégia para o crescimento dessas ultimas.

Obrigações do Contratante:

7.1. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a Detentora

Carlos Lopes \
Secretário de Administração

Mauro Busanello Secretário de Obras, Viação e Urbanismo Fatima/Vogel da Silva Secretária de Assistência Social

Assioli Jacsel dos Santos

Assioli Jacsel dos Santos Secretário de Desenvolvimento Rural Vinicius Tourinho Secretario de Saude

Elizangela Veis Sponholz Secretária de Educação

Cultura e Desporto

Secretário de Indústria, comércio e Turismo





- 7.2. Conferir no ato da entrega, através dos Gestores e Fiscais designados e caso haja alguma divergência com o objeto solicitado e o entregue, solicitar a reposição ou correção imediata.
- 7.3. Notificar, formal e tempestivamente, a Detentora sobre as irregularidades observadas no cumprimento das obrigações assumidas.
- 7.4. Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.
- 7.5. Comunicar prontamente a Detentora, qualquer anormalidade no objeto, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas.
- 7.6. Comunicar à Detentora qualquer irregularidade manifestada durante a vigência da Ata de Registro de Preços, para que sejam adotadas as medidas pertinentes.
- 7.7. Exercer o acompanhamento e a fiscalização, pelos fiscais designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 7.8. Efetuar o pagamento à Detentora no valor correspondente a entrega dos itens, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência.

8. Obrigações da Detentora:

- 8.1. Cumprir integralmente as obrigações assumidas, conforme especificações contidas neste Termo de Referência.
- 8.2. Manter, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas durante toda a vigência da ata de registro de preços, de acordo com o art. 55, XIII, da Lei 8.666/93, informando o Contratante à ocorrência de qualquer alteração nas referidas condições.
- 8.3. Comunicar imediatamente o Contratante no caso de ocorrência de qualquer fato que possa implicar no atraso da entrega do objeto e na execução do serviço, e qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessária.
- 8.4. Fornecer os produtos e serviços em estrita conformidade com as especificações contidas no Edital e proposta de preços apresentada, à qual se vincula, não sendo admitidas retificações, cancelamentos, quer seja de preços, quer seja nas condições estabelecidas.
- 8.5. Efetuar a entrega do objeto e a execução dos serviços com pontualidade, atendendo a todas as condições estabelecidas.
- 8.6. Custos relativos a deslocamento, para transporte do objeto licitado, serão por conta da DETENTORA, bem como o transporte de equipamentos (necessários à descarga), serão de responsabilidade da mesma, observadas as normas de segurança do trabalho e de trânsito, não cabendo nenhum ônus ao Contratante.
- 8.7. Responder por danos que venham a ser causadas por seus empregados ou preposto ao Contratante ou a terceiros, desde que fique comprovada sua responsabilidade, não se excluindo ou se reduzindo esta em virtude do acompanhamento realizado pelo Contratante, de acordo com o art. 70 da Lei n.º 8.666/93.

8.8. Certificar-se, preliminarmente, de todas as condições exigidas no Edital, não sendo levada em consideração qualquer argumentação posterior de desconhecimento.

8.9. Atender com prontidão as reclamações por parte do recebedor do objeto da liditação

Carlos Lopes Secretário de Administração

Mauro Busanello Secretário de Obras, Viação e Urbanismo Fatima Vogel da Silva Secretária de Assistência Social

Assioli Jacsel dos Santos Secretário de Desenvolvimento Rural Vinicius Tourinho Secretário de Saúde Lindones Antonio Cettera Secretario de Industria, conércio e Turismo

Elizangela veis Sponholz Secretária de Educação, Cultura e Desporto





- 8.10. A Detentora deverá garantir a qualidade dos serviços prestados, assim como dos produtos e materiais, devendo reparar, corrigir, remover, substituir às suas expensas, no total ou em parte, os produtos que se verificarem vícios, defeitos, incorreções ou má qualidade.
- 8.11. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de fornecer e fiscalizar o uso de EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) aos seus funcionários e prepostos.
- 8.12. Correrá por conta da Detentora as despesas para efetivo atendimento ao objeto licitado, tais como embalagens, seguro, transporte, fretes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.
- 8.13. A Detentora deverá observar rigorosamente as normas regulamentadoras, sanitárias, de segurança, ambiental, de higiene e medicina do trabalho.
- 8.14. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Termo de Referência, sem prévia e expressa anuência da Administração, e em tudo o que seguir as diretrizes da Administração.
- 8.15. Não manter em seu quadro de pessoal menores em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não manter, ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.
- 8.16. Cumprir com outras obrigações decorrentes da aplicação do Código de Proteção e Defesa do Consumidor conforme Lei nº 8.078/90, que sejam compatíveis com o regime de direito público.
- 8.17. Todos os casos atípicos não mencionados neste Termo de Referência, deverão ser apresentados ao Gestor e/ou Fiscal da ata para sua definição e determinação.

9. Da Subcontratação:

- 9.1. Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto, a associação da Ata de Registro de Preços com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, salvo prévia e expressa autorização do Contratante.
- 9.2. Em caso de autorização de subcontratação total ou parcial do objeto, fica a subcontratada obrigada a apresentar previamente à autorização, os documentos comprobatórios de idoneidade, exigidos da detentora na fase de habilitação.
- 9.3. Autorizada qualquer das hipóteses retro, a Detentora permanecerá solidariamente responsável pelo cumprimento de todas as condições ajustadas na Ata de Registro de Preços e Edital.

Condições e características para entrega e aceitação dos itens:

10.1. Os produtos e serviços, objeto deste Termo de Referência, deverão ser entregues e instalados, mediante solicitação formal através de Nota de Empenho, Autorização de Compras e Ordem de Execução de Serviço, as quantidades nelas prescritas e deverão ser entregues nos locais, datas e horários determinados pela Secretaria solicitante.

10.2. A Detentora deverá realizar a entrega do objeto solicitado em até 15 (quinze dias), contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, Autorização de Compras e Ordem

Carlos Lopes
Secretário de Administração

Mauro Busanello Secretário de Obras, Viação e Urbanismo Fatima Vodel da Silva Secretária de Assistência Social

Unicoli des Sontos Assioli Jacsel dos Santos

Assioli Jacsel dos Santos Secretário de Desenvolvimento Rural Vinicius Tourinho Secretário de Saúde Lindaries Antonio Colfera Secretário de Indústria, Comércio e Turismo

Elizangela Veis Sponholz Secretária de Educação, Cultura e Desporto





de Execução de Serviço, sendo que ficará a cargo da Detentora a entrega e descarga do produto.

10.3. A entrega deverá conter a quantidade total solicitada, não sendo permitida entregas parceladas, sob pena de devolução do objeto, bem como aplicação das penalidades previstas.

10.4. A entrega deverá ser realizada de segunda a sexta-feira, durante o horário de expediente. Em caso de necessidade de entregas fora do horário, este deverá ser comunicado ao Contratante e executado em comum acordo entre as partes.

10.5. Se a quantidade e/ou qualidade do(s) produto(s) e serviços não corresponderem ao exigido, a Detentora terá um prazo de 72 (setenta e duas) horas, para que faça a devida correção, substituição ou complementação do total, sob pena de aplicação das penalidades previstas.

10.6. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da Detentora pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da ata de registro de preços.

10.7. Especificações conforme normativa do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná:

10.7.1. <u>Lote 01:</u> As calhas devem ser feitas de chapas de aço galvanizado, conforme NBR 7005 e NBR 6663. Nos condutores verticais, devem ser empregados tubos e conexões de aço galvanizado conforme NBR 5580 e NBR 5885. Nos condutores horizontais, devem ser empregados tubos e conexões de aço galvanizado conforme NBR 5580 e NBR 5885.

10.7.2. Lote 02:

Item 01: Deverão ser executados serviços de plantio de grama em leiva ou muda em locais do patrimônio público, somente quando solicitado, atendendo a orientação do responsável técnico. O preparo do terreno, bem como adubação, quando necessário ficarão a cargo da Detentora, devendo ser seguidas as orientações do solicitante ou de responsável técnico. O transporte das mudas ou leivas do local estocado (dentro do município) até o canteiro ficará a cargo da Detentora.

Item 02: Deverão ser executados serviços de plantio de arbusto altura até 2 metros em locais do patrimônio público, somente quando solicitado. A abertura de covas e adubação ficará a cargo da Detentora, devendo ser seguidas as orientações do solicitante ou de responsável técnico. O transporte dos arbustos do local estocado (dentro do município) até o canteiro ficará a cargo da Detentora.

Item 04: Deverá ser espalhada terra e/ou realizada adubação (químico ou orgânico) em locais diversos do Município, somente quando solicitado. Os serviços deverão seguir criteriosamente as orientações do Departamento solicitante ou do responsável técnico, no que concerne a adubação (quantidades e tipo de adubo) e espalhar terra (como espalhar).

Item 05 e 06: Deverão ser executados serviços de capinagem e roçada em vias e terrenos públicos, somente quando solicitado. O material proveniente da capina e roçada, deverá ser removido e destinado pela Detentora de acordo com a orientação do solicitante.

Item 01 a 06: Após a execução dos serviços constantes dos itens 01 a 06 a Detentora deverá efetuar a limpeza do local, retirando todos os resíduos, plásticos, papéis, embalagens ou outro material e dar a destinação final fretirando do local). A Detentora

Carlos Lopes Secretário de Administração

Mauro Busanello Secretário de Obras, Viação e Urbanismo Fatima Vogel da Silva Secretária de Assistência Social

Assioli Jacsel dos Santos Secretário de Desenvolvimento Rural Vinicius Tourinho Secretário de Saúde

Lindones Antonio Golferai Secretario de Industria, comércio e Turismo

Elizangela Veis Sponholz Secretária de Educação, Cultura e Desporto





deverá observar as Normas de Segurança do Trabalho para a realização da atividade em questão, devendo fornecer todos os equipamentos de proteção individuais adequados. Os serviços serão realizados de acordo com orientações do Departamento solicitante. Os serviços serão realizados no perímetro urbano ou rural do município de Coronel Vivida. O Departamento solicitante indicará os locais para a execução dos serviços sempre que necessário, mediante prévio levantamento. Todos os materiais para execução dos serviços serão fornecidos pelo Município, ficando por conta da Detentora o transporte dos mesmos até o local a serem utilizados. As ferramentas e equipamentos para a realização dos serviços serão de responsabilidade da Detentora. Quando constatada a necessidade de vistoria prévia da Detentora para verificação do serviço a ser executado, a mesma deverá apresentar-se no prazo de 24 (horas) a partir do contato de solicitação da vistoria, que será feita por telefone, agendando horário para a referida verificação, antes da emissão do referido empenho. A Detentora deverá disponibilizar a mão de obra necessária para atendimento da demanda no prazo máximo de 2 (dois) dias, após a solicitação e confirmação do recebimento do material à ser utilizado no referido serviço. Após conclusão do serviço realizado, deverá ser emitido relatório de aceitação do serviço para o Departamento solicitante. Caso o serviço realizado não atenda as exigências e não seja este aceito pelo departamento solicitante ou a fiscalização, o mesmo deverá ser refeito ficando a cargo da Detentora as despesas de material e mão de obra, devendo o material ser de igual qualidade ao fornecido anteriormente pelo contratante.

10.7.3. Lote 03:

Item 01: As calçadas e passeios a serem reparadas poderão ser de tamanhos e materiais variados, prevalecendo para efeito de medição e pagamento a quantidade em metros quadrados efetivamente executados. Compreende o serviço de reparo à retirada das peças danificadas e a colocação das novas, as peças danificadas deverão ser substituídas, com o preparo da base e garantia do nivelamento com a calçada existente. Os pisos de lajota deverão ser executados sobre uma camada regularizada de concreto, contra piso ou pó de pedra com espessura de 5 cm, sobre solo compactado, evitando-se colocar o piso diretamente sobre o solo para que não ocorra o afundamento da calçada, com a infiltração de água de chuva e pesos excessivos sobre a calçada.

Item 02: As lajotas a serem assentadas poderão ser de tamanhos e formatos variados, prevalecendo para efeito de medição e pagamento a quantidade em metros quadrados efetivamente executados. Os pisos de lajota deverão ser executados sobre uma camada regularizada de concreto, contra piso ou pó de pedra com espessura de 5 cm, sobre solo compactado, evitando-se colocar o piso diretamente sobre o solo para que não ocorra o afundamento da calçada, com a infiltração de água de chuva e pesos excessivos sobre a calçada.

 10.7.4. Lote 4: Prestar serviços de conformação e beneficiamento de aço (corte, dobra, calandra e caldeiraria, solda MIG e Acabamento). Conserto de portas metálicas, portões metálicos. Fabricação de grades, esquadrias metálicas.

10.8. Os produtos e serviços, objeto deste Termo de Referência, poderão ser adguiridos/em pequenas quantidades, apenas para suprir as necessidades momentâneas, uma Nez Que o

Carlos Lopes Secretário de Administração

Mauro Busanello

Secretário de Obras, Viação e

Urbanismo

Fatima Vogel da Silva Secretária de Assistência Social

Assioli Jacsel dos Santos Secretário de Desenvolvimento Rural

Vinicius Tourinho Secretário de Saúde

Colferai Secretário de Indústria, comércio e Turismo

Elizangela Sponholz Secretária de Educação. Cultura e Desporto





município não dispõe de depósito para armazenar mercadorias e nem sempre irá coincidir que um mesmo produto seja solicitado por vários departamentos. Neste caso a empresa vencedora de cada item se obriga a fornecer os produtos nas mesmas condições do edital.

- 10.9. As quantidades são estimadas, sendo que ao termino da vigência da Ata de Registro de Preços, o remanescente ficará automaticamente suprimido, ficando o Contratante desobrigado da aquisição total dos produtos, e consequentemente seu pagamento.
- 10.10. O recebimento do objeto da aquisição se dará conforme o disposto no Art. № 73, inciso II, alíneas "a" e "b", e Art. № 76, da Lei 8.666/93, e compreenderá duas etapas distintas, a seguir discriminadas:
- 10.10.1. Recebimento provisório: No momento da entrega e consistirá na mera contagem física, verificação da quantidade requisitada, apresentada na nota fiscal e constatação quanto a integridade das embalagens, lacres, etc.
- 10.10.2. Recebimento definitivo: Ocorrerá em no máximo 05 (cinco) dias após o recebimento provisório, caso confirmada a conformidade com as especificações técnicas, a nota fiscal será atestada pelo gestor e fiscal da ata de registro de preços, autorizando assim o pagamento.

11. Forma de Pagamento:

- 11.1. O pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente, após a entrega e/ou execução do objeto, apresentação da respectiva nota fiscal com discriminação resumida do objeto e número da nota de empenho, não apresentar rasura e/ou entrelinhas e esteja atestada pelo Fiscal e Gestor da Ata de Registro de Preços.
- 11.2. A liberação dos pagamentos ficará condicionada a apresentação da prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- 11.3. O pagamento poderá ser realizado preferencialmente por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da Detentora, ou por meio de fatura com utilização do código de barras.
- 11.4. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo Contratante, como critério para correção monetária aplicar-se-á o IPCA Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo calculado pelo IBGE. Em caso de atraso de pagamento, desde que a Detentora não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo Contratante juros moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. Quando da incidência da correção monetária e juros moratórios, os valores serão computados a partir do vencimento do prazo de pagamento de cada parcela devida.

12. Prazo de Vigência:

12.1. O prazo de vigência será de 12 (doze) meses, contados da assinatura da Ata de

Registro de Preços.

Carlos Lopes Secretário de Administração

Mauro Busanello Secretário de Obras, Viação e Urbanismo Fatima Vogel da Silva Secretária de Assistência Social

Assioli Jacsel dos Santos Secretário de Desenvolvimento Rural Vinicius Tourinho Secretário de Saúde

Elizangela Veis Sponholz Secretária de Educação, Cultura e Desporto

Página 8 de 11

io Colferai

Secretario de Indústria comércio e Turismo





13. Dotação Orçamentária:

- 13.1. Conforme princípio do planejamento integrado, em anexo.
- 13.2. Por se tratar de Registro de Preços, a reserva da dotação orçamentária deverá ser efetuada no ato da aquisição, devendo a Secretaria solicitante verificar a existência de saldo.

14. Anticorrupção:

14.1. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste Termo de Referência, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do Termo de Referência, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste Termo de Referência, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

15. Da gestão e fiscalização da Ata de Registro de preços:

- 15.1. A Administração indica como gestora da Ata Registro de Preços a Secretária de Assistência Social, Fatima Vogel da Silva, Decreto Municipal nº 7.479 de 05/01/2021, para as aquisições feitas pela Secretaria Municipal de Assistência Social.
- 15.2. A Administração indica como gestor da Ata Registro de Preços o Secretário de Saúde, Vinicius Tourinho, Decreto Municipal nº 7.471 de 04/01/2021, para as aquisições feitas pela Secretaria de Saúde.
- 15.3. A Administração indica como gestor da Ata Registro de Preços o Secretário de Obras, Viação e Urbanismo, Mauro Busanello, Decreto Municipal nº 7.480 de 06/01/2021, para as aquisições feitas pela Secretaria de Obras, Viação e Urbanismo.
- 15.4. A Administração indica como gestora da Ata Registro de Preços a Secretária de Educação, Cultura e Desporto, Elizangela Veis Sponholz, Decreto Municipal nº 7.800 de 03/01/2022, para as aquisições feitas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.
- 15.5. A Administração indica como gestor da Ata Registro de Preços, o Secretário de Desenvolvimento Rural, Assioli Jacsel dos Santos, Decreto Municipal nº 7523 de 08/01/2021, para as aquisições feitas pela Secretaria de Desenvolvimento Rural.
- 15.6. A Administração indica como gestor da Ata Registro de Preços, o Secretário de Indústria, Comércio e Turismo, Lindones Antonio Colferai, Decreto Municipal nº 7.584 de 10/03/2021, para as aquisições feitas pela Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo.

15.7. Considerando ser um processo licitatório que será utilizado por diversas Secretarias da Administração Municipal, indicam-se os fiscais abaixo relacionados:

15.7.1. Da Secretaria de Administração, Franchy Rech, Decreto nº 7513 de 01/02/2021

Carlos Lopes
Secretário de Administração

Mauro Busanello Secretário de Obras, Viação e Urbanismo Fatima Vogel da Silva Secretária de Assistência Social

Assioli Jacsel dos Santos Secretário de Desenvolvimento Rural Vinicius Tourinho Secretário de Saúde

Tourinno Lindones Aptónio Collerai de Saude Sedietário de Indústria, comércio e Turismo

Elizangela Veis Sponholz Secretária de Educação, Cultura e Desporto





- 15.7.2. Da Secretaria de Assistência Social, Elenice Rodrigues do Prado, Decreto nº 7.679 de 02/07/2021.
- 15.7.3. Da Secretaria de Saúde, Cleuméri Bertuol, matrícula nº 1050-2.
- 15.7.4. Da Secretaria de Obras, Viação e Urbanismo, Reginaldo Muxfeldt, Decreto nº 7.682 de 02/07/2021.
- 15.7.5. Da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, Adriane Deveras Silveira, matrícula nº 126-0.
- 15.7.6. Da Secretaria de Desenvolvimento Rural, Veroni Strontzk, matrícula nº 1505-9.
- 15.7.7. Da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, Paulo Roque Marin, Decreto N° 7.818 de 01/02/2022.

Carlos Lopes Secretário de Administração

Mauro Busanello Secretário de Obras, Viação e Urbanismo Fatima Vogel da Silva Secretária de Assistência Social

Assioli Jacsel dos Santos Secretário de Desenvolvimento Rural Vinicius Vourinho Secretário de Saúde

Elizangela Veis Sponholz Secretária de Educação, Cultura e Desporto Lindones Antonio Colferai Secretario de Indústria, comérçio e Turismo





Declaração do Gestor e Fiscal da Ata de Registro de Preços

Declaramos estar cientes das responsabilidades e atribuições decorrentes da indicação e afirmamos plena concordância com as condições estabelecidas no Termo de Referência e demais anexos.

Fatima Vøgel da Silva

Secretária de Assistência Social

Gestor

Declaramos, ainda, sob as penas da lei, que as informações aqui prestadas são

verdadeiras.

Carlos Lopes

Secretário de Administração

Gestor

Mauro Busanello

Secretário de Obras, Viação e

Urbanismo

Gestor

Elizangela Veis Sponholz

Secretária de Educação, Cultura e

Desporto

Gestor

Secretário de Desenvolvimento

Assioli Jacsel dos Santos

Vinicius Tourinho

Secretário de Saúde

Gestor

Rural Gestor

Elenice Rodrigues do Prado

Secretaria de Assistência Social

Fiscal

Lindones Antonio Colterai

Secretário de Indústria, Comércio e

Turismo

Gestor

Cleuméri Bertuol

Secretaria de Saúde

Fiscal

Adriane Deveras Silveira

Secretaria Municipal de Educação,

Cultura e Desporto

Fiscal

Franchy Rech

Secretaria de Administração

Eiscal

Veroni Stro Veroni Strontzk

Secretaria de Desenvolvimento

Rural Fiscal

Reginaldo Muxfeldt

Secretaria de Obras, Viação e

Urbanismo

Fiscal

Paulo Roque Marin

Secretaria de Indústria, Comércio e

Turismo

Fiscal

Coronel Vivida, 07 de dezembro de 2022.

De acordo e ciente dos itens do Termo de Referência e demais documentos anexados junto ao processo licitatório.

Carlos Lopes Secretário de Administração

Mauro Busanello Secretário de Obras, Viação e Urbanismo

Fatima Vogel da Silva Secretária de Assistência Social

Assioli Jacsel dos Santos Secretário de Desenvolvimento Rural

Vinicius Tourinho Secretário de Saúde

Secretária de Educação, Cultura e Desporto

retario de Indústria,

Página 11 de 11



ORÇAMENTO

| LOTE | ITEM | QTDE | UN | CÓD. PMCV | DESCRIÇÃO | VALOR UNIT. R\$ | VAL | OR TOTAL R\$ |
|------------|------|-----------|----------------|--------------|---|--------------------|-----|--------------|
| 1 | 1 | 1200 | MT | 19012 | CALHA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO NUMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 33 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL, INSTALADA | 67,32 | R\$ | 80.784,00 |
| 1 | 2 | 1200 | MT | 19067 | CALHA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO NUMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 50 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL, INSTALADA | | R\$ | 122.400,00 |
| 1 | 3 | 1200 | МТ | 19068 | CALHA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO NUMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 100 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL, INSTALADA | | R\$ | 244.800,00 |
| 1 | 4 | 2000 | МТ | 19069 | RUFO EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO NUMERO 24, CORTE DE 25 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL, INSTALADA | | R\$ | 102.000,00 |
| 2 | 1 | 2000 | M² | 17372 | MAO DE OBRA PARA SERVICO DE PLANTIO DE GRAMA EM LEIVA OU MUDAS | | R\$ | |
| 2 | 2 | 500 | UN | 10313 | MAO DE OBRA PARA SERVICO DE PLANTIO DE ARBUSTOS ALTURA ATE 2 MTS | | R\$ | |
| 2 | 3 | 20.000,00 | M ² | 10315 | MAO DE OBRA PARA SERVICO DE CORTE DE GRAMA | | R\$ | |
| 2 | 4 | 1000 | M² | 1510 | MAO DE OBRA PARA SERVICOS DE ESPALHAR TERRA E ADUBAR | | R\$ | |
| 2 | 5 | 3.000,00 | M² | 1514 | MAO DE OBRA PARA SERVICOS DE CAPINAGEM EM TERRENOS PUBLICOS | | R\$ | 13- |
| 2 | 6 | 30.000,00 | M² | 17087 | MAO DE OBRA PARA SERVICOS DE ROCADA | | R\$ | |
| 3 | 1 | 1000 | M² | 1507 | MAO DE OBRA PARA REPAROS DE CALCADAS E PASSEIOS | | R\$ | |
| 3 | 2 | 800 | M² | 10322 | MAO DE OBRA PARA ASSENTAMENTO DE LAJOTAS DE CONCRETO | | R\$ | |
| 4 | 1 | 5.000,00 | HR | 19070 | SERVICO DE METALURGIA (INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAL) | R\$ 240,00 | R\$ | 1.200.000,00 |
| alor Total | | | | | | | R\$ | 1.749.984,00 |

local e data

| Ass: leandro palhucha de | nascimento |
|--------------------------|------------------------------|
| Razão social: | palhucha & palhucha Itda me |
| CNPJ: | 10.763.211.0001-30 |
| Telefone: | (46)32324027 |
| endereço | rua armindo jose gregolin 07 |
| e-mail: | paluchi29@hotmail.com |
| DADOS PARA PAGAMENTO | |
| Conta Corrente: | 2175-0 |
| Agência nº: | 4390 |
| Banco: | sicooh |

POR FAVOR SELECIONAR A OPÇÃO ABAIXO QUE SUA EMPRESA SE ENQUADRA.

| () MICROEMPRESA |
|--|
| (x) EMPRESA DE PEQUENO PORTE |
| () MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL |
| () EIRELI (EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA) |
| () EI (EMPRESARIO INDIVIDUAL) |
| () LUCRO REAL |
| () LUCRO PRESUMIDO |
| |

Estou compartilhando o arquivo 'cotação' com você

leandro paluchi <paluchi29@hotmail.com>

Ter, 29/11/2022 18:16

Para: DEPARTAMENTO DE COMPRAS CORONEL VIVIDA <comprascvv@outlook.com>

1 anexos (14 KB) cotação.xlsx;

Um aplicativo para todas as suas necessidades de Word, Excel, PowerPoint e PDF. Obter o Aplicativo do Office: https://aka.ms/officeandroidshareinstall

Obter o Outlook para Android



01/12/2022 11:06 about:blank



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

THE SP CO. VIVINGS

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

| NÚMERO DE INSCRIÇÃO 10.763.211/0001-30 MATRIZ COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO 06/04/2009 DATA DE ABERTURA 06/04/2009 | | | | | | | |
|---|---|--|-------------------------------------|--|--|--|--|
| NOME EMPRESARIAL PALHUCHA & PALHUCH | A LTDA | | | | | | |
| TÍTULO DO ESTABELECIMENTO FUNILARIA DESTAK | (NOME DE FANTASIA) | | PORTE ME | | | | |
| código e descrição da ativi 17.44-0-05 - Comércio va | | ução não especificados anteriormente | | | | | |
| 25.99-3-02 - Serviço de c 43.99-1-99 - Serviços esp 47.44-0-99 - Comércio va | pecializados para construção prejista de materiais de constr | não especificados anteriormente | nicipal, interestadual e | | | | |
| código e descrição da NATU 206-2 - Sociedade Empre | | | | | | | |
| OGRADOURO R ARMINDO JOSE GREC | GOLIN | NÚMERO COMPLEMENTO ******** | | | | | |
| B5.550-000 | BAIRRO/DISTRITO RODOLFO FERRI II | MUNICÍPIO CORONEL VIVIDA | UF PR | | | | |
| ENDEREÇO ELETRÔNICO | | TELEFONE (46) 3232-4027/ (46) 9131-366 | | | | | |
| ENTE FEDERATIVO RESPONSÁ | /EL (EFR) | | | | | | |
| SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA | | | a da situação cadastral 104/2009 | | | | |
| MOTIVO DE SITUAÇÃO CADAST | RAL | | | | | | |
| SITUAÇÃO ESPECIAL | | | TA DA SITUAÇÃO ESPECIAL | | | | |

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 01/12/2022 às 11:09:42 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

ORÇAMENTO

| LOTE | ITEM | QTDE | UN | CÓD. PMCV | DESCRIÇÃO | VALOR UNIT. R\$ | VALOR TOTAL R\$ |
|------------|--------------|-----------|----|--------------|---|--------------------|--------------------|
| 1 | 1 | 1200 | MT | 19012 | CALHA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO NUMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 33 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL, INSTALADA | | R\$ |
| 1 | 2 | 1200 | МТ | 19067 | CALHA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO NUMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 50 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL, INSTALADA | | R\$ |
| 1 | 3 | 1200 | МТ | 19068 | CALHA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO NUMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 100 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL, INSTALADA | | R\$ |
| 1 | 4 | 2000 | МТ | 19069 | RUFO EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO NUMERO 24, CORTE DE 25 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL, INSTALADA | | R\$ |
| 2 | 1 | 2000 | M² | 17372 | MAO DE OBRA PARA SERVICO DE PLANTIO DE GRAMA EM LEIVA OU MUDAS | 5.00 | R\$ 10,000 |
| 2 | 2 | 500 | UN | 10313 | MAO DE OBRA PARA SERVICO DE PLANTIO DE ARBUSTOS ALTURA ATE 2 MTS | 400 | R\$ 2 000,00 |
| 2 | 3 | 20.000,00 | M² | 10315 | MAO DE OBRA PARA SERVICO DE CORTE DE GRAMA | 1.15 | R\$ 23.000 |
| 2 | 4 | 1000 | M² | 1510 | MAO DE OBRA PARA SERVICOS DE ESPALHAR TERRA E ADUBAR | 2.00 | R\$ 2,000 ps |
| 2 | 5 | 3.000,00 | M² | 1514 | MAO DE OBRA PARA SERVICOS DE CAPINAGEM EM TERRENOS PUBLICOS | 4.00 | R\$ 1 2,000 |
| 2 | 6 | 30.000,00 | M² | 17087 | MAO DE OBRA PARA SERVICOS DE ROCADA | 1.25 | R\$ 34.500. |
| 3 | 1 | 1000 | M² | 1507 | MAO DE OBRA PARA REPAROS DE CALCADAS E PASSEIOS | | R\$ 38.000 |
| 3 | 2 | 800 | M² | 10322 | MAO DE OBRA PARA ASSENTAMENTO DE LAJOTAS DE CONCRETO | 15.00 | R\$ 12000 |
| 4 | 1 | 5.000,00 | HR | 19070 | SERVICO DE METALURGIA (INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAL) | | R\$ |
| alor do fr | rete (se ho | ouver) | 1 | | R\$ | | R\$ - |

Ass: Razão social:

CNPJ: 22 648 947 00246

Telefone: 99985070; endereço

e-mail:

DADOS PARA PAGAMENTO

Conta Corrente: Agência nº: Banco:

POR FAVOR SELECIONAR A OPÇÃO ABAIXO QUE SUA EMPRESA SE ENQUADRA.

| (|) MICROEMPRESA |
|---|--|
| (|) EMPRESA DE PEQUENO PORTE |
| (|) MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL |
| (|) EIRELI (EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA) |
| (|) EI (EMPRESARIO INDIVIDUAL) |
| (|) LUCRO REAL |
| (| LUCRO PRESUMIDO |



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

| 43.30-4-04 - Serviços de pintura de edifícios em geral 43.22-3-01 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás 43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica 43.99-1-03 - Obras de alvenaria CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual) COGRADOURO R VEREADOR FAUSTINO DALLA VECHIA DEP BAIRRO/DISTRITO VILA OPERARIA MUNICÍPIO CORONEL VIVIDA TELEFONE (46) 9978-3810 ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) | ERTURA 5 |
|--|--------------|
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 21.30-3-00 - Atividades paisagísticas CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 23.30-4-04 - Serviços de pintura de edifícios em geral 23.22-3-01 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás 23.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica 23.99-1-03 - Obras de alvenaria CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURIDICA 213-5 - Empresário (Individual) COGRADOURO R VEREADOR FAUSTINO DALLA VECHIA DEP 35.550-000 BAIRRO/DISTRITO VILA OPERARIA CORONEL VIVIDA TELEFONE (46) 9978-3810 | |
| BAIRRO/DISTRITO CORRADOURO R VEREADOR FAUSTINO DALLA VECHIA BAIRRO/DISTRITO VILA OPERARIA BAIRRO/DISTRITO VILA OPERARIA TELEFONE (46) 9978-3810 CODIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS SECUNDÁRIAS 43.304-404 - Serviços de pintura de edifícios em geral 43.22-3-01 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás 43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica 43.99-1-03 - Obras de alvenaria CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual) CORRADOURO R VEREADOR FAUSTINO DALLA VECHIA DEPROPETATIVO RESPONSÁVEL (EFR) | PORTE ME |
| 213-5 - Empresário (Individual) LOGRADOURO R VEREADOR FAUSTINO DALLA VECHIA DEP BAIRRO/DISTRITO VILA OPERARIA ENDEREÇO ELETRÔNICO ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) NÚMERO 40 MUNICIPIO CORONEL VIVIDA TELEFONE (46) 9978-3810 | |
| R VEREADOR FAUSTINO DALLA VECHIA DEP BAIRRO/DISTRITO VILA OPERARIA ENDEREÇO ELETRÔNICO ENTE FEDERATIVO RESPONSÂVEL (EFR) | |
| R VEREADOR FAUSTINO DALLA VECHIA BAIRRO/DISTRITO VILA OPERARIA MUNICIPIO CORONEL VIVIDA TELEFONE (46) 9978-3810 ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) | |
| ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) CORONEL VIVIDA TELEFONE (46) 9978-3810 | |
| (46) 9978-3810 ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) | UF PR |
| ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) | |
| | |
| SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA DATA DA SITUAC 15/06/2015 | ÃO CADASTRAL |
| MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL | |

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 06/12/2022 às 14:57:41 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:

22.648.947/0001-46

NOME EMPRESARIAL:

MANASSES GONCALVES DE MENEZES 05333623180

CAPITAL SOCIAL:

R\$10.000,00 (Dez mil reais)

NÃO HÁ INFORMAÇÃO DE QUADRO DE SÓCIOS E ADMINISTRADORES (QSA) NA BASE DE DADOS DO CNPJ

ORÇAMENTO

| LOTE | ITEM | QTDE | UN | PMCV | DESCRIÇÃO | VALOR UNIT. R\$ | VALOR TOTAL R\$ |
|------------|-------------|-----------|----|-------|---|--------------------|-----------------|
| 1 | 1 | 1200 | MT | 19012 | CALHA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO NUMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 33 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL, INSTALADA | | R\$ - |
| 1 | 2 | 1200 | MT | 19067 | CALHA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO NUMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 50 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL, INSTALADA | 1 | R\$ - |
| 1 | 3 | 1200 | MT | 19068 | CALHA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO NUMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 100 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL, INSTALADA | | R\$ - |
| 1 | 4 | 2000 | MT | 19069 | RUFO EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO NUMERO 24, CORTE DE 25 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL, INSTALADA | 1 | R\$ - |
| 2 | 1 | 2000 | M² | 17372 | MAO DE OBRA PARA SERVICO DE PLANTIO DE GRAMA EM LEIVA OU MUDAS | 9,30 | R\$ (8,600,00 |
| 2 | 2 | 500 | UN | 10313 | MAO DE OBRA PARA SERVICO DE PLANTIO DE ARBUSTOS ALTURA ATE 2 MTS | 12.60 | R\$ 6.300.00 |
| 2 | 3 | 20.000,00 | M² | 10315 | MAO DE OBRA PARA SERVICO DE CORTE DE GRAMA | 4,40 | R\$ 88,000,00 |
| 2 | 4 | 1000 | M² | 1510 | MAO DE OBRA PARA SERVICOS DE ESPALHAR TERRA E ADUBAR | 7.10 | R\$ 7.100,00 |
| 2 | 5 | 3.000,00 | M² | 1514 | MAO DE OBRA PARA SERVICOS DE CAPINAGEM EM TERRENOS PUBLICOS | 2,00 | R\$8.700,00- |
| 2 | 6 | 30.000,00 | M² | 17087 | MAO DE OBRA PARA SERVICOS DE ROCADA | 460 | R\$ 48,000,00- |
| 3 | 1 | 1000 | M² | 1507 | MAO DE OBRA PARA REPAROS DE CALCADAS E PASSEIOS | 40,00 | R\$ 40.000,00 |
| 3 | 2 | 800 | M² | 10322 | MAO DE OBRA PARA ASSENTAMENTO DE LAJOTAS DE CONCRETO | | R\$ 18,400,00 |
| 4 | 1 | 5.000,00 | HR | 19070 | SERVICO DE METALURGIA (INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAL) | | R\$ - |
| alor do fr | rete (se h | ouver) | | | R\$ | | R\$235.100.00 |

Ass: Evandra de Sorra

Razão social: Evandra de Sorra

CNPJ: 21.941.763/0001-07

Telefone: (46) 33976-1683

endereço Rua: Pedro Welato Parizat de Sarya.

Coranel Unida 06 de desembro de 2022.

DADOS PARA PAGAMENTO

Conta Corrente:

Agência nº:

Banco:

POR FAVOR SELECIONAR A OPÇÃO ABAIXO QUE SUA EMPRESA SE ENQUADRA.

| (|) MICROEMPRESA |
|---|--|
| (|) EMPRESA DE PEQUENO PORTE |
| (|) MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL |
| (|) EIRELI (EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA) |
| (|) EI (EMPRESARIO INDIVIDUAL) |
| (|) LUCRO REAL |
| (| LUCRO PRESUMIDO |



Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:

21.941.763/0001-07

NOME EMPRESARIAL:

EVANDRO DE LARA

CAPITAL SOCIAL:

R\$10.000,00 (Dez mil reais)

NÃO HÁ INFORMAÇÃO DE QUADRO DE SÓCIOS E ADMINISTRADORES (QSA) NA BASE DE DADOS DO CNPJ

06/12/2022 10:47 about:blank



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

| NÚMERO DE INSCRIÇÃO 21.941.763/0001-07 MATRIZ | | EINSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO 26/02/2015 | | | | |
|--|---|-------------------------------------|-------------|--|--|--|
| NOME EMPRESARIAL EVANDRO DE LARA | | | | | | |
| TÍTULO DO ESTABELECIMENTO | O (NOME DE FANTASIA) | | PORTE ME | | | |
| | /IDADE ECONÔMICA PRINCIPAL e pintura de edifícios em geral | | | | | |
| 43.99-1-03 - Obras de al 81.29-0-00 - Atividades 81.30-3-00 - Atividades | de limpeza não especificadas a palsagísticas | | | | | |
| código e descrição da NAT 213-5 - Empresário (Ind | | | | | | |
| OGRADOURO R PEDRO VEREATO PA | RIGOT DE SOUZA | 57 COMPLEMENTO SALA B | | | | |
| CEP 85.550-000 | BAIRRO/DISTRITO VILA NOVA | MUNICÍPIO CORONEL VIVIDA | UF PR | | | |
| ENDEREÇO ELETRÓNICO | | TELEFONE (46) 9976-1689 | | | | |
| ENTE FEDERATIVO RESPONSA | VEL (EFR) | | | | | |
| SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA | | DATA DA SITUAÇÃ 26/02/2015 | O CADASTRAL | | | |
| MOTIVO DE SITUAÇÃO CADAS | TRAL | | | | | |
| SITUAÇÃO ESPECIAL | | DATA DA SITUAÇÃ | O ESPECIAL | | | |

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 06/12/2022 às 10:51:30 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

about:blank



Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:

10.763.211/0001-30

NOME EMPRESARIAL:

PALHUCHA & PALHUCHA LTDA

CAPITAL SOCIAL:

R\$50.000,00 (Cinquenta mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:

LEANDRO PALHUCHA DE NASCIMENTO

Qualificação:

49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:

CATARINA PALHUCHA

Qualificação:

22-Sócio

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB. Emitido no dia 01/12/2022 às 11:09 (data e hora de Brasília).

Enviando por email cotacao_MCVV_assinado.pdf

Fernando Rocha <jfartinox@gmail.com>

Qua, 30/11/2022 09:04

Para: DEPARTAMENTO DE COMPRAS CORONEL VIVIDA <comprascvv@outlook.com>





| (X | 1 | MICROEMPRESA |
|----|---|--|
| • | | |
| (|) | EMPRESA DE PEQUENO PORTE |
| (|) | MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL |
| (|) | EIRELI (EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA) |
| (|) | EI (EMPRESARIO INDIVIDUAL) |
| (|) | LUCRO REAL |
| (|) | LUCRO PRESUMIDO |



ORÇAMENTO

| | LOTE | ITEM | QTDE | UN | CÓD. PMCV | DESCRIÇÃO | VALOR UNIT. R\$ | VAL | OR TOTAL R\$ |
|---|------|------|-----------|----|--------------|---|--------------------|-----|--------------|
| | 1 | 1 | 1200 | MT | 19012 | CALHA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO NUMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 33 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL, INSTALADA | R\$ 69,80 | R\$ | 83.760,00 |
| | 1 | 2 | 1200 | MT | 19067 | CALHA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO NUMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 50 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL, INSTALADA | R\$ 105,70 | R\$ | 126.840,00 |
| | 1 | 3 | 1200 | MT | 19068 | CALHA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO NUMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 100 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL, INSTALADA | R\$ 224,00 | R\$ | 268.800,00 |
| | 1 | 4 | 2000 | МТ | 19069 | RUFO EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO NUMERO 24, CORTE DE 25 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL, INSTALADA | | R\$ | 118.000,00 |
| | 2 | 1 | 2000 | M² | 17372 | MAO DE OBRA PARA SERVICO DE PLANTIO DE GRAMA EM LEIVA OU MUDAS | | R\$ | |
| | 2 | 2 | 500 | UN | 10313 | MAO DE OBRA PARA SERVICO DE PLANTIO DE ARBUSTOS ALTURA ATE 2 MTS | | R\$ | |
| | 2 | 3 | 20.000,00 | M² | 10315 | MAO DE OBRA PARA SERVICO DE CORTE DE GRAMA | | R\$ | |
| 1 | 2 | 4 | 1000 | M² | 1510 | MAO DE OBRA PARA SERVICOS DE ESPALHAR TERRA E ADUBAR | | R\$ | |
| | 2 | 5 | 3.000,00 | M² | 1514 | MAO DE OBRA PARA SERVICOS DE CAPINAGEM EM TERRENOS PUBLICOS | | R\$ | |
| ľ | 2 | 6 | 30.000,00 | M² | 17087 | MAO DE OBRA PARA SERVICOS DE ROCADA | | R\$ | |
| İ | 3 | 1 | 1000 | M² | 1507 | MAO DE OBRA PARA REPAROS DE CALCADAS E PASSEIOS | | R\$ | |
| | 3 | 2 | 800 | M² | 10322 | MAO DE OBRA PARA ASSENTAMENTO DE LAJOTAS DE CONCRETO | | R\$ | |
| | 4 | 1 | 5.000,00 | HR | 19070 | SERVICO DE METALURGIA (INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAL) | R\$ 238,00 | R\$ | 1.190.000,00 |
| | | | | | • | | | R\$ | 1.787.400,00 |

CORONEL VIVIDA 30 DE NOVEMBRO 2022

Ass:

Razão social:FERNANDO GONÇALVES DA ROCHA & CIA LTDA ME CNPJ: 23 700 938 00001-10 Telefone:46 3232 3580 endereço RUA ROSALINA GONÇALVES DA ROCHA N °70 e-mail:JFARTINOX@GMAIL.COM

DADOS PARA PAGAMENTO

Conta Corrente:14025-2 Agência nº:4390 Banco:SICOOB Documento assinado digitalmente

FRANCIELI REIS ROCHA
Data: 30/11/2022 09:03:05-0300
Verifique em https://verificador.iti.br

POR FAVOR SELECIONAR A OPÇÃO ABAIXO QUE SUA EMPRESA SE ENQUADRA.

01/12/2022 11:06 about:blank



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

| NÚMERO DE INSCRIÇÃO 23.700.938/0001-10 MATRIZ | | COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL DATA DE ABERTU 19/11/2015 | | | | | |
|---|--|---|--------------------------------------|--|--|--|--|
| NOME EMPRESARIAL FERNANDO GONCALV | ES DA ROCHA & CIA LTDA | | | | | | |
| TÍTULO DO ESTABELECIMENT JF ARTINOX | O (NOME DE FANTASIA) | | PORTE ME | | | | |
| | VIDADE ECONÓMICA PRINCIPAL de esquadrias de metal | | | | | | |
| 16.22-6-02 - Fabricação 25.11-0-00 - Fabricação 41.20-4-00 - Construçã 43.30-4-04 - Serviços d 43.30-4-99 - Outras obr 43.99-1-03 - Obras de a | de estruturas metálicas o de edifícios e pintura de edifícios em geral as de acabamento da construção Ivenaria varejista de vidros (Dispensada *) | eças de madeira para instalações in | dustriais e comerciais | | | | |
| 206-2 - Sociedade Emp | | | | | | | |
| LOGRADOURO R ROSALINA GONCAL | VES DA ROCHA | NÚMERO COMPLEMENTO | | | | | |
| R5.550-000 | BAIRRO/DISTRITO NUCLEO BARRO PRETO | MUNICÍPIO CORONEL VIVIDA | UF PR | | | | |
| ENDEREÇO ELETRÔNICO JFARTINOX@GMAIL.C | ОМ | TELEFONE (46) 3232-3580/ (46) 9933-201 | 9 | | | | |
| ENTE FEDERATIVO RESPONS | ÁVEL (EFR) | | | | | | |
| SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA | | | TA DA SITUAÇÃO CADASTRAL /11/2015 | | | | |
| MOTIVO DE SITUAÇÃO CADAS | TRAL | | | | | | |
| SITUAÇÃO ESPECIAL | | | TA DA SITUAÇÃO ESPECIAL | | | | |

(*) A dispensa de alvarás e licenças é direito do empreendedor que atende aos requisitos constantes na Resolução CGSIM nº 51, de 11 de junho de 2019, ou da legislação própria encaminhada ao CGSIM pelos entes federativos, não tendo a Receita Federal qualquer responsabilidade quanto às atividades dispensadas.

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 01/12/2022 às 11:10:40 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:

23.700.938/0001-10

NOME EMPRESARIAL:

FERNANDO GONCALVES DA ROCHA & CIA LTDA

CAPITAL SOCIAL:

R\$80.000,00 (Oitenta mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:

FERNANDO GONCALVES DA ROCHA

Qualificação:

49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:

FRANCIELI REIS ROCHA

Qualificação:

49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB. Emitido no dia 01/12/2022 às 11:10 (data e hora de Brasília).





INDICAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

OBJETO: Implantação de Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de calhas, rufos e consertos em geral, metalurgia incluindo fornecimento de material, itens a serem usados e instalados em diversas edificações públicas municipal, serviços gerais de limpeza, jardinagem, reparo de calçadas e passeios com lajotas

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 01 - ADMINISTRAÇÃO S.M.A.

Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - Material de Consumo

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.30.24 - Materiais para Manutenção de Bens Imóveis

Natureza da Despesa: 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.16 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.21 – Manutenção e Conservação de Estradas e Vias Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.82.02 – Limpeza e Conservação de Espaços Públicos

| UG | O/U | FONTE | P/A | DESCRIÇÃO | DESPESA PRINC. | DESD. | NATUREZA |
|----------|----------|-------|---------------------------------|--------------------------|-------------------|--------------|-----------------|
| 00 03/01 | 3/01 000 | | Serviços de Administração Geral | 49 | 2515 | 3.3.90.30.24 | |
| | | | | 03.001.04.122.0003.2.006 | 58 | 2527 | 3.3.90.39.16 |
| | | | | | | 2574 | 3.3.90.39.21 |
| | | | | | | 2755 | 3.3.90.39.82.02 |

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 02 - FUNREBOM

Natureza da Despesa: 3.3.90.30 – Material de Consumo

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.30.24 – Materiais para Manutenção de Bens Imóveis Natureza da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.16 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.16 – Manutenção e Conservação de Bens Imoveis Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.82.02 – Limpeza e Conservação de Espaços Públicos

| UG | O/U | FONTE | P/A | DESCRIÇÃO | DESPESA PRINC. | DESD. | NATUREZA |
|----|-------|---------|-------|--|-------------------|-------|-----------------|
| 00 | 03/02 | /02 000 | 2.010 | Manutenção e Modernização do Corpo de Bombeiros 03.002.06.182.0007.2.010 | 90 | 2529 | 3.3.90.30.24 |
| | | | | | 95 | 2528 | 3.3.90.39.16 |
| | | | | | | 2756 | 3.3.90.39.82.02 |

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO UNIDADE: 01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - Material de Consumo

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.30.24 – Materiais para Manutenção de Bens Imóveis

Natureza da Despesa: 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.16 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.82.02 – Limpeza e Conservação de Espaços Públicos

| UG | O/U | FONTE | P/A | DESCRIÇÃO | DESPESA PRINC. | DESD. | NATUREZA |
|----|-------|----------|-------|---|-------------------|-------|-----------------|
| 00 | 05/01 | /01 000 | 2.012 | Manutenção do Ensino | 166 | 2520 | 3.3.90.30.24 |
| | | | | Fundamental 05.001.12.361.0013.2.012 | 184 | 2716 | 3.3.90.39.16 |
| | | | | | | 2758 | 3.3.90.39.82.02 |
| 00 | 05/01 | 5/01 104 | 2.012 | Manutenção do Ensino Fundamental 05.001.12.361.0013.2.012 | 168 | 2531 | 3.3.90.30.24 |
| | | 187 01 | | | 186 | 2530 | 3.3.90.39.16 |
| | | | | | | 2759 | 3.3.90.39.82.02 |
| 00 | 05/01 | 107 | 2.012 | .012 Manutenção do Ensino Fundamental | 169 | 2757 | 3.3.90.30.24 |
| | | | | | 187 | 2760 | 3.3.90.39.16 |

92





| | | | | 05.001.12.361.0013.2.012 | | 2761 | 3.3.90.39.82.02 |
|----|-------|-----|-------|-------------------------------------|-----|------|-----------------|
| 00 | 05/01 | 000 | 2.011 | CRECHES 05.001.12.365.0012.2.011 | 257 | 2709 | 3.3.90.30.24 |
| | | | | | 265 | 2717 | 3.3.90.39.16 |
| | | | | | | 2762 | 3.3.90.39.82.02 |
| 00 | 05/01 | 103 | 2.011 | CRECHES 05.001.12.365.0012.2.011 | 258 | 2517 | 3.3.90.30.24 |
| | | | | | 266 | 2532 | 3.3.90.39.16 |
| | | | | | | 2763 | 3.3.90.39.82.02 |

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO UNIDADE: 02 – DEPARTAMENTO DE CULTURA

Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - Material de Consumo

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.30.24 – Materiais para Manutenção de Bens Imóveis

Natureza da Despesa: 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.16 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.82.02 – Limpeza e Conservação de Espaços Públicos

| UG | O/U | FONTE | P/A | DESCRIÇÃO | DESPESA PRINC. | DESD. | NATUREZA |
|----|-------|-------|-------|--|-------------------|-------|-----------------|
| 00 | 05/02 | 000 | 2.018 | Manutenção das Atividades Culturais 05.002.13.392.0017.2.018 | 306 | 2521 | 3.3.90.30.24 |
| | | | | | 312 | 2533 | 3.3.90.39.16 |
| | | | | | | 2765 | 3.3.90.39.82.02 |

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO UNIDADE: 03 – DEPARTAMENTO DO DESPORTO

Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - Material de Consumo

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.30.24 - Materiais para Manutenção de Bens Imóveis

Natureza da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.16 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.82.02 – Limpeza e Conservação de Espaços Públicos

| UG | O/U | FONTE | P/A | DESCRIÇÃO | DESPESA PRINC. | DESD. | NATUREZA |
|------|-------|-------|-------|---|-------------------|-------|-----------------|
| 00 (| 05/03 | 000 | 2.019 | Manutenção das Atividades Esportivas 05.003.27.812.0018.2.019 | 326 | 2523 | 3.3.90.30.24 |
| | | | | | 333 | 2534 | 3.3.90.39.16 |
| | | | | | | 2766 | 3.3.90.39.82.02 |

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE UNIDADE: 01 – DEPARTAMENTO DE SAÚDE

Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - Material de Consumo

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.30.24 – Materiais para Manutenção de Bens Imóveis

Natureza da Despesa: 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.16 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.82.02 – Limpeza e Conservação de Espaços Públicos

| UG | O/U | FONTE | P/A | DESCRIÇÃO | DESPESA PRINC. | DESD. | NATUREZA |
|----------|-------|-------|---------------------------|---|-------------------|--------------|-----------------|
| 02 06/01 | 000 | 2.027 | Atenção Básica Fixa - FMS | 655 | 25358 | 3.3.90.30.24 | |
| | | | | 06.001.10.301.0019.2.027 | 671 | 2535 | 3.3.90.39.16 |
| | | | | | | 2767 | 3.3.90.39.82.02 |
| 02 | 06/01 | 303 | | Atenção Básica Fixa - FMS | 656 | 2539 | 3.3.90.30.24 |
| | 1 | | | 06.001.10.301.0019.2.027 | 672 | 2536 | 3.3.90.39.16 |
| | | | | | | 2768 | 3.3.90.39.82.02 |
| 02 0 | 06/01 | 494 | 2.027 | Atenção Básica Fixa – FMS 06.001.10.301.0019.2.027 | 657 | 2540 | 3.3.90.30.24 |
| | | 17.1 | 911.01 | | 673 | 2537 | 3.3.90.39.16 |

28





| | | | | | | 2769 | 3.3.90.39.82.02 |
|----|----------|-----------|-------------------------------|---|-------|--------------|-----------------|
| 02 | 06/01 | 4940 | | Atenção Básica Fixa – FMS 06.001.10.301.0019.2.027 | 658 | 2487 | 3.3.90.30.24 |
| | | | | | 674 | 2271 | 3.3.90.39.16 |
| | | | | | | 2770 | 3.3.90.39.82.02 |
| 02 | 06/01 | 000 2.062 | Unidade de Pronto Atendimento | 848 | 2545 | 3.3.90.30.24 | |
| | | | | 06.001.10.302.0019.2.062 | 864 | 2541 | 3.3.90.39.16 |
| | | | | | | 2771 | 3.3.90.39.82.02 |
| 02 | 06/01 | 303 | 2.062 | Unidade de Pronto Atendimento 06.001.10.302.0019.2.062 | 849 | 2546 | 3.3.90.30.24 |
| | | | | | 865 | 2542 | 3.3.90.39.16 |
| | | | | | | 2772 | 3.3.90.39.82.02 |
| 02 | 06/01 | 494 | 2.087 | Manutenção das Atividades de MAC – Ambulatorial e Hospitalar 06.001.10.302.0019.2.087 | 900 | 2773 | 3.3.90.30.24 |
| | 11111111 | | | | 907 | 2774 | 3.3.90.39.16 |
| | | | | | 23.00 | 2775 | 3.3,90,39.82,02 |

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL UNIDADE: 01 – DEPARTAMENTO DE AGROPECUÁRIA

Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - Material de Consumo

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.30.24 – Materiais para Manutenção de Bens Imóveis

Natureza da Despesa: 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.16 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.82.02 – Limpeza e Conservação de Espaços Públicos

| UG | O/U | FONTE | P/A | DESCRIÇÃO | DESPESA PRINC. | DESD. | 3.3.90.30.24 | |
|----|-------|-------|-------|--------------------------------------|-------------------|-------|-----------------|--|
| 00 | 07/01 | 000 | 2.048 | Manutenção da Unidade de Agricultura | 416 | 2560 | | |
| | | | | 07.001.20.606.0024.2.048 | 421 | 2559 | 3.3.90.39.16 | |
| | | | | | | 2776 | 3.3.90.39.82.02 | |

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO UNIDADE: 01 – DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Natureza da Despesa: 3.3.90,30 - Material de Consumo

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.30.24 – Materiais para Manutenção de Bens Imóveis

Natureza da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.16 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.21 – Manutenção e Conservação de Estradas e Vias Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.82.02 – Limpeza e Conservação de Espaços Públicos

| UG | O/U | FONTE | P/A | DESCRIÇÃO | DESPESA PRINC. | DESD. | NATUREZA | | |
|----|-------|-------|-------|---|-------------------|-------|-----------------|--|--|
| 00 | 08/01 | 000 | 2.052 | Manutenção dos Serviços Públicos | 454 | 2525 | 3.3.90.30.24 | | |
| | | 327 | | 08.001.15.452.0027.2.052 | 460 | 2777 | 3.3.90.39.16 | | |
| | | | | | | 2179 | 3.3.90.39.88.02 | | |
| 00 | 08/01 | 000 | 1.052 | Obras e Equipamentos de Circulação 08.001.26.451.0029.1.052 | 488 | 2567 | 3.3.90.39.21 | | |

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO UNIDADE: 02 – DEPARTAMENTO DE MOBILIDADE RURAL

Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - Material de Consumo

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.30.24 – Materiais para Manutenção de Bens Imóveis

Natureza da Despesa: 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.21 - Manutenção e Conservação de Estradas e Vias

| UG | O/U | FONTE | P/A | DESCRIÇÃO | DESPESA PRINC. | DESD. | NATUREZA |
|----|-----|-------|-----|-----------|-------------------|-------|----------|
|----|-----|-------|-----|-----------|-------------------|-------|----------|







| 00 | 08/02 | 000 | 2.057 | Manutenção e Estruturação da Malha Viária 08.001.26.782.0032.2.057 | 507 | 2571 | 3.3.90.39.21 | |
|----|-------|-----|-------|--|-----|------|--------------|--|
| 00 | 08/02 | 000 | 2.057 | Manutenção e Estruturação da Malha Viária 08.001.26.782.0032.2.057 | 505 | 2778 | 3.3.90,30.24 | |

ÓRGÃO: 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO UNIDADE: 01 – DEPARTAMENTO DE INDUSTRIA E COMÉRCIO

Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - Material de Consumo

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.30.24 – Materiais para Manutenção de Bens Imóveis

Natureza da Despesa: 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.16 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.82.02 – Limpeza e Conservação de Espaços Públicos

| UG | O/U | FONTE | P/A | DESCRIÇÃO | DESPESA PRINC. | DESD. | NATUREZA | |
|----|-------|-------|-------|--------------------------------|-------------------|-------|----------------|--|
| 00 | 09/01 | 000 | 2.059 | Manutenção e Modernização da | 539 | 2563 | 3.3.90.30.24 | |
| | | | | Indústria, Comércio e Serviços | 544 | 2562 | 3.3.90.39.16 | |
| | | | | 09.001.22.661.0033.2.059 | | 2779 | 3.3.90.39.82.0 | |

ÓRGÃO: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL UNIDADE: 01 – DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL

Natureza da Despesa: 3,3.90.30 - Material de Consumo

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.30.24 - Materiais para Manutenção de Bens Imóveis

Natureza da Despesa: 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.16 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.82.02 – Limpeza e Conservação de Espaços Públicos

| UG | O/U | FONTE | P/A | DESCRIÇÃO | DESPES A PRINC. | DESD. | NATUREZA | |
|----|-------|-------|-------|---|--------------------|-------|-----------------|--|
| 07 | 10/01 | 000 | 2.116 | Atendimento e Manutenção no | 1132 | 2552 | 3.3.90.30.24 | |
| | | | | Eixo da PSB – Indivíduos e | 1142 | 2551 | 3.3.90.39.16 | |
| | | | | Famílias 10.001.08.244.0023.2.116 | | 2780 | 3.3.90.39.82.02 | |
| 07 | 10/01 | 934 | 2.116 | Atendimento e Manutenção no Eixo da PSB – Indivíduos e | 1133 | 2554 | 3.3.90.30.24 | |
| | | | | Famílias | 1143 | 2553 | 3.3.90.39.16 | |
| | | | | 10.001.08.244.0023.2.116 | | 27481 | 3.3.90.39.82.02 | |
| 07 | 10/01 | 000 | 6.072 | Atendimento e Manutenção no | 1087 | 2556 | 3.3.90.30.24 | |
| | | | | Eixo da PSE – MAC – Crianças e | 1094 | 2555 | 3.3.90.39.16 | |
| | | | | Adolescentes 10.001.08.243.0034.6.072 | | 2782 | 3.3.90.39.82.02 | |

ÓRGÃO: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL UNIDADE: 02 – DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO HUMANA

Natureza da Despesa: 3.3.90.30 – Material de Consumo

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.30.24 – Materiais para Manutenção de Bens Imóveis Natureza da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.16 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.82.02 – Limpeza e Conservação de Espaços Públicos

O/U FONTE DESCRIÇÃO DESPESA DESD. NATUREZA UG P/A PRINC. 3.3.90.30.24 Manutenção da Unidade de 573 2558 00 10/02 000 2.036 Assistência Social 576 2557 3.3.90.39.16

23





| 10.002.08.244.0023.2 | .036 2783 | 3.3.90.39.82.02 |
|----------------------|-----------|-----------------|
|----------------------|-----------|-----------------|

ÓRGÃO: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL UNIDADE: 03 – DEPARTAMENTO DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - Material de Consumo

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.30.24 – Materiais para Manutenção de Bens Imóveis

Natureza da Despesa: 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.16 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.82.02 – Limpeza e Conservação de Espaços Públicos

| UG | O/U | FONTE | P/A | DESCRIÇÃO | DESPESA PRINC. | DESD. | NATUREZA | |
|----|-------|-------|-------|-----------------------------------|-------------------|-------|-----------------|--|
| 04 | 10/03 | 000 | 6.044 | Atendimento à Criança, ao Jovem e | 979 | 2784 | 3.3.90.30.24 | |
| | | | | ao Adolescente - FMIA | 989 | 2785 | 3.3.90.39.16 | |
| | | | | 10.003.08.243.0022.6.044 | | 2786 | 3.3.90.39.82.02 | |

ÓRGÃO: 11 – SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

UNIDADE: 01 - DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HIDRICOS

Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - Material de Consumo

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.30.24 – Materiais para Manutenção de Bens Imóveis

Natureza da Despesa: 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.16 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.82.02 – Limpeza e Conservação de Espaços Públicos

| UG | O/U | FONTE | P/A | DESCRIÇÃO | DESPESA PRINC. | DESD. | NATUREZA | |
|----|-------|-------|-------|--------------------------|-------------------|-------|-----------------|--|
| 00 | 11/01 | 000 | 2.043 | | 591 | 2565 | 3.3.90.30.24 | |
| | | | | 11.001.18.541.0026.2.043 | 595 | 2564 | 3.3.90.39.16 | |
| | | | | | | 2787 | 3.3.90.39.82.02 | |

Coronel Vivida, 17 de janeiro de 2023

ADEMIR ANTONIO AZILIERO

CRC 025365-O/PR

| | | | | | | _ | | MAPA | COMPARATIVO |) | 4 | | | | | | |
|------|------|-----------|----------------|--------------|--|--------------------|---|--------------------|--------------------------------|--------------------|-----------------|--------------------|----------------------------------|--------------------|-----------------|--------------------|-----------------|
| * | | | | | PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA P.E 67/2022 ATA. 122/120/119/121 | | FERNADO GONÇALVES DA ROCHA E CIA LTDA ME | | PALHUCHA E PALHUCHA LTDA ME | | EVANDRO DE LARA | | MANASSES GONÇALVES DE MENEZES | | MÉDIA | | |
| Lote | Item | Qtde. | Unid | CÓD. PMCV | Descrição | Valor unit. R\$ | Valor total R\$ | Valor unit. R\$ | Valor total R\$ | Valor unit. R\$ | Valor total R\$ | Valor unit. R\$ | Valor total R\$ | Valor unit. R\$ | Valor total R\$ | Valor unit. R\$ | Valor total R\$ |
| 1 | 1 | 1200 | мт | 19012 | CALHA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO NUMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 33 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL, INSTALADA | 31,87 | 38.244,00 | 69,80 | 83.760,00 | 67,32 | 80.784,00 | | - | | - | 56,33 | 67.596,00 |
| 1 | 2 | 1200 | мт | 19067 | CALHA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO NUMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 50 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL, INSTALADA | 60,88 | 73.056,00 | 105,70 | 126.840,00 | 102,00 | 122.400,00 | | - | | * | 89,53 | 107.436,00 |
| 1 | 3 | 1200 | МТ | 19068 | CALHA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO NUMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 100 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL, INSTALADA | | 175.044,00 | 224,00 | 268.800,00 | 204,00 | 244.800,00 | | | | - | 191,29 | 229.548,00 |
| 1 | 4 | 2000 | МТ | 19069 | RUFO EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO NUMERO 24, CORTE DE 25 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL, INSTALADA | 30,69 | 61.380,00 | 59,00 | 118.000,00 | 51,00 | 102.000,00 | | | | 1/2 | 46,90 | 93.800,00 |
| 2 | 1 | 2000 | M² | 17372 | MAO DE OBRA PARA SERVICO DE PLANTIO DE GRAMA EM LEIVA OU MUDAS | 3,99 | 7.980,00 | | - | | 7- | 9,30 | 18.600,00 | 5,00 | 10.000,00 | 6,10 | 12.200,00 |
| 2 | 2 | 500 | UN | 10313 | MAO DE OBRA PARA SERVICO DE PLANTIO DE ARBUSTOS ALTURA ATE 2 MTS | 5,14 | 2.570,00 | | | | | 12,60 | 6.300,00 | 4,00 | 2.000,00 | 7,25 | 3.625,00 |
| 2 | 3 | 20.000,00 | M² | 10315 | MAO DE OBRA PARA SERVICO DE CORTE DE GRAMA | 1,00 | 20.000,00 | | - | | - | 4,40 | 88.000,00 | 1,15 | 23.000,00 | 2,18 | 43.600,00 |
| 2 | 4 | 1000 | M² | 1510 | MAO DE OBRA PARA SERVICOS DE ESPALHAR TERRA E ADUBAR | 1,00 | 1.000,00 | | - | | - | 7,10 | 7.100,00 | 2,00 | 2.000,00 | 3,37 | 3.370,00 |
| 2 | 5 | 3.000,00 | M ² | 1514 | MAO DE OBRA PARA SERVICOS DE CAPINAGEM EM TERRENOS PUBLICOS | 2,90 | 8.700,00 | | - | | - | 2,90 | 8.700,00 | 4,00 | 12.000,00 | 3,27 | 9.810,00 |
| 2 | 6 | 30.000,00 | M ² | 17087 | MAO DE OBRA PARA SERVICOS DE ROCADA | 1,00 | 30.000,00 | | 1 2 | | - | 1,60 | 48.000,00 | 1,15 | 34.500,00 | 1,25 | 37.500,00 |
| 3 | 1 | 1000 | M ² | 1507 | MAO DE OBRA PARA REPAROS DE CALCADAS E PASSEIOS | 16,00 | 16.000,00 | | - | | 1- | 40,00 | 40.000,00 | 38,00 | 38.000,00 | 31,33 | 31.330,00 |
| 3 | 2 | 800 | M² | 10322 | MAO DE OBRA PARA ASSENTAMENTO DE LAJOTAS DE CONCRETO | 12,00 | 9.600,00 | | - | | - | 23,00 | 18.400,00 | 15,00 | 12.000,00 | 16,67 | 13.336,00 |
| 4 | 1 | 5.000,00 | HR | 19070 | SERVICO DE METALURGIA (INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAL) | 167,00 | 835.000,00 | 238,00 | 1.190.000,00 | 240,00 | 1.200.000,00 | | | | - | 215,00 | 1.075.000,00 |

1.787.400,00

1.278.574,00

OBS: Após calculo da média e mediana, verificou-se ser mais vantojoso a compra pela média.

VALOR TOTAL:

Coronel Vivida, 06 de dezembro de 2022.

1.749.984,00

235.100,00

133.500,00

Departamento de Compras



1.728.151,00





MINUTA DO EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO № XX/2023 PROCESSO LICITATÓRIO № XX/2023

PARA OS LOTES 01, 02 e 04: AMPLA CONCORRÊNCIA
PARA O LOTE 03: COM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA
MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE
SEDIADAS EM ÂMBITO REGIONAL¹

MODO DE DISPUTA "ABERTO e FECHADO"

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE CALHAS, RUFOS E CONSERTOS EM GERAL, METALURGIA INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAL, ITENS A SEREM USADOS E INSTALADOS EM DIVERSAS EDIFICAÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAL, SERVIÇOS GERAIS DE LIMPEZA, JARDINAGEM, REPARO DE CALÇADAS E PASSEIOS COM LAJOTAS.

DATA: XX/XX/2023

ABERTURA: XX/XX/2023

¹ **Art. 2º**, §3º, II, "b) No âmbito dos municípios constituintes da Associação dos Municípios a que pertence o próprio Município − AMSOP;" (DECRETO MUNICIPAL № 7643 DE 03 DE MAIO DE 2021) http://amsop.com.br/municipios





MINUTA DO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° XX/2023 PROCESSO LICITATÓRIO № XX/2023

PARA OS LOTES 01, 02, e 04: AMPLA CONCORRÊNCIA

PARA O LOTE 03: COM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS
E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE SEDIADAS EM ÂMBITO REGIONAL²

1. PREÂMBULO

- 1.1. O MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA, por meio do Presidente da Comissão Permanente de Licitação, Sr. Juliano Ribeiro, designado pela Portaria nº 49/2022 de 29 de dezembro de 2022, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar o processo licitatório na modalidade PREGÃO, em sua forma ELETRÔNICA, sob o nº XX/2023, do tipo menor preço, POR LOTE, que no dia xx de xxxx de 2023, às xx:xx (xxxx) horas, estará abrindo as propostas de preços e que às xx:xx (xxxx) horas, estará abrindo a sala de disputa de preços, através do endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br, destinada a realização de licitação para o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE CALHAS, RUFOS E CONSERTOS EM GERAL, METALURGIA INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAL, ITENS A SEREM USADOS E INSTALADOS EM DIVERSAS EDIFICAÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAL, SERVIÇOS GERAIS DE LIMPEZA, JARDINAGEM, REPARO DE CALÇADAS E PASSEIOS COM LAJOTAS, conforme especificações contidas no termo de referência ANEXO I, deste Edital e demais anexos.
- 1.2. O procedimento licitatório obedecerá integralmente à legislação que se aplica à modalidade Pregão, sob a égide da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Municipal nº 1.708 de 18 de setembro de 2003, Decreto Municipal nº 3262 e 3263 de 28 de setembro de 2006, Lei Complementar Federal nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar Municipal nº 18 de 20 de dezembro de 2007, Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014 e subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e <u>Decreto Federal nº 10.024/2019</u>, bem como as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

INÍCIO DO CADASTRO DAS PROPOSTAS: XX/XX/2023, a partir das XXhXXmin.

TÉRMINO DO CADASTRO DAS PROPOSTAS: XX/XX/2023, às XXhXXmin.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: XX/XX/2023, após às XXhXXmin. INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: XX/XX/2023, às XXhXXmin. LOCAL: www.licitacoes-e.com.br. – "Acesso Identificado"

² **Art. 2º**, §3º, II, "b) No âmbito dos municípios constituintes da Associação dos Municípios a que pertence o próprio Município − AMSOP;" (DECRETO MUNICIPAL № 7643 DE 03 DE MAIO DE 2021) http://amsop.com.br/municipios







- 1.3. A apresentação da proposta leva a participante a aceitar e acatar todas as normas contidas no presente Edital e será considerada evidencia que os produtos/serviços ofertados atendem integralmente ao descritivo exigido neste edital.
- 1.4. O inteiro teor do Edital e seus anexos poderão ser retirados gratuitamente (em mídia digital) junto a Divisão de Licitações e Contratos, na Prefeitura Municipal de Coronel Vivida, no horário de expediente, das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min, na Praça Angelo Mezzomo, s/n Centro, na cidade de Coronel Vivida, Estado do Paraná, ou através dos sites: www.coronelvivida.pr.gov.br / www.licitacoes-e.com.br. Demais indormações, telefones: (46) 3232-8300, e-mail: licitacao@coronelvivida.pr.gov.br.

2. DO OBJETO

- 2.1. A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE CALHAS, RUFOS E CONSERTOS EM GERAL, METALURGIA INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAL, ITENS A SEREM USADOS E INSTALADOS EM DIVERSAS EDIFICAÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAL, SERVIÇOS GERAIS DE LIMPEZA, JARDINAGEM, REPARO DE CALÇADAS E PASSEIOS COM LAJOTAS, conforme especificações contidas no termo de referência ANEXO I.
- 2.2. Será utilizado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "ABERTO e FECHADO", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, nos termos deste Edital.
- 2.3. A ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses.

3. DO VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO

- 3.1. O valor total máximo estimado para a presente licitação é de **R\$ 1.728.151,00 (um milhão** <u>e setecentos e vinte e oito mil, cento e cinquenta e um reais</u>), observados os valores máximos admitidos para cada lote, conforme especificado no Anexo I do presente edital.
 - 3.1.1. A disputa será realizada pela unidade LOTE, podendo, se for o caso, ser utilizado a disputa simultânea de até 10 lotes, já previsto no sistema eletrônico, devendo a empresa acessar o sistema utilizando sua chave/senha por meio do endereço: www.licitacoes-e.com.br.

4. DA JUSTIFICATIVA

4.1. Encontra-se detalhada no Anexo I – termo de referência, no item 2 e 3.

5. DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

5.1. O Pregão, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança — criptografia e autenticação — em todas as suas fases







através do Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica (licitações) do Banco do Brasil.

5.2. Poderão participar deste Pregão:

- 5.2.1. Quaisquer empresas interessadas que se enquadrem no ramo de atividade pertinente ao objeto da licitação e que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos.
- 5.2.2. Não poderão participar do lote 03, as empresas que não se enquadrem como ME, MEI ou EPP e que não estejam situadas no âmbito regional (Ampére, Barracão, Bela Vista do Caroba, Boa Esperança do Iguaçu, Bom Jesus do Sul, Bom Sucesso do Sul, Capanema, Chopinzinho, Clevelândia, Coronel Domingos Soares, Coronel Vivida, Cruzeiro do Iguaçu, Dois Vizinhos, Enéas Marques, Flor da Serra do Sul, Francisco Beltrão, Honório Serpa, Itapejara do Oeste, Manfrinópolis, Mangueirinha, Mariópolis, Marmeleiro, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Prata do Iguaçu, Palmas, Pato Branco, Pérola do Oeste, Pinhal de São Bento, Planalto, Pranchita, Realeza, Renascença, Salgado Filho, Salto do Lontra, Santa Izabel do Oeste, Santo Antônio do Sudoeste, São João, São Jorge D'Oeste, Saudade do Iguaçu, Sulina, Verê e Vitorino), nos termos do Artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, ou que, nessa condição, estejam inclusas em alguma das excludentes hipóteses do parágrafo 4º da mencionada Lei Complementar.
- 5.3. Como requisito para participação neste Pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e concorda com as condições previstas neste Edital, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.
- 5.4. Não poderão participar direta ou indiretamente deste Pregão:
 - a) Interessados que se enquadrem nas vedações previstas no art. 16 da lei estadual paranaense n.º 15.608/2007;
 - b) Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste pregão;
 - c) Empresas suspensas temporariamente de participar de licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA PR, conforme inciso III do artigo 150 da Lei Estadual Paranaense n.º 15.608/2007;
 - d) Empresas punidas com a sanção prevista no item anterior, durante o prazo de vigência de igual sanção imposto por órgão ou entidades do Estado, nos termos do artigo 155 da Lei Estadual Paranaense nº 15.608/2007;
 - e) Empresas impedidas de licitar e contratar no âmbito do Estado do Paraná conforme Lei Federal n.º 10.520/02, artigo 7º;
 - f) Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual, Municipal, Direta e Indireta com fulcro no inciso IV do artigo 150 da Lei Estadual Paranaense n.º 15.608/07 ou no inciso IV do artigo 87 da Lei Federal n.º 8.666/1993;
 - g) Empresa que se encontre sob falência, dissolução, recuperação judicial ou extrajudicial;
 - h) Consórcio de empresas, sob nenhuma forma;
 - i) Após receber a documentação de habilitação das licitantes vencedoras, a equipe de apoio fará consulta por meio eletrônico junto ao sítio do Tribunal de Contas do Estado do Paraná - https://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidos.aspx e





no sítio da Controladoria Geral da União - http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis, verificando se a mesma foi declarada inidônea por algum ente público, caso seja comprovado tal ato, a mesma estará impossibilitada de licitar ou contratar com a Administração Pública, e havendo necessidade, será juntada cópia do processo administrativo do ente público que declarou a licitante inidônea junto ao processo em epígrafe;

- j) Aquelas que tenham incompatibilidade negocial com o município, nos termos da Constituição Federal e da Lei Federal nº 8.666/93, bem como conforme interpretação do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
- 5.5. A participação neste certame importa ao licitante o conhecimento de todas as condições estabelecidas no presente Edital, bem como a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis.

6. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

- 6.1. Conforme Art. 23 do Decreto Federal nº 10.024/2019, os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, através do email: licitacao@coronelvivida.pr.gov.br
 - 6.1.1. Em hipótese alguma serão aceitos pedidos de esclarecimentos verbais quanto ao Edital.
 - 6.1.2. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, <u>e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.</u>
 - 6.1.3. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.
- 6.2. Conforme previsto no art. 24 do Decreto Federal nº 10.024/2019, Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até 3 dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, através de email no endereço eletrônico: <u>licitacao@coronelvivida.pr.gov.br</u>, no prazo mencionado.
 - 6.2.1. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, <u>auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos</u>, decidir sobre a impugnação no prazo de 2 dias úteis, contado do data de recebimento da impugnação.
 - 6.2.2. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
 - 6.2.3. Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.
 - 6.2.4. As impugnações enviadas intempestivamente serão desconsideradas.







7. DO CREDENCIAMENTO

- 7.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no site www.licitacoes-e.com.br.
- 7.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.
- 7.3. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Coronel Vivida PR responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 7.4. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.
- 7.5. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

8. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NO SISTEMA

- 8.1. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 8.2. Incumbirá ainda à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 8.3. A participação no Pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da Proposta de Preço e dos Documentos de Habilitação exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até às XXhXXmin do dia XX de XXXX de 2023 (Horário de Brasília).
 - 8.3.1. Serão consideradas inválidas as propostas e os documentos de habilitação apresentads por quaisquer outros meios.
 - 8.3.2. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar n.º 123/2006 e alterações.
- 8.4. Como requisito para a participação no Pregão, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.





- 8.5. Até a data e hora previstas neste Edital, a Licitante poderá acessar o sistema eletrônico para retirar, alterar ou complementar a proposta formulada. A partir do início da sessão pública, não poderão ser alteradas ou retiradas as propostas formuladas.
- 8.6. A Proposta de Preços deverá ser apresentada por meio eletrônico, através do http://www.licitacoes-e.com.br/, onde o licitante, após login, deverá acessar o menu "Opções da Licitação", opção "Oferecer Proposta", sendo **obrigatório** o preenchimento do campo denominado "valor total do lote (R\$)" onde deverá preencher o "Valor total do lote" (conforme figura abaixo).



MAS CUIDADO!!! NESTE MOMENTO É **VEDADO IDENTIFICAR** O **NOME DA EMPRESA** QUE ESTÁ APRESENTANDO A PROPOSTA (item 8.8).

- **8.6.1.** A proposta deverá ser apresentada pelo valor total do lote. Considerando que a disputa é por lote, no valor total proposto, a empresa estará automaticamente cotando todos os itens do lote.
- 8.6.2. No campo descrição/observações (figura acima) **não deverá** ser identificado o nome da empresa, <u>sob pena de desclassificação</u>.
- 8.7. A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital.
 - 8.7.1. EM CASO DE DIVERGÊNCIA, EM RELAÇÃO AO DESCRITIVO CONSTANTE NO EDITAL E NO PORTAL LICITACOES-E, PREVALECERÁ O DESCRITIVO DO EDITAL.
- 8.8. A proposta comercial, neste momento, <u>não deverá conter</u> dados que identifiquem a Licitante. <u>Não deverá</u> ser anexado juntamente com a proposta qualquer documento de habilitação que identifique a empresa, sob pena de desclassificação. Os documentos de habilitação <u>devem ser inseridos no local apropriado</u>. <u>Dúvidas ler manual denominado</u> "Documentos de Habilitação" na página inicial do licitacoes-e.
- 8.9. SERÁ DESCLASSIFICADA A PROPOSTA INICIAL QUE: 8.9.1. CADASTRAR PROPOSTA COM O VALOR UNITÁRIO.







8.9.2. IDENTIFICAR A EMPRESA, CONFORME ESTABELECIDO NO EDITAL, SUBITENS 8.6.2 E 8.8.

- 8.10. Os documentos que compõem a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
- 8.11. A HABILITAÇÃO DO LICITANTE SERÁ AFERIDA POR INTERMÉDIO DOS SEGUINTES DOCUMENTOS (DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO):
 - 8.11.1. A documentação de habilitação deverá ser inserida na plataforma eletrônica antes da abertura da sessão pública, a qual será utilizada para apuração quanto a habilitação da empresa que apresentou o menor lance. Deverão estar inseridos na plataforma eletrônica os seguintes documentos:

OBS: As empresas que forem participar em mais de um lote deverão anexar na plataforma eletrônica, os documentos de habilitação em cada um dos lotes cotados, antes da abertura da sessão.

8.11.1.1. Da Habilitação Jurídica:

- a) Registro comercial, para empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova do registro de ata de eleição da diretoria em exercício (Registro Civil das pessoas Jurídicas) de investidura ou nomeação da diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, devidamente publicado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- e) Certificado da Condição de Microempreendedor Individual CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.

8.11.1.2. Da Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), retirado via internet no máximo 90 (noventa) dias antes da data de abertura deste, de acordo com a Instrução Normativa da SRF nº 200 de 13 de setembro 2002);
- b) Prova de Regularidade de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, mediante a apresentação de certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa

1





expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d" do parágrafo único do artigo 11 da Lei Federal n.º 8.212/1991;

- c) Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, por meio de Certidão Negativa de Débito ou Positiva com Efeitos de Negativa em relação a tributos estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual, do Estado sede da licitante;
- d) Prova de Regularidade para com a Fazenda **Municipal**, por meio de Certidão Negativa de Débito ou Positiva com Efeitos de Negativa em relação a tributos Municipais, expedida pela Prefeitura do Município sede da licitante;
- e) Prova de Regularidade relativa ao **FGTS**, por meio de Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), expedida pela Caixa Econômica Federal (www.caixa.gov.br) ou do documento denominado "Situação de Regularidade do Empregador", com prazo de validade em vigor na data marcada para abertura dos envelopes e processamento do Pregão;
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com validade igual ou posterior à data prevista para a abertura desta Licitação (www.tst.jus.br/certidao).

8.11.1.3. Das Declarações:

- a) Declaração unificada de idoneidade, cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da constituição federal, declaração de comprometimento e cumprimento ao art. 9º, inciso III da lei 8.666/93, e de ME/EPP (ver modelo conforme Anexo II).
- 8.12. A documentação deverá estar dentro do prazo de validade na data prevista para a abertura das propostas deste Edital (data de emissão/expedição e validade), e em nenhum caso será concedido prazo para apresentação de documentação que não foram anexados na plataforma eletrônica, bem como não será permitida documentação incompleta, protocolo ou quaisquer outras formas de comprovação que não sejam as condições exigidas neste Edital. Não serão aceitas certidões que contenham ressalvas de que "não são válidas para fins licitatórios."
 - 8.12.1. Independente da ordem de classificação, todas as licitantes deverão estar com a documentação em dia na data da licitação (no caso das ME, EPP e MEI, mesmo que vencida a data de validade dos documentos de regularidade fiscal e trabalhista).
- 8.13. Serão aceitas apenas as cópias legíveis, não sendo aceitos documentos cujas datas estejam esmaecidas, ilegíveis ou rasuradas.





- 8.14. Os documentos exigidos valerão nos prazos que lhes são próprios; inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.
- 8.15. Em nenhuma hipótese será concedida prorrogação de prazo para apresentação dos documentos exigidos para a habilitação, com exceção ao disposto no art. 43 da Lei Complementar 123/2006.
- 8.16. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.
 - 8.16.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 8.17. As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da obtenção e apresentação dos documentos para habilitação.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO

- 9.1. A partir das XXhXXmin do dia XX de XXXX de 2023 terá início à sessão pública do Pregão Eletrônico nº XX/2023, com a abertura das propostas de preços recebidas e, após análise, início da etapa de lances, prevista para as XXhXXmin, conforme Edital.
- 9.2. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.
- 9.3. Aberta a sessão, o Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital, sejam omissas, apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento, <u>ou que identifiquem o licitante*</u>.
 - * É VEDADA A IDENTIFICAÇÃO DOS PROPONENTES LICITANTES NO SISTEMA, EM QUALQUER HIPÓTESE, ANTES DO TÉRMINO DA FASE COMPETITIVA DO PREGÃO (Decreto Federal nº 10.024/19, art. 30).
 - 9.3.1. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

1





- 9.4. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 9.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

10. DA ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

- 10.1. Para o objeto licitado, haverá a disponibilização do sistema para a formulação de lances pelas Licitantes, cujos procedimentos são explicitados nos subitens a seguir, tendo por amparo legal aqueles previstos no Decreto Federal nº 10.024/2019.
- 10.2. Após a fase de "Classificação das Propostas", o Pregoeiro dará sequência ao processo de Pregão, passando para a fase da "Sessão Pública de Lances", da qual só poderão participar as proponentes que tiveram suas propostas classificadas na fase anterior.
- 10.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e as licitantes.
- 10.4. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do seu recebimento e do valor consignado no registro.
 - 10.4.1. Assim como as propostas de preços, os lances serão ofertados pelo VALOR TOTAL DO LOTE.
- 10.5. A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.
- 10.6. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 10.7. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "ABERTO E FECHADO", em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 10.8. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 10.9. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento)





superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

- 10.9.1. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas neste subitem, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de 03 (três), oferecer um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 10.10. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.
 - 10.10.1. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos subitens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que as demais licitantes, até o máximo de 03 (três), na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 10.11. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhuma licitante classificada na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.
- 10.12. Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 10.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 10.14. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.
- 10.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances.
- 10.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 10.17. Para fins de cumprimento ao disposto no art. 44 da Lei Complementar 123/2006, as licitantes deverão informar no início da sessão pública se estão enquadradas como microempresa ou empresa de pequeno porte.
 - 10.17.1. As licitantes deverão informar apenas se estão, ou não, enquadradas na condição de microempresa e empresa de pequeno porte. Portanto não poderão identificar-se pela razão social, nome fantasia ou quaisquer outras informações não pertinentes ao solicitado.
- 10.18. Fica a critério do pregoeiro a autorização da correção de lances com valores digitados







errados ou situação semelhante, mesmo que antes do início da disputa de lances.

10.19. Ao finalizar a etapa do lance final fechado, <u>atinente aos lotes 01, 02 E 04 (ampla concorrência)</u>, o sistema automaticamente avaliará se existem microempresas e/ou empresas de pequeno porte (MEs e/ou EPPs) participando do lote do pregão. Se estas forem encontradas, então o sistema verificará se o preço por elas ofertado é até 5% (cinco por cento) maior do que a da melhor empresa previamente classificada, desde que esta não seja uma ME ou EPP. Terá o direito de ofertar o primeiro lance do desempate, a ME ou EPP que estiver com o preço imediatamente abaixo da primeira empresa previamente classificada. O lance ofertado deve ser obrigatoriamente menor que o lance ofertado pela empresa previamente classificada. O fornecedor terá no máximo 5 (cinco) minutos para ofertar o lance. Se assim não o fizer, então o sistema passará para a próxima ME ou EPP melhor classificada, desde que esta atenda aos critérios da LC 123/06.

10.19.1. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos § § 1º e 2º, do art. 44, da Lei Complementar nº 123/2006, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.19.2. Na hipótese da não apresentação de proposta conforme itens anteriores, será vencedora a empresa que apresentar a menor proposta na fase da disputa de preços.

10.20. O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor. As licitantes terão 03 (três) horas úteis, contados da solicitação do pregoeiro no sistema, para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado para o e-mail xxxx@coronelvivida.pr.gov.br com cópia para o e-mail licitacaocoronelvivida@gmail.com.

O não envio da proposta e se necessário documentos complementares via e-mail no prazo estabelecido implicara na inabilitação do licitante. Após o envio do e-mail, o responsável pelo envio deverá entrar em contato com o Pregoeiro para confirmar o recebimento do e-mail e do seu conteúdo. O Pregoeiro não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtudes de problemas no servidor ou navegador, tanto do município quanto do emissor.

11. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 11.1. Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério de menor preço por LOTE, na análise da proposta de preços, será verificado o atendimento de todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 11.2. Analisada a aceitabilidade dos preços obtidos, o Pregoeiro divulgará o resultado de julgamento da Proposta de Preço.





- 11.3. As propostas que apresentarem preços irrisórios, que impedirem o caráter competitivo do certame, que se mostrarem inexequíveis, que não espelharem o custo real do fornecimento ou que não atenderem as normas deste Edital, serão desclassificadas.
- 11.4. Não serão aceitos valores cotados com mais de 02 (duas) casas decimais após a vírgula, e, obrigatoriamente, estes números deverão ser superiores a zero.
 - 11.4.1. Considerando que a disputa é pelo valor total do lote, caso o valor total do vencedor dividido pela quantidade possua mais de duas casas após a virgula, será solicitado ao licitante vencedor para reduzir o valor total proposto, para o unitário fechar com duas casas após a virgula.
- 11.5. A presente licitação é destinada a participação de empresas de qualquer porte para os lotes 01, 02 e 04 e com participação exclusiva para ME, MEI ou EPP sediadas em âmbito regional (Ampére, Barracão, Bela Vista do Caroba, Boa Esperança do Iguaçu, Bom Jesus do Sul, Bom Sucesso do Sul, Capanema, Chopinzinho, Clevelândia, Coronel Domingos Soares, Coronel Vivida, Cruzeiro do Iguaçu, Dois Vizinhos, Enéas Marques, Flor da Serra do Sul, Francisco Beltrão, Honório Serpa, Itapejara do Oeste, Manfrinópolis, Mangueirinha, Mariópolis, Marmeleiro, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Prata do Iguaçu, Palmas, Pato Branco, Pérola do Oeste, Pinhal de São Bento, Planalto, Pranchita, Realeza, Renascença, Salgado Filho, Salto do Lontra, Santa Izabel do Oeste, Santo Antônio do Sudoeste, São João, São Jorge D´Oeste, Saudade do Iguaçu, Sulina, Verê e Vitorino), nos termos do Artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, ou que, nessa condição, estejam inclusas em alguma das excludentes hipóteses do parágrafo 4º da mencionada Lei Complementar, para o lote 03.
- 11.6. Na hipótese de empate, nos casos de não haver lances, após a etapa competitiva, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 11.7. A classificação e o julgamento das propostas são atos exclusivos do Pregoeiro, podendo desclassificar as propostas em desacordo com este Edital ou ainda, que se revelarem manifestamente inexequíveis, por fatos comprovados durante o processo de seleção.
- 11.8. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, se o licitante desatender às exigências da fase de habilitação ou se houver recusa da primeira classificada em confirmar sua proposta, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta, ou lance que atenda às normas do Edital.
- 11.9. Ocorrendo as situações previstas no item anterior, o pregoeiro poderá negociar com o licitante posteriormente classificado para que seja obtido preço melhor.
- 11.10. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível.







11.11. No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas de caráter formal que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

12. ENVIO DOS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES DE HABILITAÇÃO, APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA

12.1. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro convocará o licitante detentor da melhor oferta de cada lote, devendo este, encaminhar no prazo de 03 (três) horas úteis para o e-mail xxxx@coronelvivida.pr.gov.br com cópia para o e-mail licitacaocoronelvivida@gmail.com, a PROPOSTA DE PREÇOS ATUALIZADA, em conformidade com o último lance ofertado.

O não envio da proposta de preços via e-mail no prazo estabelecido implicara na desclassificação do licitante. Após o envio do e-mail, o responsável pelo envio deverá entrar em contato com o Pregoeiro para confirmar o recebimento do e-mail e do seu conteúdo. O Pregoeiro não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtudes de problemas no servidor ou navegador, tanto do município quanto do emissor.

- 12.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhadas por meio eletrônico, ou se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
 - 12.2.1. Poderão ser solicitados também, documentos de habilitação complementares, necessário a confirmação daqueles exigidos em edital e já apresentados, nos termos do item 8.11 deste Edital, dentro do prazo estabelecido no item 12.1.
 - 12.2.2. O prazo estabelecido para envio, caso seja necessário, de documentos de habilitação complementares, poderão ser prorrogados pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
 - 12.2.3. Encerrado o prazo determinado, sem que os documentos complementares tenham sido enviados ou a documentação esteja incompleta, o licitante terá sua proposta recusada.
- 12.3. A Proposta de Preços ATUALIZADA <u>do licitante vencedor</u> deverá conter os seguintes elementos:
 - a) Razão social da proponente, endereço e CNPJ;
 - b) Telefone, e-mail;
 - c) Número do Pregão;







- d) Descrição do objeto da presente licitação, em conformidade com as especificações deste Edital, sob pena de desclassificação do LOTE se considerado incompleto ou que suscite dúvida:
- e) Valor proposto, em moeda corrente nacional, **considerando até 02 (dois) algarismos após a vírgula**, devendo o mesmo incluir as despesas necessárias para o fornecimento do objeto da presente licitação;
- f) Prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias, <u>sendo que as propostas que</u> <u>omitirem ou indicarem prazo de validade inferior ao mínimo permitido serão entendidas como válidas pelo período de 60 (sessenta) dias consecutivos</u>; cujo prazo não se confunde com o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, onde a proposta vencedora terá seus preços assegurados durante a validade da referida ATA.
- 12.3.1. A proposta deverá ser redigida com clareza, sem emendas, rasuras ou borrões, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo representante legal da empresa (se Procurador acompanhado da respectiva Procuração, se não tiver sido enviada com os documentos de habilitação).
- 12.4. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, fretes e carretos, e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens de forma que o objeto do certame não tenha ônus para o Município de Coronel Vivida.
- 12.5. Não serão consideradas as propostas com alternativas, devendo as licitantes se limitarem às especificações deste Edital.
- 12.6. A apresentação da proposta por parte do licitante significa o pleno conhecimento e sua integral concordância e adesão para com as cláusulas deste edital e seus respectivos anexos.

12.7. Serão desclassificadas aquelas propostas que:

- 12.7.1. Não atenderem às exigências do presente Edital e seus anexos, sejam omissas, apresentem irregularidades ou defeitos, capazes de dificultar o julgamento, bem como aquelas que apresentem quaisquer ofertas de vantagens não previstas neste Edital, ou preços e vantagens baseados nas ofertas das demais licitantes.
- 12.7.2. Identificaram a empresa conforme previsto no item 9.3.
- 12.8. Decorrido o prazo da validade da proposta, sem convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.
- 12.9. As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas.
- 13. DISPOSIÇÕES GERAIS DE HABILITAÇÃO







- 13.1. As certidões/documentos expedidas pela Internet e que possuam código para averiguação, estão condicionadas à verificação de sua autenticidade nos sites de cada órgão emissor.
- 13.2. Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar dentro dos respectivos prazos de validade.
- 13.3. Não serão aceitos documentos em forma de 'FAX ou equivalente' e nem a apresentação de protocolo ou comprovantes de pagamento em substituição a documento solicitado como definitivo.
- 13.4. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados deverão estar:
 - a) em nome do licitante, com número do CNPJ e endereço respectivo.
 - b) em nome da sede (matriz), se o licitante for à sede (matriz).
 - c) em nome da filial, se o licitante for à filial, salvo aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente forem emitidos somente em nome da sede (matriz).
- 13.5. A falta de quaisquer documentos ou o descumprimento das exigências previstas nos subitens anteriores implicará a INABILITAÇÃO do licitante e sua consequente exclusão do processo.
- 13.6. Havendo superveniência de fato impeditivo, fica o licitante obrigado a declará-lo, sob as penalidades legais cabíveis.
- 13.7. Após a análise da proposta de menor preço, comprovado o atendimento às exigências fixadas neste Edital e aos requisitos da habilitação, o licitante será declarado vencedor.

14. DOS RECURSOS

- 14.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente, a intenção de interpor recurso, por meio do próprio sistema, no prazo máximo de 20 (vinte) minutos, imediatamente posteriores à declaração do vencedor da disputa pelo Pregoeiro. Tal manifestação terá que conter a síntese das razões que o motivaram, sendo obrigatório a apresentação das razões ao Pregoeiro, no prazo de até 03 (três) dias úteis, a contar da data de manifestação e devidamente protocolados na Prefeitura Municipal, localizada na Praça Angelo Mezzomo, s/n, Centro ou através do e-mail <u>licitacao@coronelvivida.pr.gov.br</u>, no horário compreendido entre 08:00 a 17:00 horas nos dias úteis. A licitante desclassificada antes da fase de disputa também poderá manifestar a sua intenção de interpor recurso desta forma.
 - 14.1.1. O prazo para manifestação da intenção de recorrer da decisão do pregoeiro iniciará logo após a habilitação das licitantes e será informado via chat, ficando sob responsabilidade das licitantes o acompanhamento das operações no Sistema Eletrônico.







- 14.2. Na hipótese do item 14.1, ficam os demais participantes intimados a apresentar contrarrazões, em igual prazo, que começará a correr ao término do prazo do recorrente.
- 14.3. Após a apresentação das contrarrazões ou do decurso do prazo estabelecido para tanto, o pregoeiro examinará o recurso e contrarrazões, podendo reformar sua decisão ou encaminhá-lo, devidamente informado à autoridade competente para decisão.
- 14.4. O acolhimento de recurso, ou a reconsideração do Pregoeiro, importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 14.5. O acolhimento do recurso, pela autoridade competente, implicará, tão somente, na invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 14.6. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recorrer, a adjudicação do objeto pelo Pregoeiro à licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.
- 14.7. O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.
- 14.8. Decorridos os prazos para os recursos e contrarrazões, o Pregoeiro terá até 05 (cinco) dias úteis para:
 - 14.8.1. Negar admissibilidade ao recurso, quando interposto sem motivação ou fora do prazo estabelecido;
 - 14.8.2. Motivadamente, reconsiderar a decisão;
 - 14.8.3. Manter a decisão, encaminhando o recurso à autoridade competente;
- 14.9. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o processo licitatório para determinar a contratação.
- 14.10. Não havendo recurso, o pregoeiro adjudicará o objeto ao licitante vencedor e encaminhará o procedimento à autoridade superior para homologação.
- 14.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na sala da Comissão Permanente de Licitação do Município de Coronel Vivida Estado do Paraná, à Praça Ângelo Mezzomo, s/nº, centro, Coronel Vivida-PR, durante os dias úteis, das 08:00h (oito horas) às 12:00h (doze horas) e das 13:00 h (treze horas) às 17:00h (dezessete horas).

15. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 15.1. A adjudicação ao licitante vencedor será realizada sempre que não houver manifestação dos participantes no sentido de apresentar recurso.
- 15.2. Ocorrendo a interposição de recursos, a adjudicação será realizada após a decisão dos mesmos.





15.3. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente, só podendo ser efetuada após a adjudicação ou depois de decididos os recursos, confirmada a regularidade de todos os procedimentos adotados.

15.4. A autoridade competente:

- 15.4.1. Deverá anular o presente Pregão, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, em caso de ilegalidade; ou
- 15.4.2. Poderá revogar o presente Pregão, a seu juízo, se for considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.
- 15.4.3. A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração, ressalvado o disposto no artigo 59, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93.
- 15.4.4. A nulidade da contratação opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que a ata de registro de preços, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

16. DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 16.1. Homologado o resultado da licitação pela autoridade competente, o Município convocará o licitante vencedor para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, assinar a ata de registro de preços, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e das demais sanções no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.
 - 16.1.1. O Município de Coronel Vivida designará um gestor e fiscal para acompanhar a execução das obrigações contratuais.
 - 16.1.2. A ata de registro de preços deverá ser assinada pelo representante legal da empresa ou seu preposto habilitado.
 - 16.1.3. O responsável pela empresa ou seu preposto habilitado, deverá assinar a ata de registro de preços na Divisão de Licitações do Município de Coronel Vivida ou quando enviada via e-mail à empresa, a qual, deverá providenciar a assinatura do responsável, ou preposto habilitado, para posterior encaminhamento ao Município de Coronel Vivida.
- 16.2. O Município de Coronel Vivida, poderá, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos no item 16.1., convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para negociar diretamente com a proponente melhor classificada, de conformidade com o presente edital, ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 16.3. O prazo de que trata o item **16.1.** poderá ser revisto nas hipóteses e forma a que alude o art. 57, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 8.666/93, desde que ocorra motivo justificado pela detentora, aceito pelo município.







- 16.4. Farão parte integrante da ata de registro de preços o presente edital e seus anexos, bem como os documentos constantes do processo e que tenham servido de base para a presente licitação e para a formulação da ata de registro de preços.
- 16.5. A ata de registro de preços se regerá pelas cláusulas e disposições nele constantes, pelas demais disposições constantes do presente edital, pelas disposições contidas na Lei nº 8.666/93, bem como pelas demais disposições legais aplicáveis à espécie do objeto da presente licitação, por mais especiais que sejam e mesmo que no Edital ou na minuta da ata de registro de preços não mencionados.

17. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

17.1. As obrigações do contratante estão detalhadas no item 7 do Termo de Referência – Anexo I do presente e devem ser rigorosamente observadas pelas partes.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

18.1. As obrigações da detentora estão detalhadas no item 8 do Termo de Referência – Anexo I do presente e devem ser rigorosamente observadas pelas partes.

19. DA SUBCONTRATAÇÃO

19.1. As condições para a subcontratação estão detalhadas no item 9 do termo de Termo de Referência — Anexo I do presente e devem ser rigorosamente observadas pelas partes.

20. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DOS PRODUTOS/SERVIÇOS

20.1. As condições para aceitação dos produtos e execução dos serviços estão fixadas detalhadamente no item 10 do Termo de Referência — Anexo I do presente e devem ser rigorosamente observados pelos licitantes para a formulação das propostas.

21. DA FORMA DE PAGAMENTO

21.1. A forma de pagamento está detalhada no item 11 do Termo de Referência – Anexo I do presente e devem ser rigorosamente observadas pelas partes.

22. DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

22.1. Os recursos para assegurar o pagamento das obrigações constantes neste Edital correrão por conta das dotações orçamentarias vigentes de cada departamento e conforme abaixo:

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 01 – ADMINISTRAÇÃO S.M.A.

Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - Material de Consumo

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.30.24 – Materiais para Manutenção de Bens Imóveis

Natureza da Despesa: 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.16 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis





Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.21 - Manutenção e Conservação de Estradas e Vias Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.82.02 - Limpeza e Conservação de Espaços Públicos DESD. NATUREZA UG O/U FONTE P/A DESCRIÇÃO DESPESA PRINC. 00 03/01 000 2.006 Serviços de Administração Geral 49 2515 3.3.90.30.24 03.001.04.122.0003.2.006 58 2527 3.3.90.39.16 2574 3.3.90.39.21 3.3.90.39.82.02 2755

ÓRGÃO: 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 02 - FUNREBOM

Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - Material de Consumo

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.30.24 – Materiais para Manutenção de Bens Imóveis Natureza da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.16 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.82.02 – Limpeza e Conservação de Espaços Públicos

| UG | O/U | FONTE | P/A | DESCRIÇÃO | DESPESA PRINC. | DESD. | NATUREZA |
|----|-------|-------|--------------------------|------------------------------------|-------------------|-----------------|--------------|
| 00 | 03/02 | 000 | 2.010 | Manutenção e Modernização do Corpo | 90 | 2529 | 3.3.90.30.24 |
| | | | de Bombeiros | 95 | 2528 | 3.3.90.39.16 | |
| | | | 03.002.06.182.0007.2.010 | | 2756 | 3.3.90.39.82.02 | |

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO UNIDADE: 01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - Material de Consumo

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.30.24 – Materiais para Manutenção de Bens Imóveis

Natureza da Despesa: 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.16 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.82.02 – Limpeza e Conservação de Espaços Públicos

| UG | 0/U | FONTE | P/A | DESCRIÇÃO | DESPESA PRINC. | DESD. | NATUREZA |
|----|----------|-------|-------|----------------------------------|-------------------|-------|-----------------|
| 00 | 05/01 | 000 | 2.012 | Manutenção do Ensino Fundamental | 166 | 2520 | 3.3.90.30.24 |
| | | | | 05.001.12.361.0013.2.012 | 184 | 2716 | 3.3.90.39.16 |
| | | | | | | 2758 | 3.3.90.39.82.02 |
| 00 | 05/01 | 104 | 2.012 | Manutenção do Ensino Fundamental | 168 | 2531 | 3.3.90.30.24 |
| | | | | 05.001.12.361.0013.2.012 | 186 | 2530 | 3.3.90.39.16 |
| | | 1 - 1 | | | | 2759 | 3.3.90.39.82.02 |
| 00 | 05/01 10 | 107 | 2.012 | Manutenção do Ensino Fundamental | 169 | 2757 | 3.3.90.30.24 |
| | | | | 05.001.12.361.0013.2.012 | 187 | 2760 | 3.3.90.39.16 |
| | | | | | | 2761 | 3.3.90.39.82.02 |
| 00 | 05/01 | 000 | 2.011 | CRECHES | 257 | 2709 | 3.3.90.30.24 |
| | 1,234 | 100 | 1 | 05.001.12.365.0012.2.011 | 265 | 2717 | 3.3.90.39.16 |
| | | | | | | 2762 | 3.3.90.39.82.02 |
| 00 | 05/01 | 103 | 2.011 | CRECHES | 258 | 2517 | 3.3.90.30.24 |
| | 1 7 | | | 05.001.12.365.0012.2.011 | 266 | 2532 | 3.3.90.39.16 |
| | | | | | | 2763 | 3.3.90.39.82.02 |

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO UNIDADE: 02 – DEPARTAMENTO DE CULTURA

Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - Material de Consumo

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.30.24 – Materiais para Manutenção de Bens Imóveis

Natureza da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.16 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.82.02 – Limpeza e Conservação de Espaços Públicos

| UG | 0/0 | FONTE | P/A | DESCRIÇÃO | DESPESA | DESD. | NATUREZA |
|----|------|-------|------|-----------|---------|-------|----------|
| 1 | 1000 | 23136 | 1.00 | | PRINC. | | |





| 00 | 05/02 | 000 | 2.018 | Manutenção das Atividades Culturais | 306 | 2521 | 3.3.90.30.24 |
|----|-------|-----|-------|-------------------------------------|-----|------|-----------------|
| | | | | 05.002.13.392.0017.2.018 | 312 | 2533 | 3.3.90.39.16 |
| | | | | | | 2765 | 3.3.90.39.82.02 |

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO UNIDADE: 03 – DEPARTAMENTO DO DESPORTO

Natureza da Despesa: 3.3.90.30 – Material de Consumo

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.30.24 - Materiais para Manutenção de Bens Imóveis

Natureza da Despesa: 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.16 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.82.02 – Limpeza e Conservação de Espaços Públicos

| UG | 0/U | FONTE | P/A | DESCRIÇÃO | DESPESA PRINC. | DESD. | NATUREZA |
|----|-------|-------|-------|--------------------------------------|-------------------|-------|-----------------|
| 00 | 05/03 | 000 | 2.019 | Manutenção das Atividades Esportivas | 326 | 2523 | 3.3.90.30.24 |
| | | | | 05.003.27.812.0018.2.019 | 333 | 2534 | 3.3.90.39.16 |
| | | | | | | 2766 | 3.3.90.39.82.02 |

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE UNIDADE: 01 – DEPARTAMENTO DE SAÚDE

Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - Material de Consumo

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.30.24 - Materiais para Manutenção de Bens Imóveis

Natureza da Despesa: 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.16 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.82.02 – Limpeza e Conservação de Espaços Públicos

| UG | 0/U | FONTE | P/A | DESCRIÇÃO | DESPESA PRINC. | DESD. | NATUREZA |
|----|---|-------|---|---|-------------------|-------|-----------------|
| 02 | 06/01 | 000 | 2.027 | Atenção Básica Fixa – FMS | 655 | 25358 | 3.3.90.30.24 |
| | | | | 06.001.10.301.0019.2.027 | 671 | 2535 | 3.3.90.39.16 |
| | 1 | | | | | 2767 | 3.3.90.39.82.02 |
| 02 | 06/01 | 303 | 2.027 | [] [[] [] [] [] [] [] [] [] [| 656 | 2539 | 3.3.90.30.24 |
| | | | | 06.001.10.301.0019.2.027 | 672 | 2536 | 3.3.90.39.16 |
| | | | | | | 2768 | 3.3.90.39.82.02 |
| 02 | 06/01 | 494 | 2.027 | Atenção Básica Fixa – FMS | 657 | 2540 | 3.3.90.30.24 |
| | 111111111111111111111111111111111111111 | | | 06.001.10.301.0019.2.027 | 673 | 2537 | 3.3.90.39.16 |
| | | | | | | 2769 | 3.3.90.39.82.02 |
| 02 | 06/01 | 4940 | 2.027 | .027 Atenção Básica Fixa – FMS 06.001.10.301.0019.2.027 | 658 | 2487 | 3.3.90.30.24 |
| | | | | | 674 | 2271 | 3.3.90.39.16 |
| | | | | | 1 | 2770 | 3.3.90.39.82.02 |
| 02 | 06/01 | 000 | 2.062 | Unidade de Pronto Atendimento | 848 | 2545 | 3.3.90.30.24 |
| | | | | 06.001.10.302.0019.2.062 | 864 | 2541 | 3.3.90.39.16 |
| | | | | | | 2771 | 3.3.90.39.82.02 |
| 02 | 06/01 | 303 | 2.062 | Unidade de Pronto Atendimento | 849 | 2546 | 3.3.90.30.24 |
| | 111111 | | 111111111111111111111111111111111111111 | 06.001.10.302.0019.2.062 | 865 | 2542 | 3.3.90.39.16 |
| | | | | | 100 | 2772 | 3.3.90.39.82.02 |
| 02 | 06/01 | 494 | 2.087 | Manutenção das Atividades de MAC – | 900 | 2773 | 3.3.90.30.24 |
| | 1 | | | Ambulatorial e Hospitalar | 907 | 2774 | 3.3.90.39.16 |
| | | | | 06.001.10.302.0019.2.087 | | 2775 | 3.3.90.39.82.02 |

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL UNIDADE: 01 – DEPARTAMENTO DE AGROPECUÁRIA

Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - Material de Consumo

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.30.24 – Materiais para Manutenção de Bens Imóveis

Natureza da Despesa: 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.16 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis





| UG | 0/U | FONTE | P/A | DESCRIÇÃO | DESPESA PRINC. | DESD. | NATUREZA |
|----|-------|-------|-------|--------------------------------------|-------------------|-------|----------------|
| 00 | 07/01 | 000 | 2.048 | Manutenção da Unidade de Agricultura | 416 | 2560 | 3.3.90.30.24 |
| | 1000 | | | 07.001.20.606.0024.2.048 | 421 | 2559 | 3.3.90.39.16 |
| | | | | | | 2776 | 3.3.90.39.82.0 |

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO UNIDADE: 01 – DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - Material de Consumo

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.30.24 – Materiais para Manutenção de Bens Imóveis

Natureza da Despesa: 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.16 — Manutenção e Conservação de Bens Imóveis Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.21 — Manutenção e Conservação de Estradas e Vias Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.82.02 — Limpeza e Conservação de Espaços Públicos

| UG | o/u | FONTE | P/A | DESCRIÇÃO | DESPESA PRINC. | DESD. | NATUREZA |
|----|-------|-------|-------|---|-------------------|-------|-----------------|
| 00 | 08/01 | 000 | 2.052 | Manutenção dos Serviços Públicos | 454 | 2525 | 3.3.90.30.24 |
| | 100 | | | 08.001.15.452.0027.2.052 | 460 | 2777 | 3.3.90.39.16 |
| | | | | | | 2179 | 3.3.90.39.88.02 |
| 00 | 08/01 | 000 | 1.052 | Obras e Equipamentos de Circulação 08.001.26.451.0029.1.052 | 488 | 2567 | 3.3.90.39.21 |

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO

UNIDADE: 02 - DEPARTAMENTO DE MOBILIDADE RURAL

Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - Material de Consumo

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.30.24 – Materiais para Manutenção de Bens Imóveis

Natureza da Despesa: 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.21 - Manutenção e Conservação de Estradas e Vias

| UG | 0/U | FONTE | P/A | DESCRIÇÃO | DESPESA PRINC. | DESD. | NATUREZA |
|----|-------|-------|-------|--|-------------------|-------|--------------|
| 00 | 08/02 | 000 | 2.057 | Manutenção e Estruturação da Malha Viária 08.001.26.782.0032.2.057 | 507 | 2571 | 3.3.90.39.21 |
| 00 | 08/02 | 000 | 2.057 | Manutenção e Estruturação da Malha Viária 08.001.26.782.0032.2.057 | 505 | 2778 | 3.3.90.30.24 |

ÓRGÃO: 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

UNIDADE: 01 - DEPARTAMENTO DE INDUSTRIA E COMÉRCIO

Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - Material de Consumo

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.30.24 – Materiais para Manutenção de Bens Imóveis

Natureza da Despesa: 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.16 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.82.02 – Limpeza e Conservação de Espaços Públicos

| UG | O/U | FONTE | P/A | DESCRIÇÃO | DESPESA PRINC. | DESD. | NATUREZA |
|----|-------|-------|-------|--------------------------------|-------------------|-------|-----------------|
| 00 | 09/01 | 000 | 2.059 | Manutenção e Modernização da | 539 | 2563 | 3.3.90.30.24 |
| | | | | Indústria, Comércio e Serviços | 544 | 2562 | 3.3.90.39.16 |
| | | | | 09.001.22.661.0033.2.059 | | 2779 | 3.3.90.39.82.02 |

ÓRGÃO: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL UNIDADE: 01 – DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL

Natureza da Despesa: 3.3.90.30 – Material de Consumo

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.30.24 - Materiais para Manutenção de Bens Imóveis

Natureza da Despesa: 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.16 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis





| UG | 0/U | FONTE | P/A | DESCRIÇÃO | DESPESA PRINC. | DESD. | NATUREZA |
|----|-------|-------|-------|--|-------------------|-------|-----------------|
| 07 | 10/01 | 000 | 2.116 | Atendimento e Manutenção no Eixo da | 1132 | 2552 | 3.3.90.30.24 |
| | | | | PSB – Indivíduos e Famílias | 1142 | 2551 | 3.3.90.39.16 |
| | | | | 10.001.08.244.0023.2.116 | | 2780 | 3.3.90.39.82.02 |
| 07 | 10/01 | 934 | 2.116 | Atendimento e Manutenção no Eixo da PSB – Indivíduos e Famílias | 1133 | 2554 | 3.3.90.30.24 |
| | | | | 10.001.08.244.0023.2.116 | 1143 | 2553 | 3.3.90.39.16 |
| | | | | 10.001.00.244.0023.2.110 | | 27481 | 3.3.90.39.82.02 |
| 07 | 10/01 | 000 | 6.072 | Atendimento e Manutenção no Eixo da | 1087 | 2556 | 3.3.90.30.24 |
| | | | | PSE – MAC – Crianças e Adolescentes | 1094 | 2555 | 3.3.90.39.16 |
| | | | | 10.001.08.243.0034.6.072 | | 2782 | 3.3.90.39.82.02 |

ÓRGÃO: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL UNIDADE: 02 – DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO HUMANA

Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - Material de Consumo

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.30.24 – Materiais para Manutenção de Bens Imóveis

Natureza da Despesa: 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.16 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.82.02 – Limpeza e Conservação de Espaços Públicos

| UG | O/U | FONTE | P/A | DESCRIÇÃO | DESPESA PRINC. | DESD. | NATUREZA |
|----|-------|-------|-------|--------------------------------------|-------------------|-------|-----------------|
| 00 | 10/02 | 000 | 2.036 | Manutenção da Unidade de Assistência | 573 | 2558 | 3.3.90.30.24 |
| | | | | Social | 576 | 2557 | 3.3.90.39.16 |
| | | | | 10.002.08.244.0023.2.036 | | 2783 | 3.3.90.39.82.02 |

ÓRGÃO: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL UNIDADE: 03 – DEPARTAMENTO DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - Material de Consumo

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.30.24 – Materiais para Manutenção de Bens Imóveis

Natureza da Despesa: 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.16 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.82.02 – Limpeza e Conservação de Espaços Públicos

| UG | 0/U | FONTE | P/A | DESCRIÇÃO | DESPESA PRINC. | DESD. | NATUREZA |
|-------|-------|-------|-------|--|-------------------|-------|-----------------|
| 04 10 | 10/03 | 000 | 6.044 | Atendimento à Criança, ao Jovem e ao Adolescente - FMIA | 979 | 2784 | 3.3.90.30.24 |
| | | | | | 989 | 2785 | 3.3.90.39.16 |
| | | | | 10.003.08.243.0022.6.044 | | 2786 | 3.3.90.39.82.02 |

ÓRGÃO: 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

UNIDADE: 01 - DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HIDRICOS

Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - Material de Consumo

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.30.24 – Materiais para Manutenção de Bens Imóveis

Natureza da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.16 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.82.02 – Limpeza e Conservação de Espaços Públicos

| UG | 0/U | FONTE | P/A | DESCRIÇÃO | DESPESA PRINC. | DESD. | NATUREZA |
|---------|-------|-------|-------|--------------------------|-------------------|-------|-----------------|
| 00 11/0 | 11/01 | 000 | 2.043 | Preservação Ambiental | 591 | 2565 | 3.3.90.30.24 |
| | | | | 11.001.18.541.0026.2.043 | 595 | 2564 | 3.3.90.39.16 |
| | | | | | | 2787 | 3.3.90.39.82.02 |







23. DO REAJUSTE DE PREÇOS E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

- 23.1. Durante a vigência do Registro de Preços, os valores registrados não serão reajustados.
- 23.2. Somente poderá ocorrer a recomposição de valores nos casos enquadrados no disposto no Artigo 65, II, "d" da Lei 8.666/93.
 - 23.2.1. Não serão liberadas recomposições decorrentes de inflação, que não configurem álea econômica extraordinária, tampouco fato previsível.
- 23.3. Os pedidos de recomposição de valores deverão ser protocolados junto ao Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal.
- 23.4. Somente serão analisados os pedidos de recomposição de valores que contenham todos os documentos comprobatórios para a referida recomposição, conforme disposto no Artigo 65, II, "d" da Lei 8.666/93.
- 23.5. Os valores recompostos somente serão repassados após a assinatura, devolução do Termo assinado (conforme o caso) e publicação do Termo de Aditamento.

24. DA REVISÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

- 24.1. O gestor responsável pela Ata de Registro de Preços deverá acompanhar, periodicamente, os preços praticados no mercado para os bens registrados, nas mesmas condições de fornecimento, podendo, para tanto, valer-se de pesquisa de preços ou de outro processo disponível.
- 24.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o gestor da Ata de Registro de Preços deverá convocar o fornecedor visando à negociação para a redução de preços e a sua adequação ao praticado pelo mercado.
 - 24.2.1. Frustrada a negociação, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido, desde que comprovadamente demonstre a inviabilidade de redução.

25. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PENALIDADES

25.1. Nos termos do Art. 7º da Lei 10.520/02, quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar a ata de registro de preços, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da ata de registro de preços, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art.







4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital, na ata de registro de preços e das demais cominações legais.

- 25.2. As sanções administrativas serão aplicadas em conformidade com o prescrito na Lei Federal nº 8666/93, e em legislação correlata, podendo ser das seguintes espécies:
 - a) Advertência.
 - b) Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou na ata de registro de preços.
 - c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração.
 - d) Declaração de inidoneidade.
 - 25.2.1. As sanções previstas nos subitens "a", "c" e "d" do item 25.2, poderão ser aplicadas cumulativamente com a do subitem "b".
- 25.3. A multa imposta a detentora ou licitante, poderá ser:
 - a) de caráter moratório, na hipótese de atraso injustificado na entrega ou execução do objeto da ata de registro, quando será aplicada nos seguintes percentuais:
 - I 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida, quando o atraso não for superior 30 (trinta) dias corridos.
 - II 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder a alínea anterior, até o limite de 15 (quinze) dias, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o trigésimo primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplida, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante.
 - b) de caráter compensatório, quando será aplicada nos seguintes percentuais.
 - I 15% (quinze por cento) do valor do empenho em caso de inexecução parcial do objeto pela detentora ou nos casos de rescisão da ata de registro de preços, calculada sobre a parte inadimplida.
 - II 20% (vinte por cento) sobre o valor da ata de registro de preços, pela sua inexecução total ou pela recusa injustificada do licitante adjudicatário em assinar ata de registro de preços ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração.
 - 28.3.1. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução da Ata de Registro de Preços.
- 25.4. A instrução obedecerá ao princípio do contraditório, assegurada ao acusado ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.
- 25.5. Na fase de instrução, o indiciado será notificado pelo gestor da ata de registro de preços e terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento do correio eletrônico no e-mail, para apresentação da Defesa Prévia, assegurando-se lhe vista do processo, e juntada dos documentos comprobatórios que considerar pertinentes à fundamentação dos fatos alegados na mesma.







25.6. O extrato da decisão definitiva, bem como toda sanção aplicada, será anotada no histórico cadastral da empresa e nos sistemas cadastrais pertinentes, quando for o caso, além do processo ser apostilado na sua licitação correspondente.

26. DA RESCISÃO CONTRATUAL E EXTINÇÃO

- 26.1. Na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos artigos 77, 78 e 88 da Lei nº 8.666/93, o Município de Coronel Vivida poderá, garantida a prévia defesa, rescindir unilateralmente a ata de registro de preços, na forma do artigo 79 do mesmo diploma legal, bem como aplicar à detentora as sanções previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 26.2. A ata de registro de preços poderá ser rescindido pelos motivos previstos na Lei nº 8.666/93.
- 26.3. Será automaticamente extinto a ata de registro de preços quando do término do prazo estipulado.

27. DA ANTICORRUPÇÃO

27.1. As condições anticorrupção estão detalhadas no item 14 do Termo de Referência – Anexo I do presente e devem ser rigorosamente observadas pelas partes.

28. DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

28.1. As condições quanto a gestão e fiscalização da ata de registro de preços estão detalhadas no item 15 do Termo de Referência — Anexo I do presente e devem ser rigorosamente observadas pelas partes.

29. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 29.1. Referências de Tempo: Para todas as referências de tempo será observado o horário oficial de Brasília DF.
- 29.2. As normas disciplinadoras desta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que a interpretação não viole a lei e não comprometa o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.
- 29.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 29.4. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo pregoeiro. O pregoeiro reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que julgar necessário.
- 29.5. Será facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase do julgamento, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo,







inclusive parecer técnico à Secretaria requerente do certame com relação aos produtos cotados, bem como solicitar aos órgãos competentes, elaboração de parecer técnico destinado a fundamentar a decisão.

- 29.6. O Pregoeiro poderá, ainda, relevar erros formais, ou simples omissões em quaisquer documentos, para fins de habilitação e classificação da proponente, desde que sejam irrelevantes, não firam o entendimento da proposta e o ato não acarrete violação aos princípios básicos da licitação e não gerem a majoração do preço proposto.
- 29.7. Os Documentos remetidos por meio do Sistema Licitacoes-e, ou que eventualmente tenham sido enviados através do e-mail, poderão ser solicitados em original ou cópia autenticada em prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro.
 - 29.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais ou cópia autenticada quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
 - 29.7.2. Neste caso, os documentos, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados à Divisão de Licitações da Prefeitura Municipal de Coronel Vivida, situada na Praça Angelo Mezzomo, s/n Centro, Coronel Vivida (85.550-000), Estado do Paraná, aos cuidados do Pregoeiro.
 - 29.7.3. Considerando o disposto no Art. 3º da Lei nº 13.726 de 08 de outubro de 2018 visando a desburocratização e simplificação dos atos e procedimentos administrativos de competência do município, se, a empresa optar pela conferência através do agente administrativo, caberá a este:
 - I reconhecimento de firma, devendo o agente administrativo, confrontando a assinatura com aquela constante do documento de identidade do signatário ou com a assinatura constante do contrato social da empresa, ou estando este presente e assinando o documento diante do agente, lavrar sua autenticidade no próprio documento:
 - II autenticação de cópia de documento, cabendo ao agente administrativo, mediante a comparação entre o original e a cópia, atestar a autenticidade;
 - III juntada de documento pessoal do usuário, que poderá ser substituído por cópia autenticada pelo próprio agente administrativo.
- 29.8. As licitantes devem acompanhar rigorosamente todas as fases do certame e as operações no sistema eletrônico, inclusive mensagem via chat, sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem enviada ou emitida pelo Sistema ou de sua desconexão, bem como será responsável pela apresentação dos documentos solicitados nos prazos previstos.
- 29.9. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.
- 29.10. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.







- 29.11. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal na Prefeitura Municipal de Coronel Vivida, exceto quando explicitamente disposto em contrário.
- 29.12. A autoridade competente poderá anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulála por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, sem que caiba às Licitantes direito à indenização.
- 29.13. A anulação do procedimento licitatório induz a da ata de registro de preços, ressalvado o disposto no parágrafo único, art. 59 da Lei 8.666/93.
- 29.14. O resultado da licitação será divulgado pelo Portal do Banco do Brasil através do site www.licitacoes-e.com.br e estará disponível junto a Divisão de Licitações e Contratos do Município de Coronel Vivida.
- 29.15. No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para a realização do Pregão, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 29.16. É obrigação da proponente observar e acompanhar rigorosamente os editais, todas as fases do certame e comunicados oficiais divulgados conforme item anterior, ler e interpretar o conteúdo destes, desobrigando totalmente o órgão licitador, por interpretações errôneas ou inobservâncias.
- 29.17. A proponente deverá indicar ao Pregoeiro todos os meios de contato (telefone/endereço eletrônico (e-mail), para comunicação, e obriga-se a manter os dados devidamente atualizados durante todo o decurso processual. Será de sua inteira responsabilidade o retorno imediato de todos os atos comunicados, os quais serão considerados recebidos, não lhe cabendo qualquer alegação de não recebimentos dos documentos.
- 29.18. O pregoeiro não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto do Município de Coronel Vivida quanto do emissor.
- 29.19. Caso o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de lances da sessão pública, e permanecendo acessíveis aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem o prejuízo dos atos realizados.
- 29.20. Se a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10min (dez minutos), a sessão pública será suspensa e só poderá ser reiniciada após decorrido, no mínimo 24h (vinte







e quatro horas), após a comunicação do fato aos participantes em campo próprio no sistema eletrônico.

29.21. CASO A ETAPA DE LANCES ULTRAPASSE O HORÁRIO DE EXPEDIENTE, O PREGÃO SERÁ SUSPENSO E RETORNARÁ NO HORÁRIO INFORMADO PELO PREGOEIRO VIA CHAT.

- 29.22. Não havendo expediente, ocorrendo qualquer fato superveniente, ou mesmo indisponibilidade no Sistema Licitacoes-e que impeça a realização do certame na data e horário marcado, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.
- 29.23. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 29.24. Incumbirá ao Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico, sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem enviada ou emitida pelo Sistema ou de sua desconexão.
- 29.25. Os prazos e as garantias dos produtos e dos serviços necessários à contratação do objeto são as definidas pela legislação (Código Civil Brasileiro e Código de Defesa do Consumidor), em vigor e alterações subsequentes.
- 29.26. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, será competente o Foro da Comarca de Coronel Vivida PR.

30. DOS ANEXOS

30.1. Constituem anexos do Edital e dele fazem parte integrante, independentemente de transcrição, os seguintes anexos:

Anexo I - Termo de referência.

Anexo II — Modelo de declaração unificada de idoneidade, cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da constituição federal, declaração de comprometimento e cumprimento ao art. 9º, inciso III da lei 8.666/93, e de ME/EPP.

Anexo III - Modelo de procuração.

Anexo IV – Modelo de proposta de preços.

Anexo V - Minuta da Ata de Registro de Preços.

Corone Vivida, XX de XXXX de 2023

Juliano Ribeiro

Presidente da Comissão Permanente de Licitação





ANEXO I

PREGÃO ELETRÔNICO № XX/2023

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto:

1.1. Implantação de Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de calhas, rufos e consertos em geral, metalurgia incluindo fornecimento de material, itens a serem usados e instalados em diversas edificações públicas municipal, serviços gerais de limpeza, jardinagem, reparo de calçadas e passeios com lajotas, conforme especificações e quantidades estabelecidas abaixo:

PARA OS LOTES 01, 02 e 04: AMPLA CONCORRÊNCIA PARA O LOTE 03: COM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE SEDIADAS EM ÂMBITO REGIONAL

AMPLA CONCORRÊNCIA

| LOTE | ITEM | QTD | UN | COD. PMCV | DESCRIÇÃO | VALOR UNITÁRIO MÁXIMO R\$ | VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO R\$ |
|------|------|----------|----|--------------|--|------------------------------------|---|
| 1 | 1 | 1.200,00 | MT | 19012 | CALHA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO NUMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 33 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL, INSTALADA | 56,33 | 67.596,00 |
| 1 | 2 | 1.200,00 | МТ | 19067 | CALHA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO NUMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 50 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL, INSTALADA | 89,53 | 107.436,00 |
| 1 | 3 | 1.200,00 | МТ | 19068 | CALHA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO NUMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 100 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL, INSTALADA | 191,29 | 229.548,00 |
| 1 | 4 | 2.000,00 | МТ | 19069 | RUFO EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO NUMERO 24, CORTE DE 25 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL, INSTALADA | 46,90 | 93.800,00 |
| | | | | | VALOR TOTAL ESTIMADO MÁXIMO R\$ | 498.3 | 80,00 |

AMPLA CONCORRÊNCIA

| LOTE | ITEM | QTD | UN | COD. PMCV | DESCRIÇÃO | VALOR UNITÁRIO MÁXIMO R\$ | VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO R\$ |
|------|------|----------|----|--------------|--|------------------------------------|---|
| 2 | 1 | 2.000,00 | M² | 17372 | MAO DE OBRA PARA SERVICO DE PLANTIO DE GRAMA EM LEIVA OU MUDAS | 6,10 | 12.200,00 |







| | | | 110.10 | 5,00 | | | |
|---|---|-----------|--------|-------|--|------|-----------|
| 2 | 6 | 30.000,00 | M² | 17087 | MAO DE OBRA PARA SERVICOS DE ROCADA | 1,25 | 37.500,00 |
| 2 | 5 | 3.000,00 | M² | 1514 | MAO DE OBRA PARA SERVICOS DE CAPINAGEM EM TERRENOS PUBLICOS | 3,27 | 9.810,00 |
| 2 | 4 | 1.000,00 | M² | 1510 | MAO DE OBRA PARA SERVICOS DE ESPALHAR TERRA E ADUBAR | 3,37 | 3.370,00 |
| 2 | 3 | 20.000,00 | M² | 10315 | MAO DE OBRA PARA SERVICO DE CORTE DE GRAMA | 2,18 | 43.600,00 |
| 2 | 2 | 500,00 | UN | 10313 | MAO DE OBRA PARA SERVICO DE PLANTIO DE ARBUSTOS ALTURA ATE 2 MTS | 7,25 | 3.625,00 |

COM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE SEDIADAS EM ÂMBITO REGIONAL

| LOTE | ITEM | QTD | UN | COD. PMCV | DESCRIÇÃO | VALOR UNITÁRIO MÁXIMO R\$ | VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO R\$ |
|------|------|----------|----|--------------|--|------------------------------------|---|
| 3 | 1 | 1.000,00 | M² | 1507 | MAO DE OBRA PARA REPAROS DE CALCADAS E PASSEIOS | 31,33 | 31.330,00 |
| 3 | 2 | 800,00 | M² | 10322 | MAO DE OBRA PARA ASSENTAMENTO DE LAJOTAS DE CONCRETO | 16,67 | 13.336,00 |
| | | | | VAL | OR TOTAL ESTIMADO MÁXIMO R\$ | 44.66 | 6,00 |

AMPLA CONCORRÊNCIA

| LOTE | ITEM | QTD | UN | COD. PMCV | DESCRIÇÃO | VALOR UNITÁRIO MÁXIMO R\$ | VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO R\$ |
|------|------|----------|-------|--------------|--|------------------------------------|---|
| 4 | 1 | 5.000,00 | HR | 19070 | SERVICO DE METALURGIA (INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAL) | 215,00 | 1.075.000,00 |
| | | VALOR | TOTAL | ESTIMAL | OO MÁXIMO R\$ | 1.075. | 000,00 |

R\$ 1.728.151,00 (um milhão e setecentos e vinte e oito mil, cento e cinquenta e um reais)

(*Requisição de Necessidades nº 43/2023 do LC)

2. Justificativa:

- 2.1. Devido às inúmeras necessidades de serviços de pequenos reparos, manutenção e conservação dos diversos locais públicos de nosso município, se faz necessária a contratação de mão de obra especializada, uma vez que o município não possui em seu quadro, funcionários em números suficientes para atender a demanda das solicitações.
- 2.2. Assim sendo, os serviços solicitados, e não atendidos pela falta de efetivo, acabam acumulando e em inúmeros casos o que seria um simples serviço de manutenção preventiva, acaba tornando-se com o tempo, objeto de obras de reforma, elevando assim o custo dos mesmos, além dos transtornos causados pelo não saneamento do problema.







2.3. Justifica-se a abertura de um novo processo, pois no Pregão 67/2022, o saldo dos itens foi utilizado em sua totalidade, devido uma demanda maior que a programada.

3. Justificativa da quantidade estimada:

- 3.1. O quantitativo está baseado em relatório de utilização dos produtos, referente a anos anteriores. As quantidades são estimadas, serão utilizadas de acordo com a necessidade e interesse das Secretarias solicitantes.
- 3.2. Neste sentido, cabe destacar que, quando a administração precisa licitar o primordial é planejar, o que expressa o Art. § 7º, inciso II, da Lei 8.666/93:

"A definição das unidades e das quantidades a serem adquiridas em função do consumo e utilização prováveis, cuja estimativa será obtida, sempre que possível, mediante adequadas técnicas quantitativas de estimação."

3.3. Conclui-se que as quantidades são necessárias e suficientes para atendimento pelo período de 12 meses.

4. Avaliação do Custo:

- 4.1. O custo total estimado deste termo de Referência é de R\$ 1.728.151,00 (um milhão setecentos e vinte e oito mil, cento e cinquenta e um reais), conforme mapa comparativo em anexo.
- 4.1. A metodologia de preços foi embasada no Decreto Municipal nº 6.529/2019, houve diversificação da base de pesquisa, certificando-se de que os preços obtidos correspondem aos praticados no mercado.
- 4.2. Para a ponderação dos custos foram realizadas pesquisas diretamente com empresas do ramo.
- 4.3. Houve diversificação da base de pesquisa, certificando-se de que os preços obtidos correspondem aos praticados no mercado.
- 4.4. Toda a atividade de pesquisa, desde a seleção de parâmetros, cotação de preços nos parâmetros escolhidos ao juízo crítico sobre os valores encontrados, tem como objetivo final a confecção do mapa comparativo de preços, tratando-se de percentuais apenas para se estimar o custo de uma unidade, sendo assim desconsideramos valores muito acima ou muito abaixo dos demais para que não obtivéssemos valores equivocados dentro do processo, tanto sobre preços como inexequíveis.

5. Dos critérios:

- 5.1. Da modalidade: Pregão
- 5.2. Licitação do Tipo: Menor Preço.
- 5.3. Critério de Julgamento: Para fins de julgamento das propostas, será adotado o critério "MENOR PREÇO POR LOTE", observado as condições definidas no Edital e seus anexos.

6. Licitação para ME/EPP e Ampla Concorrência:

6.1. O processo contem lotes de participação exclusiva para e empresas de pequeno porte e lotes para ampla concorrência de empresas em geral, em atendimento a Lei Complementar





nº123/2006, com alterações promovidas pela Lei Complementar nº 147/2014, nos seguintes termos:

- 6.2. <u>Lotes 01, 02 e 04</u>, para os referidos lotes, neste certame não será aplicável, a exclusividade, benefício ME, EPP, art. 48 da Lei, inciso III: quando o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a Administração Pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.
- 6.2.1. A segunda hipótese do art. 49, prevista no inciso III visa proteger a Supremacia do Interesse Público, eis que não aplicará a contratação diferenciada quando gerar efeitos negativos tornando-a lesiva para a Administração Pública. Dentre a lesividade vislumbra-se a onerosidade excessiva da licitação ou então prejuízo ao conjunto do objeto licitado, como por exemplo, a divisão de cotas em objeto divisível que resulte em prejuízo ou subcontratação que desnature a identidade e funcionalidade do objeto.
- 6.3. Lote 03, destinado a participação exclusiva de empresas enquadradas como Microempresas ME e Empresas de Pequeno Porte EPP, sediadas em âmbito regional conforme dispõe o Art. 2º, §3º, inciso II, "b" do Decreto Municipal nº 7643 de 03 de maio de 2021, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo a inovação tecnológica, fomentando a relação comercial entre o Poder Público e as MPE, como estratégia para o crescimento dessas ultimas.

7. Obrigações do Contratante:

- 7.1. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a Detentora.
- 7.2. Conferir no ato da entrega, através dos Gestores e Fiscais designados e caso haja alguma divergência com o objeto solicitado e o entregue, solicitar a reposição ou correção imediata.
- 7.3. Notificar, formal e tempestivamente, a Detentora sobre as irregularidades observadas no cumprimento das obrigações assumidas.
- 7.4. Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.
- 7.5. Comunicar prontamente a Detentora, qualquer anormalidade no objeto, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas.
- 7.6. Comunicar à Detentora qualquer irregularidade manifestada durante a vigência da Ata de Registro de Preços, para que sejam adotadas as medidas pertinentes.
- 7.7. Exercer o acompanhamento e a fiscalização, pelos fiscais designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 7.8. Efetuar o pagamento à Detentora no valor correspondente a entrega dos itens, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência.

8. Obrigações da Detentora:

- 8.1. Cumprir integralmente as obrigações assumidas, conforme especificações contidas neste Termo de Referência.
- 8.2. Manter, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas durante toda a vigência da ata de registro de preços, de acordo com o art. 55, XIII, da Lei 8.666/93, informando o Contratante à ocorrência de qualquer alteração nas referidas condições.





- 8.3. Comunicar imediatamente o Contratante no caso de ocorrência de qualquer fato que possa implicar no atraso da entrega do objeto e na execução do serviço, e qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessária.
- 8.4. Fornecer os produtos e serviços em estrita conformidade com as especificações contidas no Edital e proposta de preços apresentada, à qual se vincula, não sendo admitidas retificações, cancelamentos, quer seja de preços, quer seja nas condições estabelecidas.
- 8.5. Efetuar a entrega do objeto e a execução dos serviços com pontualidade, atendendo a todas as condições estabelecidas.
- 8.6. Custos relativos a deslocamento, para transporte do objeto licitado, serão por conta da DETENTORA, bem como o transporte de equipamentos (necessários à descarga), serão de responsabilidade da mesma, observadas as normas de segurança do trabalho e de trânsito, não cabendo nenhum ônus ao Contratante.
- 8.7. Responder por danos que venham a ser causadas por seus empregados ou preposto ao Contratante ou a terceiros, desde que fique comprovada sua responsabilidade, não se excluindo ou se reduzindo esta em virtude do acompanhamento realizado pelo Contratante, de acordo com o art. 70 da Lei n.º 8.666/93.
- 8.8. Certificar-se, preliminarmente, de todas as condições exigidas no Edital, não sendo levada em consideração qualquer argumentação posterior de desconhecimento.
- 8.9. Atender com prontidão as reclamações por parte do recebedor do objeto da licitação.
- 8.10. A Detentora deverá garantir a qualidade dos serviços prestados, assim como dos produtos e materiais, devendo reparar, corrigir, remover, substituir às suas expensas, no total ou em parte, os produtos que se verificarem vícios, defeitos, incorreções ou má qualidade.
- 8.11. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de fornecer e fiscalizar o uso de EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) aos seus funcionários e prepostos.
- 8.12. Correrá por conta da Detentora as despesas para efetivo atendimento ao objeto licitado, tais como embalagens, seguro, transporte, fretes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.
- 8.13. A Detentora deverá observar rigorosamente as normas regulamentadoras, sanitárias, de segurança, ambiental, de higiene e medicina do trabalho.
- 8.14. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Termo de Referência, sem prévia e expressa anuência da Administração, e em tudo o que seguir as diretrizes da Administração.
- 8.15. Não manter em seu quadro de pessoal menores em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não manter, ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.
- 8.16. Cumprir com outras obrigações decorrentes da aplicação do Código de Proteção e Defesa do Consumidor conforme Lei nº 8.078/90, que sejam compatíveis com o regime de direito público.
- 8.17. Todos os casos atípicos não mencionados neste Termo de Referência, deverão ser apresentados ao Gestor e/ou Fiscal da ata para sua definição e determinação.







9. Da Subcontratação:

- 9.1. Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto, a associação da Ata de Registro de Preços com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, salvo prévia e expressa autorização do Contratante.
- 9.2. Em caso de autorização de subcontratação total ou parcial do objeto, fica a subcontratada obrigada a apresentar previamente à autorização, os documentos comprobatórios de idoneidade, exigidos da detentora na fase de habilitação.
- 9.3. Autorizada qualquer das hipóteses retro, a Detentora permanecerá solidariamente responsável pelo cumprimento de todas as condições ajustadas na Ata de Registro de Preços e Edital.

10. Condições e características para entrega e aceitação dos itens:

- 10.1. Os produtos e serviços, objeto deste Termo de Referência, deverão ser entregues e instalados, mediante solicitação formal através de Nota de Empenho, Autorização de Compras e Ordem de Execução de Serviço, as quantidades nelas prescritas e deverão ser entregues nos locais, datas e horários determinados pela Secretaria solicitante.
- 10.2. A Detentora deverá realizar a entrega do objeto solicitado em até 15 (quinze dias), contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, Autorização de Compras e Ordem de Execução de Serviço, sendo que ficará a cargo da Detentora a entrega e descarga do produto.
- 10.3. A entrega deverá conter a quantidade total solicitada, não sendo permitida entregas parceladas, sob pena de devolução do objeto, bem como aplicação das penalidades previstas.
- 10.4. A entrega deverá ser realizada de segunda a sexta-feira, durante o horário de expediente. Em caso de necessidade de entregas fora do horário, este deverá ser comunicado ao Contratante e executado em comum acordo entre as partes.
- 10.5. Se a quantidade e/ou qualidade do(s) produto(s) e serviços não corresponderem ao exigido, a Detentora terá um prazo de 72 (setenta e duas) horas, para que faça a devida correção, substituição ou complementação do total, sob pena de aplicação das penalidades previstas.
- 10.6. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da Detentora pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da ata de registro de preços.
- 10.7. Especificações conforme normativa do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná:
- **10.7.1.** Lote 01: As calhas devem ser feitas de chapas de aço galvanizado, conforme NBR 7005 e NBR 6663. Nos condutores verticais, devem ser empregados tubos e conexões de aço galvanizado conforme NBR 5580 e NBR 5885. Nos condutores horizontais, devem ser empregados tubos e conexões de aço galvanizado conforme NBR 5580 e NBR 5885.

10.7.2. Lote 02:

Item 01: Deverão ser executados serviços de plantio de grama em leiva ou muda em locais do patrimônio público, somente quando solicitado, atendendo a orientação do responsável técnico. O preparo do terreno, bem como adubação, quando necessário ficarão a cargo da Detentora, devendo ser seguidas as orientações do solicitante ou de responsável técnico. O transporte das mudas ou leivas do local estocado (dentro do município) até o canteiro ficará a cargo da Detentora.

Item 02: Deverão ser executados serviços de plantio de arbusto altura até 2 metros em locais do patrimônio público, somente quando solicitado. A abertura de covas e adubação ficará a cargo da Detentora, devendo ser seguidas as orientações do solicitante ou de responsável







técnico. O transporte dos arbustos do local estocado (dentro do município) até o canteiro ficará a cargo da Detentora.

Item 04: Deverá ser espalhada terra e/ou realizada adubação (químico ou orgânico) em locais diversos do Município, somente quando solicitado. Os serviços deverão seguir criteriosamente as orientações do Departamento solicitante ou do responsável técnico, no que concerne a adubação (quantidades e tipo de adubo) e espalhar terra (como espalhar).

Item 05 e 06: Deverão ser executados serviços de capinagem e roçada em vias e terrenos públicos, somente quando solicitado. O material proveniente da capina e roçada, deverá ser removido e destinado pela Detentora de acordo com a orientação do solicitante.

Item 01 a 06: Após a execução dos serviços constantes dos itens 01 a 06 a Detentora deverá efetuar a limpeza do local, retirando todos os resíduos, plásticos, papéis, embalagens ou outro material e dar a destinação final (retirando do local). A Detentora deverá observar as Normas de Segurança do Trabalho para a realização da atividade em questão, devendo fornecer todos os equipamentos de proteção individuais adequados. Os serviços serão realizados de acordo com orientações do Departamento solicitante. Os serviços serão realizados no perímetro urbano ou rural do município de Coronel Vivida. O Departamento solicitante indicará os locais para a execução dos serviços sempre que necessário, mediante prévio levantamento. Todos os materiais para execução dos serviços serão fornecidos pelo Município, ficando por conta da Detentora o transporte dos mesmos até o local a serem utilizados. As ferramentas e equipamentos para a realização dos serviços serão de responsabilidade da Detentora. Quando constatada a necessidade de vistoria prévia da Detentora para verificação do serviço a ser executado, a mesma deverá apresentar-se no prazo de 24 (horas) a partir do contato de solicitação da vistoria, que será feita por telefone, agendando horário para a referida verificação, antes da emissão do referido empenho. A Detentora deverá disponibilizar a mão de obra necessária para atendimento da demanda no prazo máximo de 2 (dois) dias, após a solicitação e confirmação do recebimento do material à ser utilizado no referido serviço. Após conclusão do serviço realizado, deverá ser emitido relatório de aceitação do serviço para o Departamento solicitante. Caso o serviço realizado não atenda as exigências e não seja este aceito pelo departamento solicitante ou a fiscalização, o mesmo deverá ser refeito ficando a cargo da Detentora as despesas de material e mão de obra, devendo o material ser de igual qualidade ao fornecido anteriormente pelo contratante.

10.7.3. Lote 03:

Item 01: As calçadas e passeios a serem reparadas poderão ser de tamanhos e materiais variados, prevalecendo para efeito de medição e pagamento a quantidade em metros quadrados efetivamente executados. Compreende o serviço de reparo à retirada das peças danificadas e a colocação das novas, as peças danificadas deverão ser substituídas, com o preparo da base e garantia do nivelamento com a calçada existente. Os pisos de lajota deverão ser executados sobre uma camada regularizada de concreto, contra piso ou pó de pedra com espessura de 5 cm, sobre solo compactado, evitando-se colocar o piso diretamente sobre o solo para que não ocorra o afundamento da calçada, com a infiltração de água de chuva e pesos excessivos sobre a calçada.

Item 02: As lajotas a serem assentadas poderão ser de tamanhos e formatos variados, prevalecendo para efeito de medição e pagamento a quantidade em metros quadrados efetivamente executados. Os pisos de lajota deverão ser executados sobre uma camada regularizada de concreto, contra piso ou pó de pedra com espessura de 5 cm, sobre solo







compactado, evitando-se colocar o piso diretamente sobre o solo para que não ocorra o afundamento da calçada, com a infiltração de água de chuva e pesos excessivos sobre a calçada.

- **10.7.4.** <u>Lote 4:</u> Prestar serviços de conformação e beneficiamento de aço (corte, dobra, calandra e caldeiraria, solda MIG e Acabamento). Conserto de portas metálicas, portões metálicos. Fabricação de grades, esquadrias metálicas.
- 10.8. Os produtos e serviços, objeto deste Termo de Referência, poderão ser adquiridos em pequenas quantidades, apenas para suprir as necessidades momentâneas, uma vez que o município não dispõe de depósito para armazenar mercadorias e nem sempre irá coincidir que um mesmo produto seja solicitado por vários departamentos. Neste caso a empresa vencedora de cada item se obriga a fornecer os produtos nas mesmas condições do edital.
- 10.9. As quantidades são estimadas, sendo que ao termino da vigência da Ata de Registro de Preços, o remanescente ficará automaticamente suprimido, ficando o Contratante desobrigado da aquisição total dos produtos, e consequentemente seu pagamento.
- 10.10. O recebimento do objeto da aquisição se dará conforme o disposto no Art. № 73, inciso II, alíneas "a" e "b", e Art. № 76, da Lei 8.666/93, e compreenderá duas etapas distintas, a seguir discriminadas:
- **10.10.1.** Recebimento provisório: No momento da entrega e consistirá na mera contagem física, verificação da quantidade requisitada, apresentada na nota fiscal e constatação quanto a integridade das embalagens, lacres, etc.
- **10.10.2.** Recebimento definitivo: Ocorrerá em no máximo 05 (cinco) dias após o recebimento provisório, caso confirmada a conformidade com as especificações técnicas, a nota fiscal será atestada pelo gestor e fiscal da ata de registro de preços, autorizando assim o pagamento.

11. Forma de Pagamento:

- 11.1. O pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente, após a entrega e/ou execução do objeto, apresentação da respectiva nota fiscal com discriminação resumida do objeto e número da nota de empenho, não apresentar rasura e/ou entrelinhas e esteja atestada pelo Fiscal e Gestor da Ata de Registro de Preços.
- 11.2. A liberação dos pagamentos ficará condicionada a apresentação da prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- 11.3. O pagamento poderá ser realizado preferencialmente por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da Detentora, ou por meio de fatura com utilização do código de barras.
- 11.4. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo Contratante, como critério para correção monetária aplicar-se-á o IPCA Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo calculado pelo IBGE. Em caso de atraso de pagamento, desde que a Detentora não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo Contratante juros moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. Quando da incidência da correção monetária e juros moratórios, os valores serão computados a partir do vencimento do prazo de pagamento de cada parcela devida.







12. Prazo de Vigência:

12.1. O prazo de vigência será de 12 (doze) meses, contados da assinatura da Ata de Registro de Preços.

13. Dotação Orçamentária:

- 13.1. Conforme princípio do planejamento integrado, em anexo.
- 13.2. Por se tratar de Registro de Preços, a reserva da dotação orçamentária deverá ser efetuada no ato da aquisição, devendo a Secretaria solicitante verificar a existência de saldo.

14. Anticorrupção:

14.1. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste Termo de Referência, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do Termo de Referência, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste Termo de Referência, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

15. Da gestão e fiscalização da Ata de Registro de preços:

- 15.1. A Administração indica como gestora da Ata Registro de Preços a Secretária de Assistência Social, Fatima Vogel da Silva, Decreto Municipal nº 7.479 de 05/01/2021, para as aquisições feitas pela Secretaria Municipal de Assistência Social.
- 15.2. A Administração indica como gestor da Ata Registro de Preços o Secretário de Saúde, Vinicius Tourinho, Decreto Municipal nº 7.471 de 04/01/2021, para as aquisições feitas pela Secretaria de Saúde.
- 15.3. A Administração indica como gestor da Ata Registro de Preços o Secretário de Obras, Viação e Urbanismo, Mauro Busanello, Decreto Municipal nº 7.480 de 06/01/2021, para as aquisições feitas pela Secretaria de Obras, Viação e Urbanismo.
- 15.4. A Administração indica como gestora da Ata Registro de Preços a Secretária de Educação, Cultura e Desporto, Elizangela Veis Sponholz, Decreto Municipal nº 7.800 de 03/01/2022, para as aquisições feitas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.
- 15.5. A Administração indica como gestor da Ata Registro de Preços, o Secretário de Desenvolvimento Rural, Assioli Jacsel dos Santos, Decreto Municipal nº 7523 de 08/01/2021, para as aquisições feitas pela Secretaria de Desenvolvimento Rural.
- 15.6. A Administração indica como gestor da Ata Registro de Preços, o Secretário de Indústria, Comércio e Turismo, Lindones Antonio Colferai, Decreto Municipal nº 7.584 de 10/03/2021, para as aquisições feitas pela Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo.
- 15.7. Considerando ser um processo licitatório que será utilizado por diversas Secretarias da Administração Municipal, indicam-se os fiscais abaixo relacionados:
- 15.7.1. Da Secretaria de Administração, Franchy Rech, Decreto nº 7513 de 01/02/2021.
- 15.7.2. Da Secretaria de Assistência Social, Elenice Rodrigues do Prado, Decreto nº 7.679 de 02/07/2021.







- 15.7.3. Da Secretaria de Saúde, Cleuméri Bertuol, matrícula nº 1050-2.
- 15.7.4. Da Secretaria de Obras, Viação e Urbanismo, Reginaldo Muxfeldt, Decreto nº 7.682 de 02/07/2021.
- 15.7.5. Da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, Adriane Deveras Silveira, matrícula nº 126-0.
- 15.7.6. Da Secretaria de Desenvolvimento Rural, Veroni Strontzk, matrícula nº 1505-9.
- 15.7.7. Da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, Paulo Roque Marin, Decreto N° 7.818 de 01/02/2022.

Declaração do Gestor e Fiscal da Ata de Registro de Preços

Declaramos estar cientes das responsabilidades e atribuições decorrentes da indicação e afirmamos plena concordância com as condições estabelecidas no Termo de Referência e demais anexos.

Declaramos, ainda, sob as penas da lei, que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

Carlos Lopes Secretário de Administração Gestor Fatima Vogel da Silva Secretária de Assistência Social Gestor Vinicius Tourinho Secretário de Saúde Gestor

Mauro Busanello Secretário de Obras, Viação e Urbanismo Gestor

Elizangela Veis Sponholz Secretária de Educação, Cultura e Desporto Gestor Assioli Jacsel dos Santos Secretário de Desenvolvimento Rural Gestor

Lindones Antonio Colferai Secretário de Indústria, Comércio e Turismo Gestor Adriane Deveras Silveira Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto Fiscal Elenice Rodrigues do Prado Secretaria de Assistência Social Fiscal

Cleuméri Bertuol Secretaria de Saúde Fiscal Franchy Rech Secretaria de Administração Fiscal Veroni Strontzk Secretaria de Desenvolvimento Rural Fiscal

Reginaldo Muxfeldt Secretaria de Obras, Viação e Urbanismo Fiscal

Paulo Roque Marin Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo Fiscal

Coronel Vivida, 07 de dezembro de 2022.

De acordo e ciente dos itens do Termo de Referência e demais documentos anexados junto ao processo licitatório.







ANEXO II

PREGÃO ELETRÔNICO № XX/2023

MODELO DA DECLARAÇÃO UNIFICADA DE IDONEIDADE, CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO E CUMPRIMENTO AO ART. 9º, INCISO III DA LEI 8.666/93, E DE ME/EPP

| A | Empresa | | devidamente | inscrita | no CNPJ no |
|---|--|--|---|---|---|
| | | com endereço na Rua | | | |
| | | de Estado d | | | |
| | | rmédio de seu r , inscrito (a) | no CPF nº _ | - | |
| | | DECLARA expressamente ata inexistem fatos supe | | | |
| estando ap III - Para de empregam menores de quatorze as 8.666/93, and | oi declarada ota a contrat cumprimento cos menores de dezesseis a contrat cumprimento de dezesseis a contrat cumprimento de dezesseis a contrat cometo-me de exigidas na cossuímos em contidade contrat contra | inidônea por nenhum ór ar com o poder público. o do disposto no inciso X de dezoito anos em tra anos, em qualquer traballe, em cumprimento ao o la Lei nº 9.854/99. a manter durante a e as obrigações assumio a licitação. In nosso quadro societário tratante ou responsável pode junho de 1993. rt. 3º, da Lei Complemento ao e das hipóteses de exclusão do das hipóteses de exclusão do | EXXIII do art. 7º balho noturno, no, salvo na conque determina de execução da atadas, todas as o e de emprega ela licitação, no entar nº 123/06 queno porte, co | da Constitu perigoso ou dição de apro o inciso V do a de registro condições dos, servido s termos do o, a empresa onforme o ca | iição Federal, não insalubre e nem endiz, a partir dos o art. 27 da Lei no de preços, em de habilitação e or ou dirigente de inciso III, do artigo a se enquadra na aso) e que não se |
| Local e Da | | | | | |







ANEXO III

PREGÃO ELETRÔNICO № XX/2023

MODELO DE PROCURAÇÃO

Ao Pregoeiro do Município de Coronel Vivida – PR Pregão Eletrônico nº xx/2023

Assinatura do Representante Legal

| Por ser verdade, firmamos a presente procuração para que produza os efeitos legais | j. |
|--|----|
| Local e Data. | |
| | |

ov.br





ANEXO IV

PREGÃO ELETRÔNICO № XX/2023

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

ATENÇÃO: ESTE MODELO DE PROPOSTA DEVERÁ SER PREENCHIDO PELOS LICITANTES VENCEDORES.

| A | 0 |
|---|---|
| | |

Pregoeiro do Município de Coronel Vivida – PR Pregão Eletrônico nº xx/2023

| Razao Social: | |
|---------------|--|
| CNPJ: | |
| Endereço: | |
| E-mail: | |
| Telefone: | |
| Agência: | |

Conta Bancária nº:

Banco:

Apresentamos nossa proposta de preços para fornecimento dos lotes abaixo detalhados:

| LOTE | ITEM | QTD | UN | COD. PMCV | DESCRIÇÃO | VALOR UNITÁRIO MÁXIMO R\$ | VALOR UNITÁRIO PROPOSTO R\$ | VALOR TOTAL ESTIMADO PROPOSTO R\$ |
|------|------|----------|----|--------------|--|------------------------------------|-----------------------------------|---|
| 1 | 1 | 1.200,00 | MT | 19012 | CALHA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO NUMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 33 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL, INSTALADA | 56,33 | | |
| 1 | 2 | 1.200,00 | MT | 19067 | CALHA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO NUMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 50 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL, INSTALADA | 89,53 | | |
| 1 | 3 | 1.200,00 | MT | 19068 | CALHA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO NUMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 100 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL, INSTALADA | 191,29 | | |
| 1 | 4 | 2.000,00 | MT | 19069 | RUFO EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO NUMERO 24, CORTE DE 25 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL, INSTALADA | 46,90 | | |
| | | | | VALOR T | INSTALADA OTAL ESTIMADO PROPOSTO R\$ | | | |







| LOTE | ITEM | QTD | UN | COD. PMCV | DESCRIÇÃO | VALOR UNITÁRIO MÁXIMO R\$ | VALOR UNITÁRIO PROPOSTO R\$ | VALOR TOTAL ESTIMADO PROPOSTO R\$ |
|------|------|-----------|----|--------------|--|------------------------------------|--------------------------------------|---|
| 2 | 1 | 2.000,00 | M² | 17372 | MAO DE OBRA PARA SERVICO DE PLANTIO DE GRAMA EM LEIVA OU MUDAS | 6,10 | | |
| 2 | 2 | 500,00 | UN | 10313 | MAO DE OBRA PARA SERVICO DE PLANTIO DE ARBUSTOS ALTURA ATE 2 MTS | 7,25 | | |
| 2 | 3 | 20.000,00 | M² | 10315 | MAO DE OBRA PARA SERVICO DE CORTE DE GRAMA | 2,18 | | |
| 2 | 4 | 1.000,00 | M² | 1510 | MAO DE OBRA PARA SERVICOS DE ESPALHAR TERRA E ADUBAR | 3,37 | | |
| 2 | 5 | 3.000,00 | M² | 1514 | MAO DE OBRA PARA SERVICOS DE CAPINAGEM EM TERRENOS PUBLICOS | 3,27 | | |
| 2 | 6 | 30.000,00 | M² | 17087 | MAO DE OBRA PARA SERVICOS DE ROCADA | 1,25 | | |
| | | | | VALOR TO | TAL ESTIMADO PROPOSTO R\$ | | | |

| LOTE | ITEM | QTD | UN | COD. PMCV | DESCRIÇÃO | VALOR UNITÁRIO MÁXIMO R\$ | VALOR UNITÁRIO PROPOSTO R\$ | VALOR TOTAL ESTIMADO PROPOSTO R\$ |
|------|------|----------|----|--------------|--|------------------------------------|--------------------------------------|---|
| 3 | 1 | 1.000,00 | M² | 1507 | MAO DE OBRA PARA REPAROS DE CALCADAS E PASSEIOS | 31,33 | | |
| 3 | 2 | 800,00 | M² | 10322 | MAO DE OBRA PARA ASSENTAMENTO DE LAJOTAS DE CONCRETO | 16,67 | | |
| | | | | VALOR T | OTAL ESTIMADO PROPOSTO R\$ | | | |

| | ITEM | QTD | UN | COD. PMCV | DESCRIÇÃO | UNITÁRIO MÁXIMO R\$ | UNITÁRIO PROPOSTO R\$ | TOTAL ESTIMADO PROPOSTO R\$ |
|---|------|----------|----|--------------|--|---------------------------|-----------------------------|--------------------------------------|
| 4 | 1 | 5.000,00 | HR | 19070 | SERVICO DE METALURGIA (INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAL) | 215,00 | | |

O valor total estimado dos lotes é de R\$ (XXXXXXXXX)

| Validade | da proposta: 60 (sessenta) dias. |
|----------|------------------------------------|
| Prazo de | entrega/execução: Conforme Edital. |

Local e Data.

Assinatura do Representante Legal





ANEXO V

PREGÃO ELETRÔNICO № XX/2023

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS № XX/2023

PREGÃO ELETRÔNICO № xx/2023

PRAZO: de xx de xxxxx de 2023 a xx de xxxxx de 2024

Ata de registro de preços que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA - PARANÁ, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Ângelo Mezzomo, s/nº - Centro, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 76.995.455/0001-56, neste ato representado pelo Prefeito Sr. Anderson Manique Barreto, portador do CPF sob o nº 967.311.099-91 e RG nº 5.228.761-8, a seguir denominado CONTRATANTE e do outro, a empresa XXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, com sede na xxxxxx, na cidade de xxxxx (xxxxx), Estado xxxx, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º xxxxx, neste ato representada pelo Sr. xxxxxxxx, portador do CPF sob o nº xxxxxxx e RG nº xxxxxx, a seguir denominada DETENTORA, vencedora da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO № xx/2023, do tipo menor preço por LOTE, para o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE CALHAS, RUFOS E CONSERTOS EM GERAL, METALURGIA INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAL, ITENS A SEREM USADOS E INSTALADOS EM DIVERSAS EDIFICAÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAL, SERVIÇOS GERAIS DE LIMPEZA, JARDINAGEM, REPARO DE CALÇADAS E PASSEIOS COM LAJOTAS, conforme especificações contidas no termo de referência – ANEXO I", fundamentados na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Municipal nº 1.708, de 18 de setembro de 2003, Decreto Municipal nº 3262 e 3263, de 28 de setembro de 2006, Lei Complementar Federal nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar Municipal nº 18 de 20 de dezembro de 2007, Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Federal nº 10.024/2019 e legislação complementar vigente, em estrita observância aos Diplomas Legais que norteiam as Licitações e Contratos Administrativos, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO

A presente Ata tem por objeto constituir o Sistema de Registro de Preços, com o respectivo Registro de Preços da proposta vencedora para REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE CALHAS, RUFOS E CONSERTOS EM GERAL, METALURGIA INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAL, ITENS A SEREM USADOS E INSTALADOS EM DIVERSAS EDIFICAÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAL, SERVIÇOS GERAIS DE LIMPEZA, JARDINAGEM, REPARO DE CALÇADAS E PASSEIOS COM LAJOTAS, de conformidade com as especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência do edital, partes integrantes deste instrumento, independente de sua transcrição.





CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

<u>Parágrafo Primeiro:</u> A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, **de xx de xxxxx de 2023 a xx de xxxxx de 2024.**

<u>Parágrafo Segundo:</u> O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a 12 meses, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS QUANTIDADES ESTIMADAS

<u>Parágrafo Primeiro:</u> As quantidades são estimadas, sendo que ao término de vigência da Ata de Registro de Preços, o remanescente ficará automaticamente suprimido, ficando o contratante desobrigado da contratação de toda a quantidade e consequentemente do seu pagamento.

<u>Parágrafo Segundo:</u> A empresa detentora deverá atender as solicitações do Município de Coronel Vivida, qualquer que seja a quantidade constante na Nota de Empenho, observando as quantidades máximas estimadas na Ata de Registro de Preços.

<u>Parágrafo Terceiro</u>: A existência do registro de preços não obriga a Administração a firmar as futuras contratações, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para as aquisições pretendidas, assegurado ao beneficiário deste registro de preços a preferência, em igualdade de condições.

<u>Parágrafo Quarto:</u> É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo que trata o § 1º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA: DA PARTICIPAÇÃO DE OUTROS ÓRGÃOS OU ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

<u>Parágrafo Primeiro</u>: Esta Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por outro órgão ou entidade da Administração, mediante consulta prévia ao Contratante.

<u>Parágrafo Segundo</u>: Caberá a DETENTORA da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA QUINTA: CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DOS PRODUTOS/SERVIÇOS

As condições para aceitação dos produtos e execução dos serviços estão fixadas detalhadamente no item 10 do Termo de Referência — Anexo I do presente e devem ser rigorosamente observados pelos licitantes para a formulação das propostas.

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

As obrigações da detentora estão detalhadas no item 8 do Termo de Referência – Anexo I do presente e devem ser rigorosamente observados pelos licitantes.

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

As obrigações do contratante estão detalhadas no item 7 do Termo de Referência – Anexo I do presente e devem ser rigorosamente observados pelos licitantes.







CLÁUSULA OITAVA: DA FORMA DE PAGAMENTO

A forma de pagamento está detalhada no item 11 do Termo de Referência – Anexo I do presente e devem ser rigorosamente observados pelos licitantes.

CLÁUSULA NONA: DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos para assegurar o pagamento das obrigações constantes neste Edital correrão por conta das dotações orçamentarias vigentes de cada departamento e conforme abaixo:

ÓRGÃO: 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 01 - ADMINISTRAÇÃO S.M.A.

Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - Material de Consumo

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.30.24 - Materiais para Manutenção de Bens Imóveis

Natureza da Despesa: 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.16 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.21 – Manutenção e Conservação de Estradas e Vias Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.82.02 – Limpeza e Conservação de Espaços Públicos

| UG | O/U | FONTE | P/A | DESCRIÇÃO | DESPESA PRINC. | DESD. | NATUREZA |
|----|-------|-------|-------|---|-------------------|-------|-----------------|
| 00 | 03/01 | 000 | 2.006 | Serviços de Administração Geral 03.001.04.122.0003.2.006 | 49 | 2515 | 3.3.90.30.24 |
| | | | | | 58 | 2527 | 3.3.90.39.16 |
| | | | | | | 2574 | 3.3.90.39.21 |
| | | | | | | 2755 | 3.3.90.39.82.02 |

ÓRGÃO: 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 02 - FUNREBOM

Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - Material de Consumo

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.30.24 – Materiais para Manutenção de Bens Imóveis Natureza da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.16 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.82.02 – Limpeza e Conservação de Espaços Públicos

| UG | O/U | FONTE | P/A | DESCRIÇÃO | DESPESA PRINC. | DESD. | NATUREZA |
|----|-------|-------|-------|--|-------------------|-------|-----------------|
| 00 | 03/02 | 000 | 2.010 | Manutenção e Modernização do Corpo | 90 | 2529 | 3.3.90.30.24 |
| | | | | de Bombeiros 03.002.06.182.0007.2.010 | 95 | 2528 | 3.3.90.39.16 |
| | | | | 03.002.00.182.0007.2.010 | | 2756 | 3.3.90.39.82.02 |

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

UNIDADE: 01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Natureza da Despesa: 3.3.90.30 – Material de Consumo

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.30.24 – Materiais para Manutenção de Bens Imóveis Natureza da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.16 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.82.02 – Limpeza e Conservação da Espaços Pública

| UG | O/U | FONTE | P/A | DESCRIÇÃO | DESPESA PRINC. | DESD. | NATUREZA |
|----|-------|----------------|-------|---|---|-------|-----------------|
| 00 | 05/01 | 000 | 2.012 | Manutenção do Ensino Fundamental | 166 | 2520 | 3.3.90.30.24 |
| | | | | 05.001.12.361.0013.2.012 | 184 | 2716 | 3.3.90.39.16 |
| | | | | | | 2758 | 3.3.90.39.82.02 |
| 00 | 05/01 | 104 | 2.012 | Manutenção do Ensino Fundamental 05.001.12.361.0013.2.012 | 168 | 2531 | 3.3.90.30.24 |
| | | | | | 05.001.12.361.0013.2.012 186 <u>2530</u> 2759 | 2530 | 3.3.90.39.16 |
| | | | | | | 2759 | 3.3.90.39.82.02 |
| 00 | 05/01 | 107 | 2.012 | Manutenção do Ensino Fundamental | 169 | 2757 | 3.3.90.30.24 |
| | | | | 05.001.12.361.0013.2.012 | 187 | 2760 | 3.3.90,39.16 |
| | | | | | | 2761 | 3.3.90.39.82.02 |
| 00 | 05/01 | 000 | 2.011 | CRECHES | 257 | 2709 | 3.3.90.30.24 |
| | | 24 474 174 | | 05.001.12.365.0012.2.011 | 265 | 2717 | 3.3.90.39.16 |
| | | | | A- 4- 1- 1- 1- 1- 1- 1- 1- 1- 1- 1- 1- 1- 1- | | 2762 | 3.3.90.39.82.02 |

Praça Angelo Mezzomo, s/nº - 85550-000 – Coronel Vivida – Paraná Fone: (46) 3232-8300 – e-mail: licitacao@coronelvivida.pr.gov.br





| 00 | 05/01 103 | 2.011 | CRECHES | 258 | 2517 | 3.3.90.30.24 | |
|----|-----------|-------|---------|--------------------------|------|--------------|-----------------|
| | | | | 05.001.12.365.0012.2.011 | 266 | 2532 | 3.3.90.39.16 |
| | - 1 | | | | | 2763 | 3.3.90.39.82.02 |

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO UNIDADE: 02 – DEPARTAMENTO DE CULTURA

Natureza da Despesa: 3.3.90.30 – Material de Consumo

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.30.24 – Materiais para Manutenção de Bens Imóveis Natureza da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.16 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.82.02 – Limpeza e Conservação de Espaços Públicos

| UG | O/U | FONTE | P/A | DESCRIÇÃO | DESPESA PRINC. | DESD. | NATUREZA |
|----|-------|-------|-------|-------------------------------------|-------------------|-------|-----------------|
| 00 | 05/02 | 000 | 2.018 | Manutenção das Atividades Culturais | 306 | 2521 | 3.3.90.30.24 |
| | | | | 05.002.13.392.0017.2.018 | 312 | 2533 | 3.3.90.39.16 |
| | | 1 | | | 1000 | 2765 | 3.3.90.39.82.02 |

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO UNIDADE: 03 – DEPARTAMENTO DO DESPORTO

Natureza da Despesa: 3.3.90.30 – Material de Consumo

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.30.24 – Materiais para Manutenção de Bens Imóveis Natureza da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Juridica

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.16 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.82.02 – Limpeza e Conservação de Espaços Públicos

| UG | O/U | FONTE | P/A | DESCRIÇÃO | DESPESA PRINC. | DESD. | NATUREZA |
|----|---------|-------|-------|---|-------------------|-------|-----------------|
| 00 | 0 05/03 | 000 | 2.019 | Manutenção das Atividades Esportivas 05.003.27.812.0018,2,019 | 326 | 2523 | 3.3.90.30.24 |
| | | | 1177 | | 333 | 2534 | 3.3.90.39.16 |
| | | | | | | 2766 | 3.3.90.39.82.02 |

ÓRGÃO: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

UNIDADE: 01 - DEPARTAMENTO DE SAÚDE

Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - Material de Consumo

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.30.24 – Materiais para Manutenção de Bens Imóveis Natureza da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.16 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.82.02 – Limpeza e Conservação de Espaços Públicos

| UG | O/U | FONTE | P/A | DESCRIÇÃO | DESPESA PRINC. | DESD. | NATUREZA |
|----|---------|--------|--|---|-------------------|-------|-----------------|
| 02 | 06/01 | 01 000 | 2.027 | Atenção Básica Fixa – FMS 06.001.10.301.0019.2.027 | 655 | 25358 | 3.3.90.30.24 |
| | | | | 06.001.10.301.0019.2.027 | 671 | 2535 | 3.3.90.39.16 |
| | | | 1 | | | 2767 | 3.3.90.39.82.02 |
| 02 | 06/01 | 303 | 2.027 | Atenção Básica Fixa - FMS | 656 | 2539 | 3.3.90.30.24 |
| | | | | 06.001.10.301.0019.2.027 | 672 | 2536 | 3.3.90.39.16 |
| | | | | | | 2768 | 3.3.90.39.82.02 |
| 02 | 06/01 | 494 | 2.027 | 2.027 Atenção Básica Fixa – FMS 06.001.10.301.0019.2.027 | 657 | 2540 | 3.3.90.30.24 |
| | | | 200 | | 673 | 2537 | 3.3.90.39.16 |
| | | | | | | 2769 | 3.3.90.39.82.02 |
| 02 | 2 06/01 | 4940 | 2.027 | 027 Atenção Básica Fixa – FMS 06.001.10.301.0019.2.027 | 658 | 2487 | 3.3.90.30.24 |
| | | | | | 674 | 2271 | 3.3.90.39.16 |
| | 10.00 | | | | - 12. 7 | 2770 | 3.3.90.39.82.02 |
| 02 | 06/01 | 000 | 2.062 | Unidade de Pronto Atendimento | 848 | 2545 | 3.3.90.30.24 |
| | | | | 06.001.10.302.0019.2.062 | 864 | 2541 | 3.3.90.39.16 |
| | | | | | | 2771 | 3.3.90.39.82.02 |
| 02 | 06/01 | 303 | 2.062 | Unidade de Pronto Atendimento | 849 | 2546 | 3.3.90.30.24 |
| | | | - Y-Y-Z-Z-Z-Z-Z-Z-Z-Z-Z-Z-Z-Z-Z-Z-Z-Z-Z- | 06.001.10.302.0019.2.062 | 865 | 2542 | 3.3.90.39.16 |







| | | | | | | 2772 | 3.3.90.39.82.02 |
|----|-------|-----|---|------------------------------------|------|--------------|-----------------|
| 02 | 06/01 | 494 | 2.087 | Manutenção das Atividades de MAC - | 900 | 2773 | 3.3.90.30.24 |
| | | | Ambulatorial e Hospitalar 06.001.10.302.0019.2.087 | 907 | 2774 | 3.3.90.39.16 | |
| | | | | 06.001.10.302.0019.2.087 | 1000 | 2775 | 3.3.90.39.82.02 |

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

UNIDADE: 01 - DEPARTAMENTO DE AGROPECUÁRIA

Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - Material de Consumo

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.30.24 — Materiais para Manutenção de Bens Imóveis Natureza da Despesa: 3.3.90.39 — Outros Serviços de Terceiros — Pessoa Jurídica Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.16 — Manutenção e Conservação de Bens Imóveis Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.82.02 — Limpeza e Conservação de Espaços Públicos

| UG | O/U | FONTE | P/A | DESCRIÇÃO | DESPESA PRINC. | DESD. | NATUREZA |
|----|-------|-------|--------------------------|--------------------------------------|-------------------|-------|-----------------|
| 00 | 07/01 | 000 | 2.048 | Manutenção da Unidade de Agricultura | 416 | 2560 | 3.3.90.30.24 |
| | | | 07.001.20.606.0024.2.048 | 07.001.20.606.0024.2.048 | 421 | 2559 | 3.3.90.39.16 |
| | | | | | F-7 - 1 | 2776 | 3.3.90.39.82.02 |

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO UNIDADE: 01 – DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - Material de Consumo

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.30.24 – Materiais para Manutenção de Bens Imóveis Natureza da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.16 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.21 – Manutenção e Conservação de Estradas e Vias Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.82.02 – Limpeza e Conservação de Espaços Públicos

| UG | O/U | FONTE | P/A | DESCRIÇÃO | PRINC. | DESD. | NATUREZA |
|----|----------|-------|-------|---|--------|-------|-----------------|
| 00 | 00 08/01 | 000 | 2.052 | Manutenção dos Serviços Públicos 08.001.15.452.0027.2.052 | 454 | 2525 | 3.3.90.30.24 |
| | | | | | 460 | 2777 | 3.3.90.39.16 |
| | | | | | | 2179 | 3.3.90.39.88.02 |
| 00 | 08/01 | 000 | 1.052 | Obras e Equipamentos de Circulação 08.001.26.451.0029.1.052 | 488 | 2567 | 3.3.90.39.21 |

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO UNIDADE: 02 – DEPARTAMENTO DE MOBILIDADE RURAL

Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - Material de Consumo

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.30.24 – Materiais para Manutenção de Bens Imóveis Natureza da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.21 - Manutenção e Conservação de Estradas e Vias

| UG | O/U | FONTE | P/A | DESCRIÇÃO | DESPESA PRINC. | DESD. | NATUREZA |
|----|-------|-------|-------|--|-------------------|-------|--------------|
| 00 | 08/02 | 000 | 2.057 | Manutenção e Estruturação da Malha Viária 08.001.26,782.0032.2.057 | 507 | 2571 | 3.3.90.39.21 |
| 00 | 08/02 | 000 | 2.057 | Manutenção e Estruturação da Malha Viária 08.001.26.782.0032.2.057 | 505 | 2778 | 3.3.90.30.24 |

ÓRGÃO: 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO UNIDADE: 01 – DEPARTAMENTO DE INDUSTRIA E COMÉRCIO

Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - Material de Consumo

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.30.24 – Materiais para Manutenção de Bens Imóveis Natureza da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.16 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.82.02 – Limpeza e Conservação de Espaços Públicos

| UG | O/U | FONTE | P/A | DESCRIÇÃO | DESPESA PRINC. | DESD. | NATUREZA |
|----|-------|-------|-------|--------------------------------|-------------------|-------|--------------|
| 00 | 09/01 | 000 | 2.059 | Manutenção e Modernização da | 539 | 2563 | 3.3.90.30.24 |
| | | | | Indústria, Comércio e Serviços | 544 | 2562 | 3.3.90.39.16 |





| 09.001.22.661.0033.2.059 | 2779 | 3.3.90.39.82.02 |
|--------------------------|------|-----------------|
|--------------------------|------|-----------------|

ÓRGÃO: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL UNIDADE: 01 – DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL

Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - Material de Consumo

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.30.24 – Materiais para Manutenção de Bens Imóveis Natureza da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.16 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.82.02 – Limpeza e Conservação de Espaços Públicos

| UG | O/U | FONTE | P/A | DESCRIÇÃO | DESPESA PRINC. | DESD. | NATUREZA |
|----|---------|----------|-------|--|-------------------|-------|-----------------|
| 07 | 10/01 | 000 | 2.116 | Atendimento e Manutenção no Eixo da | 1132 | 2552 | 3.3.90.30.24 |
| | | | | PSB – Indivíduos e Famílias | 1142 | 2551 | 3.3.90.39.16 |
| | | | | 10.001.08.244.0023.2.116 | | 2780 | 3.3.90.39.82.02 |
| 07 | 7 10/01 | 0/01 934 | 2.116 | Atendimento e Manutenção no Eixo da PSB – Indivíduos e Famílias 10.001.08.244.0023.2.116 | 1133 | 2554 | 3.3.90.30.24 |
| | | | | | 1143 | 2553 | 3.3.90.39.16 |
| | | | | | | 27481 | 3.3,90.39.82.02 |
| 07 | 10/01 | 000 | 6.072 | Atendimento e Manutenção no Eixo da | 1087 | 2556 | 3.3.90.30.24 |
| | | | | PSE – MAC – Crianças e Adolescentes | 1094 | 2555 | 3.3.90.39.16 |
| | | | | 10.001.08.243.0034.6.072 | 100 | 2782 | 3.3.90.39.82.02 |

ÓRGÃO: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL UNIDADE: 02 – DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO HUMANA

Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - Material de Consumo

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.30.24 – Materiais para Manutenção de Bens Imóveis Natureza da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.16 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.82.02 – Limpeza e Conservação de Espaços Públicos

| UG | O/U | FONTE | P/A | DESCRIÇÃO | DESPESA PRINC. | DESD. | NATUREZA |
|----|---------|----------|-------|--|-------------------|-------|-----------------|
| 00 | 0 10/02 | 02 000 2 | 2.036 | Manutenção da Unidade de Assistência Social 10.002.08.244.0023.2.036 | 573 | 2558 | 3.3.90.30.24 |
| | | | | | 576 | 2557 | 3.3.90.39.16 |
| | | | | | | 2783 | 3.3.90.39.82.02 |

ÓRGÃO: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL UNIDADE: 03 – DEPARTAMENTO DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - Material de Consumo

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.30.24 – Materiais para Manutenção de Bens Imóveis Natureza da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.16 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.82.02 – Limpeza e Conservação de Espaços Públicos

| UG | O/U | FONTE | P/A | DESCRIÇÃO | DESPESA PRINC. | DESD. | NATUREZA |
|----|-------|-------|-------|--------------------------------------|-------------------|-------|-----------------|
| 04 | 10/03 | 000 | 6.044 | Atendimento à Criança, ao Jovem e ao | 979 | 2784 | 3.3.90.30.24 |
| | | | 100 | Adolescente - FMIA | 989 | 2785 | 3.3.90.39.16 |
| | | | | 10.003.08.243.0022.6.044 | | 2786 | 3.3.90.39.82.02 |

ÓRGÃO: 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

UNIDADE: 01 - DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HIDRICOS

Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - Material de Consumo

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.30.24 – Materiais para Manutenção de Bens Imóveis Natureza da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.16 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.82.02 – Limpeza e Conservação de Espaços Públicos

| UG | O/U | FONTE | P/A | DESCRIÇÃO | DESPESA | DESD. | NATUREZA |
|----|------|-------|------|-----------|---------|-------|----------|
| | 1977 | | 2000 | | PRINC. | 200 | |





| 00 | 11/01 | 000 | 2.043 | Preservação Ambiental | 591 | 2565 | 3.3.90.30.24 |
|----|-------|-----|-------|--------------------------|-----|------|-----------------|
| | | | | 11.001.18.541.0026.2.043 | 595 | 2564 | 3.3.90.39.16 |
| | | | | | | 2787 | 3.3.90.39.82.02 |

CLÁUSULA DÉCIMA: DA SUBCONTRATAÇÃO

As condições para a subcontratação estão detalhadas no item 9 do termo de Referência – Anexo I do presente e devem ser rigorosamente observados pelos licitantes para a formulação das propostas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO REAJUSTE DE PREÇOS E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

<u>Parágrafo Primeiro</u>: Durante a vigência do Registro de Preços, os valores registrados não serão reajustados.

<u>Parágrafo Segundo</u>: Somente poderá ocorrer a recomposição de valores nos casos enquadrados no disposto no Artigo 65, II, "d" da Lei 8.666/93.

I - Não serão liberadas recomposições decorrentes de inflação, que não configurem álea econômica extraordinária, tampouco fato previsível.

<u>Parágrafo Terceiro</u>: Os pedidos de recomposição de valores deverão ser protocolados junto ao Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal.

<u>Parágrafo Quarto</u>: Somente serão analisados os pedidos de recomposição de valores que contenham todos os documentos comprobatórios para a referida recomposição, conforme disposto no Artigo 65, II, "d" da Lei 8.666/93.

<u>Parágrafo Quinto:</u> Os valores recompostos somente serão repassados após a assinatura, devolução do Termo assinado (conforme o caso) e publicação do Termo de Aditamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA REVISÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

<u>Parágrafo Primeiro:</u> O gestor responsável pela Ata de Registro de Preços deverá acompanhar, periodicamente, os preços praticados no mercado para os produtos/serviços registrados, nas mesmas condições de fornecimento, podendo, para tanto, valer-se de pesquisa de preços ou de outro processo disponível.

<u>Parágrafo Segundo:</u> Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o gestor da Ata de Registro de Preços deverá convocar o fornecedor visando à negociação para a redução de preços e a sua adequação ao praticado pelo mercado.

I - Frustrada a negociação, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido, desde que comprovadamente demonstre a inviabilidade de redução.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA RESCISÃO CONTRATUAL E EXTINÇÃO

<u>Parágrafo Primeiro:</u> Na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos artigos 77, 78 e 88 da Lei nº 8.666/93, o Município de Coronel Vivida poderá, garantida a prévia defesa, rescindir unilateralmente a ata de registro de preços, na forma do artigo 79 do mesmo diploma legal, bem como aplicar à detentora as sanções previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

<u>Parágrafo Segundo:</u> A ata de registro de preços poderá ser rescindido pelos motivos previstos na Lei nº 8.666/93.

Praça Angelo Mezzomo, s/nº - 85550-000 – Coronel Vivida – Paraná Fone: (46) 3232-8300 – e-mail: licitacao@coronelvivida.pr.gov.br





<u>Parágrafo Terceiro:</u> Será automaticamente extinto a ata de registro de preços quando do término do prazo estipulado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA ANTICORRUPÇÃO

As condições anticorrupção estão detalhadas no item 14 do Termo de Referência – Anexo I do presente e devem ser rigorosamente observados pelos licitantes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

As condições quanto a gestão e fiscalização da ata de registro de preços estão detalhadas no item 15 do Termo de Referência – Anexo I do presente e devem ser rigorosamente observados pelos licitantes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PENALIDADES

Parágrafo Primeiro: Nos termos do Art. 7º da Lei 10.520/02, quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar a ata de registro de preços, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da ata de registro de preços, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital, na ata de registro de preços e das demais cominações legais.

<u>Parágrafo Segundo</u>: As sanções administrativas serão aplicadas em conformidade com o prescrito na Lei Federal nº 8666/93, e em legislação correlata, podendo ser das seguintes espécies:

- a) Advertência.
- b) Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou na ata de registro de preços.
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração.
- d) Declaração de inidoneidade.
 - I As sanções previstas nos subitens "a", "c" e "d" do parágrafo segundo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a do subitem "b".

Parágrafo Terceiro: A multa imposta a detentora ou licitante, poderá ser:

- a) de caráter moratório, na hipótese de atraso injustificado na entrega ou execução do objeto da ata de registro, quando será aplicada nos seguintes percentuais:
 - I 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida, quando o atraso não for superior 30 (trinta) dias corridos.
 - II 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder a alínea anterior, até o limite de 15 (quinze) dias, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o trigésimo primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplida, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante.
- b) de caráter compensatório, quando será aplicada nos seguintes percentuais.

1





I - 15% (quinze por cento) do valor do empenho em caso de inexecução parcial do objeto pela detentora ou nos casos de rescisão da ata de registro de preços, calculada sobre a parte inadimplida.

II - 20% (vinte por cento) sobre o valor da ata de registro de preços, pela sua inexecução total ou pela recusa injustificada do licitante adjudicatário em assinar ata de registro de preços ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração.

O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução da Ata de Registro de Preços.

<u>Parágrafo Quarto</u>: A instrução obedecerá ao princípio do contraditório, assegurada ao acusado ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

<u>Parágrafo Quinto</u>: Na fase de instrução, o indiciado será notificado pelo gestor da ata de registro de preços e terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento do correio eletrônico no e-mail, para apresentação da Defesa Prévia, assegurando-se lhe vista do processo, e juntada dos documentos comprobatórios que considerar pertinentes à fundamentação dos fatos alegados na mesma.

<u>Parágrafo Sexto</u>: O extrato da decisão definitiva, bem como toda sanção aplicada, será anotada no histórico cadastral da empresa e nos sistemas cadastrais pertinentes, quando for o caso, além do processo ser apostilado na sua licitação correspondente.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO

A publicação do presente instrumento, em extrato, na Imprensa Oficial do Município, ficará a cargo da Administração e da contratação por outros órgãos ou entidades da Administração que utilizarem desta Ata, por conta desses, no prazo e forma dispostos pela legislação pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

<u>Parágrafo Primeiro</u>: Integram esta Ata de Registro de Preços o Ato Convocatório – **Pregão Eletrônico nº xx/2023** e seus anexos, bem como a proposta de preço escrita formulada pela DETENTORA da Ata, constando os preços de fechamento da operação e a documentação de habilitação, de cujos teores as partes declaram ter conhecimento e aceitam, independentemente de sua anexação.

<u>Parágrafo Segundo</u>: Os documentos referidos no item anterior são considerados suficientes para, em complemento a esta Ata, definirem sua extensão, e dessa forma, regerem a execução adequada do instrumento ora celebrado.

<u>Parágrafo Terceiro</u>: Os casos omissos serão resolvidos pelo Prefeito do Município, observadas às disposições estabelecidas na legislação vigente.

<u>Parágrafo Quarto</u>: Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa à licitação, nem em relação às expectativas de contratações dela decorrente.

<u>Parágrafo Quinto</u>: O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o de Coronel Vivida - PR, considerado aquele a que está vinculado o Prefeito.

1





E, por estarem justos e acordados, assinam a presente ata de registro de preços em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo, de tudo cientes, para que produzam seus efeitos legais e jurídicos.

| Coronel Vivida, xx de xxxxx de 2023. | |
|---|------------------------------------|
| Anderson Manique Barreto Prefeito CONTRATANTE | XXXXX XXXXXXXXXXXX DETENTORA |
| Testemunhas: (Anexar termo de referência) | |







PORTARIA Nº. 049, de 29 de dezembro de 2022.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, em seu artigo 24, alínea "b" Inciso II,

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR Comissão Permanente de Licitação para a realização de licitações do Município de Coronel Vivida e do Fundo Municipal de Saúde de Coronel Vivida-PR, para o período de 01 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023, composto pelos seguintes membros:

| NOME | CARGO | CPF Nº | IDENTIDADE Nº |
|------------------------------|-----------------|----------------|-----------------|
| Juliano Ribeiro | Presidente | 083.866.709-05 | 10.325.813-8/PR |
| Elaine Bortolotto | Membro Efetivo | 765.002.689-20 | 5.331.707-3/PR |
| Fernando de Quadros Abatti | Membro Efetivo | 044.650.189-16 | 8.178.961-4/PR |
| Iana Roberta Schmid | Membro Efetivo | 050.669.369-47 | 8.407.675-9/PR |
| Aline Mari dos Santos Canova | Membro Suplente | 053.900.389-16 | 9.782.955-1/PR |
| Douglas Cristian Strapazzon | Membro Suplente | 041.032.719-06 | 8.907.764-8/PR |
| Flaviane Gubert Siqueira | Membro Suplente | 077.573.439-09 | 10.672.157-2/PR |
| Grasieli Cerbatto | Membro Suplente | 060.497.399-35 | 9.512.291-4/PR |

- DELEGAR poderes para JULIANO RIBEIRO, Presidente da Comissão, para assinar editais, avisos e ofícios decorrentes das licitações.
- Art. 3º. No caso de falta de algum dos membros efetivos durante as sessões, o mesmo poderá ser automaticamente substituído por um membro suplente, sem qualquer prejuízo ao trâmite do processo.
- Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, iniciando seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 29 (vinte e nove) dias de mês de dezembro de 2022, 133º da República e 67º do Município.

ANDERSON MANIQUE BARRETO

Informer.

Prefeito

Registre-se e Publique-se

CARLOS LÓPES Secretário Municipal de Administração

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE – PR

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 132/2022

O Município de Inapeiara D'Oeste, Estado do Paraná, torna público, que fara realizar licitação na modalidade de Edital de Pregão Eletrônico, topo menor preço por ltem, no dia 17 (dezessete) de Janeiro de 2023, ás 14h.00min (quatorza) horas, tendo como objeto à seleção de propostas visando a contratução de empresa especializada na prestação de serviços de exames ocipacionais, sendo anamas de avaliação/audiometria vocal é espirometria, destinados aos funcionários pertencentes a Administração Municípal de Inapejara D'Oeste - PR.
O prazo para envío das propostas e documentos de habilitação é até as 14h00min (quatorze) horas de dia 17 (dezessete) de Janeiro de 2023.
Ourras inframções podeños ser otidada stravis das Edital de Pregão Eletrônico N° 132/2022, no horasio das 08h.00mins às 12h.00min e das 13h.30min às 17h.00min horas, na sede da Prefeitura Municípal de Itapejara D'Oeste - PR, no endereço eletrônico htm. interna internacional de lidentena e contra de la
http://www.nepcamadopeic.or.gov.bt/licitacpca e mamentais.gov.bt. Maiores informações em contato pelo www.comprasgovernamenta Telefone (046) 3526 – 8300.

hapejara D'Ooste-PR, 00 (nove) de Dezembro de 2022. Vladernir Lucini. Presidente da Comiesão de Licitação Decreto N° 221/2021

MUNICÍPIO DE ITAPIJARA D'OESTE - PR AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 131/2022

O Minicipio de Impejara D'Oeste, Enabo da Parma i toma público, que firá realizar fucitação na insulatidade de Edital de Pregão Eletrônico, tipo esenor petço por Lote, no dia 17 (dezessete) de Janeuro de 2023, de 1 (h.00mmi (opus) horas, rendo como objeto à oeleção de propostas visando a contratação de empresa especializada na comercialização/confecção de uniformes destinados ao Coral Municipal e a Oficina de Ginástica Artística da Escola Municipal Irmão Josefin

Kmita

O prazo para envio das propostas e documentos de habilitação è até as I (1609min (1002) hazas do dia 17 (dezessate) de lanorm de 2023.

Oaras informações podeão ser obtidas através ao Editad de Pregão Elertônico N°

1022: no horizino das 081/6/00mia à 12/6/00min e das 13/6/00mia ào 17/6/00mia ào 17/6/00mia da na sede da Prefeitura Municipal de Itapejara D'Oeste - PR, ao endereço Estonico.

Tentro vivo esta constante da de la refeitura de la refeita de l

eletrónico
www.comprangovernamentais.gov.br. Maiores unosmowww.comprangovernamentais.gov.br. Maiores unosmotriefone (046) 3526 – 8300.

Itapejara D'Oeste-PR. 09 (nové) de Dezembro de 2022.

Viadeunir Lucini Vlademir Lucini Presidente da Comissão de Licitação Decreto Nº 221/2021

MUNICIPIO DE ITAPEJARA D'OESTE - PR

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE – PR
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 130/2022

O Município de l'appeigna D'Oeste, Estado do Parani, torna público, que fará realizar licitação na modalidade de Edital de Pregão Eletrônico, apo menor preço por Item, nu tida 17 (deressecto) de Janeiro de 2022), ac 09h.00min (neve) horas, tendo como objeto à seleção de propostas visando a contratação de empresa especializada na comercialização e instalação de gerador de energia a ser instalado na Unidade de Promo Atendimento de Saúde do Município de Itapejara D'Oeste - PR.

PR.

O prazo para envio das propostas e documentos de habilitação é até as 09h00min (nove) horas do dia 17 (dezessete) de Janeiro de 2023.

Outras informações poderão ser obtidas através do Edital de Pregão Eletrônico N° 130/2022, no borarios das 86h00min as 120-00min e das 13h-30min as 17h-30min horas, na sede da Prefeitura Municipal de Itapejara D'Oeste PR, no endereça eletrônico haro da sea da prefeitura Municipal de Itapejara D'Oeste PR, no endereça eletrônico haro da sea da prefeitura Municipal de Itapejara D'Oeste PR, no endereça eletrônico haro da sea da prefeitura Municipal de Itapejara D'Oeste PR, no endereça distrânico haro da sea da prefeitura de la companio de 2021.

Telefone (1946) 3526 – 8300.

Itanejara D'Oeste PR, 09 (nove) de Dezembro de 2023.

Itapejara D'Oeste-PR, 09 (nove) de Dezembro de 2022.

Vlademir Litcini
Presidente da Comissão de Licitação
Decreto Nº 221/2021

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE - PR

MUNICIPIO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO № 129-2022

Municipio de Itapejara D'Oeste, Estado do Parana, torna público, que fará realizar licitação na modalidade de Edital de Pregão Eletrônico, tipo menor preço por Item, no dia 16 (dezesseis) de Janeiro de 2023, às 16n:00min (dezesseis) horas, tendo como objeto á seleção de propostas visando a contratação de empresa

horas, tendo como objeto à seleção de propostas visando a contratação de empresa especializada na prestação de aerviços de tomo e solda, para manutenção e coniectos de caminhões, máquinas peradas e demais equipamentos integrantes da frota municipal de Itapejara D'Oeste - PR.

O pezzo para envivo das propostas e documentos de habilitação é até as 16/h00min (dezesses) horas da dia 16 (dezesses) de laneiro de 2023.

Dantas informações poderão ser edidas através do Edital de Pregão Electrônico N° 129/2022, no borfaro das OSTOOmin de 1210mm e das 13/h30mm is 17h30min horas, ma sede da Prefertum Municipal de (tapejara D'Oeste - PR, no endereço eletrônico Minicipal de (tapejara D'Oeste - PR, no endereço envoya comprasgovernamentais gov.br. Maiores informações em contato pelo Telefone (046) 3526 – 8300.

Itapejara D'Oeste-PR, 09 (nove) de Dezembro de 2022.

Itapejara D'Oeste-PR, 09 (nove) de Dezembro de 2022.

Vlademir Lucini Presidente da Comissão de Licitação Decreto Nº 221/2021

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE - PR AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 128/2022

EDITAL DE PREGAO ELETRONICO Nº 128/2022

O Municipio de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, torna público, que fará realizar licitação na modalidade de Edital de Pregão Eletrônico, tipo menor preço por Item, no dia 16 (dezesseis) de Janeiro de 2023, às 151:00min (quiraze) horas, tendo como objeto à velocido de propostas visando a contratação de empresa especializada na cornercialização de combustivel, ôleo diesel, para uno nas vars.

especializada na comercialização de combustivel, ôleo diesel, para uso nas vars, onibus, carninhões e maquinas integrantes da frost municipal.

O prazo para envio das propostas e documentos de habilitação é até as 1500/min iquinze) horas do dia 16 (dezesocia) de Janeiro de 2023.

Outras informações poderãos ser obidas atravês da Edital de Preglo Eletrônico Nº 128/7022, no horicio das 08/s/00mis is 128/00min e das 13h-30min às 17n-36min horas, na sede da Prefeitura Municipal de Itapigura D'Osste – PR, no antierço eletrônico horicios das 08/s/00mis para de la Prefeitura funcional de 18 pagina D'Osste – PR, no antierço eletrônico horicios de 18 pagina para de la Prefeitura de la Prefeitura de la Prefeitura funcional de 18 pagina de 18 pagina D'Osste – PR, no antierço eletrônico de 18 pagina de 18 pagina D'Osste – PR, no antierço eletrônico de 18 pagina de 18 pagina de 18 pagina D'Osste – PR, no antierço eletrônico de 18 pagina de

Telefone (046) 3526 - 8300.

Itapejara D'Oeste-PR, 09 (nove) de Dezembro de 2022. Vlademir Lucini
Presidente da Consissão de Licitoção
Docreto Nº 221/2021

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE - PR

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE - PR
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PRECÃO ELETRÔNICO Nº 127/2022

O Município de Itagegara D'Oeste, Estada de Paraná, sorna público, que fará
realizar licitação na modalidade de Edital de Preglio Elemônico, fipo menor preço
por Item, no dia 16 (dezesseis) de Janeiro de 2023, às 14h/00min (quatorse) horas,
tendo como sibjeto à seleção de propositas visando a contratação de empresa
aspecializada na comercialização de 01 (trana) colhedora de forragem, conforme
conveino firmando entre o Governo do Estado do Paraná atravéx da SEAB e o
Município de Itagegara D'Oeste - PR.
O prizo para envío das propostas e decumentos de habilitação è até as 14h00min
(quatorze) horas do dia 16 (dezesseis) de Janeiro de 2023.
Outras informações poderão are obdidas staves do fulla de Pregão Eletrônico Nº

(quatorze) horas de dis 16 (decesseis) de Janeiro de 2023.

Outras informações poderão ser obtidas straves do folital de Pregão Eletrônico Nº 127/2022, no horario das 088/100min e la 12h/00min e das 13h/10min às 17h/10min horas, na sede da Prefeiror Mancient de Itapejam D'Oeste - PR, no endereço eletrônico horario dama govo horario de provincia de contra que en contacto pelo Telefone (046) 3526 - 8300.

Itapejara D'Oeste-PR, 05 (cisco) de Dezembro de 2022.

Vlademir Lucini

Presidente da Comissão de Licitação Decreto Nº 221/2021

AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 126/2022

EDITAL DE PRECIAO ELETRÓNICO Nº 126/022

O Município de Itanciana D'Oeste, Estado do Parania, torna público, que fará realizar heitação na randatidade de Editel de Pregão Eletrônico, tipo menor preco pur Ihim, no dia 16 (dezessorio) de Janeiro de 2023, ás 10h/00min (dez) horas, tendo como objeto à seleção de propostas visando a continuação de empresa especializada na comercialização de materiais iderivados de firm e aço a serem utilizados na manutanção, consertos e reparso das secte dos Departamentos e Unidades perteneentes a Administração Municipal de Itapejars D'Oeste - PR, bem como espacos núblicos.

Omoanes permicrose a Administração Municipal de Impejara D'Oeste - PR, bem como espaços publicos. O prazo para envío das propostas e documentos de habilitação é até as 10h00min (der) horas do dia 16 (dezenseis) de Janeiro de 2023. Outras informações poderão ser obtidas atravês do Edinal de Pregão Eletrônico N°

Outras informações poderdo ser obtidas através do Estual de Pregõe Estroluco N.
126/2022, no horairo das 80h.00mm às 13h.00mm às 17h.30mm horas, na sede da Prefeitura Municipal de Itapejara D'Oeate - PR, no endereço eletrônico ham de la compositade de la pejara D'Oeate - PR, no endereço eletrônico ham de la compositade de la profesio de la compositade
Vlademir Eucini Presidente da Comissão de Licitação Decreto Nº 221/2021

MUNICIPIO DE CORDINE, YIVIDA - ESTADO DO PARANA
PORTARIA Nº. ORI. de 29 de desambro de 2022.
O PREFETTO MUNICIPAL DE CORDINE, VIVIDA, Estado de Parana, no sed das sebuções que ha RESOLVE.
ARIA, VIV. DESONAR Comissão Fermanente de Limitação para a cuma de financia de Funes Municipal de Studio de 2021 à 1 de 4 Euros Municipal de Studio.

| NOME | CARGO | CPF Nº | IDENTIDADE Nº |
|-----------------------------|------------------|----------------|-----------------|
| Juliano Ribeiro | Presidente | 083.866.709-05 | 10.325.813-8/PR |
| Elaine Bortolotto | Memoro Efetivo | 765.002.689-20 | 5.331.707-3/PR |
| Fernando de Quadros Abstil | Membro Efetivo | 044.650.189-16 | 8.178.961-4/PR |
| lans Roberts Schmid | Membro Efetivo | 050,689,169-47 | 1.407.675-9/PR |
| Alma Mart dos Sentos Canove | Memoro Supteme | 053.900.389-16 | 9.T82.955-1/PR |
| Douglas Cristian Strapazzon | Mamoro Suplenia | 041.032.719-06 | 8.907.764-8PR |
| Flaviere Gobert Sigueire | Memoro Suprierte | 077.573.429-09 | 10.672.157-2079 |
| Grasiel Circuito | Mambro Supriente | 000.447.399-35 | 9.513.391-4/PK |

[UPTRE DEPOSIT DE PROPERTO DE LA CAMANO RIBERTO. Presidente en accession a piloco pocumente para JALANIO RIBERTO. Presidente en accession a piloco pocumente para locações.

Art. 2º. No casa de talta de algun dos presidos elebras divisirios as escalas, a mesmo poderá ser autorizacionente substituido por um mentros aquiente, sem qualque prejudo en trêmis do processo. Art. 4º. Cata partica ante en encuentro poderá ser escalado por um mentros aquiente, sem qualque prejudo en encuentro mocimido sexa efetima a partir de 10 de presido de 2020.

Calcinate do Presido Levidora de Corresi Prinde, Estado do Presida, asia 99 (vinte a nova) dias de mês de decembro de 2020. "L'IPI de Residone de Catado do Presida de 190 (vinte a nova) dias de mês de decembro de 2020. "L'IPI de Residone de MANIGUE BARRETO Prindra

Prefetto
CARLOS LOPES
Secretario Nuntripol de
Administração
FORTARIA Nº 300, de 20 de desembro de 2022.

D Prefetto Municipal de Corroot Vivias. Estado do Parada, Lisando de 2022.

D Prefetto Municipal de Corroot Vivias. Estado do Parada, Lisando de 2022.

Administração
FORTARIA Nº 300, de 20 de desembro de 2022.

Administração
FORTARIA Nº 300, de 20 de desembro de 2022.

Administração
FORTARIA Nº 300, de 20 de desembro de 2022.

Ad 11. DESEMBRO de Municipal Vivias. Estado do Parada, Lisando de 2000.

Ad 11. DESEMBRO de Corroot Vivias de Saldo de 2000.

Administração de Administração de 2000.

DESEMBRO de Corroot Vivias de Saldo de 2000.

DESEMBRO DE 2000.

DE 2000.

DE 2000.

DE 2000.

DE 2000.

DE 2000.

DE 2000.

DE 2000.

DE 2000.

DE 2000.

DE 2000.

DE 2000.

DE 2000.

DE 2000.

DE 2000.

DE 2000.

DE 2000.

DE 2000.

DE 2000.

DE 2000.

DE 2000.

DE 2000.

DE 2000.

DE 2000.

DE 2000.

DE 2000.

DE 2000.

DE 2000.

DE 2000.

DE 2000.

DE 2000.

DE 2000.

DE 2000.

DE 2000.

DE 2000.

DE 2000.

DE 2000.

DE 2000.

DE 2000.

DE 2000.

DE 2000.

DE 2000.

DE 2000.

DE 2000.

DE 2000.

DE 2000.

DE 2000.

DE 2000.

DE 2000.

DE 2000.

DE 2000.

DE 2000.

DE 2000.

DE 2000.

DE 2000.

DE 2000.

DE 2000.

DE 2000.

DE 2000.

DE 2000.

DE 2000.

DE 2000.

DE 2000.

DE 2000.

DE 2000. polis Marcipio del Canonel Vivola, passa o principio de 17 de jameiro (a. 2023 a. 8.1 de résameiro de 2022, accomposto polis os agripantes membros.

CARGO CPF Nº (DENTICADE Nº)

Pesa dendre 0 20 28/10/36-03 3 3-302,556-04 Nello Kazard Constante 1 20 28/10/36-04 Nello Kazard Constante 1 20 28/10

CARLOS LOPES Secretário Municipal da Administração

MUNICIPIO DE CORDNEL VIVIDA - ESTADO DO PARANA
TERMO DE IMABILITAÇÃO E CONVOCAÇÃO 9º CLASSIFICADA
OBJECTO - 183023
CONTRATAÇÃO DE PRODUCTO - 183023
CONTRATAÇÃO DE PRODUCTO - 183023
ESPECIALIZADO EM PROJATRIA, NO CENTRO MUNICIPIAL DE SAUDE DRA. CALDISSE DE
CERTECULATADO EM PROJATRIA, NO CENTRO MUNICIPIAL DE SAUDE DRA. CALDISSE DE
CARLE conforme dos cologos do opreverte edigina Electricia o º 92/022, apos de
Consisteranto o disposit no filom 16, subitem 16.1 do Edital Projato Electricia o º 92/022, apos de
mendospação de de ablembro se 2022, attinya de a-nal envisão em massi dais. Di conocidas si
mendospação de de ablembro se 2022, attinya de a-nal envisão em massi dais. Di conocidas si
mendospação de de ablembro se 2022 attinya de a-nal envisão em massi dais. Di conocidas si
mendospação de de ablembro se por parto de 100 citos cilho electricia dais a disposito
dicamentos.

R.
R.
TAR à émpresa BIJA GESTAO DE NEGOCIOS LTDA, interna no DIVPJ nº 28.327.852
jesquità la liternas pendification calorines o caternos a COMVOCAÇÃO da ençõeCO PROPISSIONAMI LTDA, inscrita no CNPJ nº 22.987.502001-53.8° classificada o antiliste da documentação de habilitação a similo cal proposta algustada a Proporta a calorine.

MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA PORTAL DO SUDOESTE
Praça Gentilo Vergus, 11", 71, Centro, Cirevalinda Paranti
L. Postal n", 81, CEP, 85 \$15-000 - Fone Fax: (840) 3151-8100

A. Prafeita Municipal de Clevellindia, Estado do Paraná, no uso de suas aintruições legará eldamente autorizado pala Lei Municipal et 2781/2021.

DECRETA DEURETA

AC 1º Pica e Poder Executive Manacipe autorizato a vivia Caldito Adicional applemental sis Urganierlo
Gard do Manacipio de Cievalidida, Estado do Parmita, pero o meio de 2022, cestimado ao sacente del despinale a serveri resistados, com reclusios ordundos de Anadado, no vivia P. 75 600 300 (Servicinos e areación mil relacijo pera alternati despinale ingliante displici e Dissiplica Ordanestatales

C3 - Beyrelans Municipal de Administração Genál C3.01 - Administração B.M.A.G. 04.120063. 200400 - Manuslanção pas Atheliaces Administrativas 6.1.50.30 - 000 - Cultros Serviços de Terceiros Pessos Auridos... 28843000.0.003000 - Procestións Judicials 4.6.00.81 00 - 600 - Senteços Judicials 56- Secretaria Municipat de Assistância Social 08.01 - Administração S.M.A.S. 082440718.2017000 - Manufacção de Umitarios sa Assistância So. 13.80.03 - 00.4 - Assissa de Comunida 13.80.38 - 00.4 - Outres Servicos de Terramos Passas Arridos.

97.00. Semistaria Municipal de Educação Calture a Espantes 97.01. Asaminatarigado S.M.E.C.E. 17.01. Asaminatarigado S.M.E.C.E. 17.281000202.01900. Manufactoplo de Ensino Fundamental − Receita Educação 5% ≠ 25%. 17.281000202.01900. Manufactoplo de Ensino Fundamental − Receita Educação 5% ≠ 25%. 17.3810.0190. 103. + Masaria de Consumo. 17.3810.0190. 103. − Masaria de Consumo. 17.3810.0190. 103. − Masaria de Consumo.

07: Secretaria Mankassi de Educação Cultura e Exponées 07.87 — administração DA E.F.E. 12240 10022. 2 00000 — Manusango à sa Marenha Escolar. 13.8512.00 — Material, Bern ou Senigo Para Disethocyto Similar. 07.87 — Porisión Puedo. 17.881602.1 2015000 — Puedo ENVI. 15.86145 — 122. Subrenções Socias. 95 157 000 DO IBY - Depretang Humopel on Opins a (Vapido 19.51 - Administração S.M.O.S) 35/7420031, 1.00000 Pourmenção Administração (National 1.5 (6.38 - 000 - Outro a serviços de Terrenius Pressus Junious...

An. P Para cobertura do referido Crédito Adicional Suplementar previsto no Art. Anterior, serão utilizados recursos de Anulação apasos descritos:

RE 246 000 00

07.05 - Seuretaria Municipal de Educação Cultura a Espoinea 07.05 - Fundad Fundaç 1266 1909 2.035000 - Fundag 30% 3.199.05 - 105 - Material de Consumo 3.199.05 - 102 - Cutros Sarvigos da Tarceiros Pessos Filica.

08 – Secretaria Municipal de Obras e Viação 08:01 - Agrim-istração S.M.O.V. 2512/2014 2.02000 — Manutenção da Umisão de Obras e Viação 3.1.50 (1 + 0.00 - Vercimento a Vartagame Fisas. 3.1.50 4 + 0.00 - Indenticações e Restituições Transferens.

An JP Eate Decraio antis em vigor desta dasa. An AP Revogadas as disposições em contranto. Distinter da Prefeita do Chevilándia-Estado do Parana, em 29 de depembro de 2022.

PREFEITA MUNICIPAL

MUNICIPIO DE CHOPNZINNO/PR.

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalrindor Preglio. Editor in 140/002, Furma Eleptrino, Pelaborous, Impulsorous de communicación de Licitação. De 13 de genero de 202, la 0,000 (covo) homa. Objett. Contracação de Sariação de Tomporio Acadêmico. Valor estimado 18\$ 5.52,012,00, Galvera Sariação. De 63 de contractor de aprecação de estimados no Propuesto de Constanto. Valor estimado 18\$ 5.52,012,00, Galvera Sariação. De 63 de contractor de objetos de Constanto. Rua Migual Procepto Kurpat, nº 3,311 — DesprezionAPR, das 09.0012/200 e esta 30.0017.00 ha o re-orderaço estadorios. Impulsações pura Informações pulo tantorio de 133,047,040 de 14.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CONIMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE - CONIMS ATO DE CONSÓRCIO RESOLUÇÃO Nº 267 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2022 Súmula: Desligar o empregado público do quadro de pessoal do Consórcio Intermunicipal de Saúde - CONIMS. RESOLUÇÃO Nº 268 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2022

Sámula: Dispõe sobre a inclusão de procedimentos e ajuste de valor em edital 002/2022 de credenciamento e dão outras providências. A integra encontra-se disponível nos segurintes endereços eletrônicos: http://www.consms.com/spon/e/ https://www.consms.com/spon/e/ http://www.consms.com/spon/e/ https://www.consms.com/spon/e/ https://www.com/spon/e/ https://www.consms.com/spon/e/ https

CONSÓRCIO INTERNUNICIPAL DE SAÚDE MOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO O(e) presidente Poutr Hom, no une des atfluégées que ente ele contendes pais liaghépée en vigor, especiale el à MANTE e attenções pourement a entre de premier continuem avende pais Consesse et judiques receive transpare publication à contente (contente à manifest entre la contente de la contente de la contente de la contente de la c

2011-1/2012

Ornelman processos sem dos objectos CHEEDWCAMPENTO DE PESSOAS AUROS DA ARRA DE SANDE PARAM PRISTANÇÃO DE SERVICIOS MEDICIOS.

DA ARRA DE SANDE PARAM PRISTANÇÃO DE SERVICIOS MEDICIOS CHEMICANO.

DA ARRA DE SANDE PARAM PRISTANÇÃO DE SERVICIOS MEDICIOS.

DA ARRA DE SANDE PARAM PRISTANÇÃO DE SERVICIOS MEDICIOS CHEMICANO.

DA ARRA DE SANDE PARAM PRISTANÇÃO DE SERVICIOS DE SERVICIOS DE SANDE PARAM PRISTANÇÃO DE SERVICIOS DE SERVICIOS DE SANDE PARAM POR DE SA

Total formecedur: #1 12,000,00 Total perio: #5 23 600,00

CONSONIDO INTERMANDICIPAL DE BAUDE

TERMO DE RATIFICAÇÃO DO PROCESSO DI MEXIGIBILIDAD IN 1887EEZ

Fundamentada no at 25 da lu de Limitoria en 1888000, AMFERO à interpolitació Nº 1807EEZ, para
primeria processo inni por dobre e CPECDENÇURBENTO DE PESSOAS JURIDICIAS DA AFRIA DE SI ANA PRESTAÇÃO DE SERVICIÓS MEDICIOS ARROLA ANTIGIO SA RECE ES ADACIA MANDICIAS, DE RA-IASS ARRAS DE CONCOLLOGIA E DISTETENCIA. PRIMETAN DE LA CARROLA MANDICIAS, DE RA-VIDENCIA PARA ENTRESTA DE LA CONTROLA DE LA CARROLA DEL CARROLA D

(8)
(lobel: 33.800.00
(lobel:

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL EXTRATO DO CONTRATO Nº 242/2022 - ID Nº 242/2022

EXTRATO DO CONTRATO Nº 242/2022 - ID Nº 242/2022 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 150/2022

PREGÃO ELETRONICO Nº 109/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL

CONTRATADO: KARINA RAQUELE QUINTEIRO MARCO

05022765926

OBJETO: **EQUIPAMENTOS** AQUISIÇÃO DE PARA INSTALAÇÃO DA SALA MAKER, QUE SERA UTILIZADA NO ALUNOS MATRÍCULADOS **ENSINO** PELOS FUNDAMENTAL DE 1º AO 5º ANO DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR GLOBAL: R\$ 2.245,00 (Dois Mil, Duzentos e Quarenta e Cinco Reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência será de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato.

DATA DE ASSINATURA: 29/12/2022

Publicado por:

Anderson Muniz da Silva Código Identificador: 8367CCF9

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL EXTRATO DO CONTRATO Nº 244/2022 - ID Nº24422

EXTRATO DO CONTRATO Nº 244/2022 - ID Nº24422 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 149/2022

PREGÃO ELETRONICO Nº108/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL

CONTRATADO: MK SCHITICOSKI - ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MINIDICIONÁRIOS DA LINGUA PORTUGUESA PARA SEREM DISTRIBUÍDOS PARA OS ALUNOS MATRICULADOS NO 3°, 4° E 5° NAS ESCOLAS MUNICIPAIS.

VALOR GLOBAL: R\$ 4.565,00 (Quatro Mil, Quinhentos e Sessenta e Cinco Reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência será de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato.

DATA DE ASSINATURA: 29/12/2022

Publicado por:

Poliana Papker Lavall, Código Identificador: E72AE493

ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS DECRETO Nº 8.077 DESIGNA SERVIDORES PARA FUNÇÃO DE PREGOEIRO

DECRETO Nº. 8077, de 29 de dezembro de 2022.

Designa servidores para função de Pregoeiro, e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA, ESTADO DO PARANA, usando das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº. 2.989 de 27/04/2020 (que dispõe sobre a Estrutura Administrativa). Lei Complementar nº, 056 de 27/07/2020 (dispõe sobre o Regime jurídico Unico dos Servidores Públicos de Coronel Vivida-PR) e Lei Complementar nº. 057 de 27/04/2020 (dispõe sobre o quadro de cargos, planos de carreira e a remuneração), RESOLVE

Art. 1º DESIGNAR o Servidor FERNANDO DE QUADROS ABATTI, portador do CPF nº 044.650.189-16, para desempenhar a função de Pregoeiro, para realização de licitações na modalidade de Pregão para o Município de Coronel Vivida e o Fundo Municipal de Saúde do Município de Coronel Vivida, para o período de 1º (primeiro) de janeiro de 2023 à 31 (trinta e um) de dezembro de 2023, e a equipe de apoio é composta pelos membros da Comissão de

§ 1º. Mediante o disposto neste, fica concedida Função Gratificada por encargo, a partir de 1º (primeiro) de janeiro de 2023.

§ 2º. A Função Gratificada perdurará enquanto o functionario atuar como Pregoeiro.

nicipio

§ 3°. A Função constante neste, é sem prejuízo as demais atribuições administrativas exercidas no órgão de lotação funcional, Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º DESIGNAR a Servidora IANA ROBERTA SCHMID, portadora do CPF nº 050.669.369-47, para desempenhar a função de Pregoeira, para realização de licitações na modalidade de Pregão para o Município de Coronel Vivida e o Fundo Municipal de Saúde do Município de Coronel Vivida, para o período de 1º (primeiro) de janeiro de 2023 à 31 de dezembro de 2023, e a equipe de apoio é composta pelos membros da Comissão de Licitação.

§ 1º. Mediante o disposto neste, fica concedida Função Gratificada por encargo, a partir de 1º (primeiro) de janeiro de 2023.

§ 2º. A Função Gratificada perdurará enquanto a funcionária atuar como Pregoeira.

§ 3º. A Função constante neste, é sem prejuízo as demais atribuições administrativas exercidas no órgão de lotação funcional, Secretaria Municipal de Administração.

Art. 3º Os pregoeiros, ficam autorizados a convocar, além dos membros da Equipe de Apoio, a depender da especificidade técnica do objeto ou da documentação apresentada, outros servidores do Município, técnicos da área, para auxiliar na análise das propostas e documentos.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, iniciando os seus efeitos a partir de 1º (primeiro) de janeiro de 2023. Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 29 (vinte e nove) dias do mês de dezembro de 2022, 133º da República e 67º do Município.

ANDERSON MANIQUE BARRETO Prefeito

Registre-se e Publique-se

CARLOS LOPES

Secretário Municipal de Administração

Publicado por: Gracieli Santos de Quadros

Código Identificador:DE1C747B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES PORTARIA Nº 049/2022

PORTARIA Nº. 049, de 29 de dezembro de 2022. O PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Municipio, em seu artigo 24, alínea "b" Inciso II, RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR Comissão Permanente de Licitação para a realização de licitações do Município de Coronel Vivida e do Fundo Municipal de Saúde de Coronel Vivida-PR, para o período de 01 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023, composto pelos seguintes membros:

| NOME | CARGO | CPF N° | IDENTIDADE N |
|------------------------------|-----------------|----------------|-----------------|
| Juliano Ribeiro | Presidente | 083.866.709-05 | 10.325.813-8/PR |
| Elaine Bortolotto | Membro Efetivo | 765.002.689-20 | 5.331.707-3/PR |
| Fernando de Quadros Abatti | Membro Efetivo | 044.650.189-16 | 8.178.961-4/PR |
| Iana Roberta Schmid | Membro Efetivo | 050.669,369-47 | 8.407.675-9/PR |
| Aline Mari dos Santos Canova | Membro Suplente | 053.900.389-16 | 9.782.955-1/PR |
| Douglas Cristian Strapazzon | Membra Suplente | 041.032.719-06 | 8.907.764-8/PR |
| Flaviane Gubert Siqueira | Membra Suplente | 077.573.439-09 | 10.672.157-2/PR |
| Grasieli Cerbatto | Membro Suplente | 060.497.399-35 | 9.512.291-4/PR |
| | | | |

Art. 2°. DELEGAR poderes para JULIANO RIBEIRO, Presidente da Comissão, para assinar editais, avisos e oficios decorrentes das licitações

Art. 3°. No caso de falta de algum dos membros efetivos durante as sessões, o mesmo poderá ser automaticamente substituído por um membro suplente, sem qualquer prejuízo ao trâmite do processo.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, iniciando seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 29 (vinte e nove) dias de mês de dezembro de 2022, 133º da República e 67º do Município.

ANDERSON MANIQUE BARRETO

Prefeito

Registre-se e Publique-se

CARLOS LOPES

Secretário Municipal de Administração

Publicado por:

Fernando de Quadros Abatti Código Identificador:E5AC09F7

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES PORTARIA Nº 050/2022

PORTARIA Nº 050, de 29 de dezembro de 2022.

O Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, usando as atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, em seu artigo 24, alinea "b" Inciso II e tendo em vista o disposto na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR Comissão Permanente para julgamento dos pedidos de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento, para fins de participação em licitações públicas promovidas pelo Município de Coronel Vivida, para o período de 01 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023, composto pelos seguintes membros:

| NOME | CARGO | CPF N° | IDENTIDADE Nº |
|--------------------------------------|------------|----------------|---------------|
| Ines Delmira Poletto | Presidente | 020,289,009-03 | 5,902,558-9 |
| Neila Kurpel de Andrade Balbinoti | Membro | 037,681,519-13 | 8,954,875-6 |
| Simone Terezinha Sozo | Membro | 026.365.759-01 | 6.586.841-5 |

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, iniciando seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 29 (vinte e nove) dias de mês de dezembro de 2022, 133º da República e 67º do Município.

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito

Registre-se e Publique-se

CARLOS LOPES

Secretário Municipal de Administração

Publicado por:

Fernando de Quadros Abatti Código Identificador: A842713B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES TERMO DE INABILITAÇÃO E CONVOCAÇÃO

TERMO DE INABILITAÇÃO E CONVOCAÇÃO 6° CLASSIFICADA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 93/2022

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE ATENDIMENTO MÉDICO ESPECIALIZADO EM PEDIATRIA, NO CENTRO MUNICIPAL DE SAÚDE DRA. CALDISSE DE CARLI; conforme discriminado no objeto do presente edital.

Considerando o disposto no item 16, subitem 16,1 do Edital Pregão Eletrônico nº 93/2022, após a homologação de 06 de dezembro de 2022, através de e-mail enviado em nesta data, foi convocada a empresa vencedora, EGA GESTÃO DE NEGÓCIOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 24.327.852/0001-56, vencedora do ITEM 01, para que no prazo de 05 (cinco) dias úteis apresentasse os seguintes documentos: "16.1. Homologado o resultado da licitação pela autoridade competente, o Município convocará o licitante vencedor para, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, apresentar os documentos abaixo.

Tais documentos deverão ser encaminhados ao Gestor e Fiscal do

Contrato, os quais farão a conferência e EMITIRÃO DECLARAÇÃO ATESTANDO ESTAREM OU NÃO de hebrido com a indicação do profissional feita pela Contratada, para posterior emissão do Contrato. Deverão ser apresentados os seguintes documentos:

nicipio

a) Cadastro do profissional médico que executará os serviços no Conselho Regional de Medicina do Paraná - CRM/PR.

 h) Titulo de Especialista em Pediatria, ou seja, possuir o Registro de Qualificação de Especialista - RQE no Conselho Federal de Medicina.

c) Cartão SUS do profissional médico que executará os serviços."
Considerando que, primeiramente a empresa EGA GESTÃO DE NEGÓCIOS LTDA solicitou a prorrogação do prazo para a apresentação dos documentos, o qual foi concedido, logo, foi encaminhado parte da documentação (CRM e RQE), foi então requerido o cartão SUS, a qual não apresentou. Em 28 de dezembro de 2022 a empresa pediu a desclassificação, assim como, a Secretária de Saúde e conforme previsto no item 16, subitem 16.1.1 do Edital "A falta de documentação, apresentação em desconformidade ou não apresentação dentro do prazo fixado, resultará na inabilitação da proposta, sem prejuízo às demais penalidades cabíveis, facultando à

DECIDO:

INABILITAR a empresa EGA GESTÃO DE NEGÓCIOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 24.327.852/0001-56, sem prejuízo às demais penalidades cabíveis e determino a CONVOCAÇÃO da empresa MP SERVIÇOS PROFISSIONAIS LTDA, inscrita no CNPJ nº 23.987.502/0001-53, 6ª classificada do item 01, para análise da documentação de habilitação e envio da proposta ajustada a Pregoeira e demais atos necessários.

Administração a convocação dos demais licitantes, na ordem de

classificação para exercício do mesmo direito."

Caso, a próxima classificada não possua todos os documentos de habilitação e/ou não envie a proposta de preço ajustada, deve-se convocar a próxima classificada e caso necessário, seguintes. Coronel Vivida, 29 de dezembro de 2022.

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito

Publicado por: Iana Roberta Schmid Código Identificador:98CF8BC0

GABINETE DO PREFEITO PORTARIA 048/2022

PORTARIA Nº 048, de 28 de dezembro de 2022.

O Prefeito do Município de Coronel Vivida, Estado do Paraná, usando as atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, em seu artigo 24, Inciso II, alínea "b", RESOLVE:

Art. 1º - Designar Comissão de Avaliação para apresentação das especificações mínimas e durante a prova técnica emitir parecer para o objeto do Pregão Eletrônico nº 108/2022, Processo Licitatório nº 205/2022 de registro de preços para futura e eventual fornecimento e instalação de luminárias de led e acessórios, para substituição da iluminação pública no perimetro urbano, para atender a secretaria de obras, viação e urbanismo, composta pelos seguintes membros:

| NOME | CPF Nº | RG N° | |
|------------------------|----------------|--------------|--|
| JEAN FELIPE MIECOANSKI | 081.363.459-88 | 10,195,607-5 | |
| FRANCHY RECH | 914.130.609-00 | 5.284.230-1 | |
| LUIZ ANTONIO POLEZELLO | 071.012.779-00 | 10,244,559-7 | |

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Municipio de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 28 (vinte e oito) dias do mês de dezembro de 2022.

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito

Publique-se e registre-se,

CARLOS LOPES

Secretário Municipal de Administração





ERRATA REFERENTE PORTARIA Nº 049, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2022.

ERRATA a Portaria nº 049, de 29 de dezembro de 2022. Súmula: DESIGNAR Comissão Permanente de Licitação. Publicado na Edição nº 8298 de 30 de dezembro de 2022 do Jornal Diário do Sudoeste, e na Edição nº 2678, de 30 de dezembro de 2022 do Diário Oficial Eletrônico do Município de Coronel Vivida, **ONDE SE LÊ**:

| NOME | CARGO | CPF Nº | IDENTIDADE Nº |
|-----------------|------------|----------------|-----------------|
| Juliano Ribeiro | Presidente | 083.866.709-05 | 10.325.813-8/PR |

LEIA-SE:

| NOME | CARGO | CPF Nº | IDENTIDADE Nº |
|-----------------|------------|----------------|-----------------|
| Juliano Ribeiro | Presidente | 083.886.709-05 | 10.325.813-8/PR |

Coronel Vivida, 10 de janeiro de 2023.

ANDERSON MANIQUE BARRETO

and swet

Prefeito

Registre-se e Publique-se

CARLOS LOPES

Secretário Municipal de Administração

GOM REMUNERAÇÃO Nº.001/2022

ITAPEJARA D'OESTE

| ADMINISTRAÇ | | | |
|--------------------|----------------|-------------------|---------------|
| CANDIDATO | CPF | CLASSIFIC ACÃO | Nº de acertos |
| VANDERLEIA BATISTA | 073.928.029-50 | 1" LUGAR | 19 |
| JOSÉ CAMARGO ALVES | 120,102,459-54 | 2 LUGAR | 17 |

EDUCAÇÃO

| | _ | | | | | |
|-------------------------------|-----|----------------|-----|-------------------------|-----|---------------|
| CANDIDATO | | CPF | | CLASSIF | | Nº DE ACERTOS |
| CAMILA E RIBEIR | Q. | 107 326 849-9 | 9 | TLUGA | | 23 |
| DANIEL CAROLINE PILA | 171 | 089.790.01E-7 | 5 | 2º LUGI | R | 20 |
| JUÇARA KOAKOS | 44 | 127,120,339-1 | | 3° LUGA | R | 19 |
| JOCIEANE DA SILVA | 1 | 070.453.559-9 | | 4, They | R | 19 |
| TAMIRIS FELTRI | 1 | 985.479.379-3 | 2 | 5° LUGA | R | 19 |
| NIKAELY SCHURSTZ D | 5 | 100 174 049-6 | 3- | £, MR | R | 18 |
| FRANCINE HOFFMANI SILVA | • | E77 216 Tag-11 | | 71 LUGA | R | -18 |
| LETICIA PÂMELA RO | 3,4 | 162,494,590-9 | | F'LUGA | R | 1.8 |
| MUNIKE NAJAME MATUCZAK | 1 | 393,500,889-8 | | 8, FDC | R | 17 |
| CLAUDIA SHAČES JERDNIMO | | 175 279 199-0 | 6 | 10, F08 | LA. | - q |
| ANGELA SCALCON DE DLÍVEIRA | 000 | 326.679-30 | 1 | HA HOME | | ir |
| ADREANA DE MELLO DA ROSA | 005 | 843 159-82 | | (2" LIGAR | | 16 |
| AMANDA CAROLINE PINTO | 076 | A24.519-88 | - | 13 ⁴ USAR | | Ja |
| MARIA CECILIA BELUSSO | 081 | 253.139-84 | - 4 | 14° UGAR | | 14 |
| JULIANE DE C. P. BELINSKI | 043 | 983 (63-57 | | UGAR | | 11 |
| MARECI FÂTIMA DE AZEVEDO | 039 | 402.950-30 | - | ter UGAR | | 13 |
| PASTRO | _ | | - * | | | |
| DANIELI SENTIER MOREIRA | 083 | 365.476.79 | - 4 | USAR. | | -13 |
| EDUARDO GABRIEL TELEHEN | 0.1 | 719.795-14 | | të" LIGAR | | 12 |
| GRACIELI CRISTINA GNOATTO | 677 | 438.895-75 | - 1 | 19° LIGAR | | 12 |

| ENFERMAGEM | | | 1 |
|---|--------------------|-------------|---------------|
| CANDIDATO | CPF | CLASSIFICAÇ | Nº DE ACERTOS |
| ISADORA DUAR | 106.482.10s- D1 | 1. THEAR. | 50 |
| FRANCO | 106.995 day | 2" LUGAR | 20 |
| LEIRIEL ELITA KALANDRA DE LIMA TERRES | 011 #57 039- 00 | 3° LUGAR | .14 |
| ANA CLAUDIA DOS SANTOS PETRY | 105 876 119- 78 | 4" LUGAR | .14 |

| CANDIDATO | CPF | CLASSIFIC | M DE ACERTOS |
|-------------------------------------|--------------------|-----------|--------------|
| MATEUS FAVARO BORTOLUZZ | 067.751,34 9-67 | 1º LUGAR | 20 |
| CARLOS EDUARDO NEVES DA SILVA | 105.012.42 9-45 | 2' LUGAR | 21 |

| FARMACIA | | | 10000 |
|--------------------------------|----------------|------------|---------------|
| CANDIDATO | CPF | CLASSIFICA | Nº DE ACERTOS |
| TATIANE BERNARDI DOS SANTOS | 110.470.439-04 | T LUGAR | 20 |

Numiciple de Hapitjars D'Chere - Diarja - Am n° 501/2021

Some Liaz Carlos da Sdya Marchalt 1/2806-1 (Oglo de Longle). Depins de Seude Cargo on Jonghes Montal Laz Carlos da Sdya Marchalt 1/2806-1 (Oglo de Longle). Depins de Seude Cargo on Jonghes Montal La Cargo de Marchalt 1/2806-1 (Oglo de Longle). Deliverate done Rengel Malle de 1604/2021 de 1606/2021 (Oglo de 1606/2021). Deliverate de 1604/2021 (Oglo de 1606/2021). Deliverate caracte des nomas provosas as Lep Manicipal et (Oglo de 1606/2021). Deliverate caracte des nomas provosas as Lep Manicipal et (Oglo de 1606/2021). Deliverate de 1604/2021 (

93 b) 3023

Munitriple de l'appaiere D'Orste - Diama - Airo e' 904 2023

DADOS DO SOLLETANTE

Númer l'observiné de Mins, Marielle I 1200-l'i - 1009 de Longdie, 10 peps de Studio Carpo ou diregioMoisser loiserinés de Mins, Marielle I 1200-l'i - 1009 de Longdie, 10 peps de Studio Carpo ou diregioMoisserine ACOMPANIBANTES Oltres Genéros com secrepambans. DADOS DA 91AF\$M. Date de
Moisserine ACOMPANIBANTES Oltres Genéros com secrepambans. DADOS DA 91AF\$M. Date de
Materiar RE 12500. Transporte editande Cononi (carro official). Hadidade da raspan Consulta.
Objectorio de Carro dellado in secreto «CRONO» Declaros suas conte das sumas grevinas e ta Lei
Municipal n' 1911 (2020, que aprises o regimento das dalens. Dapezas D'Orsto 93 (2023).

MUNICIPIO DE CORONEI, VIVIDA ÉSTADO DO PARANÁ.

PUBLICAÇÃO DE ATOS:

ATO DATA ASSUNTO

Edital nº, 025/23 [00/1/023] Retifics Edial Processo de Seleção de Enagránes nº

623/20/20 de 60/01/20/23.

A publicação no integra dos altos acoma escuentra-se disponivel no seguinte enderaça electrónics.

[Inc., assendare commençal a com de consenta de come de la Edialmença nº 20/13, de 26 de muio de 20/21, regultansentada pelo Decreto nº 76/91, de 14 de julhos de 20/21.

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA — ESTADO DO PARANÁ.

DECRETO Nº 8062, de 96 de javeiro de 2023. Sómulas Divulga os dias de feriados municipais
e estabelece os dias de politio lecultativo no dia de 2023. Basa cumprimento polisis degátio a
entidades da Administração Pública diversa e indirect ado Poder Executivo do Município de
cortonel Vivilda, Estado do Perma. A unideospa de nesepa de sem exemento-assignador en seguina
exempla debática. DIDAJ profito disconsidirários politicas. La completa de la comparta de some exemplador de seguina de semandor de la completa del completa de la completa del completa de la completa de la completa de la completa del completa de la completa del
CONDITION OF THE MANIOR PLANS IS BEEN AN INCIDENCE FOR PARCEL V. (1815) F.M.

Karen de de la Regione de Process de 1,000 (1900) Elementos a. 23,040

PARTEL Conseque processoragio de todos de Oppositos de 1,000 (1900) Elementos a. 23,040

PARTEL Conseque processoragio de todos de Oppositos de 1,000 (1900) Elementos de 1,000 (1900

Administration of the Control of
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 121/2011

ATA DE REGISTRO DE PRECISA ** 120021

ATA DE REGISTRO DE PRECISA ** 12

Committee in the six beginner in Proper of 1204421 - Propile Similature in 2014516. Charlesge Sharitation of the Section of States of States - CALISTA'S Consequent States and CALISTA'S Consequent States of
Tribution Chillippid a Control March of State - Experience of the Control of March o

MUNICIPIO DE MARIÓPOLIS

EXTRATO HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 622622;

PRIDCESSO Nº 1/802/2022. Em concordadrica ao resultado de dissanticaçõe, incrementado pelo Pragosiro a estando o procedimento istantion de acordo com as disposações conicida na Lai nº 1/0.5/2022. superiore hamino partir 1/0.6/2020. superiore hamino partir 1/0.6/2020. Superiore hamino partir 1/0.6/2020. Septembrando e 1/0.0/2020. Septembrando e 1/0.0/2020. Septembrando e 1/0.0/2020 de 2/0/7, que regularmento e 1/0.0/2020 de 1/0.0/2020 de 2/0/7, que regularmento e 1/0.0/2020 de 1/0.0/2020 de 1/0/2020 de 1

EXTRATO HOMOLOGAÇÃO DE LECTRAÇÃO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 60/2022.

EXTRATO HOMOLOGAÇÃO DE LECTRAÇÃO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 60/2022.

PRICOESSO Nº 98/10/22 Em tonocordância so resultado de classificação, acresentado pelo Pregodiro a estada o procedimenta tertablemo de acordo com es triscipações combisem so terro 10.520/2002, abusiliariamenta no il nº 18.66/30, alcarenta shamican nº 10.620/30, faceros Marindragó nº 13.6 29 de agordo de 2007, que regulamenta o salema de Regulto de Pregodiro nº 0.620/30, faceros Marindragó nº 13.6 29 de agordo de 2007, que regulamenta o salema de Regulto de Pregodiro de Pregodi MUNICÍPIO DE MARIÓPOLIS

EXTRATO HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÂO ELETRÔNICO Nº 60/2022.

EDITAL DE CHANAMENTO DE PESSOAL N° 646/2623
Vitmar Schmoller, Prefeito Municipal de Itagejare O Ogue, Essado do Parini, no suo de mas-aribaldere liquid que fina dos suntinostos pera Lei Organissa do Municipio (nova edicilio) em seu Art. 61 antinos 15, 3, XXV y XXVI resorve. 1 CENVOCAR:

EDNYOCARE — Para formar polata nó respectivo Cergo or (as) candidatos (as) aprovados (as) no Com-Padrico Monicipal, lice ao Editad e 90.12021.

- Oc. candidatos abujos (relasivandos, devent le apresentar no Departamento de Roe Humann sis Perfettura Municipal, a partir da data da publicação desse Edital, joras assos respectors Escap cado pesa de convocação dos casos condicionos (os respectors tessos).

| INSC. | NOME | NF | CLASSII |
|--------|----------------------------------|-------|---------|
| 130531 | DIONATHAN SCHARLWAM F. LOCATELLI | 52,60 | - 2" |
| 130960 | SIDNEI MAXSIMOVITE | 51.00 | 8* |

ARMULAN Disple volms a tabela de venementos para o Imposto Predizi e Territorial Unioso (PFI) para vecencia 2022, e di curas providentas. Vilmar Schmeiler, O Pretimo Manifejal de Integrato D'Orsto. Esdodo de Paradi, namendo de mancho de sua atribistições tagas que las contrar o traçus (Ex x X dn su) 64 de Let Orgânica do Municipio de dispojam D'Orsto. Estado do Paradi de 1074/80 e acous descripto.

Vilmer Schmoffer, Freferid (Auminipa)

Municipin de Rapejara B'Orier - Diéro - Mo et 547/2022

DADOS NO SOLLETTANTE

DADOS NO SOLLETTANTE

DADOS NO SOLLETTANTE

Noine Editordo S Billimonio Maironne 11290-1, Origin de Lampigo Diprio de Salado, Caupo on função

Sey de Delesa Civil Acompositamento Varierleta Walverla uma acompaniamen DADOS DA VIACENO.

Dass de Vargere: enido do 267/2/2022 es 658/07 e enterno do 271/3/2022 es 136/0. Destino risona Grosso.

Dass de Vargere: enido do 267/2/2022 es 658/07 e enterno do 271/3/2022 es 136/0. Destino risona Grosso.

Orgâno-Sectio e acrem ristanto do eventos happino de Ponos Grosso. Deplares viete pieme das normas provincas sa Laja Manuscipal en 1971/2/2019, que apreva e regimente das dilenas. Inacquas D'Orace

Magadestados de 1971/2/2019.

provinces no. Lei Monocapat di 1917/2020, que agenve o regimente das dificas (lasquara D'Desige 2013/02).

Municipi de Bapijara D'Desige Dania - Ani a' MAP/2021.

DADOS DO SOLLCITANTE.

Nonoc. (alcianta da Maia, Maria III. 2014.) Organ de Lasquis Deput de Sanda Circas con dompetimente il discompetimente Divisio II. 2014. Organ de Lasquis Deput de Sanda Circas con acompetimente provincia de la competitation de C

| Nº ATO | Nome | ASSUNTO |
|-------------------------------|-------------------------------|--|
| Depreto et 6063 de 16/01/2023 | Joën Rosafa Patimoid Ferr | Express a pedido scupante de Cargo de Provincios am Comissão |
| Decreto #7 6064 da 10/01/2023 | Malcori Madureire | Nomesia sprovestoja) do Concurso Público abento sinavete do Edissi nº, 001 de 30/05/2022 |
| Estad of 022 par 1901/2622 | Jeterson Gompalves dos Sentos | Convocación de caluminato aprovedo am Concurso. Publico nº 001/2022 so cargo de Dioeración de Magueria Rippovienda |

MUNICIPIO DE CORDNEL VIVIDA - ESTADO DO PARANA ERRATA REPERENTS PORTARIA Nº 043, DE 30 DE DEZEMBRO DE 3022. ERRAYA a Portaria nº 043, de 23 de dezembro de 3022. Súmilas DESIGNARIC Comissão. Lossegãos Publicanos nº Estiçãos nº 6258 de 30 de desembro in 2072 de 1047 de Dieno de

| NOME | CARGO | CPF N* | IDENTIDADE N |
|-----------------|-------------|----------------|-----------------|
| uliano Ribeiro | Presidental | 093.853.709.05 | 10.325.813-8/PR |
| ELASE | | 1 100 | |
| NOME | CARGO | CPF Nº | IDENTIDADE N |
| rulleno Ribeiro | Presidente | 083 686 709-05 | 10.325 813-8/PF |

CARLOS LOPES cretário Municipa

2.1. Que o Candidato não comparecendo ou não se pronunciando no prazo estabelecido neste item será automaticamente eliminado do Concurso Público, aberto através do Edital nº. 01/2022 de 30/05/2022.
III. Que a posse em cargo público dar-se-á no prazo de 15(quinze)

dias contados da publicação do ato de nomeação, podendo, a pedido, ser prorrogado por igual periodo (art.35 da Lei Complementar nº. 056/2020), e dependerá do resultado da inspeção e no atendimento aos requisitos estabelecidos no item 2 do Edital de Abertura do Concurso Público sob nº. 01/2022 de 30/05/2022, Anexo II deste.

3.1. Será considerado apto se não apresentar restrições médicas que o contraindique ao exercício do cargo.

3.2. O não atendimento de algum dos requisitos para investidura estabelecida no Edital de Concurso Público nº, 01/2022 eliminará o candidato do concurso.

3.3. É de cinco dias o prazo para o servidor entrar em exercício, contados da data da posse.

IV. O disposto no presente Edital atende aos preceitos contidos na Lei Complementar nº. 057/2020 de 27/04/2020 (Dispõe sobre o Quadro de Cargos, os Planos de Carreira e a remuneração do servidor do Quadro Efetivo da Administração Pública de Coronel Vivida), na Lei Complementar nº. 056 de 27/04/2020 (dispões sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Coronel Vivida-PR), e no Edital de Concurso Público Nº 01/2022 de 30/05/2022 e demais disposições legais vigentes.

V. Que a publicação deste, além do Jornal Diário do Sudoeste de Pato Branco-PR, no endereço eletrônico: http://www.diariomunicipal.com.br/amp/ - conforme autorizado pela Lei Municipal nº 3063, de 26 de maio de 2021, regulamentada pelo Decreto nº 7691, de 14 de julho de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 10 (dez) dias do mês de Janeiro de 2023, 134º da República e 68º do Município.

ANDERSON MANIQUE BARRETO Prefeito

Registre-se e Publique-se

CARLOS LOPES

Secretário Municipal de Administração

ANEXO I

EDITAL Nº 022/2023 de 10/01/2023

CONCURSO PÚBLICO 001/2022 - Convocação

Candidatos <u>CONVOCADOS</u> para assumir Cargo de Provimento Efetivo

Decorrente de habilitação no Concurso Público, aberto através do Edital Nº 01/2022, de 30/05/2022:

Cargo Público: Operador de Máquina Rodoviária

| Ordem N*. | Classifi- cação | J. L. Sandard C. Lander | | Lotação Funcional |
|--------------|--------------------|----------------------------------|--------|---|
| 1: | 3" | JEFERSON GONÇALVES DOS SANTOS | 174625 | Secretaria Municipal de Obras Viação e Urbanismo |

ANEXO II
EDITAL Nº 022/2023 de 10/01/2023
CONCURSO PÚBLICO 001/2022 - Convocação
Requisitos para Nomeação
Documentos Iniciais

cópia da Carteira de Identidade;

cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF;

cópia do Título de Eleitor e comprovante de regularidade eleitoral;

cópia da Carteira e/ou Certificado de reservista ou dispensa (se do sexo masculino);

uma foto 3x4 recente e tirada de frente;

cópia da certidão de nascimento ou casamento;

cópia da certidão de nascimento e CPF dos filhos de até 16 (dezesseis) anos;

certidão negativa de antecedentes criminais do Cartório Criminal do lugar onde tenha residido nos últimos 05 anos, expedida no máximo há 03 (três) meses;

certidão negativa de antecedentes criminais Federal;

comprovante de endereço;

cópias dos documentos comprobatórios da escolaridorio e prérequisitos mínimos constantes do Anexo I do Edital 001/2022;

Carteira de Habilitação conforme requisito exigido para o cargo.

Para a cargo de Agente Comunitário de Saúde, 1º comprovante de residência, ou ainda através de declaração de residência, assinada por duas testemunhas, cabendo à administração municipal, nos termos do Parágrafo Único do art. 10 da Lei nº 11.350 de 05/10/2006, exonerar unilateralmente o ACS na hipótese de não atendimento ao disposto no Inciso I do art. 6º da referida Lei, ou em função da apresentação de declaração falsa de residência. 2º comprovante de residência deverá ser apresentado, por ocasião da nomeação, pelo candidato habilitado no concurso

demais documentos que a Prefeitura Municipal de Coronel Vivida achar necessários, posteriormente informados no Edital de Convocação.

ATENÇÃO: O candidato, por ocasião da POSSE, deverá comprovar todos os requisitos acima elencados. A não apresentação dos documentos, implicará na eliminação do candidato, anulando-se todos os atos e efeitos decorrentes da inscrição no Concurso Público.

Coronel Vivida, Estado do Paraná.

Publicado por: Gracieli Santos de Quadros Código Identificador:9A6BE3BB

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES ERRATA

ERRATA REFERENTE PORTARIA Nº 049, DE 29 DE DEZEMBRO DE

ERRATA a Portaria nº 049, de 29 de dezembro de 2022. Súmula: DESIGNAR Comissão Permanente de Licitação. Publicado na Edição nº 8298 de 30 de dezembro de 2022 do Jornal Diário do Sudoeste, e na Edição nº 2678, de 30 de dezembro de 2022 do Diário Oficial Eletrônico do Município de Coronel Vivida, ONDE SE LÊ:

| NOME | CARGO | CPF N* | IDENTIDADE Nº |
|-----------------|------------|----------------|-----------------|
| Juliano Ribeiro | Presidente | 083.866.709-05 | 10.325.813-8/PR |

LEIA-SE:

| NOME | CARGO | CPF N* | IDENTIDADE Nº |
|-----------------|------------|----------------|-----------------|
| Juliano Ribeiro | Presidente | 083,886,709-05 | 10.325.813-8/PR |

Coronel Vivida, 10 de janeiro de 2023.

ANDERSON MANIQUE BARRETO Prefeito

Registre-se e Publique-se

CARLOS LOPES

Secretário Municipal de Administração

Publicado por: Fernando de Quadros Abatti Código Identificador:D5B06CD3

GABINETE DO PREFEITO DECRETO 8082/2023

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA - ESTADO DO PARANÁ. DECRETO Nº 8082, de 09 de janeiro de 2023.

Súmula: Divulga os dias de feriados municipais e estabelece os dias de ponto facultativo no ano de 2023, para cumprimento pelos órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta do Poder Executivo do Município de Coronel Vivida, Estado do Paraná.

Considerando a necessidade de dar publicidade ao público em geral, os dias de pontos facultativos e feriados da Administração Pública Municipal;





DECRETO Nº. 8077, de 29 de dezembro de 2022.

Designa servidores para função de Pregoeiro, e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA, ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Municipio, e tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº. 2.989 de 27/04/2020 (que dispõe sobre a Estrutura Administrativa), Lei Complementar nº. 056 de 27/07/2020 (dispõe sobre o Regime jurídico Único dos Servidores Públicos de Coronel Vivida-PR) e Lei Complementar nº. 057 de 27/04/2020 (dispõe sobre o quadro de cargos, planos de carreira e a remuneração), RESOLVE

Art. 1º DESIGNAR o Servidor FERNANDO DE QUADROS ABATTI, portador do CPF nº 044.650.189-16, para desempenhar a função de Pregoeiro, para realização de licitações na modalidade de Pregão para o Município de Coronel Vivida e o Fundo Municípial de Saúde do Município de Coronel Vivida, para o período de 1º (primeiro) de janeiro de 2023 à 31 (trinta e um) de dezembro de 2023, e a equipe de apoio é composta pelos membros da Comissão de Licitação.

§ 1º. Mediante o disposto neste, fica concedida Função Gratificada por encargo, a partir de 1º (primeiro) de janeiro de 2023.

§ 2º. A Função Gratificada perdurará enquanto o funcionário atuar como Pregoeiro.

§ 3º. A Função constante neste, é sem prejuízo as demais atribuições administrativas exercidas no órgão de lotação funcional, Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º DESIGNAR a Servidora IANA ROBERTA SCHMID, portadora do CPF nº 050.669.369-47, para desempenhar a função de Pregoeira, para realização de licitações na modalidade de Pregão para o Município de Coronel Vivida e o Fundo Municipal de Saúde do Município de Coronel Vivida, para o período de 1º (primeiro) de janeiro de 2023 à 31 de dezembro de 2023, e a equipe de apoio é composta pelos membros da Comissão de Licitação.

§ 1º. Mediante o disposto neste, fica concedida Função Gratificada por encargo, a partir de 1º (primeiro) de janeiro de 2023.

§ 2º. A Função Gratificada perdurará enquanto a funcionária atuar como Pregoeira.

§ 3º. A Função constante neste, é sem prejuízo as demais atribuições administrativas exercidas no órgão de lotação funcional, Secretaria Municipal de Administração.

Art. 3º Os pregoeiros, ficam autorizados a convocar, além dos membros da Equipe de Apoio, a depender da especificidade técnica do objeto ou da documentação apresentada, outros servidores do Município, técnicos da área, para auxiliar na análise das propostas e documentos.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, iniciando os seus efeitos a partir de 1º (primeiro) de janeiro de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 29 (vinte e nove) dias do mês de dezembro de 2022, 133º da República e 67º do Município.

ANDERSON MANIQUE BARRETO

Mysmare

Prefeito

Registre-se e Publique-se

Carlos Lopes
Secretário Municipal de
Administração

DIARIO DO SUDOESTE LIDA:801920 Publicações Legais

Assinado de forma Vivida digital por EDITORA JURITI LTDA:80192081000108

Municipio

Dados: 2022.12.29 16:27:22 -03'00

| Caderno Integrante da Edição nº 8298 Pato Branco, 30 de dezembro de 2022

Este espaço é destinado a publicação de editais públicos ou privados que tem como finalidade tornar público as informações a cerca dos atos e fatos ocorridos, dando transparência as ações dos órgãos públicos e das empresas. Os leitores podem acompanhar nos editais toda e qualquer medida adotada pelas prefeituras, câmaras municipais, empresas de economia mista, autarquias, entidades, associações, instituições, empresas e outras denominações que tenham a necessidade de tornar públicos seus atos



Comarca de Pato Branco - Estado do Paraná 18 Serviço de Registro de Imóvei Revista de Cesta Las Factorio Macillona Olicia Filone - Tambrio, 288 1223-2460

A Oficial de 1º Servico de Registro de Imóveis da Camarca de Pato Branco-PR, nos termos do art. 20 da Lei nº 9.514/1997, INTIMA CLAUDIOMIRO SAMPAIO e ANA CHRISTINI MORAES, a comparecerem na Rua Asiri Brasila, nº 533, Bairro Brasilla, chite as 08:30-11:00 e 13:00-17:00 horsa dos dias úteis de segunda a senta-fetra, no praza improrregised de 15 (quines dias, a contar deste Edital, para PAGAMENTO (propação de mora) dos valores devidos en N. Some sees Estato, pair PAC-MARCH V grappaso en mora que senso esta son, hem centro que servicerem a fe adas do registrición, servesidas das despesas legais, grantes as contrabo de financelamento com garante fiducidar nº 14440113292, formado em 19/2012, registrado sob o nº N.S., no materición 1º 45,203, desta Serventia, sob pena de firmento anticipado de mola a divida, comunidação do propriedade do individ ym favor da dora e intendas estecução da divida armise da Feliale extrajudiçai do inovel.



Comarca de Pato Branco - Estado do Paraná 17 Serviço de Registro de Imó Serviço de Registro de Imó Serviço de Custe (un Particus eléculeos Oficia Timba - Tainham (de) 1221-448 EDITAL DE INTIMAÇÃO (NEGOCIO FIDUCIÁRIO)

A Oficial do 1º Servoço de Registro de Indivens da Comarca de Pato Branco-PR, nos termos do str. 36 da Lei nº 9.514/1097, INTUMA EVANDRO LAIZ RODRIGUES, a comparecer na Rea Assis Brancia, nº 333, Bairro Brandin, estre a co.636-1100 e 13:500-1700 horas dos dias úteis de segunda a sexas-feira, no pruso improrrogável de 15 (quitaze) dias, a contar deser Edital, para PAGAMENTO (purgação da mors) dos valentes devidos em atraso, bem como os que venecem até a data do pagamento, acroscidos das desposas legais, referentes ao contrato de infanciamento com garantes floricarista nº 484-440/68/822, firmados em 14/80/2014, registrados abo o nº R-0, na matricula nº 38.105, dena Serventia, sob pena de trescimento ametigodo de loda a divido, comotidação de propriedade de indived m faro da tredora e insedias execução da divido atravées de leida extrajudicad do moivel.

MUNICIPIO DE PATO BRANCO

TOMADA DE PIECOS Nº 16/2821. PROCESSO Nº 485/2821

AVEST RESANO FIBILICA PARIA ARRETTIRA DE PROCESSO Nº 485/2821

OBRITO I A CHIEF DE RESANO FIBILICA PARIA ARRETTIRA DE PROCESSO Nº 485/2821

AVEST RESANO FIBILICA PARIA ARRETTIRA DE PROCESSO Nº 485/2821

AVEST RESANO FIBILICA PARIA ARRETTIRA DE PROCESSO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADIDUCAÇÃO DE INTITAÇÃO, PREÇÃO N.º 185/2021.
PROCESSO: MASTELL HOMOLOGAÇÃO E ADIDUCAÇÃO DE LICITAÇÃO, PRECÃO N.º 185/2021.
PROCESSO: MASTELL HOMOLOGA O PROCESSO LICITATORIO QUE TEM POM GRETIUcupa residio, medio de maios númeo DNT 85/2004.4 (numeo ASTA C103), ABIV 90% e DNES-MEMOVEM para posterior estabulaçõe des proprios minimos de meglicaçõe moderanção de Arroyavo Regional
Professos Inventa Leurence Cardon (SBFO) a partir de projote arquitentacio basivo aprismosale pola Secterario
Manicopal de Cardon estávencia de maior de projote servintentacio de Arroyavo Regional
Manicopal de Cardon estávencia, combrem ague BATT ENGENHALE R «CESSEMENT LTDA, passo juridos de devito provado, estaren no CNP1 o" 32.03 580/1001-47, com y núm unia de 185 50.000,00

Pan Bizman, 3 de la Centerino de 30.22 (Notiona Camo - Profesio.

MUNICIPIO DE PATO BRANCO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 3750212. PREGAO ELEPBÓNICO Nº 464/2021 - PROCESSO
Nº 364/2022 - PASTES Municipio de Pato Panton. CNP1 Nº 76/95/44/2001-54 g BST3
ENGENHARM & ALEXANDEA LIDA, miseria no CNP1 Nº 76/95/44/2001-54 g BST3
Pristação de serviços técnicos especializados para realização de Ensiár de CRP-revientes Rigidos.
Pristação de serviços técnicos especializados para realização de Ensiár de CRP-revientes Rigidos.
e DESEN-ME 049/44 para posterior claboração dos propiotos isances a emplisação e modernização de Aruspono Regissas Professor Javanta Louesias Candon SIROO y paster às presentados país Serviaria Municipal de Desenvolvemente Ticonômico, confirme sagar. VALOR
TOTAL 28/30 000,000 Pito Biessen, 28 de Desenvolvemente Ticonômico. Desfirme sagar. VALOR
TOTAL 28/30 000,000 Pito Biessen, 28 de Desenvolvemente 26/22. 4 define Mans Carab - Representate
Lepil Robesso Cantor - Prefitos.

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE - PR

MUNICIPIO DE INFEDIRACIÓN D'OSTE - PR

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGRO BLETRÔNICO Nº 133/2022

O Municipio de Itapejara D'Oeste, Estado de Paraná, torna pública, que fará realizar licitação na modalidade de Ediral de Pergão Eletrônico, tipo menor preço por Item, no dia 17 (dezessete) de Jameiro de 2023, às 16h.00min (dezessets) horas, tendo como abigio à seleção de pergonata visuado a contratação de empresa especializada na comercialização de van e vericulo automator, novos, para uso do

especializada na comercialização de van e vrículo automotor, novos, para uso do Departamento Municipal de Saúde.

O prazo para envio das propostas e documentos de habilitação é até as 16h00min (dezesseis) horas do día 17 (dezessete) de Janeiro de 2023.

Oturas informações podeños ser obtidas stravés do Edital de Pregão Eletrônico Nº 133/2022, no horasto das 08h:00min ás [2h:00min e das 13h:00min és 17h:30min horas, na sede da Prefeitura Municipal de Rapejara D'Oeste – PR. na endereça eletrônico http://www.napegaradocrup.gr.gov/hr/fichia.oss www.compragovernamentais.gov/be. Maiores informações em contato pelo Telefone (046) 3326 – 8300.

a.300.

Vlademir Lucini

Presidente da Comissão de Licitação

Decreto N° 221/7023

ter cope as districts on publishing to recognitive and anomaly if the interest in 1920 compared the bosons, broads as foreign our Jr. as agreedy on Tills.

NATIONAL PROPERTY AND PERSONS AND PROPERTY OF THE PARTY AND PARTY OF THE PARTY OF T

DECRETO 350/2022

Elidio Zimerman de Morass, Prefeito Municipal de Manqueirinta, Estado do Paranis, no uso de suas atribuícões legale, e observando os dispositivos contantes do art. 43 — paragrafo 1º - inclaes di da Lai Faderal nº 3,2006 à considerando os art. 4º de Lei Municipal nº 2216/2021, de 98 de Novembro de 2021.

Art. 2º - Como recursos para cobertura do cresito as presente Decreto, o Excesso de Arrecadação, de aos parágrafo primeiro do antigo 43 de Lei Federal 4.320/64.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor no cata de que public

Gabinete do Prefeito Municipal de Mangueirinha, em 29 de Decembro de 2022.

ELIDIO ZIMERMAN DE MORAES Prefeito Municipal

FORTARIA NO DER, de 28 de desarrobro de 2022, RESOLVE: Art. 18 - Designas Comissão de Avaliação, a publicação se bringas dos asins antiva esseminava dispueles no septima executar enterestra enterestra distributiva información de comissão de 2011, de 2011 de 2011 de 2011, de 2011 de 201

MUNICIPIO DE CORONEL VIVIDA - EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE PUB

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE - PR

Extrato Contrato N° 3445/2022

Contratante: Municipio de Itapejara D'Oeste – PR, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 76.995.430/0001 – 52.

Contratado: Revimedie Equipamentos Médicos Lida – EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27,074 498/0001 – 93.

Objeto: Contratação de empresa especializada na comercialização de

materiais, equipamentos e prestação de serviços de manutenção, consertos e reparos nas geladeiras de armazenamento de medicamentos e vacinas das Unidades de Saúde do Departamento Municipal de Saúde de Itapejara D'Oeste - PR, conforme objeto do Edital de Pregão ico Nº 121/2022

Valor da Contrato: R\$ 16.900,00 (Dezesseis mil e novecentos reais). Vigência: De 29 (vinte e nove) de Dezembro de 2022 até 29 (vinte e nove) de Junho de 2023.

Data do Contrato: 29 (vinte e nove) de Dezembro de 2022

MUNICIPIO DE ITAPEJARA D'OESTE - PR

Extrato Contrato Nº 3446/2022 Contratante: Municipio de Itapejara D'Oeste - PR, inscrito no CNPI/MF sob o nº 76.995.430/0001 - 52.

Contratado: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, inscrita no CNP1/MF sob o nº 61, 198, 164/0001 - 60.

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento de seguro automotivo para veículos, caminhões e ônibus, pertencentes a froia municipal do Município de Itapejara - PR, conforme objeto do Edital de Preglo Eletrônico Nº 122/2022. Valor do Contrato: R\$ 38.000,00 (Trinta e oito mil reais).

Vigência: De 29 (vinte e nove) de Dezembro de 2022 até 29 (vinte e nove) de Dezembro de 2023.

Data do Contrato: 29 (vinte e nove) de Dezembro de 2022.

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE - PR Extrato Contrato Nº 3447/2022

Contratante: Municipio de Itaneiara D'Oeste - PR. inscrito no CNPJ/MF sob a nº 76,995.430/0001 - 52.
Contratado: Mapfre Seguros Gerais S. A., inscritá no CNPJ/MF sob a

nº 61.074.175/0001 - 38.

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento de seguro automotivo para veículos, caminhões e ônibus, pertencentes a frota municipal do Municipio de Itapejara D'Oeste - PR, conforme objeto do Edital de Pregão Eletrônico Nº

Valor do Contrato: R\$ 6,479,96 (Seis mil, quatrocentos e setenta e

nove reais e noventa e seis centavos). Vigência: De 29 (vinte e nove) de Dezembro de 2022 até 29 (vinte e ve) de Dezembro de 2023.

Data do Contrato: 29 (vinte e nove) de Dezembro de 2022

MUNICIPIO DE ITAPEJARA D'OESTE - PR

Extrato Contrato Nº 3448/2022

Contratante: Municipio de Itapejara D'Oesie – PR. inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.995.430/0001 – 52.

Contratado: D A Arisi Monitoramento e Segurança – Me, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 44.929.125/0001 – 76.
Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços

de monitoramento de segurança para os prédios da Administração Municipal do Municipio de Itapejara D'Oeste - PR, conforme objeto do Edital de Pregão Eletrônico № 123/2022. Valor do Contrato: R\$ 4.670,00 (Quatro mil, seiscentos e setenta reais).

Vigência: De 29 (vinte e nove) de Dezembro de 2022 até 29 (vinte e nove) de Dezembro de 2023.

Data do Contrato: 29 (vinte e nove) de Dezembro de 2022.

MUNICIPIO DE ITAPEJARA D'OESTE - PR

Extrato Contrato Nº 3449/2022 Contratante: Município de Itapejara D'Oeste – PR, inscrito no CNPJ/MF sob n nº 76.995.430/0001 – 52

Contratado: Pedreira Santiago Ltda, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 77.744.134/0001 – 41.

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços

de locação de britador móvel, destinado a britagem de cascalho a ser utilizado no revestimento das estradas vicinais do Município de Itapejana D'Oeste-PR, conforme objeto do Edital de Pregão Eletrônico

Valor do Contrato: RS 263.500,00 (Duzentos e sessenta e três mil e

quinhentos reais). Vigência: De 29 (vinte e nove) de Dezembro de 2022 até 29 (vinte e nove) de Junho de 2023.

MUNICIPAD DE DICTUTAÇÃO

MUNICIPAD DE LICITAÇÃO

MUNICIPAD DE MUNICIPAD DE LICITAÇÃO

MUNICIPAD DE MUNICIPAD DE LICITAÇÃO

MUNICIPAD

MUNICIPAD DE MUNICIPAD DE LICITAÇÃO

MUNICIPAD DE MUNICIPA

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL EXTRATO DO CONTRATO Nº 242/2022 - ID Nº 242/2022

EXTRATO DO CONTRATO Nº 242/2022 - ID Nº 242/2022 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 150/2022

PREGÃO ELETRONICO Nº 109/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL

CONTRATADO: KARINA RAQUELE QUINTEIRO MARCO

05022765926

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA INSTALAÇÃO DA SALA MAKER, QUE SERA UTILIZADA PELOS ALUNOS MATRÍCULADOS NO ENSINO FUNDAMENTAL DE 1º AO 5º ANO DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR GLOBAL: R\$ 2.245,00 (Dois Mil, Duzentos e Quarenta e Cinco Reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência será de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato.

DATA DE ASSINATURA: 29/12/2022

Publicado por:

Anderson Muniz da Silva

Código Identificador:8367CCF9

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL EXTRATO DO CONTRATO Nº 244/2022 - ID N°24422

EXTRATO DO CONTRATO Nº 244/2022 - ID Nº24422 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 149/2022

PREGÃO ELETRONICO Nº108/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL

CONTRATADO: MK SCHITICOSKI - ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MINIDICIONÁRIOS DA LINGUA PORTUGUESA PARA SEREM DISTRIBUÍDOS PARA OS ALUNOS MATRICULADOS NO 3º, 4º E 5º NAS ESCOLAS MUNICIPAIS.

VALOR GLOBAL: R\$ 4.565,00 (Quatro Mil, Quinhentos e Sessenta e Cinco Reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência será de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato.

DATA DE ASSINATURA: 29/12/2022

Publicado por:

Poliana Papker Lavall, Código Identificador: E72AE493

ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS DECRETO Nº 8.077 DESIGNA SERVIDORES PARA FUNÇÃO DE PREGOEIRO

DECRETO Nº. 8077, de 29 de dezembro de 2022.

Designa servidores para função de Pregoeiro, e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA, ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº. 2.989 de 27/04/2020 (que dispõe sobre a Estrutura Administrativa), Lei Complementar nº. 056 de 27/07/2020 (dispõe sobre o Regime jurídico Único dos Servidores Públicos de Coronel Vivida-PR) e Lei Complementar nº. 057 de 27/04/2020 (dispõe sobre o quadro de cargos, planos de carreira e a remuneração), RESOLVE

Art. 1º DESIGNAR o Servidor FERNANDO DE QUADROS ABATTI, portador do CPF nº 044.650.189-16, para desempenhar a função de Pregoeiro, para realização de licitações na modalidade de Pregão para o Município de Coronel Vivida e o Fundo Municípial de Saúde do Município de Coronel Vivida, para o período de 1º (primeiro) de janeiro de 2023 à 31 (trinta e um) de dezembro de 2023, e a equipe de apoio é composta pelos membros da Comissão de Licitação.

§ 1º. Mediante o disposto neste, fica concedida Função Gratificada por encargo, a partir de 1º (prímeiro) de janeiro de 2023. § 2". A Função Gratificada perdurará enquanto o funcionário atual como Pregoeiro.

§ 3º. A Função constante neste, é sem prejuízo as demais atribuíções administrativas exercidas no órgão de lotação funcional, Secretaria Municipal de Administração.

nicipio

Art. 2º DESIGNAR a Servidora IANA ROBERTA SCHMID, portadora do CPF nº 050.669.369-47, para desempenhar a função de **Pregoeira**, para realização de licitações na modalidade de Pregão para o Município de Coronel Vivida e o Fundo Municípia de Saúde do Município de Coronel Vivida, para o período de 1º (primeiro) de janeiro de 2023 à 31 de dezembro de 2023, e a equipe de apoio é composta pelos membros da Comissão de Licitação.

§ 1º. Mediante o disposto neste, fica concedida Função Gratificada por

encargo, a partir de 1º (primeiro) de janeiro de 2023.

§ 2º. A Função Gratificada perdurará enquanto a funcionária atuar como Pregoeira.

§ 3º. A Função constante neste, é sem prejuízo as demais atribuições administrativas exercidas no órgão de lotação funcional, Secretaria Municipal de Administração.

Art. 3º Os pregoeiros, ficam autorizados a convocar, além dos membros da Equipe de Apoio, a depender da especificidade técnica do objeto ou da documentação apresentada, outros servidores do Município, técnicos da área, para auxiliar na análise das propostas e documentos.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, iniciando os seus efeitos a partir de 1º (primeiro) de janeiro de 2023. Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 29 (vinte e nove) dias do mês de dezembro de 2022, 133º da República e 67º do Municipio.

ANDERSON MANIQUE BARRETO Prefeito

Registre-se e Publique-se

CARLOS LOPES

Secretário Municipal de Administração

Publicado por: Gracieli Santos de Quadros Código Identificador:DE1C747B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES PORTARIA Nº 049/2022

PORTARIA N°. 049, de 29 de dezembro de 2022.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, em seu artigo 24, alínea "b" Inciso II, RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR Comissão Permanente de Licitação para a realização de licitações do Município de Coronel Vivida e do Fundo Municípal de Saúde de Coronel Vivida-PR, para o período de 01 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023, composto pelos seguintes membros:

| NOME | CARGO | CPF N* | IDENTIDADE Nº |
|------------------------------|-----------------|----------------|-----------------|
| Juliano Ribeiro | Presidente | 083.866.709-05 | 10.325.813-8/PR |
| Elaine Bortolotto | Membro Efetivo | 765,002,689-20 | 5.331.707-3/PR |
| Fernando de Quadros Abatti | Membro Efetivo | 044.650.189-16 | 8.178.961-4/PR |
| Iana Roberta Schmid | Membro Efetivo | 050.669.369-47 | 8.407.675-9/PR |
| Aline Mari dos Santos Canova | Membro Suplente | 053,900,389-16 | 9.782.955-1/PR |
| Douglas Cristian Strapazzon | Membro Suplente | 041,032,719-06 | 8.907,764-8/PR |
| Flaviane Gubert Siqueira | Membro Suplente | 077.573.439-09 | 10.672.157+2/PR |
| Grasieli Cerbatto | Membro Suplente | 060.497.399-35 | 9.512.291-4/PR |

Art. 2º. DELEGAR poderes para JULIANO RIBEIRO, Presidente da Comissão, para assinar editais, avisos e oficios decorrentes das licitações.

Art. 3º. No caso de falta de algum dos membros efetivos durante as sessões, o mesmo poderá ser automaticamente substituído por um membro suplente, sem qualquer prejuízo ao trâmite do processo.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, iniciando seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2023.





Certificado de Participação

Conferido à: FERNANDO DE QUADROS ABATTI

CPF: 044.650.189-16 Município/UF: CORONEL VIVIDA-PR

Intidade: MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA

Evento: CURSO DE FORMAÇÃO DE PREGOEIROS

Data/Período: 15 DE SETEMBRO DE 2020

Local: **EGP ONLINE**

Carga Horária: 10 horas

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- 1) Planejamento e Termo de Referência:
 - Licitações exclusivas e com cotas às MPE.
- 2) Publicidade, Impugnação e Pedido de Esclarecimentos.
- 3) Sessão Pública do Pregão:
 - Credenciamento.
 - Credenciamento nas Licitações Exclusivas ou com Cotas Exclusivas às MPE.
 - Fases de Lances.
 - Julgamento de Propostas.
 - Preferência às MPE em caso de empate ficto.
 - Amostras.
 - Habilitação.
 - Habilitação Fiscal e Trabalhista Tardia.
 - . Recursos.
- 4) Adjudicação e Homologação.
- 5) Anulação e Revogação.
- 6) Sanções.

Curitiba, 11 de Novembro de 2020

Helio Gilberto Amaral Diretor da Escola de Gestão Pública WESTOR Paph STA

Nestor Baptista

Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná





Certificado de Participação

Conferido à: IANA ROBERTA SCHMID

CPF: 050.669.369-47 Município/UF: CORONEL VIVIDA-PR

Entidade: MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA

Evento: CURSO DE FORMAÇÃO DE PREGOEIROS

Data/Período: 22 DE MAIO DE 2020

Local: EGP ONLINE

Carga Horária: 10 horas

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- 1) Planejamento e Termo de Referência:
 - Licitações exclusivas e com cotas às MPE.
- 2) Publicidade, Impugnação e Pedido de Esclarecimentos.
- 3) Sessão Pública do Pregão:
 - Credenciamento.
 - Credenciamento nas Licitações Exclusivas ou com Cotas Exclusivas às MPE.
 - Fases de Lances.
 - Julgamento de Propostas.
 - Preferência às MPE em caso de empate ficto.
 - · Amostras.
 - Habilitação
 - Habilitação Fiscal e Trabalhista Tardia.
 - Recursos.
- Adjudicação e Homologação.
- 5) Anulação e Revogação.
- 6) Sanções.

Curitiba, 15 de Junho de 2020

Helio Gilberto Amaral

Diretor da Escola de Gestão Pública

Nestor Baptista Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná

WESTOR ZAPTISTA

https://servicos.tce.pr.gov.br/TCEPR/Tribunal/SISEGP/SISEGPValidarCertificado?codigoValidador=0e9b7223-3fbc-4d65-9f8e-72e0d233a554&nrCPF=5066936947





OFÍCIO Nº 09/2023

PROTOCOLO Nº 09/2023

DE:

Juliano Ribeiro

Presidente da Comissão de Licitação

PARA:

Tiago Bernardo Buginski de Almeida

Procurador Municipal

DATA: 18.01.2023

Conforme previsto no parágrafo único do art. 38 da Lei Federal nº 8.666/93, encaminhamos Minuta do Edital de Licitação e anexos, referente ao Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de calhas, rufos e consertos em geral, metalurgia incluindo fornecimento de material, itens a serem usados e instalados em diversas edificações públicas municipal, serviços gerais de limpeza, jardinagem, reparo de calçadas e passeios com lajotas.

Cordialmente,

Juliano Ribeiro Aresidente da CPL





PARECER JURÍDICO

Direito Administrativo. Licitações e Contratos. Pregão Eletrônico. Análise jurídica prévia.

Senhor Prefeito,

Trata-se de solicitação para registro de preços para futuras e eventuais aquisições de calhas, rufos e consertos em geral, metalurgia, incluindo fornecimento de material, itens a serem usados e instalados em diversas edificações públicas municipal, serviços gerais de limpeza, jardinagem, reparo de calçadas e passeios com lajotas, conforme termo de referência, requisição de necessidades e demais especificações encartadas aos autos.

Os autos estão devidamente paginados, nos termos do art. 38 da Lei n^{o} 8.666/93.

No que diz respeito à formação do procedimento licitatório, o mesmo encontra-se instruído com os seguintes documentos, no que importa à presente análise:

- a) Termo de abertura e justificativa (fls. 02);
- b) Termo de referência (fls. 03/15);
- c) Dotação orçamentária (fls. 29/33);
- d) Mapa comparativo e orçamentos diversos;
- e) Minuta do edital (fls. 35/88);
- f) Portarias designando a comissão de licitação e pregoeiro (fls. 89/100);

Na sequência, através do ofício nº 09/2023 de 18.01.2023, o Presidente da Comissão de Licitação encaminhou o processo a esta Procuradoria, para a análise prévia dos aspectos jurídicos da minuta de edital elaborada, prescrita no art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

Este parecer, portanto, tem o escopo de assistir a municipalidade no controle interno da legalidade dos atos administrativos praticados na fase preparatória da licitação.

I. ANÁLISE JURÍDICA

O pregão consiste em modalidade de licitação instituída pela Lei nº 10.520/2002, para a aquisição de bens e serviços comuns no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Nos termos do parágrafo único do art. 1º do referido diploma legal¹, são considerados bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Veja-se que o artigo 3º, inciso II, da Lei nº. 10.520/2002 estabelece que:

"Art. 3º A fase preparatória do pregão observará o seguinte:

CORONEL VIVID

Art. 1º da Lei nº 10.520/2002: "Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei. Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado."





(...)

II - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;"

Por sua vez, o Decreto 3.555/2000:

"Art. 3º. Os contratos celebrados pela União, para a aquisição de bens e serviços comuns, serão precedidos, prioritariamente, de licitação pública na modalidade de pregão, que se destina a garantir, por meio de disputa justa entre os interessados, a compra mais econômica, segura e eficiente.

§ 2º. Consideram-se bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais praticadas no mercado."

O objeto e/ou serviço deve estar descrito de forma clara, objetiva e suficiente a atender a demanda administrativa e, consequentemente, ao interesse público.

O bem comum é aquele considerado de fácil julgamento bem como de simples verificação de suas características, sem necessidade de grandes avaliações ou complexos laudos técnicos; também, o bem comum é de fácil comparação entre produtos da mesma natureza (similares).

Em suma, o conceito de bens e serviços comuns, nos termos da legislação vigente, norteia o administrador a selecionar o pregão para adquirir o objeto cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos no edital por meio de especificações usuais do mercado.

Os bens e serviços comuns são aqueles cuja caracterização traga elementos e critérios objetivos de julgamento, de rápida e simplificada análise, mas criteriosa avaliação do produto ou serviço. Apenas aqueles bens e serviços considerados comuns, produto de consumo, fabricados em massa, disponível em vários estabelecimentos comerciais, no caso de bens, e realizado por vários prestadores, no caso de serviços, vez que são "comuns", é que podem ser adquiridos através da modalidade "Pregão."

Feita essa abordagem técnica, em análise as especificações contidas no Termo de Referência, verifica-se que os serviços e objetos da aquisição se enquadram no conceito de serviço e objeto comum.

II. DOS REQUISITOS LEGAIS PARA A REALIZAÇÃO DO PREGÃO

O pregão é regido pela Lei nº 10.520/2002, o Decreto nº 3.555/2000, e, subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93.

Os requisitos a serem observados na fase preparatória da licitação foram estabelecidos no art. 3° da Lei n° 10.520/2002, que assim dispõe:

"I - a autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de









habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento;

 II - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;

III - dos autos do procedimento constarão a justificativa das definições referidas no inciso I deste artigo e os indispensáveis elementos técnicos sobre os quais estiverem apoiados, bem como o orçamento, elaborado pelo órgão ou entidade promotora da licitação, dos bens ou serviços a serem licitados; e

IV - a autoridade competente designará, dentre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, o pregoeiro e respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor."

A seguir, passa-se ao cotejo entre estas exigências legais e a instrução dos autos, no intuito de verificar a regularidade jurídica do caso em exame, ou, se for o caso, apontar as providências que ainda devem ser adotadas pela Administração.

Destaque-se que, nos termos do Acórdão nº 2.605/2018 do Tribunal de Contas do Paraná, uma vez regulamentado o pregão eletrônico na esfera municipal (Lei Municipal nº 1.708/2003 e Decreto Municipal nº 3.262/2006), há que se priorizar o mesmo, o que foi observado no caso em exame.

II.I. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO (ARTIGO 3º, INCISO I, DA LEI 10.520/02)

Sobre a justificativa da necessidade da contratação, extrai-se da legislação de regência, tratar-se de ato atribuído à autoridade competente (ou, por delegação de competência, ao ordenador de despesa ou, ainda, ao agente encarregado da contratação no âmbito da Administração)², a quem cabe indicar os elementos técnicos fundamentais que o apoiam.

A realização do pregão e de qualquer outra contratação somente se justificará quando houver uma necessidade ainda não atendida.

No caso em análise, a contratação está motivada na justificativa de fls. 04, item 2 do termo de referência.

É importante lembrar que a teoria dos motivos determinantes preconiza que os atos administrativos, quando motivados, ficam vinculados aos motivos expostos, para todos os efeitos jurídicos. Até mesmo sua validade dependerá da efetiva existência dos motivos apresentados. Recomenda-se, por isso, especial cautela quanto aos seus termos, que devem ser claros, precisos e corresponder à real demanda do Município, sendo inadmissíveis especificações que não agreguem valor ao resultado da contratação, ou

CORONEL VIVIDA
UMA CIDADE PARA TODOS

 $^{^2}$ Lei nº 10.520/2002, art. 3º, I; Decreto nº 3.555/2000, art. 8º, III a.





superiores às necessidades da municipalidade, ou, ainda, que estejam defasadas tecnológica e/ou metodologicamente.

A Lei nº 10.520/2002 (art. 3º, I) determina também que a autoridade competente estabeleça, de modo motivado, as exigências de habilitação/qualificação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do futuro contrato.

Esses requisitos foram atendidos.

Desse modo, a justificativa apresentada mostra-se coerente e observou a demanda e as exigências indispensáveis à realização da atividade administrativa.

II.II. DO TERMO DE REFERÊNCIA E DA DEFINIÇÃO DO OBJETO (ARTIGO 3º, INCISO II, DA LEI 10.520/02)

O objeto do certame deve ser definido estabelecendo-se a quantidade, volume da aquisição ou prazo para a contratação dos serviços e depende da necessidade da contratação, ou seja, a definição do objeto visa atender uma demanda que se encontra reprimida, sendo que sua apropriada e adequada descrição levará ao êxito da contratação e, consequentemente, na correta utilização do erário.

Por sua vez, o Termo de Referência consiste em um dos atos essenciais do pregão e deve conter todos os elementos caracterizadores do objeto que se pretende licitar, como a sua descrição detalhada, o orçamento estimativo de custos. Deve propiciar a avaliação do custo pela Administração, a definição dos métodos, a estratégia de suprimento e o prazo de execução contratual.

Ainda quanto ao Termo de Referência, infere-se do art. 8º, III, "a" do Decreto nº 3.555/2000 que balizará a definição do objeto do certame pela autoridade competente, exigida na Lei do Pregão (nº 10.520/2002). Desse modo, deve haver a consonância entre o objeto detalhado pela área requisitante e aquele definido pela autoridade competente, constante da minuta de Edital.

Para a licitude da competição, impende também que a definição do objeto, refletida no Termo de Referência, corresponda às reais necessidades do Município, evitando-se detalhes excessivos, irrelevantes ou desnecessários, capazes de conduzir à limitação da competitividade do certame. Registre-se que não incumbe à Procuradoria avaliar as especificações utilizadas, dado o seu caráter eminentemente técnico, recomendando-se à Administração que verifique o cumprimento deste requisito.

Convém lembrar que o art. 7º, § 4º da Lei nº 8.666/93, veda a inclusão, no objeto da licitação, de fornecimento de materiais e serviços sem previsão de quantidades. Em atenção ao preceito legal, a correta definição do objeto impõe a apresentação dos quantitativos estimados para a licitação, de forma justificada, mesmo que sucintamente.

Quanto ao objeto do certame, houve o cumprimento e a observância de todo o exposto.

II.III. DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ARTIGO 3º, INCISO III, DA LEI 10.520/02.

Quanto à justificativa das definições referidas no inciso I, do artigo 3º, da Lei 10.520/02, basicamente, se compreende como sendo a necessidade de contratação, definição do objeto do certame, exigências de habilitação, critérios de aceitação das

CORONEL VIVIDA
UMA CIDADE PARA TODOS





propostas, sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive, com fixação dos prazos para fornecimento, o que foi devidamente observado, assim como a questão técnica.

A especificação clara e precisa do objeto, bem como de todos os elementos que o caracterizam (quantidades, metodologia e tecnologia a serem empregados, critérios ambientais, etc.), possibilita a adequada pesquisa dos preços, imposta pelo nosso ordenamento jurídico (artigo 3º, inciso III, da Lei 10.520/02)

A cotação de preços deve ser ampla e atualizada, de modo a refletir, efetivamente, a realidade do mercado. Para tanto, o TCU orienta que a Administração obtenha, no mínimo, três cotações válidas. Observe-se que as empresas pesquisadas devem ser do ramo pertinente à contratação desejada (Acórdão nº 1.782/2010-Plenário) e que não pode haver vínculo societário entre as empresas pesquisadas (Acórdão nº 4.561/2010-1º Câmara).

Alerta-se, porém, que o atendimento à orientação da Egrégia Corte de Contas nem sempre é suficiente para fixar um parâmetro de preços aceitável. Falhas comuns são a limitação ao universo de empresas pesquisadas e a cotação dos preços praticados no varejo, quando o volume da contratação permitiria eventual ganho de escala, com redução dos preços obtidos.

Assim, para evitar distorções, além de realizar pesquisa que seja adequada às características do objeto licitado e tão ampla quanto a característica do mercado recomende, é salutar que a Administração busque ampliar sua base de consulta através de outras fontes de pesquisa, tais como bases de sistemas de compras e avaliação de contratos recentes ou vigentes.

Para fins de documentação, devem ser acostados nos autos:

- 1) A identificação do servidor responsável pela cotação (AC-0909-10/07-1);
- A caracterização completa das empresas consultadas, com menção ao endereço e números de telefones (AC-3889-25/09-1);
- 3) Indicação dos valores praticados (AC-2602-36/10-P) de maneira fundamentada e detalhada (AC-1330-27/08-P);
- 4) Data e local de expedição dos orçamentos apresentados (AC-3889-25/09-1).

Ademais, vale asseverar que a adequada pesquisa de preços é essencial para aquilatar o orçamento da contratação, sendo imprescindível para a verificar a existência de recursos suficientes para acobertá-la.

Serve, também, para afastar o risco de limitação ou ampliação indevida da participação no certame³, uma vez que o valor contratual estimado é determinante para definir se a licitação deve ser destinada exclusivamente às microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas.

O Decreto Municipal nº 6.529, de 05 de fevereiro de 2019, regulamentou os mecanismos para estabelecer o preço estimado ou de referência para a aquisição de bens e a contratação de serviços, o qual é de observância obrigatória.

³ Art. 18, I da LC nº 123/2006; Art. 6º do Decreto nº 6.204/2007 e art. 34 da Lei nº 11.488/2007.







Observa-se acentuada disparidade entre os orçamentos coletados, razão pela qual sugere-se seja optado pelo menor preço ou desconsiderados os valores excessivamente elevados, nos termos do §5º do art. 2º do referido Decreto Municipal.

III. DAS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

A Lei nº 10.520/02 determina que a habilitação far-se-á com a verificação de que "o licitante está em situação regular perante a Fazenda Nacional, a Seguridade Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e as Fazendas Estaduais e Municipais, quando for o caso, com a comprovação de que atende às exigências do edital quanto à habilitação jurídica e qualificações técnica e econômico-financeira".

Como se pode perceber da análise da minuta de edital, que todos os requisitos estão presentes.

IV. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

Outra exigência da Lei nº 10.520/2002 é que a autoridade competente defina os critérios de aceitação das propostas feitas pelos licitantes (art. 3º, I).

Do exame da minuta de edital, verifica-se satisfeita a recomendação tocante aos critérios de aceitação das propostas.

V. DA PREVISÃO DE EXISTÊNCIA DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A Lei nº 8.666/93, aplicável subsidiariamente aos pregões, estabelece que a realização de licitação depende da previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes das aquisições e da contratação dos serviços comuns. A declaração de disponibilidade orçamentária e financeira, com indicação de rubrica específica e suficiente, cumpre com o presente requisito.

VI. PREGÃO ELETRÔNICO

O pregão eletrônico encontra permissivo na Lei Federal nº 10.520/2002.

Destaque-se que, nos termos do Acórdão nº 2.605/2018 do Tribunal de Contas do Paraná, uma vez regulamentado o pregão eletrônico, há que se priorizar o mesmo, conforme verifica-se no presente procedimento.

VII. DA PESQUISA DE PREÇOS E DO ORÇAMENTO ESTIMADO

A especificação clara e precisa do objeto, bem assim de todos os elementos que o caracterizam (quantidades, metodologia e tecnologia a serem empregados, critérios ambientais, etc.), possibilita a adequada pesquisa dos preços, imposta pelo nosso ordenamento jurídico.

A cotação de preços deve ser ampla e atualizada, de modo a refletir, efetivamente, a realidade do mercado. Para tanto, o TCU orienta que a Administração obtenha, no mínimo, três cotações válidas. Observe-se que as empresas pesquisadas devem ser do ramo pertinente à contratação desejada (Acórdão nº 1.782/2010-Plenário) e que







não pode haver vínculo societário entre as empresas pesquisadas (Acórdão nº 4.561/2010-1ª Câmara).

Ademais, vale asseverar que a adequada pesquisa de preços é essencial para aquilatar o orçamento da contratação, sendo imprescindível para a verificar a existência de recursos suficientes para acobertá-la.

Serve, também, para afastar o risco de limitação ou ampliação indevida da participação no certame4, uma vez que o valor contratual estimado é determinante para definir se a licitação deve ser destinada exclusivamente às microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas.

Destarte, pela documentação acostada, demonstra-se o correto preenchimento de tais requisitos.

VIII. AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DA LICITAÇÃO

Superadas as etapas relativas ao planejamento da contratação, como a definição do objeto e a indicação do recurso próprio para a despesa, torna-se possível ao gestor avaliar a oportunidade e a conveniência de se realizar a contratação.

Caso conclua por deflagrar a licitação pretendida, deve emitir a autorização para a abertura da licitação, prevista no art. 21, inciso V, do Decreto nº 3.555/2000.

IX. DESIGNAÇÃO DO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

Para a realização da licitação, a autoridade competente deve designar um pregoeiro, dentre os servidores do Município, cujas atribuições incluem o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor. Anote-se que o servidor designado deve ter realizado capacitação específica para exercer a atribuição.

Também deve ser designada, pela mesma autoridade, uma equipe para apoiar o pregoeiro em suas atividades, integrada em sua maioria por servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego da administração, preferencialmente pertencentes ao quadro permanente do Município. Percebe-se preenchido este requisito.

Foi anexado aos autos o ato legal que nomeou o pregoeiro e a equipe de apoio, bem como as respectivas publicações.

X. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Determina a Lei de Licitações – Lei nº 8.666/93 – que as compras, sempre que possível, deverão ser processadas através do Sistema de Registro de Preços – SRP (art. 15, II).

O registro de preços é um sistema utilizado pelo Poder Público para aquisição de bens e serviços em que os interessados concordam em manter os preços registrados pelo "órgão gerenciador". Estes preços são lançados em uma "ata de registro de preços" visando as contratações futuras, obedecendo-se as condições estipuladas no ato convocatório da licitação.

O SRP é uma opção economicamente viável à Administração, portanto, preferencial em relação às demais. A escolha pelo SRP se dá em razão de diversos fatores:

 $^{^4}$ Art. 18, I da LC nº 123/2006; Art. 6º do Decreto nº 6.204/2007 e art. 34 da Lei nº 11.488/2007.







- a) quando houver necessidade de compras habituais;
- b) quando a característica do bem ou serviço recomendarem contratações frequentes;
- c) quando a estocagem dos produtos não for recomendável quer pelo caráter perecível quer pela dificuldade no armazenamento;
 - d) quando for viável a entrega parcelada;
- e) quando não for possível definir previamente a quantidade exata da demanda;
 - f) quando for conveniente a mais de um órgão da Administração.

Destarte, entende-se por correto o método adotado no presente certame licitatório.

XI. DA MINUTA DO EDITAL E SEUS ANEXOS

Segundo o art. 21, incisos VIII e IX do Decreto n° 3.555/2000, o processo licitatório deve ser instruído com a minuta de edital e seus anexos, dentre os quais a minuta do contrato – o que foi atendido.

XII. CONCLUSÃO.

Ante o exposto, após devidamente examinada a minuta do edital constante nos autos e os documentos que a instruem, nos termos do artigo 38, parágrafo único, da Lei 8.666/93, manifesta-se esta Assessoria Jurídica pela sua aprovação e pelo regular prosseguimento do processo administrativo de licitação.

Registre-se, por fim, que a análise consignada neste parecer se ateve às questões jurídicas observadas na instrução processual e no edital. Não se incluem no âmbito de análise da Assessoria Jurídica os elementos técnicos pertinentes ao certame, como aqueles de ordem financeira ou orçamentária, cuja exatidão deverá ser verificada pelos setores responsáveis e pela autoridade competente.

Concluída a análise, encaminhem-se os autos ao setor de origem, para as providências cabíveis.

S. M. J. É o parecer.

Coronel Vivida-PR, aos 19 de janeiro de 2023.

Tiago Bernardo Buginski de Almeida

OAB/PR 67.071

Procurador Municipal





MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – PR AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO № 09/2023 TIPO MENOR PREÇO POR LOTE – PARA OS LOTES 01, 02 e 04: AMPLA CONCORRÊNCIA PARA O LOTE 03: COM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP SEDIADAS EM ÂMBITO REGIONAL.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE CALHAS, RUFOS E CONSERTOS EM GERAL, METALURGIA INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAL, ITENS A SEREM USADOS E INSTALADOS EM DIVERSAS EDIFICAÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAL, SERVIÇOS GERAIS DE LIMPEZA, JARDINAGEM, REPARO DE CALÇADAS E PASSEIOS COM LAJOTAS. Início do cadastro das propostas: a partir das 08h00min do dia 23 de janeiro de 2023 até às 08h00min do dia 03 de fevereiro de 2023. Abertura das propostas após as 08h00min do dia 03 de fevereiro de 2023. Início da disputa de preços às 10h00min do dia 03 de fevereiro de 2023. VALOR MÁXIMO TOTAL ESTIMADO: R\$ 1.728.151,00. Prazo de vigência: 12 meses. Os procedimentos para acesso ao Pregão Eletrônico estão disponíveis no site www.licitacoes-e.com.br. O edital está disponível nos sites www.coronelvivida.pr.gov.br ou www.licitacoes-e.com.br. Informações: (46) 3232-8300. Coronel Vivida, 19 de janeiro de 2023. Juliano Ribeiro, Presidente da CPL.







EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO № 09/2023 PROCESSO LICITATÓRIO № 12/2023

PARA OS LOTES 01, 02 e 04: AMPLA CONCORRÊNCIA
PARA O LOTE 03: COM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA
MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE
SEDIADAS EM ÂMBITO REGIONAL¹

MODO DE DISPUTA "ABERTO e FECHADO"

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE CALHAS, RUFOS E CONSERTOS EM GERAL, METALURGIA INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAL, ITENS A SEREM USADOS E INSTALADOS EM DIVERSAS EDIFICAÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAL, SERVIÇOS GERAIS DE LIMPEZA, JARDINAGEM, REPARO DE CALÇADAS E PASSEIOS COM LAJOTAS.

DATA: 19/01/2023

ABERTURA: 03/02/2023

¹ **Art. 2º**, §3º, II, "b) No âmbito dos municípios constituintes da Associação dos Municípios a que pertence o próprio Município − AMSOP;" (DECRETO MUNICIPAL № 7643 DE 03 DE MAIO DE 2021) http://amsop.com.br/municipios







EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 09/2023 PROCESSO LICITATÓRIO № 12/2023

PARA OS LOTES 01, 02, e 04: AMPLA CONCORRÊNCIA

PARA O LOTE 03: COM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E

EMPRESAS DE PEQUENO PORTE SEDIADAS EM ÂMBITO REGIONAL²

1. PREÂMBULO

- 1.1. O MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA, por meio do Presidente da Comissão Permanente de Licitação, Sr. Juliano Ribeiro, designado pela Portaria nº 49/2022 de 29 de dezembro de 2022, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar o processo licitatório na modalidade PREGÃO, em sua forma ELETRÔNICA, sob o nº 09/2023, do tipo menor preço, POR LOTE, que no dia 03 de fevereiro de 2023, às 08:00 (oito) horas, estará abrindo as propostas de preços e que às 10:00 (dez) horas, estará abrindo a sala de disputa de preços, através do endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br, destinada a realização de licitação para o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE CALHAS, RUFOS E CONSERTOS EM GERAL, METALURGIA INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAL, ITENS A SEREM USADOS E INSTALADOS EM DIVERSAS EDIFICAÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAL, SERVIÇOS GERAIS DE LIMPEZA, JARDINAGEM, REPARO DE CALÇADAS E PASSEIOS COM LAJOTAS, conforme especificações contidas no termo de referência ANEXO I, deste Edital e demais anexos.
- 1.2. O procedimento licitatório obedecerá integralmente à legislação que se aplica à modalidade Pregão, sob a égide da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Municipal nº 1.708 de 18 de setembro de 2003, Decreto Municipal nº 3262 e 3263 de 28 de setembro de 2006, Lei Complementar Federal nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar Municipal nº 18 de 20 de dezembro de 2007, Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014 e subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e <u>Decreto Federal nº 10.024/2019</u>, bem como as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

INÍCIO DO CADASTRO DAS PROPOSTAS: 23/01/2023, a partir das 08h00min.

TÉRMINO DO CADASTRO DAS PROPOSTAS: 03/02/2023, às 08h00min.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 03/02/2023, após às 08h00min. INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: 03/02/2023, às 10h00min. LOCAL: www.licitacoes-e.com.br. – "Acesso Identificado"

Praça Angelo Mezzomo, s/nº - 85550-000 - Coronel Vivida - Paraná

² **Art. 2º**, §3º, II, "b) No âmbito dos municípios constituintes da Associação dos Municípios a que pertence o próprio Município − AMSOP;" (DECRETO MUNICIPAL № 7643 DE 03 DE MAIO DE 2021) http://amsop.com.br/municipios





- 1.3. A apresentação da proposta leva a participante a aceitar e acatar todas as normas contidas no presente Edital e será considerada evidencia que os produtos/serviços ofertados atendem integralmente ao descritivo exigido neste edital.
- 1.4. O inteiro teor do Edital e seus anexos poderão ser retirados gratuitamente (em mídia digital) junto a Divisão de Licitações e Contratos, na Prefeitura Municipal de Coronel Vivida, no horário de expediente, das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min, na Praça Angelo Mezzomo, s/n Centro, na cidade de Coronel Vivida, Estado do Paraná, ou através dos sites: www.coronelvivida.pr.gov.br / www.licitacoes-e.com.br. Demais indormações, telefones: (46) 3232-8300, e-mail: licitacao@coronelvivida.pr.gov.br.

2. DO OBJETO

- 2.1. A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE CALHAS, RUFOS E CONSERTOS EM GERAL, METALURGIA INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAL, ITENS A SEREM USADOS E INSTALADOS EM DIVERSAS EDIFICAÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAL, SERVIÇOS GERAIS DE LIMPEZA, JARDINAGEM, REPARO DE CALÇADAS E PASSEIOS COM LAJOTAS, conforme especificações contidas no termo de referência ANEXO I.
- 2.2. Será utilizado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "ABERTO e FECHADO", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, nos termos deste Edital.
- 2.3. A ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses.

3. DO VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO

- 3.1. O valor total máximo estimado para a presente licitação é de R\$ 1.728.151,00 (<u>um milhão</u> <u>e setecentos e vinte e oito mil, cento e cinquenta e um reais</u>), observados os valores máximos admitidos para cada lote, conforme especificado no Anexo I do presente edital.
 - 3.1.1. A disputa será realizada pela unidade LOTE, podendo, se for o caso, ser utilizado a disputa simultânea de até 10 lotes, já previsto no sistema eletrônico, devendo a empresa acessar o sistema utilizando sua chave/senha por meio do endereço: www.licitacoese.com.br.

4. DA JUSTIFICATIVA

4.1. Encontra-se detalhada no Anexo I – termo de referência, no item 2 e 3.

5. DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

5.1. O Pregão, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases







através do Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica (licitações) do Banco do Brasil.

5.2. Poderão participar deste Pregão:

- 5.2.1. Quaisquer empresas interessadas que se enquadrem no ramo de atividade pertinente ao objeto da licitação e que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos.
- 5.2.2. Não poderão participar do lote 03, as empresas que não se enquadrem como ME, MEI ou EPP e que não estejam situadas no âmbito regional (Ampére, Barracão, Bela Vista do Caroba, Boa Esperança do Iguaçu, Bom Jesus do Sul, Bom Sucesso do Sul, Capanema, Chopinzinho, Clevelândia, Coronel Domingos Soares, Coronel Vivida, Cruzeiro do Iguaçu, Dois Vizinhos, Enéas Marques, Flor da Serra do Sul, Francisco Beltrão, Honório Serpa, Itapejara do Oeste, Manfrinópolis, Mangueirinha, Mariópolis, Marmeleiro, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Prata do Iguaçu, Palmas, Pato Branco, Pérola do Oeste, Pinhal de São Bento, Planalto, Pranchita, Realeza, Renascença, Salgado Filho, Salto do Lontra, Santa Izabel do Oeste, Santo Antônio do Sudoeste, São João, São Jorge D'Oeste, Saudade do Iguaçu, Sulina, Verê e Vitorino), nos termos do Artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, ou que, nessa condição, estejam inclusas em alguma das excludentes hipóteses do parágrafo 4º da mencionada Lei Complementar.
- 5.3. Como requisito para participação neste Pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e concorda com as condições previstas neste Edital, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.
- 5.4. Não poderão participar direta ou indiretamente deste Pregão:
 - a) Interessados que se enquadrem nas vedações previstas no art. 16 da lei estadual paranaense n.º 15.608/2007;
 - b) Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste pregão;
 - c) Empresas suspensas temporariamente de participar de licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA PR, conforme inciso III do artigo 150 da Lei Estadual Paranaense n.º 15.608/2007;
 - d) Empresas punidas com a sanção prevista no item anterior, durante o prazo de vigência de igual sanção imposto por órgão ou entidades do Estado, nos termos do artigo 155 da Lei Estadual Paranaense nº 15.608/2007;
 - e) Empresas impedidas de licitar e contratar no âmbito do Estado do Paraná conforme Lei Federal n.º 10.520/02, artigo 7º;
 - f) Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual, Municipal, Direta e Indireta com fulcro no inciso IV do artigo 150 da Lei Estadual Paranaense n.º 15.608/07 ou no inciso IV do artigo 87 da Lei Federal n.º 8.666/1993;
 - g) Empresa que se encontre sob falência, dissolução, recuperação judicial ou extrajudicial;
 - h) Consórcio de empresas, sob nenhuma forma;
 - i) Após receber a documentação de habilitação das licitantes vencedoras, a equipe de apoio fará consulta por meio eletrônico junto ao sítio do Tribunal de Contas do Estado do Paraná - https://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidos.aspx e







no sítio da Controladoria Geral da União - http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis, verificando se a mesma foi declarada inidônea por algum ente público, caso seja comprovado tal ato, a mesma estará impossibilitada de licitar ou contratar com a Administração Pública, e havendo necessidade, será juntada cópia do processo administrativo do ente público que declarou a licitante inidônea junto ao processo em epígrafe;

- j) Aquelas que tenham incompatibilidade negocial com o município, nos termos da Constituição Federal e da Lei Federal nº 8.666/93, bem como conforme interpretação do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
- 5.5. A participação neste certame importa ao licitante o conhecimento de todas as condições estabelecidas no presente Edital, bem como a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis.

6. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

- 6.1. Conforme Art. 23 do Decreto Federal nº 10.024/2019, os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, através do email: licitacao@coronelvivida.pr.gov.br
 - 6.1.1. Em hipótese alguma serão aceitos pedidos de esclarecimentos verbais quanto ao Edital.
 - 6.1.2. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, <u>e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.</u>
 - 6.1.3. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.
- 6.2. Conforme previsto no art. 24 do Decreto Federal nº 10.024/2019, Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até 3 dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, através de email no endereço eletrônico: licitacao@coronelvivida.pr.gov.br, no prazo mencionado.
 - 6.2.1. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, <u>auxiliado pelos</u> responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 2 dias úteis, contado do data de recebimento da impugnação.
 - 6.2.2. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
 - 6.2.3. Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.
 - 6.2.4. As impugnações enviadas intempestivamente serão desconsideradas.







7. DO CREDENCIAMENTO

- 7.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no site www.licitacoes-e.com.br.
- 7.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.
- 7.3. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Coronel Vivida PR responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 7.4. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.
- 7.5. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

8. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NO SISTEMA

- 8.1. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 8.2. Incumbirá ainda à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 8.3. A participação no Pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da Proposta de Preço e dos Documentos de Habilitação exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até às 08h00min do dia 03 de Fevereiro de 2023 (Horário de Brasília).
 - 8.3.1. Serão consideradas inválidas as propostas e os documentos de habilitação apresentads por quaisquer outros meios.
 - 8.3.2. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar n.º 123/2006 e alterações.
- 8.4. Como requisito para a participação no Pregão, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.







- 8.5. Até a data e hora previstas neste Edital, a Licitante poderá acessar o sistema eletrônico para retirar, alterar ou complementar a proposta formulada. A partir do início da sessão pública, não poderão ser alteradas ou retiradas as propostas formuladas.
- 8.6. A Proposta de Preços deverá ser apresentada por meio eletrônico, através do http://www.licitacoes-e.com.br/, onde o licitante, após login, deverá acessar o menu "Opções da Licitação", opção "Oferecer Proposta", sendo **obrigatório** o preenchimento do campo denominado "valor total do lote (R\$)" onde deverá preencher o "Valor total do lote" (conforme figura abaixo).



MAS CUIDADO!!! NESTE MOMENTO É **VEDADO IDENTIFICAR** O **NOME DA EMPRESA** QUE ESTÁ APRESENTANDO A PROPOSTA (item 8.8).

- **8.6.1.** A proposta deverá ser apresentada pelo valor total do lote. Considerando que a disputa é por lote, no valor total proposto, a empresa estará automaticamente cotando todos os itens do lote.
- 8.6.2. No campo descrição/observações (figura acima) **não deverá** ser identificado o nome da empresa, **sob pena de desclassificação**.
- 8.7. A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital.
 - 8.7.1. EM CASO DE DIVERGÊNCIA, EM RELAÇÃO AO DESCRITIVO CONSTANTE NO EDITAL E NO PORTAL LICITACOES-E, PREVALECERÁ O DESCRITIVO DO EDITAL.
- 8.8. A proposta comercial, neste momento, <u>não deverá conter</u> dados que identifiquem a Licitante. <u>Não deverá</u> ser anexado juntamente com a proposta qualquer documento de habilitação que identifique a empresa, sob pena de desclassificação. Os documentos de habilitação <u>devem ser inseridos no local apropriado</u>. <u>Dúvidas ler manual denominado</u> "Documentos de Habilitação" na página inicial do licitacoes-e.
- 8.9. SERÁ DESCLASSIFICADA A PROPOSTA INICIAL QUE: 8.9.1. CADASTRAR PROPOSTA COM O VALOR UNITÁRIO.







8.9.2. IDENTIFICAR A EMPRESA, CONFORME ESTABELECIDO NO EDITAL, SUBITENS 8.6.2 E 8.8.

- 8.10. Os documentos que compõem a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
- 8.11. A HABILITAÇÃO DO LICITANTE SERÁ AFERIDA POR INTERMÉDIO DOS SEGUINTES DOCUMENTOS (DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO):
 - 8.11.1. A documentação de habilitação deverá ser inserida na plataforma eletrônica antes da abertura da sessão pública, a qual será utilizada para apuração quanto a habilitação da empresa que apresentou o menor lance. Deverão estar inseridos na plataforma eletrônica os seguintes documentos:

OBS: As empresas que forem participar em mais de um lote deverão anexar na plataforma eletrônica, os documentos de habilitação em cada um dos lotes cotados, antes da abertura da sessão.

8.11.1.1. Da Habilitação Jurídica:

- a) Registro comercial, para empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova do registro de ata de eleição da diretoria em exercício (Registro Civil das pessoas Jurídicas) de investidura ou nomeação da diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, devidamente publicado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- e) Certificado da Condição de Microempreendedor Individual CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.

8.11.1.2. Da Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), retirado via internet no máximo 90 (noventa) dias antes da data de abertura deste, de acordo com a Instrução Normativa da SRF nº 200 de 13 de setembro 2002);
- b) Prova de Regularidade de Débitos Relativos a **Tributos Federais** e à Dívida Ativa da União, mediante a apresentação de certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa







expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d" do parágrafo único do artigo 11 da Lei Federal n.º 8.212/1991;

- c) Prova de Regularidade para com a Fazenda **Estadual**, por meio de Certidão Negativa de Débito ou Positiva com Efeitos de Negativa em relação a tributos estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual, do Estado sede da licitante;
- d) Prova de Regularidade para com a Fazenda **Municipal**, por meio de Certidão Negativa de Débito ou Positiva com Efeitos de Negativa em relação a tributos Municipais, expedida pela Prefeitura do Município sede da licitante;
- e) Prova de Regularidade relativa ao **FGTS**, por meio de Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), expedida pela Caixa Econômica Federal (www.caixa.gov.br) ou do documento denominado "Situação de Regularidade do Empregador", com prazo de validade em vigor na data marcada para abertura dos envelopes e processamento do Pregão;
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com validade igual ou posterior à data prevista para a abertura desta Licitação (www.tst.jus.br/certidao).

8.11.1.3. Das Declarações:

- a) Declaração unificada de idoneidade, cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da constituição federal, declaração de comprometimento e cumprimento ao art. 9º, inciso III da lei 8.666/93, e de ME/EPP (ver modelo conforme Anexo II).
- 8.12. A documentação deverá estar dentro do prazo de validade na data prevista para a abertura das propostas deste Edital (data de emissão/expedição e validade), e em nenhum caso será concedido prazo para apresentação de documentação que não foram anexados na plataforma eletrônica, bem como não será permitida documentação incompleta, protocolo ou quaisquer outras formas de comprovação que não sejam as condições exigidas neste Edital. Não serão aceitas certidões que contenham ressalvas de que "não são válidas para fins licitatórios."
 - 8.12.1. Independente da ordem de classificação, todas as licitantes deverão estar com a documentação em dia na data da licitação (no caso das ME, EPP e MEI, mesmo que vencida a data de validade dos documentos de regularidade fiscal e trabalhista).
- 8.13. Serão aceitas apenas as cópias legíveis, não sendo aceitos documentos cujas datas estejam esmaecidas, ilegíveis ou rasuradas.







- 8.14. Os documentos exigidos valerão nos prazos que lhes são próprios; inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.
- 8.15. Em nenhuma hipótese será concedida prorrogação de prazo para apresentação dos documentos exigidos para a habilitação, com exceção ao disposto no art. 43 da Lei Complementar 123/2006.
- 8.16. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.
 - 8.16.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 8.17. As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da obtenção e apresentação dos documentos para habilitação.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO

- 9.1. A partir das 08h00min do dia 03 de Fevereiro de 2023 terá início à sessão pública do Pregão Eletrônico nº 09/2023, com a abertura das propostas de preços recebidas e, após análise, início da etapa de lances, prevista para as 10h00min, conforme Edital.
- 9.2. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.
- 9.3. Aberta a sessão, o Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital, sejam omissas, apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento, <u>ou que identifiquem o licitante*</u>.
 - * É VEDADA A IDENTIFICAÇÃO DOS PROPONENTES LICITANTES NO SISTEMA, EM QUALQUER HIPÓTESE, ANTES DO TÉRMINO DA FASE COMPETITIVA DO PREGÃO (Decreto Federal nº 10.024/19, art. 30).
 - 9.3.1. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.







- 9.4. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 9.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

10. DA ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

- 10.1. Para o objeto licitado, haverá a disponibilização do sistema para a formulação de lances pelas Licitantes, cujos procedimentos são explicitados nos subitens a seguir, tendo por amparo legal aqueles previstos no Decreto Federal nº 10.024/2019.
- 10.2. Após a fase de "Classificação das Propostas", o Pregoeiro dará sequência ao processo de Pregão, passando para a fase da "Sessão Pública de Lances", da qual só poderão participar as proponentes que tiveram suas propostas classificadas na fase anterior.
- 10.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e as licitantes.
- 10.4. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do seu recebimento e do valor consignado no registro.

10.4.1. Assim como as propostas de preços, os lances serão ofertados pelo VALOR TOTAL DO LOTE.

- 10.5. A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.
- 10.6. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 10.7. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "ABERTO E FECHADO", em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 10.8. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 10.9. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento)







superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

- 10.9.1. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas neste subitem, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de 03 (três), oferecer um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 10.10. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.
 - 10.10.1. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos subitens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que as demais licitantes, até o máximo de 03 (três), na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 10.11. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhuma licitante classificada na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.
- 10.12. Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 10.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 10.14. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.
- 10.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances.
- 10.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 10.17. Para fins de cumprimento ao disposto no art. 44 da Lei Complementar 123/2006, as licitantes deverão informar no início da sessão pública se estão enquadradas como microempresa ou empresa de pequeno porte.
 - 10.17.1. As licitantes deverão informar apenas se estão, ou não, enquadradas na condição de microempresa e empresa de pequeno porte. Portanto não poderão identificar-se pela razão social, nome fantasia ou quaisquer outras informações não pertinentes ao solicitado.
- 10.18. Fica a critério do pregoeiro a autorização da correção de lances com valores digitados





errados ou situação semelhante, mesmo que antes do início da disputa de lances.

10.19. Ao finalizar a etapa do lance final fechado, <u>atinente aos lotes 01, 02 E 04 (ampla concorrência)</u>, o sistema automaticamente avaliará se existem microempresas e/ou empresas de pequeno porte (MEs e/ou EPPs) participando do lote do pregão. Se estas forem encontradas, então o sistema verificará se o preço por elas ofertado é até 5% (cinco por cento) maior do que a da melhor empresa previamente classificada, desde que esta não seja uma ME ou EPP. Terá o direito de ofertar o primeiro lance do desempate, a ME ou EPP que estiver com o preço imediatamente abaixo da primeira empresa previamente classificada. O lance ofertado deve ser obrigatoriamente menor que o lance ofertado pela empresa previamente classificada. O fornecedor terá no máximo 5 (cinco) minutos para ofertar o lance. Se assim não o fizer, então o sistema passará para a próxima ME ou EPP melhor classificada, desde que esta atenda aos critérios da LC 123/06.

10.19.1. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos § § 1º e 2º, do art. 44, da Lei Complementar nº 123/2006, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.19.2. Na hipótese da não apresentação de proposta conforme itens anteriores, será vencedora a empresa que apresentar a menor proposta na fase da disputa de preços.

10.20. O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor. As licitantes terão 03 (três) horas úteis, contados da solicitação do pregoeiro no sistema, para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado para o e-mail icitacaocoronelvivida@gmail.com.

O não envio da proposta e se necessário documentos complementares via e-mail no prazo estabelecido implicara na inabilitação do licitante. Após o envio do e-mail, o responsável pelo envio deverá entrar em contato com o Pregoeiro para confirmar o recebimento do e-mail e do seu conteúdo. O Pregoeiro não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtudes de problemas no servidor ou navegador, tanto do município quanto do emissor.

11. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 11.1. Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério de menor preço por LOTE, na análise da proposta de preços, será verificado o atendimento de todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 11.2. Analisada a aceitabilidade dos preços obtidos, o Pregoeiro divulgará o resultado de julgamento da Proposta de Preço.







- 11.3. As propostas que apresentarem preços irrisórios, que impedirem o caráter competitivo do certame, que se mostrarem inexequíveis, que não espelharem o custo real do fornecimento ou que não atenderem as normas deste Edital, serão desclassificadas.
- 11.4. Não serão aceitos valores cotados com mais de 02 (duas) casas decimais após a vírgula, e, obrigatoriamente, estes números deverão ser superiores a zero.
 - 11.4.1. Considerando que a disputa é pelo valor total do lote, caso o valor total do vencedor dividido pela quantidade possua mais de duas casas após a virgula, será solicitado ao licitante vencedor para reduzir o valor total proposto, para o unitário fechar com duas casas após a virgula.
- 11.5. A presente licitação é destinada a participação de empresas de qualquer porte para os lotes 01, 02 e 04 e com participação exclusiva para ME, MEI ou EPP sediadas em âmbito regional (Ampére, Barracão, Bela Vista do Caroba, Boa Esperança do Iguaçu, Bom Jesus do Sul, Bom Sucesso do Sul, Capanema, Chopinzinho, Clevelândia, Coronel Domingos Soares, Coronel Vivida, Cruzeiro do Iguaçu, Dois Vizinhos, Enéas Marques, Flor da Serra do Sul, Francisco Beltrão, Honório Serpa, Itapejara do Oeste, Manfrinópolis, Mangueirinha, Mariópolis, Marmeleiro, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Prata do Iguaçu, Palmas, Pato Branco, Pérola do Oeste, Pinhal de São Bento, Planalto, Pranchita, Realeza, Renascença, Salgado Filho, Salto do Lontra, Santa Izabel do Oeste, Santo Antônio do Sudoeste, São João, São Jorge D´Oeste, Saudade do Iguaçu, Sulina, Verê e Vitorino), nos termos do Artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, ou que, nessa condição, estejam inclusas em alguma das excludentes hipóteses do parágrafo 4º da mencionada Lei Complementar, para o lote 03.
- 11.6. Na hipótese de empate, nos casos de não haver lances, após a etapa competitiva, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 11.7. A classificação e o julgamento das propostas são atos exclusivos do Pregoeiro, podendo desclassificar as propostas em desacordo com este Edital ou ainda, que se revelarem manifestamente inexequíveis, por fatos comprovados durante o processo de seleção.
- 11.8. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, se o licitante desatender às exigências da fase de habilitação ou se houver recusa da primeira classificada em confirmar sua proposta, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta, ou lance que atenda às normas do Edital.
- 11.9. Ocorrendo as situações previstas no item anterior, o pregoeiro poderá negociar com o licitante posteriormente classificado para que seja obtido preço melhor.
- 11.10. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível.







11.11. No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas de caráter formal que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

12. ENVIO DOS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES DE HABILITAÇÃO, APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA

12.1. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro convocará o licitante detentor da melhor oferta de cada lote, devendo este, encaminhar no prazo de 03 (três) horas úteis para o e-mail iana@coronelvivida.pr.gov.br com cópia para o e-mail licitacaocoronelvivida@gmail.com, a PROPOSTA DE PREÇOS ATUALIZADA, em conformidade com o último lance ofertado.

O não envio da proposta de preços via e-mail no prazo estabelecido implicara na desclassificação do licitante. Após o envio do e-mail, o responsável pelo envio deverá entrar em contato com o Pregoeiro para confirmar o recebimento do e-mail e do seu conteúdo. O Pregoeiro não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtudes de problemas no servidor ou navegador, tanto do município quanto do emissor.

- 12.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhadas por meio eletrônico, ou se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
 - 12.2.1. Poderão ser solicitados também, documentos de habilitação complementares, necessário a confirmação daqueles exigidos em edital e já apresentados, nos termos do item 8.11 deste Edital, dentro do prazo estabelecido no item 12.1.
 - 12.2.2. O prazo estabelecido para envio, caso seja necessário, de documentos de habilitação complementares, poderão ser prorrogados pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
 - 12.2.3. Encerrado o prazo determinado, sem que os documentos complementares tenham sido enviados ou a documentação esteja incompleta, o licitante terá sua proposta recusada.
- 12.3. A Proposta de Preços ATUALIZADA <u>do licitante vencedor</u> deverá conter os seguintes elementos:
 - a) Razão social da proponente, endereço e CNPJ;
 - b) Telefone, e-mail;
 - c) Número do Pregão;







- d) Descrição do objeto da presente licitação, em conformidade com as especificações deste Edital, sob pena de desclassificação do LOTE se considerado incompleto ou que suscite dúvida;
- e) Valor proposto, em moeda corrente nacional, **considerando até 02 (dois) algarismos após a vírgula**, devendo o mesmo incluir as despesas necessárias para o fornecimento do objeto da presente licitação;
- f) Prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias, sendo que as propostas que omitirem ou indicarem prazo de validade inferior ao mínimo permitido serão entendidas como válidas pelo período de 60 (sessenta) dias consecutivos; cujo prazo não se confunde com o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, onde a proposta vencedora terá seus preços assegurados durante a validade da referida ATA.
- 12.3.1. A proposta deverá ser redigida com clareza, sem emendas, rasuras ou borrões, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo representante legal da empresa (se Procurador acompanhado da respectiva Procuração, se não tiver sido enviada com os documentos de habilitação).
- 12.4. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, fretes e carretos, e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens de forma que o objeto do certame não tenha ônus para o Município de Coronel Vivida.
- 12.5. Não serão consideradas as propostas com alternativas, devendo as licitantes se limitarem às especificações deste Edital.
- 12.6. A apresentação da proposta por parte do licitante significa o pleno conhecimento e sua integral concordância e adesão para com as cláusulas deste edital e seus respectivos anexos.

12.7. Serão desclassificadas aquelas propostas que:

- 12.7.1. Não atenderem às exigências do presente Edital e seus anexos, sejam omissas, apresentem irregularidades ou defeitos, capazes de dificultar o julgamento, bem como aquelas que apresentem quaisquer ofertas de vantagens não previstas neste Edital, ou preços e vantagens baseados nas ofertas das demais licitantes.
- 12.7.2. Identificaram a empresa conforme previsto no item 9.3.
- 12.8. Decorrido o prazo da validade da proposta, sem convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.
- 12.9. As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas.







13. DISPOSIÇÕES GERAIS DE HABILITAÇÃO

- 13.1. As certidões/documentos expedidas pela Internet e que possuam código para averiguação, estão condicionadas à verificação de sua autenticidade nos sites de cada órgão emissor.
- 13.2. Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar dentro dos respectivos prazos de validade.
- 13.3. Não serão aceitos documentos em forma de 'FAX ou equivalente' e nem a apresentação de protocolo ou comprovantes de pagamento em substituição a documento solicitado como definitivo.
- 13.4. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados deverão estar:
 - a) em nome do licitante, com número do CNPJ e endereço respectivo.
 - b) em nome da sede (matriz), se o licitante for à sede (matriz).
 - c) em nome da filial, se o licitante for à filial, salvo aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente forem emitidos somente em nome da sede (matriz).
- 13.5. A falta de quaisquer documentos ou o descumprimento das exigências previstas nos subitens anteriores implicará a INABILITAÇÃO do licitante e sua consequente exclusão do processo.
- 13.6. Havendo superveniência de fato impeditivo, fica o licitante obrigado a declará-lo, sob as penalidades legais cabíveis.
- 13.7. Após a análise da proposta de menor preço, comprovado o atendimento às exigências fixadas neste Edital e aos requisitos da habilitação, o licitante será declarado vencedor.

14. DOS RECURSOS

- 14.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente, a intenção de interpor recurso, por meio do próprio sistema, no prazo máximo de 20 (vinte) minutos, imediatamente posteriores à declaração do vencedor da disputa pelo Pregoeiro. Tal manifestação terá que conter a síntese das razões que o motivaram, sendo obrigatório a apresentação das razões ao Pregoeiro, no prazo de até 03 (três) dias úteis, a contar da data de manifestação e devidamente protocolados na Prefeitura Municipal, localizada na Praça Angelo Mezzomo, s/n, Centro ou através do e-mail licitacao@coronelvivida.pr.gov.br, no horário compreendido entre 08:00 a 17:00 horas nos dias úteis. A licitante desclassificada antes da fase de disputa também poderá manifestar a sua intenção de interpor recurso desta forma.
 - 14.1.1. O prazo para manifestação da intenção de recorrer da decisão do pregoeiro iniciará logo após a habilitação das licitantes e será informado via chat, ficando sob







responsabilidade das licitantes o acompanhamento das operações no Sistema Eletrônico.

- 14.2. Na hipótese do item 14.1, ficam os demais participantes intimados a apresentar contrarrazões, em igual prazo, que começará a correr ao término do prazo do recorrente.
- 14.3. Após a apresentação das contrarrazões ou do decurso do prazo estabelecido para tanto, o pregoeiro examinará o recurso e contrarrazões, podendo reformar sua decisão ou encaminhá-lo, devidamente informado à autoridade competente para decisão.
- 14.4. O acolhimento de recurso, ou a reconsideração do Pregoeiro, importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 14.5. O acolhimento do recurso, pela autoridade competente, implicará, tão somente, na invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 14.6. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recorrer, a adjudicação do objeto pelo Pregoeiro à licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.
- 14.7. O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.
- 14.8. Decorridos os prazos para os recursos e contrarrazões, o Pregoeiro terá até 05 (cinco) dias úteis para:
 - 14.8.1. Negar admissibilidade ao recurso, quando interposto sem motivação ou fora do prazo estabelecido;
 - 14.8.2. Motivadamente, reconsiderar a decisão;
 - 14.8.3. Manter a decisão, encaminhando o recurso à autoridade competente;
- 14.9. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o processo licitatório para determinar a contratação.
- 14.10. Não havendo recurso, o pregoeiro adjudicará o objeto ao licitante vencedor e encaminhará o procedimento à autoridade superior para homologação.
- 14.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na sala da Comissão Permanente de Licitação do Município de Coronel Vivida Estado do Paraná, à Praça Ângelo Mezzomo, s/nº, centro, Coronel Vivida-PR, durante os dias úteis, das 08:00h (oito horas) às 12:00h (doze horas) e das 13:00 h (treze horas) às 17:00h (dezessete horas).

15. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

15.1. A adjudicação ao licitante vencedor será realizada sempre que não houver manifestação dos participantes no sentido de apresentar recurso.

1





- 15.2. Ocorrendo a interposição de recursos, a adjudicação será realizada após a decisão dos mesmos.
- 15.3. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente, só podendo ser efetuada após a adjudicação ou depois de decididos os recursos, confirmada a regularidade de todos os procedimentos adotados.

15.4. A autoridade competente:

- 15.4.1. Deverá anular o presente Pregão, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, em caso de ilegalidade; ou
- 15.4.2. Poderá revogar o presente Pregão, a seu juízo, se for considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.
- 15.4.3. A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração, ressalvado o disposto no artigo 59, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93.
- 15.4.4. A nulidade da contratação opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que a ata de registro de preços, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

16. DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PRECOS

- 16.1. Homologado o resultado da licitação pela autoridade competente, o Município convocará o licitante vencedor para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, assinar a ata de registro de preços, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e das demais sanções no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.
 - 16.1.1. O Município de Coronel Vivida designará um gestor e fiscal para acompanhar a execução das obrigações contratuais.
 - 16.1.2. A ata de registro de preços deverá ser assinada pelo representante legal da empresa ou seu preposto habilitado.
 - 16.1.3. O responsável pela empresa ou seu preposto habilitado, deverá assinar a ata de registro de preços na Divisão de Licitações do Município de Coronel Vivida ou quando enviada via e-mail à empresa, a qual, deverá providenciar a assinatura do responsável, ou preposto habilitado, para posterior encaminhamento ao Município de Coronel Vivida.
- 16.2. O Município de Coronel Vivida, poderá, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos no item 16.1., convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para negociar diretamente com a proponente melhor classificada, de conformidade com o presente edital, ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 16.3. O prazo de que trata o item **16.1.** poderá ser revisto nas hipóteses e forma a que alude o art. 57, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 8.666/93, desde que ocorra motivo justificado pela detentora, aceito pelo município.







- 16.4. Farão parte integrante da ata de registro de preços o presente edital e seus anexos, bem como os documentos constantes do processo e que tenham servido de base para a presente licitação e para a formulação da ata de registro de preços.
- 16.5. A ata de registro de preços se regerá pelas cláusulas e disposições nele constantes, pelas demais disposições constantes do presente edital, pelas disposições contidas na Lei nº 8.666/93, bem como pelas demais disposições legais aplicáveis à espécie do objeto da presente licitação, por mais especiais que sejam e mesmo que no Edital ou na minuta da ata de registro de preços não mencionados.

17. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

17.1. As obrigações do contratante estão detalhadas no item 7 do Termo de Referência – Anexo I do presente e devem ser rigorosamente observadas pelas partes.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

18.1. As obrigações da detentora estão detalhadas no item 8 do Termo de Referência – Anexo I do presente e devem ser rigorosamente observadas pelas partes.

19. DA SUBCONTRATAÇÃO

19.1. As condições para a subcontratação estão detalhadas no item 9 do termo de Termo de Referência – Anexo I do presente e devem ser rigorosamente observadas pelas partes.

20. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DOS PRODUTOS/SERVIÇOS

20.1. As condições para aceitação dos produtos e execução dos serviços estão fixadas detalhadamente no item 10 do Termo de Referência — Anexo I do presente e devem ser rigorosamente observados pelos licitantes para a formulação das propostas.

21. DA FORMA DE PAGAMENTO

21.1. A forma de pagamento está detalhada no item 11 do Termo de Referência – Anexo I do presente e devem ser rigorosamente observadas pelas partes.

22. DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

22.1. Os recursos para assegurar o pagamento das obrigações constantes neste Edital correrão por conta das dotações orçamentarias vigentes de cada departamento e conforme abaixo:

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 01 - ADMINISTRAÇÃO S.M.A.

Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - Material de Consumo

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.30.24 - Materiais para Manutenção de Bens Imóveis

Natureza da Despesa: 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.16 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

R





Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.21 - Manutenção e Conservação de Estradas e Vias Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.82.02 - Limpeza e Conservação de Espaços Públicos O/U **FONTE** DESCRIÇÃO DESPESA DESD. NATUREZA UG P/A PRINC. 00 03/01 000 2.006 Serviços de Administração Geral 49 2515 3.3.90.30.24 03.001.04.122.0003.2.006 58 2527 3.3.90.39.16 2574 3.3.90.39.21 2755 3.3.90.39.82.02

ÓRGÃO: 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 02 - FUNREBOM

Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - Material de Consumo

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.30.24 – Materiais para Manutenção de Bens Imóveis

Natureza da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.16 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.82.02 – Limpeza e Conservação de Espaços Públicos

| UG | 0/U | FONTE | P/A | DESCRIÇÃO | DESPESA PRINC. | DESD. | NATUREZA |
|----|-------|-------|---------|------------------------------------|-------------------|-------|-----------------|
| 00 | 03/02 | 000 | 2.010 | Manutenção e Modernização do Corpo | 90 | 2529 | 3.3.90.30.24 |
| | | | 1 7 1 1 | de Bombeiros | 95 | 2528 | 3.3.90.39.16 |
| | | | | 03.002.06.182.0007.2.010 | | 2756 | 3.3.90.39.82.02 |

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO UNIDADE: 01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - Material de Consumo

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.30.24 - Materiais para Manutenção de Bens Imóveis

Natureza da Despesa: 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.16 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.82.02 – Limpeza e Conservação de Espaços Públicos

| UG | 0/U | FONTE | P/A | DESCRIÇÃO | DESPESA PRINC. | DESD. | NATUREZA |
|----|-------|-------|-------|----------------------------------|-------------------|-------|-----------------|
| 00 | 05/01 | 000 | 2.012 | Manutenção do Ensino Fundamental | 166 | 2520 | 3.3.90.30.24 |
| | 10000 | | | 05.001.12.361.0013.2.012 | 184 | 2716 | 3.3.90.39.16 |
| | | | | | | 2758 | 3.3.90.39.82.02 |
| 00 | 05/01 | 104 | 2.012 | Manutenção do Ensino Fundamental | 168 | 2531 | 3.3.90.30.24 |
| | | | | 05.001.12.361.0013.2.012 | 186 | 2530 | 3.3.90.39.16 |
| | | | | | | 2759 | 3.3.90.39.82.02 |
| 00 | 05/01 | 107 | 2.012 | Manutenção do Ensino Fundamental | 169 | 2757 | 3.3.90.30.24 |
| | | 77 | | 05.001.12.361.0013.2.012 | 187 | 2760 | 3.3.90.39.16 |
| | | | | | | 2761 | 3.3.90.39.82.02 |
| 00 | 05/01 | 000 | 2.011 | CRECHES | 257 | 2709 | 3.3.90.30.24 |
| | | | | 05.001.12.365.0012.2.011 | 265 | 2717 | 3.3.90.39.16 |
| | | | | | | 2762 | 3.3.90.39.82.02 |
| 00 | 05/01 | 103 | 2.011 | CRECHES | 258 | 2517 | 3.3.90.30.24 |
| | | | | 05.001.12.365.0012.2.011 | 266 | 2532 | 3.3.90.39.16 |
| | | | | | | 2763 | 3.3.90.39.82.02 |

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO UNIDADE: 02 – DEPARTAMENTO DE CULTURA

Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - Material de Consumo

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.30.24 – Materiais para Manutenção de Bens Imóveis

Natureza da Despesa: 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.16 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.82.02 – Limpeza e Conservação de Espaços Públicos

| UG | O/U | FONTE | P/A | DESCRIÇÃO | DESPESA | DESD. | NATUREZA |
|----|------|---|-----|-----------|---------|-----------|----------|
| | 75.1 | 111111111111111111111111111111111111111 | | | PRINC. | 1 1 1 1 1 | |





| 00 | 05/02 | 000 | 2.018 | Manutenção das Atividades Culturais | 306 | 2521 | 3.3.90.30.24 |
|----|-------|-----|-------|-------------------------------------|-----|------|-----------------|
| | | | | 05.002.13.392.0017.2.018 | 312 | 2533 | 3.3.90.39.16 |
| | | | | | | 2765 | 3.3.90.39.82.02 |

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

UNIDADE: 03 - DEPARTAMENTO DO DESPORTO

Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - Material de Consumo

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.30.24 – Materiais para Manutenção de Bens Imóveis

Natureza da Despesa: 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.16 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.82.02 – Limpeza e Conservação de Espaços Públicos

| UG | O/U | FONTE | P/A | DESCRIÇÃO | DESPESA PRINC. | DESD. | NATUREZA |
|----|-------|-------|-------|--------------------------------------|-------------------|-------|-----------------|
| 00 | 05/03 | 000 | 2.019 | Manutenção das Atividades Esportivas | 326 | 2523 | 3.3.90.30.24 |
| | | | | 05.003.27.812.0018.2.019 | 333 | 2534 | 3.3.90.39.16 |
| | | | | | 777 | 2766 | 3.3.90.39.82.02 |

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE UNIDADE: 01 – DEPARTAMENTO DE SAÚDE

Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - Material de Consumo

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.30.24 - Materiais para Manutenção de Bens Imóveis

Natureza da Despesa: 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.16 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.82.02 – Limpeza e Conservação de Espaços Públicos

| UG | 0/U | FONTE | P/A | DESCRIÇÃO | DESPESA PRINC. | DESD. | NATUREZA |
|----|-------|-------|-------|---|-------------------|-------|-----------------|
| 02 | 06/01 | 000 | 2.027 | Atenção Básica Fixa – FMS | 655 | 25358 | 3.3.90.30.24 |
| | | | | 06.001.10.301.0019.2.027 | 671 | 2535 | 3.3.90.39.16 |
| | 1 | | | | | 2767 | 3.3.90.39.82.02 |
| 02 | 06/01 | 303 | 2.027 | Atenção Básica Fixa – FMS | 656 | 2539 | 3.3.90.30.24 |
| | | | | 06.001.10.301.0019.2.027 | 672 | 2536 | 3.3.90.39.16 |
| | | | | | | 2768 | 3.3.90.39.82.02 |
| 02 | 06/01 | 494 | 2.027 | Atenção Básica Fixa – FMS | 657 | 2540 | 3.3.90.30.24 |
| | | | 7.75 | 06.001.10.301.0019.2.027 | 673 | 2537 | 3.3.90.39.16 |
| | | | | | | 2769 | 3.3.90.39.82.02 |
| 02 | 06/01 | 4940 | 2.027 | Atenção Básica Fixa – FMS 06.001.10.301.0019.2.027 | 658 | 2487 | 3.3.90.30.24 |
| | | | | | 674 | 2271 | 3.3.90.39.16 |
| | | | | | | 2770 | 3.3.90.39.82.02 |
| 02 | 06/01 | 000 | 2.062 | Unidade de Pronto Atendimento | 848 | 2545 | 3.3.90.30.24 |
| | | | | 06.001.10.302.0019.2.062 | 864 | 2541 | 3.3.90.39.16 |
| | | | | | | 2771 | 3.3.90.39.82.02 |
| 02 | 06/01 | 303 | 2.062 | Unidade de Pronto Atendimento | 849 | 2546 | 3.3.90.30.24 |
| | 1974 | | | 06.001.10.302.0019.2.062 | 865 | 2542 | 3.3.90.39.16 |
| | | | | | 777 | 2772 | 3.3.90.39.82.02 |
| 02 | 06/01 | 494 | 2.087 | Manutenção das Atividades de MAC – | 900 | 2773 | 3.3.90.30.24 |
| | | | | Ambulatorial e Hospitalar | 907 | 2774 | 3.3.90.39.16 |
| | | | | 06.001.10.302.0019.2.087 | | 2775 | 3.3.90.39.82.02 |

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

UNIDADE: 01 - DEPARTAMENTO DE AGROPECUÁRIA

Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - Material de Consumo

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.30.24 – Materiais para Manutenção de Bens Imóveis

Natureza da Despesa: 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.16 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

Praça Angelo Mezzomo, s/nº - 85550-000 - Coronel Vivida - Paraná Fone: (46) 3232-8300 - e-mail: licitacao@coronelvivida.pr.gov.br





| UG | 0/U | FONTE | P/A | DESCRIÇÃO | DESPESA PRINC. | DESD. | NATUREZA |
|----|-------|-------|-------|--------------------------------------|-------------------|-------|-----------------|
| 00 | 07/01 | 000 | 2.048 | Manutenção da Unidade de Agricultura | 416 | 2560 | 3.3.90.30.24 |
| | | | | 07.001.20.606.0024.2.048 | 421 | 2559 | 3.3.90.39.16 |
| | | | | | | 2776 | 3.3.90.39.82.02 |

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO UNIDADE: 01 – DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - Material de Consumo

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.30.24 – Materiais para Manutenção de Bens Imóveis

Natureza da Despesa: 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.16 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.21 – Manutenção e Conservação de Estradas e Vias Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.82.02 – Limpeza e Conservação de Espaços Públicos

| UG | O/U | FONTE | P/A | DESCRIÇÃO | DESPESA PRINC. | DESD. | NATUREZA |
|----|-------|-------|-------|---|-------------------|-------|-----------------|
| 00 | 08/01 | 000 | 2.052 | Manutenção dos Serviços Públicos | 454 | 2525 | 3.3.90.30.24 |
| | | | | 08.001.15.452.0027.2.052 | 460 | 2777 | 3.3.90.39.16 |
| | | | | | | 2179 | 3.3.90.39.88.02 |
| 00 | 08/01 | 000 | 1.052 | Obras e Equipamentos de Circulação 08.001.26.451.0029.1.052 | 488 | 2567 | 3.3.90.39.21 |

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO

UNIDADE: 02 - DEPARTAMENTO DE MOBILIDADE RURAL

Natureza da Despesa: 3.3.90.30 – Material de Consumo

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.30.24 – Materiais para Manutenção de Bens Imóveis

Natureza da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.21 - Manutenção e Conservação de Estradas e Vias

| UG | 0/U | FONTE | P/A | DESCRIÇÃO | DESPESA PRINC. | DESD. | NATUREZA |
|----|-------|-------|-------|--|-------------------|-------|--------------|
| 00 | 08/02 | 000 | 2.057 | Manutenção e Estruturação da Malha Viária 08.001.26.782.0032.2.057 | 507 | 2571 | 3.3.90.39.21 |
| 00 | 08/02 | 000 | 2.057 | Manutenção e Estruturação da Malha Viária 08.001.26.782.0032.2.057 | 505 | 2778 | 3.3.90.30.24 |

ÓRGÃO: 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

UNIDADE: 01 – DEPARTAMENTO DE INDUSTRIA E COMÉRCIO

Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - Material de Consumo

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.30.24 – Materiais para Manutenção de Bens Imóveis

Natureza da Despesa: 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.16 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.82.02 – Limpeza e Conservação de Espaços Públicos

| UG | 0/U | FONTE | P/A | DESCRIÇÃO | DESPESA PRINC. | DESD. | NATUREZA |
|----|-------|-------|---|------------------------------|-------------------|-------|-----------------|
| 00 | 09/01 | 000 | 2.059 | Manutenção e Modernização da | 539 | 2563 | 3.3.90.30.24 |
| | | | Indústria, Comércio e Serviços 544 2562 | 2562 | 3.3.90.39.16 | | |
| | - 1 | | | 09.001.22.661.0033.2.059 | | 2779 | 3.3.90.39.82.02 |

ÓRGÃO: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE: 01 – DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL

Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - Material de Consumo

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.30.24 - Materiais para Manutenção de Bens Imóveis

Natureza da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.16 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

A





| UG | O/U | FONTE | P/A | DESCRIÇÃO | DESPESA PRINC. | DESD. | NATUREZA |
|----|----------|---------|---|-------------------------------------|-------------------|--------------|-----------------|
| 07 | 10/01 | 000 | 2.116 | Atendimento e Manutenção no Eixo da | 1132 | 2552 | 3.3.90.30.24 |
| | | | | PSB – Indivíduos e Famílias | 1142 | 2551 | 3.3.90.39.16 |
| | | | | 10.001.08.244.0023.2.116 | | 2780 | 3.3.90.39.82.02 |
| 07 | 07 10/01 | 934 2.: | 2.116 Atendimento e Manutenção no Eixo da PSB – Indivíduos e Famílias | 1133 | 2554 | 3.3.90.30.24 | |
| | | | | 10.001.08.244.0023.2.116 | 1143 | 2553 | 3.3.90.39.16 |
| | | | | 10.001.00.244.0023.2.110 | | 27481 | 3.3.90.39.82.02 |
| 07 | 10/01 | 000 | 6.072 | Atendimento e Manutenção no Eixo da | 1087 | 2556 | 3.3.90.30.24 |
| | | | | PSE – MAC – Crianças e Adolescentes | 1094 | 2555 | 3.3.90.39.16 |
| | | | | 10.001.08.243.0034.6.072 | | 2782 | 3.3.90.39.82.02 |

ÓRGÃO: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL UNIDADE: 02 – DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO HUMANA

Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - Material de Consumo

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.30.24 - Materiais para Manutenção de Bens Imóveis

Natureza da Despesa: 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.16 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.82.02 – Limpeza e Conservação de Espaços Públicos

| UG | 0/U | FONTE | P/A | DESCRIÇÃO | DESPESA PRINC. | DESD. | NATUREZA |
|----|-------|--------|-------|--------------------------------------|-------------------|-------|-----------------|
| 00 | 10/02 | 000 | 2.036 | Manutenção da Unidade de Assistência | 573 | 2558 | 3.3.90.30.24 |
| | | Social | 576 | 2557 | 3.3.90.39.16 | | |
| | | | | 10.002.08.244.0023.2.036 | | 2783 | 3.3.90.39.82.02 |

ÓRGÃO: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL UNIDADE: 03 – DEPARTAMENTO DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Natureza da Despesa: 3.3.90.30 – Material de Consumo

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.30.24 - Materiais para Manutenção de Bens Imóveis

Natureza da Despesa: 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.16 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.82.02 – Limpeza e Conservação de Espaços Públicos

| UG | 0/U | FONTE | P/A | DESCRIÇÃO | DESPESA PRINC. | DESD. | NATUREZA |
|----|----------|-------|-------|--------------------------------------|-------------------|-------|-----------------|
| 04 | 04 10/03 | 000 | 6.044 | Atendimento à Criança, ao Jovem e ao | 979 | 2784 | 3.3.90.30.24 |
| | | | | Adolescente - FMIA | 989 | 2785 | 3.3.90.39.16 |
| | | | | 10.003.08.243.0022.6.044 | | 2786 | 3.3.90.39.82.02 |

ÓRGÃO: 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

UNIDADE: 01 - DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HIDRICOS

Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - Material de Consumo

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.30.24 – Materiais para Manutenção de Bens Imóveis

Natureza da Despesa: 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.16 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.82.02 – Limpeza e Conservação de Espaços Públicos

| UG | 0/U | FONTE | P/A | DESCRIÇÃO | DESPESA PRINC. | DESD. | NATUREZA |
|----------|-------|-------|--------------------------|-----------------------|-------------------|--------------|-----------------|
| 00 11/01 | 11/01 | 000 | 2.043 | Preservação Ambiental | 591 | 2565 | 3.3.90.30.24 |
| | | | 11.001.18.541.0026.2.043 | 595 | 2564 | 3.3.90.39.16 | |
| | | | | | | 2787 | 3.3.90.39.82.02 |







23. DO REAJUSTE DE PREÇOS E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

- 23.1. Durante a vigência do Registro de Preços, os valores registrados não serão reajustados.
- 23.2. Somente poderá ocorrer a recomposição de valores nos casos enquadrados no disposto no Artigo 65, II, "d" da Lei 8.666/93.
 - 23.2.1. Não serão liberadas recomposições decorrentes de inflação, que não configurem álea econômica extraordinária, tampouco fato previsível.
- 23.3. Os pedidos de recomposição de valores deverão ser protocolados junto ao Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal.
- 23.4. Somente serão analisados os pedidos de recomposição de valores que contenham todos os documentos comprobatórios para a referida recomposição, conforme disposto no Artigo 65, II, "d" da Lei 8.666/93.
- 23.5. Os valores recompostos somente serão repassados após a assinatura, devolução do Termo assinado (conforme o caso) e publicação do Termo de Aditamento.

24. DA REVISÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

- 24.1. O gestor responsável pela Ata de Registro de Preços deverá acompanhar, periodicamente, os preços praticados no mercado para os bens registrados, nas mesmas condições de fornecimento, podendo, para tanto, valer-se de pesquisa de preços ou de outro processo disponível.
- 24.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o gestor da Ata de Registro de Preços deverá convocar o fornecedor visando à negociação para a redução de preços e a sua adequação ao praticado pelo mercado.
 - 24.2.1. Frustrada a negociação, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido, desde que comprovadamente demonstre a inviabilidade de redução.

25. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PENALIDADES

25.1. Nos termos do Art. 7º da Lei 10.520/02, quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar a ata de registro de preços, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da ata de registro de preços, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art.







4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital, na ata de registro de preços e das demais cominações legais.

- 25.2. As sanções administrativas serão aplicadas em conformidade com o prescrito na Lei Federal nº 8666/93, e em legislação correlata, podendo ser das seguintes espécies:
 - a) Advertência.
 - b) Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou na ata de registro de preços.
 - c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração.
 - d) Declaração de inidoneidade.
 - 25.2.1. As sanções previstas nos subitens "a", "c" e "d" do item 25.2, poderão ser aplicadas cumulativamente com a do subitem "b".
- 25.3. A multa imposta a detentora ou licitante, poderá ser:
 - a) de caráter moratório, na hipótese de atraso injustificado na entrega ou execução do objeto da ata de registro, quando será aplicada nos seguintes percentuais:
 - I 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida, quando o atraso não for superior 30 (trinta) dias corridos.
 - II 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder a alínea anterior, até o limite de 15 (quinze) dias, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o trigésimo primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplida, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante.
 - b) de caráter compensatório, quando será aplicada nos seguintes percentuais.
 - I 15% (quinze por cento) do valor do empenho em caso de inexecução parcial do objeto pela detentora ou nos casos de rescisão da ata de registro de preços, calculada sobre a parte inadimplida.
 - II 20% (vinte por cento) sobre o valor da ata de registro de preços, pela sua inexecução total ou pela recusa injustificada do licitante adjudicatário em assinar ata de registro de preços ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração.
 - 28.3.1. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução da Ata de Registro de Preços.
- 25.4. A instrução obedecerá ao princípio do contraditório, assegurada ao acusado ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.
- 25.5. Na fase de instrução, o indiciado será notificado pelo gestor da ata de registro de preços e terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento do correio eletrônico no e-mail, para apresentação da Defesa Prévia, assegurando-se lhe vista do processo, e juntada dos documentos comprobatórios que considerar pertinentes à fundamentação dos fatos alegados na mesma.







25.6. O extrato da decisão definitiva, bem como toda sanção aplicada, será anotada no histórico cadastral da empresa e nos sistemas cadastrais pertinentes, quando for o caso, além do processo ser apostilado na sua licitação correspondente.

26. DA RESCISÃO CONTRATUAL E EXTINÇÃO

- 26.1. Na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos artigos 77, 78 e 88 da Lei nº 8.666/93, o Município de Coronel Vivida poderá, garantida a prévia defesa, rescindir unilateralmente a ata de registro de preços, na forma do artigo 79 do mesmo diploma legal, bem como aplicar à detentora as sanções previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 26.2. A ata de registro de preços poderá ser rescindido pelos motivos previstos na Lei nº 8.666/93.
- 26.3. Será automaticamente extinto a ata de registro de preços quando do término do prazo estipulado.

27. DA ANTICORRUPÇÃO

27.1. As condições anticorrupção estão detalhadas no item 14 do Termo de Referência – Anexo I do presente e devem ser rigorosamente observadas pelas partes.

28. DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

28.1. As condições quanto a gestão e fiscalização da ata de registro de preços estão detalhadas no item 15 do Termo de Referência — Anexo I do presente e devem ser rigorosamente observadas pelas partes.

29. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 29.1. Referências de Tempo: Para todas as referências de tempo será observado o horário oficial de Brasília DF.
- 29.2. As normas disciplinadoras desta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que a interpretação não viole a lei e não comprometa o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.
- 29.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 29.4. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo pregoeiro. O pregoeiro reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que julgar necessário.
- 29.5. Será facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase do julgamento, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo,







inclusive parecer técnico à Secretaria requerente do certame com relação aos produtos cotados, bem como solicitar aos órgãos competentes, elaboração de parecer técnico destinado a fundamentar a decisão.

- 29.6. O Pregoeiro poderá, ainda, relevar erros formais, ou simples omissões em quaisquer documentos, para fins de habilitação e classificação da proponente, desde que sejam irrelevantes, não firam o entendimento da proposta e o ato não acarrete violação aos princípios básicos da licitação e não gerem a majoração do preço proposto.
- 29.7. Os Documentos remetidos por meio do Sistema Licitacoes-e, ou que eventualmente tenham sido enviados através do e-mail, poderão ser solicitados em original ou cópia autenticada em prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro.
 - 29.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais ou cópia autenticada quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
 - 29.7.2. Neste caso, os documentos, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados à Divisão de Licitações da Prefeitura Municipal de Coronel Vivida, situada na Praça Angelo Mezzomo, s/n Centro, Coronel Vivida (85.550-000), Estado do Paraná, aos cuidados do Pregoeiro.
 - 29.7.3. Considerando o disposto no Art. 3º da Lei nº 13.726 de 08 de outubro de 2018 visando a desburocratização e simplificação dos atos e procedimentos administrativos de competência do município, se, a empresa optar pela conferência através do agente administrativo, caberá a este:
 - I reconhecimento de firma, devendo o agente administrativo, confrontando a assinatura com aquela constante do documento de identidade do signatário ou com a assinatura constante do contrato social da empresa, ou estando este presente e assinando o documento diante do agente, lavrar sua autenticidade no próprio documento;
 - II autenticação de cópia de documento, cabendo ao agente administrativo, mediante a comparação entre o original e a cópia, atestar a autenticidade;
 - III juntada de documento pessoal do usuário, que poderá ser substituído por cópia autenticada pelo próprio agente administrativo.
- 29.8. As licitantes devem acompanhar rigorosamente todas as fases do certame e as operações no sistema eletrônico, inclusive mensagem via chat, sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem enviada ou emitida pelo Sistema ou de sua desconexão, bem como será responsável pela apresentação dos documentos solicitados nos prazos previstos.
- 29.9. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.
- 29.10. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.







- 29.11. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal na Prefeitura Municipal de Coronel Vivida, exceto quando explicitamente disposto em contrário.
- 29.12. A autoridade competente poderá anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulála por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, sem que caiba às Licitantes direito à indenização.
- 29.13. A anulação do procedimento licitatório induz a da ata de registro de preços, ressalvado o disposto no parágrafo único, art. 59 da Lei 8.666/93.
- 29.14. O resultado da licitação será divulgado pelo Portal do Banco do Brasil através do site www.licitacoes-e.com.br e estará disponível junto a Divisão de Licitações e Contratos do Município de Coronel Vivida.
- 29.15. No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para a realização do Pregão, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 29.16. É obrigação da proponente observar e acompanhar rigorosamente os editais, todas as fases do certame e comunicados oficiais divulgados conforme item anterior, ler e interpretar o conteúdo destes, desobrigando totalmente o órgão licitador, por interpretações errôneas ou inobservâncias.
- 29.17. A proponente deverá indicar ao Pregoeiro todos os meios de contato (telefone/endereço eletrônico (e-mail), para comunicação, e obriga-se a manter os dados devidamente atualizados durante todo o decurso processual. Será de sua inteira responsabilidade o retorno imediato de todos os atos comunicados, os quais serão considerados recebidos, não lhe cabendo qualquer alegação de não recebimentos dos documentos.
- 29.18. O pregoeiro não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto do Município de Coronel Vivida quanto do emissor.
- 29.19. Caso o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de lances da sessão pública, e permanecendo acessíveis aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem o prejuízo dos atos realizados.
- 29.20. Se a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10min (dez minutos), a sessão pública será suspensa e só poderá ser reiniciada após decorrido, no mínimo 24h (vinte







e quatro horas), após a comunicação do fato aos participantes em campo próprio no sistema eletrônico.

29.21. CASO A ETAPA DE LANCES ULTRAPASSE O HORÁRIO DE EXPEDIENTE, O PREGÃO SERÁ SUSPENSO E RETORNARÁ NO HORÁRIO INFORMADO PELO PREGOEIRO VIA CHAT.

- 29.22. Não havendo expediente, ocorrendo qualquer fato superveniente, ou mesmo indisponibilidade no Sistema Licitacoes-e que impeça a realização do certame na data e horário marcado, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.
- 29.23. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 29.24. Incumbirá ao Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico, sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem enviada ou emitida pelo Sistema ou de sua desconexão.
- 29.25. Os prazos e as garantias dos produtos e dos serviços necessários à contratação do objeto são as definidas pela legislação (Código Civil Brasileiro e Código de Defesa do Consumidor), em vigor e alterações subsequentes.
- 29.26. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, será competente o Foro da Comarca de Coronel Vivida PR.

30. DOS ANEXOS

30.1. Constituem anexos do Edital e dele fazem parte integrante, independentemente de transcrição, os seguintes anexos:

Anexo I - Termo de referência.

Anexo II – Modelo de declaração unificada de idoneidade, cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da constituição federal, declaração de comprometimento e cumprimento ao art. 9º, inciso III da lei 8.666/93, e de ME/EPP.

Anexo III - Modelo de procuração.

Anexo IV – Modelo de proposta de preços.

Anexo V - Minuta da Ata de Registro de Preços.

Coronel Vivida, 19 de Janeiro de 2023

Juliano Ribeiro

Presidente da Comissão Permanente de Licitação





ANEXO I

PREGÃO ELETRÔNICO № 09/2023

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto:

1.1. Implantação de Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de calhas, rufos e consertos em geral, metalurgia incluindo fornecimento de material, itens a serem usados e instalados em diversas edificações públicas municipal, serviços gerais de limpeza, jardinagem, reparo de calçadas e passeios com lajotas, conforme especificações e quantidades estabelecidas abaixo:

PARA OS LOTES 01, 02 e 04: AMPLA CONCORRÊNCIA PARA O LOTE 03: COM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE SEDIADAS EM ÂMBITO REGIONAL

AMPLA CONCORRÊNCIA

| LOTE | ITEM | QTD | UN | COD. PMCV | DESCRIÇÃO | VALOR UNITÁRIO MÁXIMO R\$ | VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO R\$ |
|------|------|----------|----|--------------|--|------------------------------------|---|
| 1 | 1 | 1.200,00 | МТ | 19012 | CALHA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO NUMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 33 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL, INSTALADA | 56,33 | 67.596,00 |
| 1 | 2 | 1.200,00 | MT | 19067 | CALHA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO NUMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 50 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL, INSTALADA | 89,53 | 107.436,00 |
| 1 | 3 | 1.200,00 | МТ | 19068 | CALHA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO NUMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 100 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL, INSTALADA | 191,29 | 229.548,00 |
| 1 | 4 | 2.000,00 | МТ | 19069 | RUFO EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO NUMERO 24, CORTE DE 25 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL, INSTALADA | 46,90 | 93.800,00 |
| | | | | | VALOR TOTAL ESTIMADO MÁXIMO R\$ | 498.3 | 80,00 |

AMPLA CONCORRÊNCIA

| LOTE | ITEM | QTD | UN | COD. PMCV | DESCRIÇÃO | VALOR UNITÁRIO MÁXIMO R\$ | VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO R\$ |
|------|------|----------|----|--------------|--|------------------------------------|---|
| 2 | 1 | 2.000,00 | M² | 17372 | MAO DE OBRA PARA SERVICO DE PLANTIO DE GRAMA EM LEIVA OU MUDAS | 6,10 | 12.200,00 |

1

Praça Angelo Mezzomo, s/nº - 85550-000 - Coronel Vivida - Paraná Fone: (46) 3232-8300 - e-mail: licitacao@coronelvivida.pr.gov.br





| | | | | | VALOR TOTAL ESTIMADO MÁXIMO R\$ | 110.10 | 5,00 |
|---|---|-----------|----------------|-------|--|--------|-----------|
| 2 | 6 | 30.000,00 | M² | 17087 | MAO DE OBRA PARA SERVICOS DE ROCADA | 1,25 | 37.500,00 |
| 2 | 5 | 3.000,00 | M² | 1514 | MAO DE OBRA PARA SERVICOS DE CAPINAGEM EM TERRENOS PUBLICOS | 3,27 | 9.810,00 |
| 2 | 4 | 1.000,00 | M ² | 1510 | MAO DE OBRA PARA SERVICOS DE ESPALHAR TERRA E ADUBAR | 3,37 | 3.370,00 |
| 2 | 3 | 20.000,00 | M² | 10315 | MAO DE OBRA PARA SERVICO DE CORTE DE GRAMA | 2,18 | 43.600,00 |
| 2 | 2 | 500,00 | UN | 10313 | MAO DE OBRA PARA SERVICO DE PLANTIO DE ARBUSTOS ALTURA ATE 2 MTS | 7,25 | 3.625,00 |

COM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE SEDIADAS EM ÂMBITO REGIONAL

| LOTE | ITEM | QTD | UN | COD. PMCV | DESCRIÇÃO | VALOR UNITÁRIO MÁXIMO R\$ | VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO R\$ |
|------|------|----------|----|--------------|--|------------------------------------|---|
| 3 | 1 | 1.000,00 | M² | 1507 | MAO DE OBRA PARA REPAROS DE CALCADAS E PASSEIOS | 31,33 | 31.330,00 |
| 3 | 2 | 800,00 | M² | 10322 | MAO DE OBRA PARA ASSENTAMENTO DE LAJOTAS DE CONCRETO | 16,67 | 13.336,00 |
| | | | | VAL | OR TOTAL ESTIMADO MÁXIMO R\$ | 44.66 | 6,00 |

AMPLA CONCORRÊNCIA

| LOTE | ITEM | QTD | UN | COD. PMCV | DESCRIÇÃO | VALOR UNITÁRIO MÁXIMO R\$ | VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO R\$ |
|------|------|----------|-------|--------------|--|------------------------------------|---|
| 4 | 1 | 5.000,00 | HR | 19070 | SERVICO DE METALURGIA (INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAL) | 215,00 | 1.075.000,00 |
| | | VALOR | TOTAL | ESTIMAL | OO MÁXIMO R\$ | 1.075. | 000,00 |

R\$ 1.728.151,00 (um milhão e setecentos e vinte e oito mil, cento e cinquenta e um reais)

(*Requisição de Necessidades nº 43/2023 do LC)

2. Justificativa:

- 2.1. Devido às inúmeras necessidades de serviços de pequenos reparos, manutenção e conservação dos diversos locais públicos de nosso município, se faz necessária a contratação de mão de obra especializada, uma vez que o município não possui em seu quadro, funcionários em números suficientes para atender a demanda das solicitações.
- 2.2. Assim sendo, os serviços solicitados, e não atendidos pela falta de efetivo, acabam acumulando e em inúmeros casos o que seria um simples serviço de manutenção preventiva, acaba tornando-se com o tempo, objeto de obras de reforma, elevando assim o custo dos mesmos, além dos transtornos causados pelo não saneamento do problema.

1





2.3. Justifica-se a abertura de um novo processo, pois no Pregão 67/2022, o saldo dos itens foi utilizado em sua totalidade, devido uma demanda maior que a programada.

3. Justificativa da quantidade estimada:

- 3.1. O quantitativo está baseado em relatório de utilização dos produtos, referente a anos anteriores. As quantidades são estimadas, serão utilizadas de acordo com a necessidade e interesse das Secretarias solicitantes.
- 3.2. Neste sentido, cabe destacar que, quando a administração precisa licitar o primordial é planejar, o que expressa o Art. § 7º, inciso II, da Lei 8.666/93:

"A definição das unidades e das quantidades a serem adquiridas em função do **consumo** e **utilização prováveis**, cuja estimativa será obtida, sempre que possível, mediante adequadas **técnicas quantitativas de estimação**."

3.3. Conclui-se que as quantidades são necessárias e suficientes para atendimento pelo período de 12 meses.

4. Avaliação do Custo:

- 4.1. O custo total estimado deste termo de Referência é de R\$ 1.728.151,00 (um milhão setecentos e vinte e oito mil, cento e cinquenta e um reais), conforme mapa comparativo em anexo.
- 4.1. A metodologia de preços foi embasada no Decreto Municipal nº 6.529/2019, houve diversificação da base de pesquisa, certificando-se de que os preços obtidos correspondem aos praticados no mercado.
- 4.2. Para a ponderação dos custos foram realizadas pesquisas diretamente com empresas do ramo.
- 4.3. Houve diversificação da base de pesquisa, certificando-se de que os preços obtidos correspondem aos praticados no mercado.
- 4.4. Toda a atividade de pesquisa, desde a seleção de parâmetros, cotação de preços nos parâmetros escolhidos ao juízo crítico sobre os valores encontrados, tem como objetivo final a confecção do mapa comparativo de preços, tratando-se de percentuais apenas para se estimar o custo de uma unidade, sendo assim desconsideramos valores muito acima ou muito abaixo dos demais para que não obtivéssemos valores equivocados dentro do processo, tanto sobre preços como inexequíveis.

5. Dos critérios:

- 5.1. Da modalidade: Pregão
- 5.2. Licitação do Tipo: Menor Preço.
- 5.3. **Critério de Julgamento:** Para fins de julgamento das propostas, será adotado o critério "MENOR PREÇO POR LOTE", observado as condições definidas no Edital e seus anexos.

6. Licitação para ME/EPP e Ampla Concorrência:

6.1. O processo contem lotes de participação exclusiva para e empresas de pequeno porte e lotes para ampla concorrência de empresas em geral, em atendimento a Lei Complementar







nº123/2006, com alterações promovidas pela Lei Complementar nº 147/2014, nos seguintes termos:

- 6.2. <u>Lotes 01, 02 e 04</u>, para os referidos lotes, neste certame não será aplicável, a exclusividade, benefício ME, EPP, art. 48 da Lei, inciso III: quando o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a Administração Pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.
- 6.2.1. A segunda hipótese do art. 49, prevista no inciso III visa proteger a Supremacia do Interesse Público, eis que não aplicará a contratação diferenciada quando gerar efeitos negativos tornando-a lesiva para a Administração Pública. Dentre a lesividade vislumbra-se a onerosidade excessiva da licitação ou então prejuízo ao conjunto do objeto licitado, como por exemplo, a divisão de cotas em objeto divisível que resulte em prejuízo ou subcontratação que desnature a identidade e funcionalidade do objeto.
- 6.3. Lote 03, destinado a participação exclusiva de empresas enquadradas como Microempresas ME e Empresas de Pequeno Porte EPP, sediadas em âmbito regional conforme dispõe o Art. 2º, §3º, inciso II, "b" do Decreto Municipal nº 7643 de 03 de maio de 2021, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo a inovação tecnológica, fomentando a relação comercial entre o Poder Público e as MPE, como estratégia para o crescimento dessas ultimas.

7. Obrigações do Contratante:

- 7.1. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a Detentora.
- 7.2. Conferir no ato da entrega, através dos Gestores e Fiscais designados e caso haja alguma divergência com o objeto solicitado e o entregue, solicitar a reposição ou correção imediata.
- 7.3. Notificar, formal e tempestivamente, a Detentora sobre as irregularidades observadas no cumprimento das obrigações assumidas.
- 7.4. Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.
- 7.5. Comunicar prontamente a Detentora, qualquer anormalidade no objeto, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas.
- 7.6. Comunicar à Detentora qualquer irregularidade manifestada durante a vigência da Ata de Registro de Preços, para que sejam adotadas as medidas pertinentes.
- 7.7. Exercer o acompanhamento e a fiscalização, pelos fiscais designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 7.8. Efetuar o pagamento à Detentora no valor correspondente a entrega dos itens, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência.

8. Obrigações da Detentora:

- 8.1. Cumprir integralmente as obrigações assumidas, conforme especificações contidas neste Termo de Referência.
- 8.2. Manter, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas durante toda a vigência da ata de registro de preços, de acordo com o art. 55, XIII, da Lei 8.666/93, informando o Contratante à ocorrência de qualquer alteração nas referidas condições.







- 8.3. Comunicar imediatamente o Contratante no caso de ocorrência de qualquer fato que possa implicar no atraso da entrega do objeto e na execução do serviço, e qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessária.
- 8.4. Fornecer os produtos e serviços em estrita conformidade com as especificações contidas no Edital e proposta de preços apresentada, à qual se vincula, não sendo admitidas retificações, cancelamentos, quer seja de preços, quer seja nas condições estabelecidas.
- 8.5. Efetuar a entrega do objeto e a execução dos serviços com pontualidade, atendendo a todas as condições estabelecidas.
- 8.6. Custos relativos a deslocamento, para transporte do objeto licitado, serão por conta da DETENTORA, bem como o transporte de equipamentos (necessários à descarga), serão de responsabilidade da mesma, observadas as normas de segurança do trabalho e de trânsito, não cabendo nenhum ônus ao Contratante.
- 8.7. Responder por danos que venham a ser causadas por seus empregados ou preposto ao Contratante ou a terceiros, desde que fique comprovada sua responsabilidade, não se excluindo ou se reduzindo esta em virtude do acompanhamento realizado pelo Contratante, de acordo com o art. 70 da Lei n.º 8.666/93.
- 8.8. Certificar-se, preliminarmente, de todas as condições exigidas no Edital, não sendo levada em consideração qualquer argumentação posterior de desconhecimento.
- 8.9. Atender com prontidão as reclamações por parte do recebedor do objeto da licitação.
- 8.10. A Detentora deverá garantir a qualidade dos serviços prestados, assim como dos produtos e materiais, devendo reparar, corrigir, remover, substituir às suas expensas, no total ou em parte, os produtos que se verificarem vícios, defeitos, incorreções ou má qualidade.
- 8.11. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de fornecer e fiscalizar o uso de EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) aos seus funcionários e prepostos.
- 8.12. Correrá por conta da Detentora as despesas para efetivo atendimento ao objeto licitado, tais como embalagens, seguro, transporte, fretes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.
- 8.13. A Detentora deverá observar rigorosamente as normas regulamentadoras, sanitárias, de segurança, ambiental, de higiene e medicina do trabalho.
- 8.14. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Termo de Referência, sem prévia e expressa anuência da Administração, e em tudo o que seguir as diretrizes da Administração.
- 8.15. Não manter em seu quadro de pessoal menores em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não manter, ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.
- 8.16. Cumprir com outras obrigações decorrentes da aplicação do Código de Proteção e Defesa do Consumidor conforme Lei nº 8.078/90, que sejam compatíveis com o regime de direito público.
- 8.17. Todos os casos atípicos não mencionados neste Termo de Referência, deverão ser apresentados ao Gestor e/ou Fiscal da ata para sua definição e determinação.







9. Da Subcontratação:

- 9.1. Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto, a associação da Ata de Registro de Preços com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, salvo prévia e expressa autorização do Contratante.
- 9.2. Em caso de autorização de subcontratação total ou parcial do objeto, fica a subcontratada obrigada a apresentar previamente à autorização, os documentos comprobatórios de idoneidade, exigidos da detentora na fase de habilitação.
- 9.3. Autorizada qualquer das hipóteses retro, a Detentora permanecerá solidariamente responsável pelo cumprimento de todas as condições ajustadas na Ata de Registro de Preços e Edital.

10. Condições e características para entrega e aceitação dos itens:

- 10.1. Os produtos e serviços, objeto deste Termo de Referência, deverão ser entregues e instalados, mediante solicitação formal através de Nota de Empenho, Autorização de Compras e Ordem de Execução de Serviço, as quantidades nelas prescritas e deverão ser entregues nos locais, datas e horários determinados pela Secretaria solicitante.
- 10.2. A Detentora deverá realizar a entrega do objeto solicitado em até 15 (quinze dias), contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, Autorização de Compras e Ordem de Execução de Serviço, sendo que ficará a cargo da Detentora a entrega e descarga do produto. 10.3. A entrega deverá conter a quantidade total solicitada, não sendo permitida entregas parceladas, sob pena de devolução do objeto, bem como aplicação das penalidades previstas. 10.4. A entrega deverá ser realizada de segunda a sexta-feira, durante o horário de expediente. Em caso de necessidade de entregas fora do horário, este deverá ser comunicado ao Contratante e executado em comum acordo entre as partes.
- 10.5. Se a quantidade e/ou qualidade do(s) produto(s) e serviços não corresponderem ao exigido, a Detentora terá um prazo de 72 (setenta e duas) horas, para que faça a devida correção, substituição ou complementação do total, sob pena de aplicação das penalidades previstas.
- 10.6. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da Detentora pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da ata de registro de preços.
- 10.7. Especificações conforme normativa do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná:
- **10.7.1.** Lote 01: As calhas devem ser feitas de chapas de aço galvanizado, conforme NBR 7005 e NBR 6663. Nos condutores verticais, devem ser empregados tubos e conexões de aço galvanizado conforme NBR 5580 e NBR 5885. Nos condutores horizontais, devem ser empregados tubos e conexões de aço galvanizado conforme NBR 5580 e NBR 5885.

10.7.2. Lote 02:

Item 01: Deverão ser executados serviços de plantio de grama em leiva ou muda em locais do patrimônio público, somente quando solicitado, atendendo a orientação do responsável técnico. O preparo do terreno, bem como adubação, quando necessário ficarão a cargo da Detentora, devendo ser seguidas as orientações do solicitante ou de responsável técnico. O transporte das mudas ou leivas do local estocado (dentro do município) até o canteiro ficará a cargo da Detentora.

Item 02: Deverão ser executados serviços de plantio de arbusto altura até 2 metros em locais do patrimônio público, somente quando solicitado. A abertura de covas e adubação ficará a cargo da Detentora, devendo ser seguidas as orientações do solicitante ou de responsável







técnico. O transporte dos arbustos do local estocado (dentro do município) até o canteiro ficará a cargo da Detentora.

Item 04: Deverá ser espalhada terra e/ou realizada adubação (químico ou orgânico) em locais diversos do Município, somente quando solicitado. Os serviços deverão seguir criteriosamente as orientações do Departamento solicitante ou do responsável técnico, no que concerne a adubação (quantidades e tipo de adubo) e espalhar terra (como espalhar).

Item 05 e 06: Deverão ser executados serviços de capinagem e roçada em vias e terrenos públicos, somente quando solicitado. O material proveniente da capina e roçada, deverá ser removido e destinado pela Detentora de acordo com a orientação do solicitante.

Item 01 a 06: Após a execução dos serviços constantes dos itens 01 a 06 a Detentora deverá efetuar a limpeza do local, retirando todos os resíduos, plásticos, papéis, embalagens ou outro material e dar a destinação final (retirando do local). A Detentora deverá observar as Normas de Segurança do Trabalho para a realização da atividade em questão, devendo fornecer todos os equipamentos de proteção individuais adequados. Os serviços serão realizados de acordo com orientações do Departamento solicitante. Os serviços serão realizados no perímetro urbano ou rural do município de Coronel Vivida. O Departamento solicitante indicará os locais para a execução dos serviços sempre que necessário, mediante prévio levantamento. Todos os materiais para execução dos servicos serão fornecidos pelo Município, ficando por conta da Detentora o transporte dos mesmos até o local a serem utilizados. As ferramentas e equipamentos para a realização dos serviços serão de responsabilidade da Detentora. Quando constatada a necessidade de vistoria prévia da Detentora para verificação do serviço a ser executado, a mesma deverá apresentar-se no prazo de 24 (horas) a partir do contato de solicitação da vistoria, que será feita por telefone, agendando horário para a referida verificação, antes da emissão do referido empenho. A Detentora deverá disponibilizar a mão de obra necessária para atendimento da demanda no prazo máximo de 2 (dois) dias, após a solicitação e confirmação do recebimento do material à ser utilizado no referido serviço. Após conclusão do serviço realizado, deverá ser emitido relatório de aceitação do serviço para o Departamento solicitante. Caso o serviço realizado não atenda as exigências e não seja este aceito pelo departamento solicitante ou a fiscalização, o mesmo deverá ser refeito ficando a cargo da Detentora as despesas de material e mão de obra, devendo o material ser de igual qualidade ao fornecido anteriormente pelo contratante.

10.7.3. Lote 03:

Item 01: As calçadas e passeios a serem reparadas poderão ser de tamanhos e materiais variados, prevalecendo para efeito de medição e pagamento a quantidade em metros quadrados efetivamente executados. Compreende o serviço de reparo à retirada das peças danificadas e a colocação das novas, as peças danificadas deverão ser substituídas, com o preparo da base e garantia do nivelamento com a calçada existente. Os pisos de lajota deverão ser executados sobre uma camada regularizada de concreto, contra piso ou pó de pedra com espessura de 5 cm, sobre solo compactado, evitando-se colocar o piso diretamente sobre o solo para que não ocorra o afundamento da calçada, com a infiltração de água de chuva e pesos excessivos sobre a calçada.

Item 02: As lajotas a serem assentadas poderão ser de tamanhos e formatos variados, prevalecendo para efeito de medição e pagamento a quantidade em metros quadrados efetivamente executados. Os pisos de lajota deverão ser executados sobre uma camada regularizada de concreto, contra piso ou pó de pedra com espessura de 5 cm, sobre solo







compactado, evitando-se colocar o piso diretamente sobre o solo para que não ocorra o afundamento da calçada, com a infiltração de água de chuva e pesos excessivos sobre a calçada.

- **10.7.4.** <u>Lote 4:</u> Prestar serviços de conformação e beneficiamento de aço (corte, dobra, calandra e caldeiraria, solda MIG e Acabamento). Conserto de portas metálicas, portões metálicos. Fabricação de grades, esquadrias metálicas.
- 10.8. Os produtos e serviços, objeto deste Termo de Referência, poderão ser adquiridos em pequenas quantidades, apenas para suprir as necessidades momentâneas, uma vez que o município não dispõe de depósito para armazenar mercadorias e nem sempre irá coincidir que um mesmo produto seja solicitado por vários departamentos. Neste caso a empresa vencedora de cada item se obriga a fornecer os produtos nas mesmas condições do edital.
- 10.9. As quantidades são estimadas, sendo que ao termino da vigência da Ata de Registro de Preços, o remanescente ficará automaticamente suprimido, ficando o Contratante desobrigado da aquisição total dos produtos, e consequentemente seu pagamento.
- 10.10. O recebimento do objeto da aquisição se dará conforme o disposto no Art. Nº 73, inciso II, alíneas "a" e "b", e Art. Nº 76, da Lei 8.666/93, e compreenderá duas etapas distintas, a seguir discriminadas:
- **10.10.1.** Recebimento provisório: No momento da entrega e consistirá na mera contagem física, verificação da quantidade requisitada, apresentada na nota fiscal e constatação quanto a integridade das embalagens, lacres, etc.
- **10.10.2.** Recebimento definitivo: Ocorrerá em no máximo 05 (cinco) dias após o recebimento provisório, caso confirmada a conformidade com as especificações técnicas, a nota fiscal será atestada pelo gestor e fiscal da ata de registro de preços, autorizando assim o pagamento.

11. Forma de Pagamento:

- 11.1. O pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente, após a entrega e/ou execução do objeto, apresentação da respectiva nota fiscal com discriminação resumida do objeto e número da nota de empenho, não apresentar rasura e/ou entrelinhas e esteja atestada pelo Fiscal e Gestor da Ata de Registro de Preços.
- 11.2. A liberação dos pagamentos ficará condicionada a apresentação da prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- 11.3. O pagamento poderá ser realizado preferencialmente por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da Detentora, ou por meio de fatura com utilização do código de barras.
- 11.4. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo Contratante, como critério para correção monetária aplicar-se-á o IPCA Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo calculado pelo IBGE. Em caso de atraso de pagamento, desde que a Detentora não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo Contratante juros moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. Quando da incidência da correção monetária e juros moratórios, os valores serão computados a partir do vencimento do prazo de pagamento de cada parcela devida.







12. Prazo de Vigência:

12.1. O prazo de vigência será de 12 (doze) meses, contados da assinatura da Ata de Registro de Preços.

13. Dotação Orçamentária:

- 13.1. Conforme princípio do planejamento integrado, em anexo.
- 13.2. Por se tratar de Registro de Preços, a reserva da dotação orçamentária deverá ser efetuada no ato da aquisição, devendo a Secretaria solicitante verificar a existência de saldo.

14. Anticorrupção:

14.1. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste Termo de Referência, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do Termo de Referência, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste Termo de Referência, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

15. Da gestão e fiscalização da Ata de Registro de preços:

- 15.1. A Administração indica como gestora da Ata Registro de Preços a Secretária de Assistência Social, Fatima Vogel da Silva, Decreto Municipal nº 7.479 de 05/01/2021, para as aquisições feitas pela Secretaria Municipal de Assistência Social.
- 15.2. A Administração indica como gestor da Ata Registro de Preços o Secretário de Saúde, Vinicius Tourinho, Decreto Municipal nº 7.471 de 04/01/2021, para as aquisições feitas pela Secretaria de Saúde.
- 15.3. A Administração indica como gestor da Ata Registro de Preços o Secretário de Obras, Viação e Urbanismo, Mauro Busanello, Decreto Municipal nº 7.480 de 06/01/2021, para as aquisições feitas pela Secretaria de Obras, Viação e Urbanismo.
- 15.4. A Administração indica como gestora da Ata Registro de Preços a Secretária de Educação, Cultura e Desporto, Elizangela Veis Sponholz, Decreto Municipal nº 7.800 de 03/01/2022, para as aquisições feitas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.
- 15.5. A Administração indica como gestor da Ata Registro de Preços, o Secretário de Desenvolvimento Rural, Assioli Jacsel dos Santos, Decreto Municipal nº 7523 de 08/01/2021, para as aquisições feitas pela Secretaria de Desenvolvimento Rural.
- 15.6. A Administração indica como gestor da Ata Registro de Preços, o Secretário de Indústria, Comércio e Turismo, Lindones Antonio Colferai, Decreto Municipal nº 7.584 de 10/03/2021, para as aquisições feitas pela Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo.
- 15.7. Considerando ser um processo licitatório que será utilizado por diversas Secretarias da Administração Municipal, indicam-se os fiscais abaixo relacionados:
- 15.7.1. Da Secretaria de Administração, Franchy Rech, Decreto nº 7513 de 01/02/2021.
- 15.7.2. Da Secretaria de Assistência Social, Elenice Rodrigues do Prado, Decreto nº 7.679 de 02/07/2021.







- 15.7.3. Da Secretaria de Saúde, Cleuméri Bertuol, matrícula nº 1050-2.
- 15.7.4. Da Secretaria de Obras, Viação e Urbanismo, Reginaldo Muxfeldt, Decreto nº 7.682 de 02/07/2021.
- 15.7.5. Da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, Adriane Deveras Silveira, matrícula nº 126-0.
- 15.7.6. Da Secretaria de Desenvolvimento Rural, Veroni Strontzk, matrícula nº 1505-9.
- 15.7.7. Da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, Paulo Roque Marin, Decreto N° 7.818 de 01/02/2022.

Declaração do Gestor e Fiscal da Ata de Registro de Preços

Declaramos estar cientes das responsabilidades e atribuições decorrentes da indicação e afirmamos plena concordância com as condições estabelecidas no Termo de Referência e demais anexos.

Declaramos, ainda, sob as penas da lei, que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

Carlos Lopes Secretário de Administração Gestor Fatima Vogel da Silva Secretária de Assistência Social Gestor Vinicius Tourinho Secretário de Saúde Gestor

Mauro Busanello Secretário de Obras, Viação e Urbanismo Gestor Elizangela Veis Sponholz Secretária de Educação, Cultura e Desporto Gestor Assioli Jacsel dos Santos Secretário de Desenvolvimento Rural Gestor

Lindones Antonio Colferai Secretário de Indústria, Comércio e Turismo Gestor Adriane Deveras Silveira Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto Fiscal Elenice Rodrigues do Prado Secretaria de Assistência Social Fiscal

Cleuméri Bertuol Secretaria de Saúde Fiscal Franchy Rech Secretaria de Administração Fiscal Veroni Strontzk Secretaria de Desenvolvimento Rural Fiscal

Reginaldo Muxfeldt Secretaria de Obras, Viação e Urbanismo Fiscal

Paulo Roque Marin Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo Fiscal

Coronel Vivida, 07 de dezembro de 2022.

De acordo e ciente dos itens do Termo de Referência e demais documentos anexados junto ao processo licitatório.







ANEXO II

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2023

MODELO DA DECLARAÇÃO UNIFICADA DE IDONEIDADE, CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO E CUMPRIMENTO AO ART. 9º, INCISO III DA LEI 8.666/93, E DE ME/EPP

| | , devidamente inscrita no CNPJ nº |
|---|---|
| | , com endereço na Rua, nº, CEP: |
| | e de Estado do, telefone () |
| | termédio de seu representante legal, o (a) Sr (a) |
| | , inscrito (a) no CPF nº e RG nº |
| | DECLARA expressamente que: |
| | data inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no |
| | citatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências |
| posteriores. | |
| | a inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, atar com o poder público. |
| | |
| | to do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não |
| | es de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem |
| | sanos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos |
| 8.666/93, acrescida pe | de, em cumprimento ao que determina o inciso V do art. 27 da Lei nº |
| | e a manter durante a execução da ata de registro de preços, em |
| | n as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e |
| compatibilidade com | 그는 그게 하는 이렇게 하셨다면서 아이를 하는데 아니라 아니라 아니라 아이들이 아이들이 아이들이 아이들이 아이들이 아이들이 아이들이 아이들 |
| qualificação evigidas r | |
| qualificação exigidas r | |
| V - Não possuímos er | m nosso quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de |
| V - Não possuímos er órgão ou entidade con | m nosso quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de ntratante ou responsável pela licitação, nos termos do inciso III, do artigo |
| V - Não possuímos er órgão ou entidade con 9° da Lei n° 8.666, de 2 | m nosso quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de ntratante ou responsável pela licitação, nos termos do inciso III, do artigo 21 de junho de 1993. |
| V - Não possuímos er órgão ou entidade con 9° da Lei n° 8.666, de VI Nos termos do | m nosso quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de ntratante ou responsável pela licitação, nos termos do inciso III, do artigo 21 de junho de 1993. art. 3º, da Lei Complementar nº 123/06, a empresa se enquadra na |
| V - Não possuímos er órgão ou entidade con 9° da Lei n° 8.666, de : VI Nos termos do situação de (microem | m nosso quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de ntratante ou responsável pela licitação, nos termos do inciso III, do artigo 21 de junho de 1993. art. 3º, da Lei Complementar nº 123/06, a empresa se enquadra na apresa ou empresa de pequeno porte, conforme o caso) e que não se |
| V - Não possuímos er órgão ou entidade con 9° da Lei n° 8.666, de : VI Nos termos do situação de (microem | m nosso quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de ntratante ou responsável pela licitação, nos termos do inciso III, do artigo |
| V - Não possuímos er órgão ou entidade con 9° da Lei n° 8.666, de : VI Nos termos do situação de (microem | m nosso quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de ntratante ou responsável pela licitação, nos termos do inciso III, do artigo 21 de junho de 1993. art. 3º, da Lei Complementar nº 123/06, a empresa se enquadra na apresa ou empresa de pequeno porte, conforme o caso) e que não se |







ANEXO III

PREGÃO ELETRÔNICO № 09/2023

MODELO DE PROCURAÇÃO

Ao Pregoeiro do Município de Coronel Vivida – PR Pregão Eletrônico nº 09/2023

Assinatura do Representante Legal

| Por ser verdade, firmamos a presente procuração para que produza os efeitos lega | is. |
|--|-----|
| ocal e Data. | |
| | |







ANEXO IV

PREGÃO ELETRÔNICO № 09/2023

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

ATENÇÃO: ESTE MODELO DE PROPOSTA DEVERÁ SER PREENCHIDO PELOS LICITANTES VENCEDORES.

Pregoeiro do Município de Coronel Vivida – PR Pregão Eletrônico nº 09/2023

| Razão Social: | |
|---------------|--|
| CNPJ: | |
| Endereço: | |
| E-mail: | |
| Telefone: | |

Conta Bancária nº:

Banco:

Agência:

Apresentamos nossa proposta de preços para fornecimento dos lotes abaixo detalhados:

| ITEM | QTD | UN | COD. PMCV | DESCRIÇÃO | VALOR UNITÁRIO MÁXIMO R\$ | VALOR UNITÁRIO PROPOSTO R\$ | VALOR TOTAL ESTIMADO PROPOSTO R\$ |
|------|----------|--|---|--|--|--|---|
| 1 | 1.200,00 | МТ | 19012 | CALHA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO NUMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 33 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL, INSTALADA | 56,33 | | |
| 2 | 1.200,00 | МТ | 19067 | CALHA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO NUMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 50 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL, INSTALADA | 89,53 | | |
| 3 | 1.200,00 | MT | 19068 | CALHA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO NUMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 100 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL, INSTALADA | 191,29 | | |
| 4 | 2.000,00 | МТ | 19069 | RUFO EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO NUMERO 24, CORTE DE 25 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL, INSTALADA | 46,90 | | |
| | 2 | 1 1.200,00 2 1.200,00 3 1.200,00 | 1 1.200,00 MT 2 1.200,00 MT 3 1.200,00 MT | 1 1.200,00 MT 19012 2 1.200,00 MT 19067 3 1.200,00 MT 19068 | TITEM QTD UN PMCV DESCRIÇÃO CALHA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO NUMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 33 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL, INSTALADA CALHA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO NUMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 50 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL, INSTALADA CALHA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO NUMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 50 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL, INSTALADA CALHA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO NUMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 100 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL, INSTALADA RUFO EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO NUMERO 24, CORTE DE 25 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL, | TITEM QTD UN COD. PMCV DESCRIÇÃO UNITÁRIO MÁXIMO R\$ 1 1.200,00 MT 19012 CALHA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO NUMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 33 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL, INSTALADA 2 1.200,00 MT 19067 CALHA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO NUMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 50 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL, INSTALADA 3 1.200,00 MT 19068 CALHA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO NUMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 100 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL, INSTALADA 4 2.000,00 MT 19069 CALHA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO NUMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 100 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL, INSTALADA RUFO EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO NUMERO 24, CORTE DE 25 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL, INSTALADA TRANSPORTE VERTICAL, 46,90 | TITEM QTD UN COD. PMCV DESCRIÇÃO UNITÁRIO MÁXIMO R\$ CALHA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO NUMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 33 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL, INSTALADA 1 1.200,00 MT 19067 DESENVOLVIMENTO DE 50 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL, INSTALADA CALHA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO NUMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 50 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL, INSTALADA CALHA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO NUMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 100 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL, INSTALADA CALHA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO NUMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 100 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL, INSTALADA RUFO EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO NUMERO 24, TRANSPORTE VERTICAL, INSTALADA RUFO EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO NUMERO 24, TRANSPORTE VERTICAL, |







| LOTE | ITEM | QTD | UN | COD. PMCV | DESCRIÇÃO | VALOR UNITÁRIO MÁXIMO R\$ | VALOR UNITÁRIO PROPOSTO R\$ | VALOR TOTAL ESTIMADO PROPOSTO R\$ |
|------|------|-----------|----|--------------|--|------------------------------------|--------------------------------------|---|
| 2 | 1 | 2.000,00 | M² | 17372 | MAO DE OBRA PARA SERVICO DE PLANTIO DE GRAMA EM LEIVA OU MUDAS | 6,10 | | |
| 2 | 2 | 500,00 | UN | 10313 | MAO DE OBRA PARA SERVICO DE PLANTIO DE ARBUSTOS ALTURA ATE 2 MTS | 7,25 | | |
| 2 | 3 | 20.000,00 | M² | 10315 | MAO DE OBRA PARA SERVICO DE CORTE DE GRAMA | 2,18 | | |
| 2 | 4 | 1.000,00 | M² | 1510 | MAO DE OBRA PARA SERVICOS DE ESPALHAR TERRA E ADUBAR | 3,37 | | |
| 2 | 5 | 3.000,00 | M² | 1514 | MAO DE OBRA PARA SERVICOS DE CAPINAGEM EM TERRENOS PUBLICOS | 3,27 | | |
| 2 | 6 | 30.000,00 | M² | 17087 | MAO DE OBRA PARA SERVICOS DE ROCADA | 1,25 | | |
| | | | | VALOR TO | TAL ESTIMADO PROPOSTO R\$ | | | |

| LOTE | ITEM | QTD | UN | COD. PMCV | DESCRIÇÃO | VALOR UNITÁRIO MÁXIMO R\$ | VALOR UNITÁRIO PROPOSTO R\$ | VALOR TOTAL ESTIMADO PROPOSTO R\$ |
|------|------|----------|----|--------------|--|------------------------------------|--------------------------------------|---|
| 3 | 1 | 1.000,00 | M² | 1507 | MAO DE OBRA PARA REPAROS DE CALCADAS E PASSEIOS | 31,33 | | |
| 3 | 2 | 800,00 | M² | 10322 | MAO DE OBRA PARA ASSENTAMENTO DE LAJOTAS DE CONCRETO | 16,67 | | |
| | | | | VALOR T | OTAL ESTIMADO PROPOSTO R\$ | | | |

| LOTE | ITEM | QTD | UN | COD. PMCV | DESCRIÇÃO | VALOR UNITÁRIO MÁXIMO R\$ | VALOR UNITÁRIO PROPOSTO R\$ | VALOR TOTAL ESTIMADO PROPOSTO R\$ |
|------|------|----------|----|--------------|--|------------------------------------|--------------------------------------|---|
| 4 | 1 | 5.000,00 | HR | 19070 | SERVICO DE METALURGIA (INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAL) | 215,00 | | |
| | | | | VALOR | TOTAL ESTIMADO PROPOSTO R\$ | | | |

O valor total estimado dos lotes é de R\$ (XXXXXXXXX)

| Validade | da proposta: 60 (sessenta) dias. |
|----------|-----------------------------------|
| Prazo de | entrega/execução: Conforme Edital |

Local e Data.

Assinatura do Representante Legal

A





ANEXO V

PREGÃO ELETRÔNICO № 09/2023

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS № XX/2023

PREGÃO ELETRÔNICO № 09/2023

PRAZO: de xx de xxxxx de 2023 a xx de xxxxx de 2024

Ata de registro de preços que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA - PARANÁ, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Ângelo Mezzomo, s/nº - Centro, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 76.995.455/0001-56, neste ato representado pelo Prefeito Sr. Anderson Manique Barreto, portador do CPF sob o nº 967.311.099-91 e RG nº 5.228.761-8, a seguir denominado CONTRATANTE e do outro, a empresa XXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, com sede na xxxxxx, na cidade de xxxxx (xxxxx), Estado xxxx, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º xxxxx, neste ato representada pelo Sr. XXXXXXXX, portador do CPF sob o nº xxxxxxx e RG nº xxxxxx, a seguir denominada DETENTORA, vencedora da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO № 09/2023, do tipo menor preço por LOTE, para o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE CALHAS, RUFOS E CONSERTOS EM GERAL, METALURGIA INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAL, ITENS A SEREM USADOS E INSTALADOS EM DIVERSAS EDIFICAÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAL, SERVIÇOS GERAIS DE LIMPEZA, JARDINAGEM, REPARO DE CALÇADAS E PASSEIOS COM LAJOTAS, conforme especificações contidas no termo de referência – ANEXO I", fundamentados na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Municipal nº 1.708, de 18 de setembro de 2003, Decreto Municipal nº 3262 e 3263, de 28 de setembro de 2006, Lei Complementar Federal nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar Municipal nº 18 de 20 de dezembro de 2007, Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, **Decreto** Federal nº 10.024/2019 e legislação complementar vigente, em estrita observância aos Diplomas Legais que norteiam as Licitações e Contratos Administrativos, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO

A presente Ata tem por objeto constituir o Sistema de Registro de Preços, com o respectivo Registro de Preços da proposta vencedora para REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE CALHAS, RUFOS E CONSERTOS EM GERAL, METALURGIA INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAL, ITENS A SEREM USADOS E INSTALADOS EM DIVERSAS EDIFICAÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAL, SERVIÇOS GERAIS DE LIMPEZA, JARDINAGEM, REPARO DE CALÇADAS E PASSEIOS COM LAJOTAS, de conformidade com as especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência do edital, partes integrantes deste instrumento, independente de sua transcrição.







CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

<u>Parágrafo Primeiro:</u> A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, de xx de xxxxx de 2023 a xx de xxxxx de 2024.

<u>Parágrafo Segundo:</u> O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a 12 meses, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS QUANTIDADES ESTIMADAS

<u>Parágrafo Primeiro:</u> As quantidades são estimadas, sendo que ao término de vigência da Ata de Registro de Preços, o remanescente ficará automaticamente suprimido, ficando o contratante desobrigado da contratação de toda a quantidade e consequentemente do seu pagamento.

<u>Parágrafo Segundo:</u> A empresa detentora deverá atender as solicitações do Município de Coronel Vivida, qualquer que seja a quantidade constante na Nota de Empenho, observando as quantidades máximas estimadas na Ata de Registro de Preços.

<u>Parágrafo Terceiro</u>: A existência do registro de preços não obriga a Administração a firmar as futuras contratações, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para as aquisições pretendidas, assegurado ao beneficiário deste registro de preços a preferência, em igualdade de condições.

Parágrafo Quarto: É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo que trata o § 1º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA: DA PARTICIPAÇÃO DE OUTROS ÓRGÃOS OU ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

<u>Parágrafo Primeiro</u>: Esta Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por outro órgão ou entidade da Administração, mediante consulta prévia ao Contratante.

<u>Parágrafo Segundo</u>: Caberá a DETENTORA da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA QUINTA: CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DOS PRODUTOS/SERVIÇOS

As condições para aceitação dos produtos e execução dos serviços estão fixadas detalhadamente no item 10 do Termo de Referência — Anexo I do presente e devem ser rigorosamente observados pelos licitantes para a formulação das propostas.

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

As obrigações da detentora estão detalhadas no item 8 do Termo de Referência – Anexo I do presente e devem ser rigorosamente observados pelos licitantes.

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

As obrigações do contratante estão detalhadas no item 7 do Termo de Referência – Anexo I do presente e devem ser rigorosamente observados pelos licitantes.

A

Praça Angelo Mezzomo, s/nº - 85550-000 - Coronel Vivida - Paraná Fone: (46) 3232-8300 - e-mail: licitacao@coronelvivida.pr.gov.br





CLÁUSULA OITAVA: DA FORMA DE PAGAMENTO

A forma de pagamento está detalhada no item 11 do Termo de Referência – Anexo I do presente e devem ser rigorosamente observados pelos licitantes.

CLÁUSULA NONA: DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos para assegurar o pagamento das obrigações constantes neste Edital correrão por conta das dotações orçamentarias vigentes de cada departamento e conforme abaixo:

ÓRGÃO: 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 01 - ADMINISTRAÇÃO S.M.A.

Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - Material de Consumo

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.30.24 – Materiais para Manutenção de Bens Imóveis Natureza da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.16 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.21 – Manutenção e Conservação de Estradas e Vias Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.82.02 – Limpeza e Conservação de Espaços Públicos

| UG | O/U | FONTE | P/A | DESCRIÇÃO | DESPESA PRINC. | DESD. | NATUREZA |
|----|-------|-------|-------|---------------------------------|-------------------|-------|-----------------|
| 00 | 03/01 | 000 | 2.006 | Serviços de Administração Geral | 49 | 2515 | 3.3.90.30.24 |
| | | | | 03.001.04.122.0003.2.006 | 58 | 2527 | 3.3.90.39.16 |
| | | | | | | 2574 | 3.3.90.39.21 |
| | | | | | | 2755 | 3.3.90.39.82.02 |

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 02 - FUNREBOM

Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - Material de Consumo

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.30.24 – Materiais para Manutenção de Bens Imóveis Natureza da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.16 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.82.02 – Limpeza e Conservação de Espaços Públicos

| UG | O/U | FONTE | P/A | DESCRIÇÃO | DESPESA PRINC. | DESD. | NATUREZA |
|----|-------|-------|-------|--------------------------|--------------------------|-------|-----------------|
| 00 | 03/02 | 000 | 2.010 | de Bombeiros | 90 | 2529 | 3.3.90.30.24 |
| | | | | | 03.002.06.182.0007.2.010 | 95 | 2528 |
| | | | | 03.002.00.182.0007.2.010 | | 2756 | 3.3.90.39.82.02 |

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

UNIDADE: 01 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Natureza da Despesa: 3.3.90.30 – Material de Consumo

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.30.24 — Materiais para Manutenção de Bens Imóveis Natureza da Despesa: 3.3.90.39 — Outros Serviços de Terceiros — Pessoa Jurídica Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.16 — Manutenção e Conservação de Bens Imóveis Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.82.02 — Limpeza e Conservação de Espaços Públicos

| UG | O/U | FONTE | P/A | DESCRIÇÃO | DESPESA PRINC. | DESD. | NATUREZA | | |
|----|-------|-------|-------|----------------------------------|--------------------------|--------------------------|-----------------|--------------|--------------|
| 00 | 05/01 | 000 | 2.012 | Manutenção do Ensino Fundamental | 166 | 2520 | 3.3.90.30.24 | | |
| | | | | 05.001.12.361.0013.2.012 | 184 | 2716 | 3.3.90.39.16 | | |
| | | | | | | 2758 | 3.3.90.39.82.02 | | |
| 00 | 05/01 | 104 | 2.012 | Manutenção do Ensino Fundamental | 168 | 2531 | 3.3.90.30.24 | | |
| | | | | | 05.001.12.361.0013.2.012 | 186 | 2530 | 3.3.90.39.16 | |
| | | | | | | 2759 | 3.3.90.39.82.02 | | |
| 00 | 05/01 | 107 | 2.012 | Manutenção do Ensino Fundamental | 169 | 2757 | 3.3.90.30.24 | | |
| | | | | | 05.001.12.361.0013.2.012 | 05.001.12.361.0013.2.012 | 187 | 2760 | 3.3.90.39.16 |
| | | | | | | 2761 | 3.3.90.39.82.02 | | |
| 00 | 05/01 | 000 | 2.011 | CRECHES | 257 | 2709 | 3.3.90.30.24 | | |
| | | | | 05.001.12.365.0012.2.011 | 265 | 2717 | 3.3.90.39.16 | | |
| | | | | | | 2762 | 3.3.90.39.82.02 | | |

8





| 00 05/01 | 103 | 2.011 | CRECHES 05.001.12.365.0012.2.011 | 258 | 2517 | 3.3.90.30.24 | |
|----------|-----|-------|-------------------------------------|-----|------|--------------|-----------------|
| | | | | 266 | 2532 | 3.3.90.39.16 | |
| | | | | | | 2763 | 3.3.90.39.82.02 |

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO UNIDADE: 02 – DEPARTAMENTO DE CULTURA

Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - Material de Consumo

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.30.24 - Materiais para Manutenção de Bens Imóveis

Natureza da Despesa: 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.16 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.82.02 - Limpeza e Conservação de Espaços Públicos

| UG | O/U | FONTE | P/A | DESCRIÇÃO | DESPESA PRINC. | DESD. | NATUREZA |
|----|-------|--------------------------|-----|--------------------------|-------------------|-------|-----------------|
| 00 | 05/02 | 05 002 13 392 0017 2 018 | 306 | 2521 | 3.3.90.30.24 | | |
| | | | | 05.002.13.392.0017.2.018 | 312 | 2533 | 3.3.90.39.16 |
| | | | | | | 2765 | 3.3.90.39.82.02 |

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

UNIDADE: 03 - DEPARTAMENTO DO DESPORTO

Natureza da Despesa: 3.3.90.30 – Material de Consumo

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.30.24 – Materiais para Manutenção de Bens Imóveis Natureza da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.16 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.16 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.82.02 – Limpeza e Conservação de Espaços Públicos

| UG | O/U | FONTE | P/A | DESCRIÇÃO | DESPESA PRINC. | DESD. | NATUREZA |
|----|-------|-------|-------|--------------------------------------|-------------------|-------|-----------------|
| 00 | 05/03 | 000 | 2.019 | Manutenção das Atividades Esportivas | 326 | 2523 | 3.3.90.30.24 |
| | | | | 05.003.27.812.0018.2.019 | 333 | 2534 | 3.3.90.39.16 |
| | | | | | | 2766 | 3.3.90.39.82.02 |

ÓRGÃO: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

UNIDADE: 01 – DEPARTAMENTO DE SAÚDE

Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - Material de Consumo

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.30.24 – Materiais para Manutenção de Bens Imóveis Natureza da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.16 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.82.02 - Limpeza e Conservação de Espaços Públicos UG O/U FONTE P/A DESCRIÇÃO DESPESA DESD. NATUREZA PRINC. 02 2.027 06/01 000 Atenção Básica Fixa - FMS 655 25358 3.3.90.30.24 06.001.10.301.0019.2.027 2535 3.3.90.39.16 671

| | | | | | | 2/6/ | 3.3.90.39.82.02 |
|----------|---------|---------------------|--|-------------------------------|------|--------------|-----------------|
| 02 | 06/01 | 303 | 2.027 | Atenção Básica Fixa - FMS | 656 | 2539 | 3.3.90.30.24 |
| | | | | 06.001.10.301.0019.2.027 | 672 | 2536 | 3.3.90.39.16 |
| | | | | | | 2768 | 3.3.90.39.82.02 |
| 02 | 06/01 | 494 | 2.027 | Atenção Básica Fixa - FMS | 657 | 2540 | 3.3.90.30.24 |
| | 1 | | | 06.001.10.301.0019.2.027 | 673 | 2537 | 3.3.90.39.16 |
| | | | | | 4.00 | 2769 | 3.3.90.39.82.02 |
| 02 06/01 | 01 4940 | 2.027 | 27 Atenção Básica Fixa – FMS 06.001.10.301.0019.2.027 | 658 | 2487 | 3.3.90.30.24 | |
| | | | | | 674 | 2271 | 3.3.90.39.16 |
| | | | | | | 2770 | 3.3.90.39.82.02 |
| 02 | 06/01 | 000 | 2.062 | Unidade de Pronto Atendimento | 848 | 2545 | 3.3.90.30.24 |
| | | | | 06.001.10.302.0019.2.062 | 864 | 2541 | 3.3.90.39.16 |
| | | | | | | 2771 | 3.3.90.39.82.02 |
| 02 | 06/01 | 303 | 2.062 | Unidade de Pronto Atendimento | 849 | 2546 | 3.3.90.30.24 |
| | | 06.001.10.302.0019. | 06.001.10.302.0019.2.062 | 865 | 2542 | 3.3.90.39.16 | |

Praça Angelo Mezzomo, s/nº - 85550-000 – Coronel Vivida – Paraná Fone: (46) 3232-8300 – e-mail: licitacao@coronelvivida.pr.gov.br





| | | | | | | 2772 | 3.3.90.39.82.02 |
|----|-------|-----|---|------------------------------------|-------|--------------|-----------------|
| 02 | 06/01 | 494 | 2.087 Manutenção das Atividades de MAC – Ambulatorial e Hospitalar 06.001.10.302.0019.2.087 | Manutenção das Atividades de MAC - | 900 | 2773 | 3.3.90.30.24 |
| | | | | 907 | 2774 | 3.3.90.39.16 | |
| | | | | 06.001.10.302.0019.2.087 | 11.79 | 2775 | 3.3.90.39.82.02 |

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

UNIDADE: 01 - DEPARTAMENTO DE AGROPECUÁRIA

Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - Material de Consumo

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.30.24 - Materiais para Manutenção de Bens Imóveis

Natureza da Despesa: 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.16 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.82.02 – Limpeza e Conservação de Espaços Públicos

| UG | O/U | FONTE | P/A | DESCRIÇÃO | DESPESA PRINC. | DESD. | NATUREZA |
|------|-------|-------|-------|--------------------------------------|-------------------|-------|-----------------|
| 00 0 | 07/01 | 000 | 2.048 | Manutenção da Unidade de Agricultura | 416 | 2560 | 3.3.90.30.24 |
| | | | | 07.001.20.606.0024.2.048 | 421 | 2559 | 3.3.90.39.16 |
| | | | | | 20 4 8 | 2776 | 3.3.90.39.82.02 |

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO UNIDADE: 01 – DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - Material de Consumo

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.30.24 – Materiais para Manutenção de Bens Imóveis

Natureza da Despesa: 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.16 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.21 – Manutenção e Conservação de Estradas e Vias Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.82.02 – Limpeza e Conservação de Espaços Públicos

UG O/U FONTE P/A DESCRIÇÃO DESPESA DESD. NATUREZA PRINC. 00 08/01 000 2.052 Manutenção dos Serviços Públicos 454 2525 3.3.90.30.24 08.001.15.452.0027.2.052 460 2777 3.3.90.39.16 3.3.90.39.88.02 2179 00 000 08/01 1.052 Obras e Equipamentos de Circulação 488 2567 3.3.90.39.21 08.001.26.451.0029.1.052

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO UNIDADE: 02 – DEPARTAMENTO DE MOBILIDADE RURAL

Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - Material de Consumo

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.30.24 - Materiais para Manutenção de Bens Imóveis

Natureza da Despesa: 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.21 - Manutenção e Conservação de Estradas e Vias

| UG | O/U | FONTE | P/A | DESCRIÇÃO | DESPESA PRINC. | DESD. | NATUREZA |
|----|-------|-------|-------|--|-------------------|-------|--------------|
| 00 | 08/02 | 000 | 2.057 | Manutenção e Estruturação da Malha Viária 08.001.26.782.0032.2.057 | 507 | 2571 | 3.3.90.39.21 |
| 00 | 08/02 | 000 | 2.057 | Manutenção e Estruturação da Malha Viária 08.001.26.782.0032.2.057 | 505 | 2778 | 3.3.90.30.24 |

ÓRGÃO: 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO UNIDADE: 01 – DEPARTAMENTO DE INDUSTRIA E COMÉRCIO

Notice of Department of the Control of Contr

Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - Material de Consumo

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.30.24 – Materiais para Manutenção de Bens Imóveis Natureza da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.16 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.82.02 – Limpeza e Conservação de Espaços Públicos

| UG | O/U | FONTE | P/A | DESCRIÇÃO | DESPESA PRINC. | DESD. | NATUREZA |
|----|-------|-------|-------|--|-------------------|-------|--------------|
| 00 | 09/01 | 000 | 2.059 | Manutenção e Modernização da Indústria, Comércio e Serviços | 539 | 2563 | 3.3.90.30.24 |
| | 1 4 | | | | 544 | 2562 | 3.3.90.39.16 |

Praça Angelo Mezzomo, s/nº - 85550-000 - Coronel Vivida - Paraná Fone: (46) 3232-8300 - e-mail: licitacao@coronelvivida.pr.gov.br





| 09.001.22.661.0033.2.059 | 2779 | 3.3.90.39.82.02 |
|--------------------------|------|-----------------|
|--------------------------|------|-----------------|

ÓRGÃO: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL UNIDADE: 01 – DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL

Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - Material de Consumo

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.30.24 – Materiais para Manutenção de Bens Imóveis Natureza da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.16 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.82.02 – Limpeza e Conservação de Espaços Públicos

| UG | O/U | FONTE | P/A | DESCRIÇÃO | DESPESA PRINC. | DESD. | NATUREZA |
|----|-------|-------|-------|--|-------------------|-------|-----------------|
| 07 | 10/01 | 000 | 2.116 | Atendimento e Manutenção no Eixo da | 1132 | 2552 | 3.3.90.30.24 |
| | | | | PSB – Indivíduos e Famílias | 1142 | 2551 | 3.3.90.39.16 |
| | | | | 10.001.08.244.0023.2.116 | 1122 | 2780 | 3.3.90.39.82.02 |
| 07 | 10/01 | 934 | 2.116 | Atendimento e Manutenção no Eixo da PSB – Indivíduos e Famílias 10.001,08.244.0023,2.116 | 1133 | 2554 | 3.3.90.30.24 |
| | | | | | 1143 | 2553 | 3.3.90.39.16 |
| | | | | | | 27481 | 3.3.90.39.82.02 |
| 07 | 10/01 | 000 | 6.072 | Atendimento e Manutenção no Eixo da | 1087 | 2556 | 3.3.90.30.24 |
| | | | 1 | PSE – MAC – Crianças e Adolescentes | 1094 | 2555 | 3.3.90.39.16 |
| | | | | 10.001.08.243.0034.6.072 | 71110 | 2782 | 3.3.90.39.82.02 |

ÓRGÃO: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL UNIDADE: 02 – DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO HUMANA

Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - Material de Consumo

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.30.24 – Materiais para Manutenção de Bens Imóveis

Natureza da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.16 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.82.02 – Limpeza e Conservação de Espaços Públicos

| UG | O/U | FONTE | P/A | DESCRIÇÃO | DESPESA PRINC. | DESD. | NATUREZA |
|----|-------|-------|-------|--|-------------------|-------|-----------------|
| 00 | 10/02 | 000 | 2.036 | Manutenção da Unidade de Assistência Social 10.002.08.244.0023.2.036 | 573 | 2558 | 3.3.90.30.24 |
| | | | | | 576 | 2557 | 3.3.90.39.16 |
| | | | | | 1.57 | 2783 | 3.3.90.39.82.02 |

ÓRGÃO: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL UNIDADE: 03 – DEPARTAMENTO DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - Material de Consumo

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.30.24 — Materiais para Manutenção de Bens Imóveis Natureza da Despesa: 3.3.90.39 — Outros Serviços de Terceiros — Pessoa Jurídica Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.16 — Manutenção e Conservação de Bens Imóveis Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.82.02 — Limpeza e Conservação de Espaços Públicos

| UG | O/U | FONTE | P/A | DESCRIÇÃO | DESPESA PRINC. | DESD. | NATUREZA |
|----|-------|-------|-------|--------------------------------------|-------------------|-------|-----------------|
| 04 | 10/03 | 000 | 6.044 | Atendimento à Criança, ao Jovem e ao | 979 | 2784 | 3.3.90.30.24 |
| | | 7 4 4 | | Adolescente - FMIA | 989 | 2785 | 3.3.90.39.16 |
| | -9- | | | 10.003.08.243.0022.6.044 | | 2786 | 3.3.90.39.82.02 |

ÓRGÃO: 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

UNIDADE: 01 - DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HIDRICOS

Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - Material de Consumo

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.30.24 — Materiais para Manutenção de Bens Imóveis Natureza da Despesa: 3.3.90.39 — Outros Serviços de Terceiros — Pessoa Jurídica Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.16 — Manutenção e Conservação de Bens Imóveis Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.82.02 — Limpeza e Conservação de Espaços Públicos

| UG | O/U | FONTE | P/A | DESCRIÇÃO | DESPESA PRINC. | DESD. | NATUREZA |
|----|-----|-------|-----|-----------|-------------------|-------|----------|
| | | 1 | | | | | |





| 00 | 11/01 | 000 | 2.043 | Preservação Ambiental 11.001.18.541.0026.2.043 | 591 | 2565 | 3.3.90.30.24 |
|----|-------|-----|-------|---|-----|------|-----------------|
| | | | | | 595 | 2564 | 3.3.90.39.16 |
| | | | | | | 2787 | 3.3.90.39.82.02 |

CLÁUSULA DÉCIMA: DA SUBCONTRATAÇÃO

As condições para a subcontratação estão detalhadas no item 9 do termo de Referência – Anexo I do presente e devem ser rigorosamente observados pelos licitantes para a formulação das propostas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO REAJUSTE DE PREÇOS E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

<u>Parágrafo Primeiro</u>: Durante a vigência do Registro de Preços, os valores registrados não serão reajustados.

<u>Parágrafo Segundo</u>: Somente poderá ocorrer a recomposição de valores nos casos enquadrados no disposto no Artigo 65, II, "d" da Lei 8.666/93.

I - Não serão liberadas recomposições decorrentes de inflação, que não configurem álea econômica extraordinária, tampouco fato previsível.

<u>Parágrafo Terceiro</u>: Os pedidos de recomposição de valores deverão ser protocolados junto ao Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal.

<u>Parágrafo Quarto</u>: Somente serão analisados os pedidos de recomposição de valores que contenham todos os documentos comprobatórios para a referida recomposição, conforme disposto no Artigo 65, II, "d" da Lei 8.666/93.

<u>Parágrafo Quinto:</u> Os valores recompostos somente serão repassados após a assinatura, devolução do Termo assinado (conforme o caso) e publicação do Termo de Aditamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA REVISÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

<u>Parágrafo Primeiro</u>: O gestor responsável pela Ata de Registro de Preços deverá acompanhar, periodicamente, os preços praticados no mercado para os produtos/serviços registrados, nas mesmas condições de fornecimento, podendo, para tanto, valer-se de pesquisa de preços ou de outro processo disponível.

<u>Parágrafo Segundo:</u> Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o gestor da Ata de Registro de Preços deverá convocar o fornecedor visando à negociação para a redução de preços e a sua adequação ao praticado pelo mercado.

I - Frustrada a negociação, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido, desde que comprovadamente demonstre a inviabilidade de redução.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA RESCISÃO CONTRATUAL E EXTINÇÃO

<u>Parágrafo Primeiro:</u> Na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos artigos 77, 78 e 88 da Lei nº 8.666/93, o Município de Coronel Vivida poderá, garantida a prévia defesa, rescindir unilateralmente a ata de registro de preços, na forma do artigo 79 do mesmo diploma legal, bem como aplicar à detentora as sanções previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93. <u>Parágrafo Segundo:</u> A ata de registro de preços poderá ser rescindido pelos motivos previstos na Lei nº 8.666/93.

R

Praça Angelo Mezzomo, s/nº - 85550-000 - Coronel Vivida - Paraná Fone: (46) 3232-8300 - e-mail: licitacao@coronelvivida.pr.gov.br





<u>Parágrafo Terceiro:</u> Será automaticamente extinto a ata de registro de preços quando do término do prazo estipulado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA ANTICORRUPÇÃO

As condições anticorrupção estão detalhadas no item 14 do Termo de Referência – Anexo I do presente e devem ser rigorosamente observados pelos licitantes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

As condições quanto a gestão e fiscalização da ata de registro de preços estão detalhadas no item 15 do Termo de Referência – Anexo I do presente e devem ser rigorosamente observados pelos licitantes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PENALIDADES

Parágrafo Primeiro: Nos termos do Art. 7º da Lei 10.520/02, quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar a ata de registro de preços, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da ata de registro de preços, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital, na ata de registro de preços e das demais cominações legais.

<u>Parágrafo Segundo</u>: As sanções administrativas serão aplicadas em conformidade com o prescrito na Lei Federal nº 8666/93, e em legislação correlata, podendo ser das seguintes espécies:

- a) Advertência.
- b) Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou na ata de registro de preços.
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração.
- d) Declaração de inidoneidade.
 - I As sanções previstas nos subitens "a", "c" e "d" do parágrafo segundo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a do subitem "b".

Parágrafo Terceiro: A multa imposta a detentora ou licitante, poderá ser:

- a) de caráter moratório, na hipótese de atraso injustificado na entrega ou execução do objeto da ata de registro, quando será aplicada nos seguintes percentuais:
 - I 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida, quando o atraso não for superior 30 (trinta) dias corridos.
 - II 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder a alínea anterior, até o limite de 15 (quinze) dias, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o trigésimo primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplida, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante.
- b) de caráter compensatório, quando será aplicada nos seguintes percentuais.

P





I - 15% (quinze por cento) do valor do empenho em caso de inexecução parcial do objeto pela detentora ou nos casos de rescisão da ata de registro de preços, calculada sobre a parte inadimplida.

II - 20% (vinte por cento) sobre o valor da ata de registro de preços, pela sua inexecução total ou pela recusa injustificada do licitante adjudicatário em assinar ata de registro de preços ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração.

O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução da Ata de Registro de Preços.

<u>Parágrafo Quarto</u>: A instrução obedecerá ao princípio do contraditório, assegurada ao acusado ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

<u>Parágrafo Quinto</u>: Na fase de instrução, o indiciado será notificado pelo gestor da ata de registro de preços e terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento do correio eletrônico no e-mail, para apresentação da Defesa Prévia, assegurando-se lhe vista do processo, e juntada dos documentos comprobatórios que considerar pertinentes à fundamentação dos fatos alegados na mesma.

<u>Parágrafo Sexto</u>: O extrato da decisão definitiva, bem como toda sanção aplicada, será anotada no histórico cadastral da empresa e nos sistemas cadastrais pertinentes, quando for o caso, além do processo ser apostilado na sua licitação correspondente.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO

A publicação do presente instrumento, em extrato, na Imprensa Oficial do Município, ficará a cargo da Administração e da contratação por outros órgãos ou entidades da Administração que utilizarem desta Ata, por conta desses, no prazo e forma dispostos pela legislação pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

<u>Parágrafo Primeiro</u>: Integram esta Ata de Registro de Preços o Ato Convocatório – **Pregão Eletrônico** nº 09/2023 e seus anexos, bem como a proposta de preço escrita formulada pela DETENTORA da Ata, constando os preços de fechamento da operação e a documentação de habilitação, de cujos teores as partes declaram ter conhecimento e aceitam, independentemente de sua anexação.

<u>Parágrafo Segundo</u>: Os documentos referidos no item anterior são considerados suficientes para, em complemento a esta Ata, definirem sua extensão, e dessa forma, regerem a execução adequada do instrumento ora celebrado.

<u>Parágrafo Terceiro</u>: Os casos omissos serão resolvidos pelo Prefeito do Município, observadas às disposições estabelecidas na legislação vigente.

Parágrafo Quarto: Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa à licitação, nem em relação às expectativas de contratações dela decorrente.

<u>Parágrafo Quinto</u>: O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o de Coronel Vivida - PR, considerado aquele a que está vinculado o Prefeito.





E, por estarem justos e acordados, assinam a presente ata de registro de preços em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo, de tudo cientes, para que produzam seus efeitos legais e jurídicos.

| Coronel Vivida, xx de xxxxx de 2023. | |
|---|-------------------------------------|
| | |
| Anderson Manique Barreto Prefeito CONTRATANTE | xxxxx xxxxxxxxxxxxx DETENTORA |
| Testemunhas: | |
| (Anexar termo de referência) | |







EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO № 09/2023 PROCESSO LICITATÓRIO 12/2023

PARA OS LOTES 01, 02, e 04: AMPLA CONCORRÊNCIA

PARA O LOTE 03: COM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E

EMPRESAS DE PEQUENO PORTE SEDIADAS EM ÂMBITO REGIONAL

MODO DE DISPUTA "ABERTO e FECHADO"

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE CALHAS, RUFOS E CONSERTOS EM GERAL, METALURGIA INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAL, ITENS A SEREM USADOS E INSTALADOS EM DIVERSAS EDIFICAÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAL, SERVIÇOS GERAIS DE LIMPEZA, JARDINAGEM, REPARO DE CALÇADAS E PASSEIOS COM LAJOTAS.

INÍCIO DO CADASTRO DAS PROPOSTAS: 23/01/2023, a partir das 08h00min.

TÉRMINO DO CADASTRO DAS PROPOSTAS: 03/02/2023, às 08h00min.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 03/02/2023, após às 08h00min. INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: 03/02/2023, às 10h00min. LOCAL: www.licitacoes-e.com.br. — "Acesso Identificado"

VALOR MÁXIMO TOTAL ESTIMADO: 1.728.151,00 (um milhão e setecentos e vinte e oito mil, cento e cinquenta e um reais)

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

INFORMAÇÕES E RETIRADA DO EDITAL: O inteiro teor do Edital e seus anexos poderão ser retirados gratuitamente (em mídia digital) junto a Divisão de Licitações e Contratos, na Prefeitura Municipal de Coronel Vivida, no horário de expediente, das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min, na Praça Angelo Mezzomo, s/n – Centro, na cidade de Coronel Vivida, Estado do Paraná, ou através dos sites: www.coronelvivida.pr.gov.br / www.licitacoes-e.com.br. Demais informações, telefone: (46) 3232-8300, e-mail: licitacao@coronelvivida.pr.gov.br.

Coronel Vivida, 19 de janeiro de 2023.

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Praça Angelo Mezzomo, s/nº - 85550-000 – Coronel Vivida – Paraná Fone: (46) 3232-8300 – e-mail: licitacao@coronelvivida.pr.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE HONÓRIO SERPA-PR.

RUA: Elpidio dos Santos, 541 - Telefas (46) 3245-1130 e 3245-1122 CEP. 85.548-000 - Honório Serpa Paraná

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2023

municipio de Hondrio Sarpa, por intermédio do seu Pregoeiro e Equipo de Apolo segundos pelo Decreto Pr. 177/2022, torna pública, para conhecimento dos menessacios, consecuente de Carte de Cart

Lucio Diego Astropeto de Risma digital per l'una Orego Guerra Dedo: 2023 27.79 (02004)



PREFEITURA MUNICIPAL DE HONÓRIO SERPA-PR.

RUA: Elpídio dos Santos, 541 - Telefas (46) 3245-1130 e 3245-1122 CEP. 85.548-000 - Honório Serpa - Paraná

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2023

O município de Hondrio Serpa, por intermédio do seu Pregoeiro e Equipe de Apoio designado por la contra de la composição de l

Lucio Diego Guerra Depo Cumo Delen 2023 1.10 103768-0370*
Honorio Serpa, 19 de Janeiro de 2023

Lucio Diego Guerra Pregoeiro

| Nº ATO | ASSUNTO | | |
|--------------------------------|---|--|--|
| Edital nº 026 de 19/01/2023 | Exclusão de cendidado, LUCAS CECONI KRETSCHMER, convocado airavés do Edital nº 025 de 17/01/2023 para o cargo de Engenheiro Civil. | | |
| Editel nº 027 de 19/01/2023 | Convocação de candidato (a) apruvedo (a) em Canourso Público nº 001/2022 au cargo de Médico de Familis e Engenheiro Civil. | | |
| December of 8092 de 19/01/2023 | Declara a vacância de pargo público por motivo de aposentadoria de Agente de Execução I. | | |
| Edital nº 207 de 19/01/2023 | Convocação de candidato (a) aprovado (a) em Concurso Público nº 001/2019 ao cargo de Professor Municipal. | | |

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA - ESTADO DO PARANÁ
PARECER DA COMISSAD-PREGADO ELFRÓNICO N° 195/2022

DATA. 18/11/2 ABERTURA 69/13/2 PROPOSTAS ATÉ 08:00 DISPUTA: 08:00

GUETO REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

(FIANOL GASOLINA COMUM, OLEO DISSEL 3-500 P. OLEO DISSEL 5-10) PARA
ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEICULOS. ONBUS AMBULANCIAS, CAMIONETES.

COMPODATO O TANQUE, BOMBA E FILTRO, PARA ÓLEO DIESEL S-10; conforme discriminado no
sobiled do presente edital.

OMODATO O TANQUE, BOMBA E FILTRO, PARA DUED DIESEL 5-10, conforme discriminado no piedid do presente eNOLOGOADA DE ABJUDICAÇÃO-PREGA DE LETRÔNICO Nº 1002/222

TERMO DE HOMODERITURA DEL 2222

PROPIOSITAS ATÉ: DIS DO DIESEL SUBSTITURA DEL 222

PROPIOSITAS ATÉ: DIS DO DIESEL SUBSTITURA DEL 222

PROPIOSITAS ATÉ: DIS DO DIESEL SUBSTITURA DEL 222

FIANOL GASCILINA COMUM. OLEO DIESEL S-500 E OLEO DIESEL S-10). PARA BATELINA E PERMITURA DEL 2020

ANTE DIESEL S-100 E PRECO DIESEL S-500 DIESEL S-10). PARA BATELINA DE VEICULOS. ORIBUS. AMBULIANCIAS. CAMOINETES. AMBULIANCIAS. CAMOINETES. ORIBUS. AMBULIANCIAS. CAMOINETES DEL 2020

ANTE DIESEL S-100 DIESEL S-500 E OLEO DIESEL S-10). PARA BATELINA DEL 2020

ANTE DIESEL S-100 DIESEL S-500 E OLEO DIESEL S-10). PARA DEL 2020

ANTE DIESEL S-100 DIESEL S-500 E OLEO DIESEL S-10). PARA DEL 2020

DIESEL S-100 DIESEL S-100 DIESEL S-100 DIESEL S-10). PARA DEL 2020

DIESEL S-100 DIESEL S-100 DIESEL S-100 DIESEL S-10). PARA DEL 2020

DIESEL S-100 DIESEL S

MUNICIPIO DE CORONEL VIVIDA - ESTADO DO PARANA

A comissão de licitação comunica sus interessables na conscienta producir os permitorios de comunica sus interessables na conscienta de comunica sus conscientas de comunica de comunica de comunicación de co

MUNICIPIO DE CORONEL VIVIDA - PR
AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL DE PREGÃO ELETRONICO Nº 686223
TIPO MENOR PREÇO POR LOTE. - PARA OB. LOTES 01, 126, 40 AMPLA CONCORRÊNCIA,
PARA O LOTE 03. COM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP SEDIADAS EM
AMBITO REGISTRO OE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE CALHAS,
RUFOS E CONSERTOS EM GERAL. METALURGIA INCLUINDO FORNECIMENTO DE
MATERIAL, ITENS A SEREM USADOS E INSTALADOS EM DIVERGAS EDIFICAÇÕES
PUBLICAS MUNICIPAL, SERVIÇOS GERAIS DE LIMPEZA, JARDINAGEM, REPARO DE
CALÇADAS E PASSEIOS COM LAJOTAS, Inido do cadasiste das propostas: a parte das
BORDOMIN dos da 20 de jarente de 2023 até a Offición no do do 30 de feverero de 2023.
Abertura das propostas apos as OBNOMINHO dos GJ de fevereros de 2023. AND ANDIA DE LIMPEZA, ESTIBAZO, PE
PROPOS ES TOMORIMO do da 30 de fevereros de 2023. ANDIA DE CONTENTA DE CONT

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA - PR
AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL DE PREGAD ELETRÔNICO Nº 08/2023
TIPO MENOR PREÇO POR LOTE - AMPLA CONCORRÊNCIA
Objeto. REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA É EVERTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
DE INSTALAÇÃO, RETIRADA, MANUTENÇÃO E HIGIENIZAÇÃO DE AR CONDICIONADOS,
MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE BENS MOVEIS: (REFRIGERADORES,
ELETRODOMESTICOS). PARA ATENDER TODAS AS SECRETARIAS, ENTIDADES E
DEPARTAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA MUNICÍPIAL, INCLUINDO PEÇAS E MÁO
DE OBRA, Inicio do cadastro das propostas is partir das (8/900min do dia 23 de jameiro de 20/3
dia 02 de feverivo de 20/23 inicio da disputa de preços as Objovimin do dia 23 de jameiro de 20/3
dia 02 de feverivo de 20/23 inicio da disputa de preços as Objovimin do dia 23 de jameiro de 20/3
VALOR MÁXIMO TOTAL ESTIMADO: R\$ 6/26.00,00, Prazo de vigência: 12 meses. De
procedimentos para scesso so Pregião Eletrônico estilos disponívisis no site symmicianos.

8.000.DE. O edital está disponívis nos elles <u>www.coronebrivida.pr.gov.br</u> ou <u>www.licitacosts</u>
8.000.DE. D. deltal está disponívis nos elles <u>www.coronebrivida.pr.gov.br</u> ou <u>www.licitacosts</u>
8.000.DE. V. deltal está disponívis nos elles <u>Www.coronebrivida.pr.gov.br</u> ou <u>www.licitacosts</u>
8.000.DE. Tomormações: (46) 3232-8300. Coronel Vivida, 18 de janeiro de 20/33. Juliano Ribeiro.
Presidente da CPL.

MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA PORTARIA N°005/2023

A PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 43, da Lei Orgânica Municipal: RESOLVE:

Art, 1" - Fica concedida Função Grafificada — FG de 50%, a servidora, KELI ROBERTA APARECIDA ANHAIA RUARO, matricula mº2360-4, em virtude do grau de responsabilidade e dedicação dela exigido para o desempenho de suas funções, a perir de 19 de Janeiro de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revoga disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANA EM 19 DE JANEIRO DE 2023.

EXTRATO DO 1º (PRIMEIRO) TERMO ADITIVO AO CONTRATO PARTICULAR DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N°. 059/22, DE 07/07/2022, PROVENIENTE DO PREOÃO ELETRÓNICO N°. 029/22, DE 24/05/2022, CONFORME ABAIXO DESCRITO.

PARTES: Municipio de Cievelándia e Gustavo Rodrigues da Macena-MEL OBJETO: "Contratação de serviços suplementares". VALOR ADICIONAL: R\$. 4,704,00 (quatro mi), setecentos e quatro reais!-PRAZO DE EXECUÇÃO: OS (sinco) mases PERÍODO DE VIGÊNCIA: De 06/02/2023 a 06/07/2023. VIGÊNCIA DO CONTRATO. De 11/07/2023 a 11/09/2023. FORO: CLEVELÂNDIA - PR.

DATA DA ASSINATURA: 13/01/2023. Clevelándia, 13 de janeiro de 2023.

RAFAELA MARTINS LOSI Prefeita Municipal



Aunicipio



O HEMONÚCLEO DE PATO BRANCO CONTA COM SUA FORÇA!

#todospelavida

HEMONÚCLEO DE PATO BRANCO .HEMEPAR

.CONIMS

DIÁRIO DO SUDOESTE

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INSTALAÇÃO, RETIRADA, MANUTENÇÃO E HIGIENIZAÇÃO DE AR CONDICIONADOS. MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE BENS MÓVEIS (REFRIGERADORES, ELETRODOMÉSTICOS), PARA ATENDER TODAS AS SECRETARIAS, ENTIDADES E DEPARTAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, INCLUINDO PEÇAS E MÃO DE OBRA. Início do cadastro das propostas: a partir das 08h00min do dia 23 de janeiro de 2023 até às 08h00min do dia 02 de fevereiro de 2023. Abertura das propostas após as 08h00min do dia 02 de fevereiro de 2023. Início da disputa de preços às 09h30min do dia 02 de fevereiro de 2023. VALOR MÁXIMO TOTAL ESTIMADO: R\$ 626.000,00. Prazo de vigência: 12 meses. Os procedimentos para acesso ao Pregão Eletrônico estão disponíveis no site www.licitacoes-e.com.br. O edital disponível nos sites www.coronelvivida.pr.gov.br www.licitacoes-e.com.br. Informações: (46) 3232-8300.

Coronel Vivida, 19 de janeiro de 2023.

JULIANO RIBEIRO, Presidente da CPL.

> Publicado por: Fernando de Quadros Abatti Código Identificador: AE0EA89E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2023

AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2023

TIPO MENOR PREÇO POR LOTE – PARA OS LOTES 01, 02 e 04: AMPLA CONCORRÊNCIA PARA O LOTE 03: COM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP SEDIADAS EM ÂMBITO REGIONAL.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE CALHAS, RUFOS E CONSERTOS EM GERAL, METALURGIA INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAL, ITENS A SEREM USADOS E INSTALADOS EM DIVERSAS EDIFICAÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAL, SERVIÇOS GERAIS DE LIMPEZA, JARDINAGEM, REPARO DE CALÇADAS E PASSEIOS COM LAJOTAS. Início do cadastro das propostas: a partir das 08h00min do dia 23 de janeiro de 2023 até às 08h00min do dia 03 de fevereiro de 2023. Abertura das propostas após as 08h00min do dia 03 de fevereiro de 2023. Início da disputa de preços às 10h00min do dia 03 de fevereiro de 2023. VALOR MÁXIMO TOTAL ESTIMADO: R\$ 1.728.151,00. Prazo de vigência: 12 meses.

s procedimentos para acesso ao Pregão Eletrônico estão disponíveis no site www.licitacoes-e.com.br. O edital está disponível nos sites www.coronelvivida.pr.gov.br ou www.licitacoes-e.com.br. Informações: (46) 3232-8300.

Coronel Vivida, 19 de janeiro de 2023.

JULIANO RIBEIRO, Presidente da CPL.

> Publicado por: Sandra Pelentil Código Identificador: AAAB09C8

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO E RESULTADO

EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO E RESULTADO-CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 23/2022

A comissão de licitação comunica aos interessados na concessão de uso de bem público de propriedade do município, Centro de Profissionalização em Agroindustrialização (CEPAGRO), objeto do Edital de CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 23/2022, que após a análise e verificação das propostas ofertadas, decidiu classificar as seguintes proponentes:

PROPOSTA DE PREÇOS - CLASSIFICAÇÃO

| | | 1 AGE | |
|------|---------------|--|---------------------|
| Item | Classificação | Empresa Q Q Q | Pontuação Obtida |
| 01 | 16 | V.A Cirino Rodrigues - Embutidos | 950 |
| 03 | 19 | Cooperativa dos Produtores Rurais de Colonda Vivida - COOPERVIVIDA | 1,150 |

Não acudiram interessados para o item nº 02, item nº 04 e item nº 05, sendo os mesmos DESERTOS.

Comunica outrossim, que dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data de publicação deste edital, a comissão de licitação dará vistas ao respectivo processo licitatório, para interposição de recurso.

Coronel Vivida, 19 de janeiro de 2023.

JULIANO RIBEIRO Presidente da CPL

ELAINE BORTOLOTTO Membro da CPL

IANA R. SCHMID Membro da CPL

> Publicado por: Iana Roberta Schmid Código Identificador: ACB4AED1

ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO LEI MUNICIPAL Nº 396/2023

LEI MUNICIPAL Nº 396/2023

CONCEDE REAJUSTE SALARIAL AOS OCUPANTES DO CARGO DE ENFERMEIRO(A)TÉCNICO DE ENFERMAGEM E AUXILIAR DE ENFERMAGEM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE DIAMANTE D'OESTE, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE, ESTADO DO PARANÁ APROVOU, ELE E SANCIONA A SEGUINTE

LEI

Art. 1°. Fica o Chefe do Executivo Municipal, autorizado a conceder o piso salarial no valor de R\$ 4.750,00 (quatro mil setecentos e cinquenta reais),aos funcionários ocupantes do cargo de Enfermeiro(a).

Art.2°. Fica o Chefe do Executivo Municipal, autorizado a conceder o piso salarial de R\$ 3.325,00 (Três mil trezentos e vinte e cinco reais) aos funcionários ocupantes do cargo de Técnico de Enfermagem e Auxiliar de Enfermagem.

Parágrafo Único. Em decorrência do reajuste acima apontado fica alterada a Tabela de Salários anexa a Lei nº 35/2011.

Art. 3º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4°. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogandose as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal 105/2017.

GABINETE DO PREFEITO DE DIAMANTE D'OESTE Aos dezenove dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e três

GUILHERME PIVATTO JUNIOR
Prefeito Municipal

Carlópolis

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2023 PROCESSO Nº 184/2022 TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

O Município de Carlópolis, Estado do Paraná, torna público que fará realizar licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS Normal, Menor Preço Global, que tem por objeto a Contratação de empresa especializada para obra de ampliação da Escola Benedito Rodrigues de Camargo, conforme especificações e condições constantes do Edital e seus Anexos. Data e Horário da Sessão Pública: Dia 07/02/2023 às 09:00min, no Centro de Eventos Ilha do Ponciano-Rodovia PR 218 km 11.2. Centro

O edital completo e informações estão disponíveis aos interessados no Departamento de Licitações do Município de Carlópolis, Rua Benedito Salles, nº 1.060, nos horários das 08h00min às 12h00min e 13h00min às 17h00min e pelo telefone: (43) 3566.1291 — Ramal: 203 e no site—link: www.carlopolis.pr.gov.br - Processos Licitatórios ou através do email licitacoes2@carlopolis.pr.gov.br Carlópolis, 19 de janeiro de 2023. Publique-se. Hiroshi Kubo Prefeito Municipal

5052/2023

Colombo

Aviso de Licitação Edital - Pregão Eletrônico Nº 006/2023

Objeto: Contratação de empresa especializada por meio do Sistema de Registro de Preços para fornecimento de peças e serviços de manutenção preventiva e corretiva de rocadeiras, motoserras, soprador, triturador de galhos e trator de grama dirigivel. para atendimento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente I do Municipio de

Recebimento das Propostas: das 09:00 horas do dia 23 de janeiro de 2023 até às 08:00 horas do dia 03 de feveiro de 2023

Início da sessão de Disputa de Preços: ás 09:00 horas do dia 03 de fevereiro de 2023. (Horário de Brasilia).

Local de Abertura: Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - Acesso Identificado no link (bllcompras.org.br).

Preço Máximo: Constante no edital,

Critério de Julgamento: Menor Preço.

Informações Complementares poderão ser obtidas na Secretaria Municipal da Administração, sito a Rua XV de Novembro Nº. 105, Centro, Colombo - Paraná, ou pelos fones: (041) 3656-8080 ou 3656-8138 ou pelo site: www.colombo.pr.gov.br.

> Colombo, 19 de janeiro de 2023. Helder Luiz Lazarotto Prefeito Municipal

5073/2023

Coronel Vivida

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA - PR AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2023 TIPO MENOR PREÇO POR LOTE - AMPLA CONCORRÊNCIA

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INSTALAÇÃO, RETIRADA, MANUTENÇÃO E HIGIENIZAÇÃO DE AR CONDICIONADOS, MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE BENS MÓVEIS (REFRIGERADORES, ELETRODOMÉSTICOS), PARA ATENDER TODAS AS SECRETARIAS, ENTIDADES E DEPARTAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, INCLUINDO PEÇAS E MÃO DE OBRA. Inicio do cadastro das propostas; a partir das 08h00min do dia 23 de janeiro de 2023 até às 08h00min do dia 02 de fevereiro de 2023. Abertura das propostas após as 08h00min do dia 02 de fevereiro de 2023. Início da disputa de preços às 09h30min do dia 02 de fevereiro de 2023. VALOR MÁXIMO TOTAL ESTIMADO: R\$ 626,000,00. Prazo de vigência: 12 meses. Os procedimentos para acesso ao Pregão Eletrônico estão disponiveis no site www.licitacoes-e.com.br. 0 edital està disponivel www.coronelvivida.pr.gov.br ou www.licitacoes-e.com.br. Informações: (46) 3232-8300. Coronel Vivida, 19 de janeiro de 2023. Juliano Ribeiro, Presidente da CPL.

4930/2023

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA - PR

AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2023-TIPO MENOR PREÇO POR LOTE - PARA OS LOTES 01, 02 e 04: AMPLA CONCORRÊNCIA PARA O LOTE 03: COM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP SEDIADAS EM ÂMBITO REGIONAL

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE CALHAS, RUFOS E CONSERTOS EM GERAL, METALURGIA INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAL, ITENS A SEREM USADOS E INSTALADOS EM DIVERSAS EDIFICAÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAL, SERVIÇOS GERAIS DE LIMPEZA, JARDINAGEM, REPARO DE CALÇADAS E PASSEIOS COM LAJOTAS. Inicio do cadastro das propostas: a partir das 08h00min do dia 23 de janeiro de 2023 até às 08h00min do dia 03 de fevereiro de 2023. Abertura das propostas após as 08h00min do día 03 de fevereiro de 2023. Início da disputa de preços às 10h00min do dia 03 de fevereiro de 2023, VALOR MAXIMO TOTAL ESTIMADO: R\$ 1.728.151,00. Prazo de vigência: 12 meses. Os procedimentos para acesso ao Pregão Eletrônico estão disponíveis no site www.licitacoese.com.br. O edital está disponível nos sites www.coronelvivida.pr.gov.br ou www.licitacoes-e.com.br. Informações: (46) 3232-8300. Coronel Vivida, 19 de janeiro de 2023. Juliano Ribeiro, Presidente da CPL.

4974/2023

Cruz Machado

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ MACHADO CNPJ: 76.339,688/0001-09 AV. VITÓRIA 251 - CENTRO -CEP:84620-000 - CRUZ MACHADO - PR

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS nº. 002/2023 PROCESSO nº 02/2023

OBJETO: Constitui objeto desta Tomada de Preços a Contratação de Empresa Especializada para Execução de Serviços de Obras de Engenharia Construção da UBS Tipo I - Unidade Básica de Saúde da Linha Vitoria na Comunidade São Miguel nesta municipalidade. Imóvel Matricula 31.503 - Termo de Adesão SESA Protocolo 16.586.947-8/2022, especificações constantes do

Anexo I do edital, memorial descritivo e projetos RECEBIMENTO, ABERTURA E JULGAMENTO DA

HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: às 09h00min do dia 09 de fevereiro de 2023

FORMA DE JULGAMENTO: MENOR PRECO GLOBAL REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF). INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

Prefeitura Municipal, sala de Licitações, Av. Vitória, 251, Centro, Cruz Machado/PR.

No sítio: www.pmcm.pr.gov.br HORÁRIO: Das 13:30 às 16:30 horas FONE/FAX: (0xx42)3554-1222

INFORMAÇÕES E ENTREGA DOS PROJETOS:

No sitio: www.pmcm.pr.gov.br

Prefeitura Municipal, sala de Licitações, Av. Vitória, 251, Centro, Cruz Machado/PR.

Cruz Machado, 19 de janeiro de 2023 Harlei R E Silva Presidente CPL

5090/2023

Dois Vizinhos

EXTRATO 5° TERMO ADITIVO AO CONTRATO nº 150/2020 -Concorrência nº 010/2020.

Concedente: Município de Dois Vizinhos.

Contratada: SM Resende Construtora de Obras Eireli - Epp - CNPJ nº 08.715.392/0001-87.

Objeto: Cláusula Primeira - Fica alterada a Cláusula Quinta - Da Vigência -Prorroga-se o prazo de vigência até 07 de agosto de 2023. Data de Assinatura: 17 de janeiro de 2023.

EXTRATO 8° TERMO ADITIVO AO CONTRATO nº 158/2020 - Concorrência nº 012/2020:

Concedente: Municipio de Dois Vizinhos.

Contratada: SM Resende Construtora de Obras Eireli - Epp - CNPJ nº 08.715.392/0001-87.

Objeto: Cláusula Primeira - Fica alterada a Cláusula Quinta - Da Vigência -Prorroga-se o prazo de vigência até 17 de julho de 2023. Data de Assinatura: 17 de janeiro de 2023.

4994/2023













História Secretarias - Licitações - Recursos Humanos Servidores Municipais - Noticias

Onde Estou:

INÍCIO

LICITAÇÕES EM ANDAMENTO (EDITAL)

INSTITUCIONAL Licitações em Andamento (Edital)

TOTAL DE PUBLICAÇÕES - 15

Ano:

2023

Modalidade:

Concorrência

2022

Pregão

Tomada de Preços

Pregão Eletrônico nº 09/2023

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE CALHAS, RUFOS E CONSERTOS EM GERAL, METALURGIA INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAL, ITENS A SEREM USADOS E INSTALADOS EM DIVERSAS EDIFICAÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAL, SERVIÇOS GERAIS DE LIMPEZA, JARDINAGEM, REPARO DE CALCADAS E PASSEIOS COM LAJOTAS.



19/01/2023

Anexos

♣ Aviso de licitação



Digite aqui para pesquisar





































Voltar

| etalhes processo licitatório | |
|---|---|
| Entidade Executora | MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA |
| Ano* | 2023 |
| o licitação/dispensa/inexigibilidade* | 9 |
| cursos provenientes de organismos Instituição Financeira | s internacionais/multilaterais de crédito |
| Contrato de Empréstimo | |
| Modalidade* | Pregão |
| Número edital/processo* | 12/2023 |
| Descrição Resumida do Objeto* | REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE CALHAS, RUFOS E CONSERTOS EM GERAL, METALURGIA INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAL, ITENS A SEREM USADOS E INSTALADOS EM DIVERSAS EDIFICAÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAL, SERVIÇOS GERAIS DE |
| Forma de Avalição | Menor Preço |
| Dotação Orçamentária* | 0300010412200032006339030000 |
| Preço máximo/Referência de preço - R\$* | 1.728.151,00 |
| Data de Lançamento do Edital | 19/01/2023 |
| Data Abertura | 03/02/2023 Data Registro 20/01/2023 |
| NOVA Data Abertura | Data Registro da Retificação |
| Data Cancelamento | Data Registro do Cancelamento |
| | Há itens exclusivos para EPP/ME? Sim |
| | Há cota de participação para EPP/ME? Não |
| Trata-se de obra com e | exigência de subcontratação de EPP/ME? Não |
| | s de microempresas regionais ou locais? Não 🗸 |
| Atenção: o TCE-PR não poss | ui cópia dos arquivos dos editais. Eles devem ser obtidos exclusivamente junto aos municípios/entidades. |
| P | Para maiores informações, consulte o site da entidade: http://www.coronelvivida.pr.gov.br |